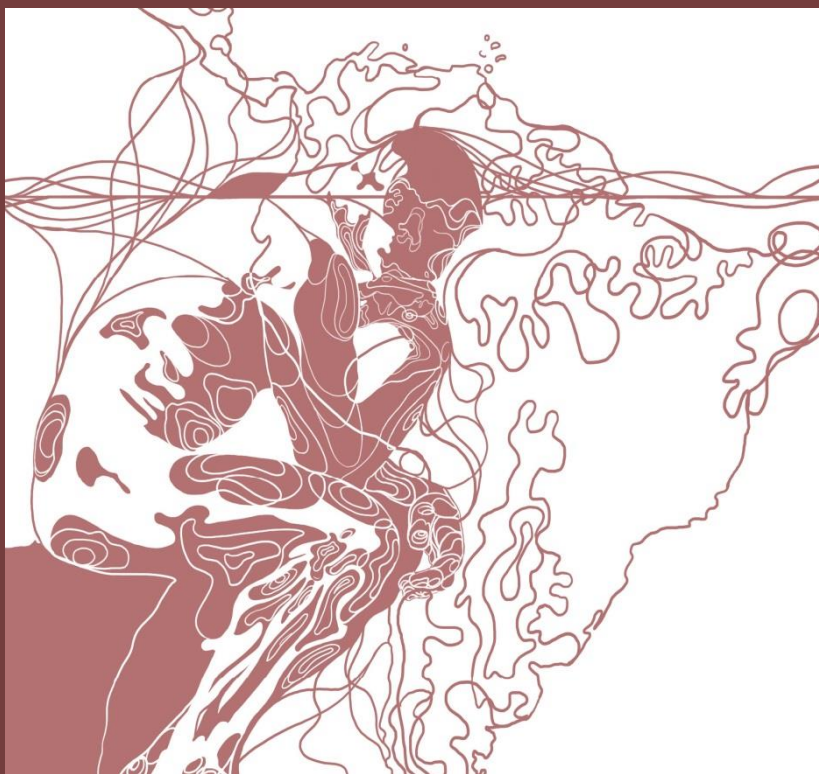


Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso,
Rogelio de la Mora (org.)

*INTELECTUAIS NA AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO,
CONTEXTOS E INSTITUIÇÕES. DOS PROCESSOS DE
INDEPENDÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO*



**Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso,
Rogelio de la Mora (org.)**

**INTELECTUAIS NA AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO,
CONTEXTOS E INSTITUIÇÕES. DOS PROCESSOS DE
INDEPENDÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO**



2014

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Reitor: Ricardo Vieira Alves de Castro / Vice-reitor: Paulo Roberto Volpato

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE IMIGRAÇÃO (LABIMI)

R. São Francisco Xavier, 524, 9º andar, bloco D, sala 9007, Maracanã, RJ

Coord. Geral: Lená Medeiros de Menezes

Coordenadoras Adjuntas: Érica Sarmiento e Syrléa Marques Pereira

CONSELHO EDITORIAL DO LABIMI

André Azevedo; Angela Roberti Martins; Érica Sarmiento da Silva; Lená Medeiros de Menezes; Luís Reznik; Maria Izilda dos Santos Matos; Maria de Nazaré dos Santos Sarges; Rosely Boschilia; Syrléa Marques Pereira

COMITÊ ACADÊMICO DO GT-AHILA: Dr. Hugo C. Troncoso (Dinamarca); Dra. Silvia Mallo (Argentina); Dra. Lená M. de Menezes (Brasil); Dr. Rogelio de la Mora V. (México); Dr. Arauco Chihuailaf (França); Dra. Beatriz Moreyra (Argentina); Dra. Liudmila Okuneva (Rússia); Dr. Silvano B. Moya (Argentina); Dr. Fernando Remedi (Argentina); Dra Maria Emília Prado (Brasil); – Dra Magali Engel (Brasil); Dra Maria Letícia Correa (Brasil).

ILUSTRAÇÃO DA CAPA: Design Monnerat

COMPOSIÇÃO TÉCNICA DO E-BOOK: Lená M. Menezes

DISPONIBILIZAÇÃO ON-LINE: Laboratório de Tecnologias de Inovação e Comunicação – LATIC/SR1/UERJ

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

I61 Intelectuais na América Latina [recurso eletrônico] : pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização / Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). – Rio de Janeiro : UERJ/LABIME, 2014.

1 recurso online (715 p.), arquivo pdf.

Bibliografia.

Requisitos do sistema: browser da Web; Abode Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

e-ISBN 978-85-66244-03-8

1. Intelectuais – América Latina. 2. América Latina – Vida intelectual. I. Menezes, Lená Medeiros de. II. Cancino Troncoso, Hugo. III. Mora V., Rogelio de la.

CDU 323.329(8=6)

PARTE 1

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores

Apresentação	I
Acercamiento al pensamiento de Romain Rolland em América Latina, 1919-1932 <i>Rogelio de la Mora V.</i>	11
A concepção educacional de Delgado de Carvalho para o ensino das Ciências Sociais <i>Beatriz Boclin Marques dos Santos</i>	22
Ariano Suassuna e as apropriações da cultura popular: as experiências com o Teatro de Estudante, o Centro de Cultura Popular e o Movimento Armorial <i>Christiane Marques Szesz</i>	37
CIEP's, Histórias e Memórias: um estudo sobre Darcy Ribeiro <i>Jacqueline de C. P. Lima/ Carlos Alberto B.de Sousa</i>	52
Construindo um acervo: História, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles <i>Alessandra R. e S. Mafra</i>	62
Interpretações do Brasil a partir de Ortega y Gasset. Leituras de <i>História como Sistema</i> e <i>Mirabeau ou o Político</i> <i>Maria Emilia Prado</i>	78
Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma narrativa oficial para o passado brasileiro <i>Adjovanes Thadeu S. de Almeida</i>	86
La Vida y obra de Gregorio Sánchez Gómez (1895-1942) <i>Jairo Henry Arroyo Reina</i>	103
Na corda bamba: a trajetória intelectual de Lima Barreto (1881-1922) <i>Magali Gouveia Engel</i>	117
Nacionalismo e Agrarismo em Alberto Torres <i>Maria Fernanda Lombardi Fernandes</i>	127
Nelson Werneck Sodré e a “Revolução Brasileira” <i>Alex Conceição Vasconcelos da Silva</i>	139
Octavio Paz y la estética de la historia <i>Javier Rico Moreno</i>	151
O intelectual Paulo Freire e alfabetização de 1960 <i>Nathalia Rodrigues Faria</i>	165
Uma guardiã da tradição: Geralda Armond e as ações educativas	173

no Museu Museu Mariano Procópio (Minas Gerais, Brasil)

Carina Martins Costa

Venerando da Graça: A sombra de um intelectual à luz 185

do Projeto Cinema Escolar

Maria Adalgisa P. Pinheiro/ Juçara L. Leite

PARTE 2

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Cenários e Debates

A racialização da humanidade nos cursos públicos do Museu Nacional, 197

Rio de Janeiro, (1875-1885)

Karoline Carula

Bolívar na América Latina: História e Literatura no Labirinto do General 210

Yvone Dias Avelino

Cacaso para historiadores: poesia e crítica no Brasil ditatorial (anos 1970) 218

Beatriz de Moraes Vieira

Cultura Patrimonial, Ensino e novas perspectivas no Brasil: década de 80 236

Ana Beatriz Frazão Ribeiro

El movimiento generacional intelectual. Generación de 1842 y la irrupción 250

de un proyecto de Modernidad en Chile

Hugo Cancino / Rita Cancino

Entre “futeboleros” e “anelados”. Lima Barreto e os debates sobre a 267

Modernidade no Rio de Janeiro da virada do Novecentos

Celi Fonseca da Silva

De Sílvio Romero a Heitor Villa-Lobos: meio, raça e história na música 284

brasileira

Avelino Romero Pereira

Los intelectuales de la nación católica (Colombia, siglo XIX) 305

Gilberto Loaiza Cano

O Pensamento Político Eugênico Latino-Americano 318

Ricardo Augusto Dos Santos

“Un milagro migrante”. Aproximaciones a la devoción del culto al Cristo 337

De Pachacamillaen Santiago de Chile

Paula Hurtado López

Un sabio e intelectual en el espacio público: Alejandro Lipschutz en Chile 352

Arauco Chihuailaf

“La trama democrática en América Latina”. Redes y circulación de ideas 365

en la renovación intelectual de la izquierda latinoamericana durante la transición democrática. El caso de *Controversia* y *La Ciudad Futura*
María Jimena Montaña

PARTE 3

História Intelectual e História Política

A recepção de Hans Kelsen na Constituinte de 1933-34: peças de um quebra-cabeça incompleto. “Positivismo” versus Positivismos? <i>Ricardo G. Borrmann</i>	385
Caminhos do coração: Gonzaguinha e a política do silêncio <i>Leila Medeiros de Menezes</i>	405
Delgado de Carvalho e a opção pela Educação brasileira <i>Vera Lucia C. de Queiroz Andrade</i>	411
Estado, universidad y producción de conocimiento en la Argentina peronista (1946-1955) <i>Luis Ernesto Blacha</i>	423
História Intelectual e História Política: Teoria e Método <i>Gizlene Neder / Gisálio Cerqueira Filho</i>	439
Intelectuais e imprensa alternativa no Brasil no início do século XX <i>Alberto Mendes</i>	447
Intelectuais e política sob o Estado Novo: o corpo de editores de O Observador econômico e financeiro (1937-1945) <i>Maria Letícia Corrêa</i>	465
Reflexionando en torno a la influencia del liberalismo y del socialismo en el alfonsinismo <i>Cristina Basombrío</i>	472
Sérgio em Berlim: futurismo no desterro <i>Marcelo Neder Cerqueira</i>	486
Terra da Luz: a abolição da escravidão no Ceará a partir dos discursos dos políticos cearenses <i>Mariana de Oliveira Sousa</i>	506

Parte 4

Migrações e Exílios: idéias e processos

A história intelectual dos italianos no sertão da Bahia <i>Maria Luzia Braga Landim</i>	526
A problemática da imigração e o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um estudo de caso	539

Lucia Maria Paschoal Guimarães

A Revolta dos Mercenários vista pela imprensa 549
Alexandre Belmonte - Brasil

De Bordallo Pinheiro a Julião Machado: Modernidade no humor 557
gráfico dos artistas portugueses na imprensa ilustrada
do Rio de Janeiro (1875-1920)
Ana Maria Rebello Magalhães

De escravos a imigrantes. La flexibilización de la política migratoria en 580
Argentina a través de la historiografía. S. XIX-XX
Silvia C. Mallo

Ideas y visiones de la inmigración española en la Argentina (1946-1965) 593
Nadia Andrea de Cristóforis

Interlocutores da cultura: intelectuais refugiados do nazifascismo no Brasil, 612
1933-1945
Maria Luiza Tucci Carneiro

“O Estrangeiro” um romance-manifesto: matrizes, representações, 627
apropriações e propostas na obra de Plínio Salgado
Leandro Pereira Gonçalves/ Maria Izilda S. de Matos

Entre o *ideal* e o *real*: Os discursos sobre a imigração no Brasil e 650
o enfrentamento da ‘desordem’ (1870-1930)
Lená Medeiros de Menezes - Brasil

O enfrentamento dos padeiros ibéricos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires 659
(1890-1930)
Érica Sarmiento

Os intelectuais orgânicos nas comunidades de imigrantes na América: um 671
estudo dos lituanos
Erick Reis Godliauskas Zen

Novos lares – Judeus em Nilópolis: A memória dos imigrantes na mídia 688
Fernanda Capri Raposo

Novos olhares sobre antigas colônias: O exílio ibero-americano de Rafael 698
Altamira e Fidelino de Figueiredo
Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Sobre o LABIMI

Apresentação

O livro, em forma de e-book, reúne trabalhos selecionados, reformulados e ampliados apresentados inicialmente no III Encontro internacional do GT “Trabalho Intelectual, pensamento e modernidade na América Latina, séculos XIX e XX” da Associação Europeia de Historiadores Latinoamericanistas, realizado 27 a 29 de agosto de 2014 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, organizado pelo Laboratório de Estudos de Imigração (LABIME), pelo Laboratório Intelectuais, Cultura e Política (LICP) e pelo Laboratório de Estudos e Pesquisa Intelectuais, Sociedade e Política (GEPISP).

O trabalho de seleção de textos coube a Comitê Acadêmico formado por renomados especialistas, vinculados às Universidades de Aalborg (Dinamarca); Veracruzana (México); Nacional de La Plata (Argentina), Nacional de Córdoba e Católica de Córdoba (Argentina) e Paris 8 (França), além da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A organização do livro reflete este intercâmbio internacional e as pesquisas em rede que o grupo vem desenvolvendo sobre a América Latina, que se adensa a cada encontro com a incorporação de novos pesquisadores. O resultado é uma obra de grande qualidade que deverá transformar-se em referência no campo da história intelectual e da história dos intelectuais, contemplando, com determinado destaque as ideias e práticas concernentes às migrações internacionais.

Os autores dos textos, apresentados em português e espanhol, são professores pesquisadores vinculados a diferentes universidades da Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Dinamarca, França e México, versando sobre ideias, contextos, processos e atores da história intelectual e dos intelectuais, contemplado a dimensão da política, da educação, da mídia, das artes e dos deslocamentos internacionais.

A obra está dividida em quatro partes. Cada uma delas representa ampliação e enriquecimento nas discussões que até aqui foram travadas sobre os temas selecionados, com estudos comparativos emergindo como importante possibilidade de análise.

A primeira parte intitula-se *História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores* e reúne artigos que projetam intelectuais de variadas nacionalidades, com atuação em campos variados do conhecimento, destacando-se a história, a política, a educação, a literatura e o cinema. Dentre eles destacam-se Romain Rolland, Delgado de Carvalho, Arturo Orgaz, Darcy Ribeiro, Joaquim Manuel de Macedo, Gregório Sánchez Gómez, Lima Barreto, Alberto Torres, José Coelho da Gama e Abreu, Nelson Werneck Sodré, Otavio Paz, Paulo Freire, Geralda Armond e Venerando da Graça.

Seguem-se artigos reunidos nem parte que leva o nome de *História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: cenários e debates*, congregando trabalhos que debatem contextos e processos variados, com destaque para questões relativas à modernidade, raça e racismo, cultura, hegemonia, patrimônio, espaço público, mídia e religião.

A terceira parte, *História Intelectual e história Política*, abre espaço para artigos centrados no domínio do político e da política, tanto no que se relaciona a abordagens teóricas e metodológicas quanto na participação de intelectuais em contextos e processos ocorridos em determinados espaços-tempo, citando-se os regimes ditatoriais no Brasil e na Argentina, a produção do conhecimento em determinados conjunturas, os contextos de proliferação da imprensa e cinema alternativos e momentos marcados pelo peso de ideologias como positivismo, liberalismo e socialismo.

Por último destaca-se a quarta e última parte, dedicada às ideias e processos relativos às migrações, tema central do trabalho desenvolvido pela Laboratório de Estudos de Imigração da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LABIMI-UERJ), responsável pela edição da obra. Nesse conjunto de artigos, é dado destaque à intelectualidade italiana, portuguesa e lituana; às políticas de imigração no Brasil e na Argentina; a discussões sobre o conceito de “estrangeiro”, a anarquistas estrangeiros com atuação na imprensa e nas lutas operárias, com trabalhos específicos relacionados com os exílios.

Os múltiplos olhares e as múltiplas abordagens reunidas no livro representam o esforço dos autores e organizadores em oferecer ao

público discussões de ponta sobre o tema elegido, com expansão do foco para temas que hoje se colocam como pauta política e acadêmica obrigatória. É o caso das migrações e dos exílios, que afetaram e continuam afetando os intelectuais, tanto como produtores de ideias que sustentam políticas e/imigrantistas quanto protagonistas de processos de deslocamento, muitos deles amargando prolongados exílios.

Desafiador foi o trabalho de construção de novas questões e novas abordagens. Esperamos que esse desafio transformado em sucesso tenha por correspondência o interesse do leitor na leitura do livro.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2014

Lená Medeiros de Menezes

PARTE 1

*História Intelectual e dos Intelectuais na
América Latina: Atores*

Acercamiento al pensamiento de Romain Rolland en América Latina, 1919-1932

*Rogelio de la Mora V.**

Por su compromiso cultural, su proyecto de mayor justicia social, su postura pacifista y de rechazo a todo imperialismo, su ideal de unión entre los pueblos y su fe en que la juventud está destinada a generar un cambio profundo, el pensamiento y la actitud del escritor francés premio Nobel de literatura (1915) Romain Rolland (1866-1944) serán altamente apreciados por los miembros de la nueva generación de pensadores latinoamericanos: José Ingenieros, José Carlos Mariátegui, José Vasconcelos, Miguel Ángel Asturias, Gabriela Mistral, Víctor Raúl Haya de la Torre, Alfredo L. Palacios, Victoria Ocampo y Aníbal Ponce, entre otros. En el marco de la revolución mexicana (cuya fase violenta termina en 1920), las consecuencias de la revolución rusa y la emergencia de los movimientos vanguardistas, este trabajo se interesa en explorar la atmósfera intelectual en que las propuestas culturales de Romain Rolland son discutidas, analizadas, adoptadas y adaptadas (o desestimadas) por los miembros de las comunidades intelectuales más activas en la América Latina de la época que se extiende desde la fecha de aparición de la “declaración de independencia del espíritu” (1919), hasta el Congreso de Amsterdam-Pleyel (1932), línea de demarcación en la que RR se aleja de los postulados de Ghandi (su periodo indoasiático), basados en la no violencia. Una atención particular será puesta en las revistas *Nosotros*, *Revista de Filosofía*, *El Maestro*, *Amauta*, *Claridad*, *Repertorio Americano* y *Monde*, portadoras de un programa común y situadas en el cruce de trayectorias individuales.

Desde París, en 1919 Rolland, labora por cuenta propia para reagrupar a los hombres de letras y a los jóvenes vinculados al campo cultural en Europa, América y Asia, en torno a una Internacional del Espíritu, sobre la base de principios universalistas, progresistas y humanistas. Inspirado por estos principios pacifistas y de independencia intelectual, Henri Barbusse -en compañía de Victor Cyril, Raymond Lefebvre y Paul

* Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana - Profesor Investigador, titular “C”, de tiempo completo.

Vaillant-Couturier, y bajo los auspicios de Anatole France- crea el Grupo *Claridad* (*Clarté*), en mayo, al cual Rolland se adhiere. Su órgano de difusión será la revista del mismo nombre, a partir de octubre. Esta efímera asociación apolítica reúne a pensadores, artistas y científicos sin ataduras ideológicas ni institucionales, y tiene como finalidad combatir por la paz a la sociedad belicista y nacionalista que ha conducido a los horrores de la reciente guerra mundial. La experiencia de Claridad como grupo unido pronto culmina, cuando Rolland, expresa su desacuerdo con el eclecticismo y la ambigüedad ideológica de los fundadores; razón por la cual se aleja del proyecto, en junio. Así, cuando *El Fígaro*, de La Habana (noviembre de 1919), y *Repertorio Americano*, de San José, Costa Rica (15 de enero de 1920), traducen e insertan en sus páginas *El manifiesto del Grupo Claridad*, el nombre de Rolland no aparece más en el Comité de Dirección.¹ En su lugar, representándolo, se encuentra su discípulo George Duhamel, quien enseguida renuncia, al ver que el Grupo “prefiguraba esos innumerables círculos, formados y reformados sin cesar, desde entonces, por la instigación de los partidos extremos, para atraer a los simpatizantes y proteger el catecismo soviético, las consignas provenientes del Este”.²

En el debate interno abierto que opondrá y sella la ruptura entre Rolland y Barbusse servirán de foro el periódico parisino de Edouard Dujardin *Cahiers Idealistes* y la revista belga *L'Art Libre*, dirigida por Paul Collin, 1921-1922. Uno de los puntos centrales debatidos era de orden moral, sobre la actitud que se debía adoptar frente a la Unión Soviética (URSS). En su rechazo a la violencia y a las ataduras ideológicas, la Internacional que Rolland aspiraba a construir difería sustancialmente de la Internacional Comunista, cuya vanguardia era intolerante con otras vanguardias. Durante la confrontación, Rolland critica el poco o nulo respeto por la democracia y por las libertades individuales, así como la opinión centralizada. Ocasión en la que reprocha a Barbusse su empeño en justificar los errores de la URSS. Señala igualmente que frente a la degradación “bolchevique” de la inteligencia, era necesario recuperar la tradición de los filósofos del s. XVII, centrada en la idea de responsabilidad intelectual. En dicha tarea, el intelectual preservaría contra viento y marea “la integridad de su libertad de pensamiento, incluso contra la Revolución, si es preciso, en sus errores, excesos e injusticias”. Si esto sucede será porque “la Revolución habrá dejado de ser fuente de renovación, se habrá convertido en “una nueva forma de monstruo de cien rostros: la Reacción”.³ En una carta del 10 de marzo de 1922, Rolland deja clara su posición: “Estoy con el proletariado cuando respeta la verdad y la humanidad. Estoy contra el proletariado cada vez que viola la verdad y la humanidad. No hay privilegio de clases, ni alta ni baja, en la esfera de los supremos valores humanos”.⁴ En esta polémica, Gorki, “el gran jardinero de almas”, y Alberto Einstein aprueban la postura de Rolland.

Agobiado por esta discusión de opiniones contrapuestas, Rolland decide abandonar definitivamente París, el 30 de abril de 1922, para instalarse de nuevo en la ciudad que le había servido de refugio entre 1914-1918, Villeneuve, cantón de Vaud, cerca de Ginebra, Suiza. No obstante su alejamiento, las propuestas singulares y el prestigio del

autor de *Jean Christophe*, lo colocarán como una figura insoslayable en los debates sobre pacifismo, socialismo y antiimperialismo, durante el período de entre las dos conflagraciones mundiales.

Por estas fechas, *Claridad* se convierte en “la primera expresión intelectual del comunismo francés” (Winock: 208) y rompe con Barbusse, luego de la adhesión de éste a la Tercera Internacional, en 1923.⁵ Posteriormente, el autor de *El cuchillo entre los dientes* fundará la revista hebdomadaria *Monde* (1928), a la cual estará estrechamente ligado Manuel Ugarte. Es en este contexto editorial e intelectual que, como una alternativa al marxismo parroquial de *Clarté* y al estetismo formalista de la *Nouvelle Revue Française* (NRF), los rollandistas René Arcos, Charles Vidrac, Georges Duhamel y Jean-Richard Bloch lanzan la revista *Europa*, cuyo primer número aparece en enero de 1923.

En la transferencia cultural dentro del espacio América Latina-Francia, donde aquí se analizan fenómenos específicos de recepción, circulación e intercambio de ideas, junto con las revistas desempeñan un papel particularmente importante los hombres de letras, los diplomáticos y los traductores. Este punto se puede destacar observando cómo desde antes de la primera guerra mundial numerosos intelectuales y artistas latinoamericanos se establecen en la capital gala. Algunos de ellos laboran en casas editoriales (como Gómez Carrillo, el más célebre de los escritores latinoamericanos entre 1900-1920), fundan o dirigen revistas (Rubén Darío, Enrique Gómez Carrillo, Leopoldo Lugones), están adscritos al servicio diplomático de sus países respectivos (Rubén Darío, Alfonso Reyes, Enrique Gómez Carrillo, Armando Godoy, Louis de Souza Dantas, Miguel Ángel Asturias, Alejo Carpentier, Eduardo Avilés Ramírez, Rufino Blanco Fombona, los hermanos García Calderón, Gonzalo Zaldumbide). Estudios realizados muestran la sorprendente cantidad de revistas literarias y artísticas latinoamericanas existentes en París a lo largo de las tres primeras décadas del siglo XX; tendencia que culmina en 1932, cuando la crisis económica provoca la desaparición de muchas de ellas, como es el caso de la célebre *Revue de l'Amérique Latine* (derivada del *Bulletin de la Bibliothèque américaine* e *Hispania*, se había creado en 1922) de Ernest Martinenche. El propósito de estas revistas era informar sobre lo que en el continente de origen ocurría y que los grandes periódicos locales omitían, así como de servir de mediadores culturales entre los miembros de la comunidad hispanoamericana en aquella metrópoli. Herramientas privilegiadas en nuestro estudio, estas revistas también nos hablan de los lazos e intercambios establecidos con sus pares en el subcontinente. Por ejemplo, V. García Calderón anuncia en *Repertorio Americano* la marcha de la revista por él dirigida, *América Latina*, e invita a García Monge a enviarle producciones de “los hombres célebres” de su país, para ser publicados;⁶ o el argentino Alejandro Sux, en París, por estas fechas simultáneamente el corresponsal de *Mundial*, de Buenos Aires, *El Universal*, de México, *El Mundo*, de la Habana, y *La Nación*, de Santiago de Chile.

Si en vísperas y durante la primera guerra mundial París está en la cita de la vida intelectual latinoamericana, y si sus hombres de cultura proclives al eurocentrismo consienten con simpatía -por cierto, no correspondida- “el señorío espiritual de Francia en América”,⁷ al término del conflicto armado la solidez de los lazos espirituales con el país galo y, en general, de Europa comienza a declinar. En ello contribuirá el descrédito por la guerra y el imperialismo, aunado a una postura de indiferencia de parte de las elites francesas hacia sus pares del otro lado del Atlántico.⁸ Otro factor importante que resalta en el contexto, es la presencia cada vez más fuerte de Estados Unidos en las naciones del área,⁹ al mismo tiempo que se desarrolla un amplio proceso de rehabilitación de la tradición hispánica, precisamente en oposición a los valores del universo sajón y a favor de la raza latina, en gran parte de la opinión pública.¹⁰ Asimismo, hacia 1922, América Latina es marcada por movimientos renovadores, al surgir las primeras vanguardias: los Estridentistas publican la hoja volante *Actual*, número 1; la hoja mural *Prisma* del ultraísmo en Buenos Aires (a fines de 1921); meses más tarde se funda *Proa*, también en la capital argentina, y se realiza la Semana de Arte Moderno, en Sao Paulo. En Europa, se publican obras claves en la literatura: *Ulises*, de James Joyce; *Wast Land*, de T. S. Eliot, y *Siddharta*, de Hermann Hesse, quien como RR y contrariamente a la mayoría de intelectuales de la época, se opone, desde el inicio, a la Primera Guerra mundial. Ambos viven en Suiza y ligan una estrecha amistad que se prolongaría por largos años.

De ahí que el mensaje de *Claridad* y su proyecto universal de constituir una Internacional del Pensamiento - en su rechazo al pensamiento sujeto a partidos políticos, al nacionalismo beligerante, a la barbarie de los conflictos de fuerzas materiales y contra todo tipo de dictaduras e imperialismos -, es rápidamente acogido por los portavoces de la intelectualidad en diferentes países de América Latina. Así, en un breve lapso se crean - o afirman su filiación- grupos o revistas *Claridad*¹¹ en Argentina, Brasil, Chile,¹² Cuba, Guatemala, México y Perú. Aplaudido por José Ingenieros en su “Ideales del Grupo ¡Claridad!” (*Revista de Filosofía*, enero de 1920, y luego transcrito en *Repertorio Americano*, el 15 de mayo de ese mismo año), los ideales de *Claridad* serán determinantes en la formación ideológica de otro de los intelectuales más visibles de la época, José Carlos Mariátegui.¹³

De hecho, poco después de su retorno de Europa al Perú, a comienzos de 1923, Mariátegui dirigirá la revista *Claridad*, imprimiéndole una nueva orientación, más próxima a los trabajadores organizados, cuando su fundador Víctor Raúl Haya de la Torre se marcha al exilio, en octubre del año en curso. Pero ¿Cuáles podrían ser las afinidades de Mariátegui con Rolland, quien se desinteresa del hombre de acción y cree en una revolución de los espíritus? El pensador peruano escribirá: “No es su pensamiento político -que ignora y desdeña la política - lo que puede unirnos a él. Es su gran alma (Romain Rolland es el Mahatma de occidente). Es su fe humana. Es la religiosidad de su acción y de su pensamiento”.¹⁴ Es esta dimensión religiosa y

profundamente humanista, producto de un trabajo espiritual “heroico”, que la mística revolucionaria –al igual, fundamentalmente religiosa- de Mariátegui más se identifica.¹⁵ Por su parte, Haya de la Torre, desde su exilio en México,¹⁶ viaja a Moscú, donde asiste al Congreso Mundial del Partido Comunista, enseguida al Congreso Mundial de la Juventud Comunista, a fines de 1924. Durante su estada en la capital rusa es invitado por Rolland a su casa en Villeneuve,¹⁷ con motivo del inminente arribo de Rabindranath Tagore, igualmente invitado por el escritor galo,¹⁸ pero su salud se lo impide. En una carta enviada por intermediario de Rolland a Tagore (fecha el 27 de agosto de 1926), luego publicada en *Repertorio Americano* (16 de octubre de ese mismo año), Haya de la Torre lamenta no poder estar con él antes de su programado viaje al Perú. Ocasión de la que vale para expresarle que el país andino se encuentra bajo un gobierno “autocrático que domina sangrientamente, hechura del capitalismo norteamericano, cuyos intereses sirve, una casta militar que lo apoya y una burguesía y un clero nacionales dueños de vidas y haciendas”. En su trayecto hacia la nación andina, Tagore realiza una escala en Buenos Aires, por invitación de Victoria Ocampo, quien para sufragar los gastos de alojamiento se desprende de parte de sus joyas. Por esas fechas, la intelectual y mecenas argentina publica en *La Nación* (2 de junio de 1924) “El Mahatma Ghandi a través de Romain Rolland”. Asimismo, siguiendo a Rolland, la futura Premio Nobel Gabriela Mistral divulga en el *Mercurio* de Santiago, del cual es corresponsal, las figuras y las obras de Tagore, Gorki, Tolstoi, Charles Peguy -quien ejerció notable influencia en el joven Rolland-, y Duhamel, discípulo de Rolland, a quien contacta durante su estancia en Francia. Rolland llegaba a ser uno de los interlocutores europeos más escuchados por los miembros de la “ciudad letrada” de la Patria Grande, así como lo apuntaba Haya de la Torre en su artículo “Romain Rolland y la nueva generación Latino-Americana”, publicado en *Sagitario*, 6 de agosto de 1925.

Del mismo modo, Rolland, “el más potente y audaz renovador del alma latina”, como lo llamara Alfredo Palacios en *Nuestra América y el imperialismo*, acudirá en defensa de los intelectuales -o de las causas por ellos impulsadas- iberoamericanos hostilizados por dictaduras, cada vez que se presenta la ocasión. Así sucede con Miguel de Unamuno, “ese genio lúcido y tenebroso” (Georges Duhamel), condenado al destierro por Primo de Rivera en la isla de Fuerteventura, a causa de sus puntos de vista críticos y su compromiso con la verdad, de marzo a julio de 1924. Al Grupo de Viena, formado por iniciativa del mismo Rolland, se adhiere Vasconcelos, quien le escribe: “me asocio con agrado a la protesta que usted formuló, a causa de la expulsión de Unamuno, una nueva e ilustre víctima del pensamiento”.¹⁹ Igualmente, protesta a favor de Mariátegui cuando éste es recluso durante seis días en San Bartolomé, luego de los cuales nuestro personaje vuelve a su domicilio y *Amauta* reaparece, a partir de 1926.²⁰ Situación semejante ocurre a raíz de la intervención norteamericana en Nicaragua, cuando Miguel Ángel Asturias y Eduardo Avilés Ramírez solicitan su respaldo, petición a la que Rolland responde: “Me asocio con todo mi corazón a vuestro meeting de protesta contra la invasión de Nicaragua, que forma parte de un plan preparado desde

hace mucho tiempo por el imperialismo mercantil yankee para meter la mano en el conjunto del continente americano.²¹

A diferencia del antiimperialismo pregonado por Lenin, así como hemos señalado líneas arriba, el discurso antiimperialista de Rolland pone más bien el acento en las dimensiones culturales, coincidiendo en esto con la perspectiva del arielismo radicalizado y su lucha antiimperialista continental, cuyos portavoces eran, precisamente, José Ingenieros, José Vasconcelos, Manuel Ugarte, Alfredo L. Palacios, Gabriela Mistral, Víctor Raúl Haya de la Torre y Augusto C. Sandino, así como otros intelectuales progresistas (Joaquín García Monge, Carmen Lyra, por ejemplo). Cabe subrayar que, a pesar de mostrarse benevolente por Lenin y su obra revolucionaria, su inquebrantable pacifismo era incompatible con la política de la violencia de la revolución rusa. En consecuencia, denunciaba a los doctrinarios que despreciaban las conciencias idealistas. En ese tenor, solicitaba que la revolución aceptara entre sus filas, “en sus luchas y peligros”, a los que como él nunca pactaban con la injusticia ni con la mentira, “pero como libres aliados [...] y como hombres libres que luchan por lo que creen justo, contra lo que consideran injusto”.²² La libertad del espíritu, el pensamiento libre no podría en ninguna circunstancia acatar órdenes ni de Moscú, ni de Roma, ni de París.

En una carta escrita en por nuestro protagonista Villa Olga, Villeneuve, el 1º de agosto de 1924, dirigida a Gorki, manifiesta su más grande temor de lo que en un par de décadas más sería un hecho, la hegemonía norteamericana:

“Me horrorizo a veces con la idea de que los Estados Unidos podrían un día dominar el mundo. Y no temo menos el idealismo americano que su capitalismo ¿Quién sabe si no temo todavía más el idealismo puritano? Pues no comprende nada, nada del resto del mundo; y está tranquilamente convencido que no hay otro ideal más que el suyo -que a los otros, los extermina.”²³

En esta misma misiva, Rolland expresa al célebre escritor ruso su convicción de que se produciría un enfrentamiento inevitable entre Norteamérica y Asia, “probablemente también América Latina”. Confiesa su angustia por en tal escenario imaginarse de qué lado estará Europa. Piensa que habrá que poner todo en obra para que ello no ocurra, puesto que “comparado con el de 1914-1918 será un juego de niños”. Y añade: “Pero, no lo disimulo, si debiera ocurrir, mi espíritu combatiría con el espíritu de la India y del Japón. Incluso con esos precursores que aprendí a estimar en América ibero-latina, particularmente en México” (Ibid.).

Como hemos de recordar, José Vasconcelos, entonces al frente de la Secretaría de Educación Pública (SEP), coordina *El Maestro, Revista de Cultura Nacional*, entre 1921-1923, de la cual se editan 14 números, con un tiraje de 75 000 ejemplares. Entre la nómina de escritores que en ella colaboran se encuentran Ramón López Velarde, Ezequiel Chávez, José Gorostiza, Jaime Torres Bodet, Carlos Pellicer, y Francisco García Calderón, José Ingenieros, Rubén Darío, Gabriela Mistral, Juan Ramón Jiménez,

Miguel de Unamuno y Eugenio d'Ors. También bajo los auspicios de la SEP se traducen y publican las biografías de la autoría de Romain Rolland sobre Beethoven, Miguel Ángel y Tolstoi. En respuesta a los ejemplares de dicha revista que Vasconcelos le enviara, Rolland, pondera “el despertar intelectual” que en México se palpa, al mismo tiempo que lo felicita por ser el impulsor del movimiento. Más adelante, expresa su simpatía por “vuestro deseo de unir en un solo cuerpo los miembros dispersos de las razas ibero americanas”. Al tocar este punto, declara: “He sufrido a menudo de ver en América la humillación de las espléndidas razas latinas. Es preciso reanimarlas, erguir las, no con un pensamiento de supremacía nacional o racial, pero con el amor de la humanidad entera”. Insiste en el hecho de que es preciso organizar una reacción enérgica contra las razas anglo-sajonas, mediante la libertad de espíritu característica de los latinos, y concluye lamentando “¡Que grises nos parecen hoy los siglos en que el sol de las razas latinas se oscureció! Hasta el vuelo prodigioso de las ciencias es, desde hace cien años, como el vuelo del águila en un cielo brumoso. Latinos, ¿Devodvedle la luz!”²⁴

Menos de un mes más tarde, Vasconcelos responde al “Muy querido Maestro”, confirmándole de entrada “la enorme influencia que los escritos de usted ejercen entre nosotros. Y añade:

“También hemos procurado llenar nuestras bibliotecas con sus libros, sintiendo que de esta manera purificamos el ambiente y levantamos el nivel moral de la Nación Si he de mencionar algo que es personal le diré que hace pocos años, en el largo período de tiempo que yo anduve perseguido y desterrado, calumniado y pobre, fue en su *Jean Christophe* donde muchas veces encontré aliento. Más tarde he seguido sus escritos como se sigue a un guía y a un maestro. Mis opiniones sobre la guerra mundial, se inspiraron casi siempre en sus juicios y muchas veces lo he acompañado en sus inquietudes sobre destino del mundo; mi fe ha buscado la suya para renovarse y no pocas veces al sentirme destrozado por el triunfo insolente y continuo del mal y la justicia, he hallado refugio en su pensamiento; todo esto le explicará la importancia que doy a sus palabras actuales. Su aprobación de la vieja idea de reunir en un solo haz los miembros dispersos de la raza ibero americana, la veo como una consagración de este ideal, puesto que la formula una de las almas más libres de la época, uno que está por encima de los prejuicios de raza y tiempo.”

Cuando El Maestro Vasconcelos escribe esta carta tenía en mente el proyecto de su obra *La raza cósmica* (publicada en Barcelona, un año más tarde), en la que argumentaría que sería en Iberoamérica, y no sobre territorio norteamericano, donde surgiría la raza universal.

Poco después, con motivo de la celebración del sesenta aniversario de Rolland, el 29 de enero de 1926, sus amigos organizan la edición de un *Liber Amicorum*, coordinada por Geoges Duhamel por Francia, Gorki por el mundo eslavo y Stefan Sweig por los

países germánicos; obra en la que participan 139 escritores, entre los cuales Miguel de Unamuno, Sigmund Freud, Alberto Einstein, Mahatma Gandhi, R. Tagore y E. Curtius., y que sería publicado por Rotapfel-Verlag, en Zúrich, Suiza. En este acto homenaje que le tributan “todas las inteligencias libres de todos los pueblos”, Mariátegui encuentra que “da fervorosamente su adhesión a la nueva generación iberoamericana”, y afirma:

“Romain Rolland es no sólo uno de nuestros maestros sino también uno de nuestros amigos. Su obra ha sido –es todavía- uno de los más puros estímulos de nuestra inquietud. Y él, que nos ha oído en las voces de Vasconcelos, de la Mistral, de Palacios y de Haya de la Torre, nos ha hablado con amor de la misión en la América Indoibera. Los” jóvenes de Hispano-América tenemos derecho de sentirnos sus discípulos [...] La crítica de París nos ha propuesto incesantemente otras obras; pero nosotros hemos elegido siempre la de RR [...] pertenece a la estirpe de Goethe [...] Su *Jean Christophe* es un mensaje a la civilización.”²⁵

De hecho, en el transcurso de la década de novecientos veinte e inicios de los años treinta, Rolland mantendrá una invariable postura anclada en los postulados democráticos y en la filosofía política de resistencia no violenta de Gandhi, de quien con la biografía de su autoría (*Mahatma Gandhi*, publicada en 1924) mucho había contribuido a popularizar su imagen en Europa. En la lucha de Rolland por la paz y contra la dominación imperialista, el método de Gandhi era preferible al camino indicado por el estado burocrático en el que se había convertido la Unión Soviética bajo Stalin. Estas convicciones comenzarán a ser abandonadas paulatinamente, a medida que toma vida el movimiento Amsterdam-Pleyel, el cual emerge formalmente durante el congreso que se lleva a cabo en Amsterdam, del 27 al 29 de agosto de 1932. Una de las figuras centrales en esta reunión es Willi Munzenberg, quien actúa sin el consentimiento de la Internacional Comunista, y cuyas intenciones coinciden con las de Rolland y Barbusse, en el sentido de generar un amplio movimiento de base, unificando grupos de izquierda – socialista y comunistas incluidos- con progresistas. En dicho evento se constituye un comité con miras a organizar un congreso mundial antiimperialista, y se toma la resolución de priorizar el combate antiimperialista, dejando en segundo término la lucha antifascista. Finalmente, el movimiento se transforma en antifascista, ratificando ésta orientación en congreso que se desarrolla en la Salle Pleyel, en París, del 4 al 6 de junio de 1933, que nutrirá el Frente Popular.

Por su parte, Aníbal Ponce (1898-1938), discípulo de José Ingenieros, a quien acompaña en la fundación de la Unión Latinoamericana y en la de la *Revista de Filosofía* (1915-1929), la cual dirigirá luego del deceso del maestro, en 1925, se convertirá al marxismo diez años más tarde. A principios de 1935, Ponce se encuentra en Moscú con Barbusse, quien había posibilitado su viaje, y lo invita a colaborar en la revista *Monde*, lo cual hace hasta poco después de la muerte del novelista francés (el 30 de agosto de ese mismo año). Ponce, en su ensayo “Humanismo burgués y humanismo

proletario. De Erasmo a Romain Rolland” (1938), describe a Rolland como el último representante de una época en decadencia, la del humanismo burgués, humanismo que a su vez abre y anuncia el advenimiento de una nueva era, la del humanismo proletario, cuya misión es derruir la explotación burguesa.²⁶

No obstante, Victor Serge,²⁷ desde las montañas de Michoacán, cerca de Pátzcuaro, al enterarse del fallecimiento de Rolland (30 de diciembre de 1944), consigna en su diario:

“*Jean-Christophe* era para mí una revelación de la nobleza de vivir; y el autor *Jean-Christophe* había sabido situarse durante primera catástrofe europea ‘por encima del conflicto’, permanecer íntegramente humano (p. 619). Los bolcheviques con los cuales yo hablaba, no querían ver en él más que un intelectual confuso, débil y bien intencionado. Esa también era la opinión de Gorki, pero Gorki expresaba tal juicio con infinita simpatía. Él vino a ver a Stalin en 1935 y le solicitó terminar con el asunto Victor Serge [...] es sobre todo a esta intervención que yo debo la vida [...] El autor de *Jean-Christophe*, a 70 años de edad, se dejaba cubrir de la sangre vertida por una tiranía de la cual él era un fiel alabador.”²⁸

Hemos de concluir destacando la resonancia que en el seno de las comunidades intelectuales más representativas del subcontinente tienen, en un primer momento, las propuestas del efímero Grupo Claridad; enseguida, el mensaje universalista de Rolland, en el periodo de las entre-guerras. Como a lo largo del desarrollo del presente estudio se ha podido apreciar, la intervención del mundo de las revistas es decisiva en la circulación e intercambio de las ideas, al mismo tiempo que constituye el lugar donde la vida intelectual se congrega y a partir del cual las redes se organizan y sociabilizan. También se debe enfatizar el hecho que los planteamientos del autor de *Jean Christophe* coinciden con las aspiraciones de una amplia franja de la nueva generación de pensadores iberoamericanos, como son el pacifismo, el antiimperialismo, el combate por la libertad de espíritu y contra toda dictadura, y la fe en que la juventud es el actor transformador de la sociedad.

Por cuestiones de espacio hemos omitido referirnos aquí a numerosos escritores e intelectuales, así como incontables revistas que también discutieron o se ocuparon permanente o esporádicamente de Rolland y su obra durante el periodo analizado. Por ejemplo, la misma *Repertorio Americano*,²⁹ así como los periódicos mexicanos *El Universal*, *Pro-Paria*, la revista *Futuro*, *Simiente* y su propia editorial “Integrales”, la cual publica los *Cuentos Infantiles*, de Gabriel Lucio,³⁰ comentados por Romain Rolland e ilustrados por Julio de la Fuente.

Notas e referências

- ¹ Cabe señalar que con anterioridad, en Buenos Aires, la revista *Nosotros* había publicado en sus páginas un artículo de Max HOCHSTOETTER, traducido por Mariano Antonio BARRENECHEA, “Ensayo sobre la obra de Romain Rolland”, Año IX, enero de 1915, no. 69, pp. 26-57.
- ² Georges DUHAMEL, *Les espoirs et les épreuves 1919-1928. Lumières sur ma vie*, Paris, Mercure de France, 1953, p. 21.
- ³ Relgis EUGEN, *El hombre libre frente a la barbarie totalitaria: un caso de conciencia: Romain Rolland*, Montevideo, Anales de la Universidad, 1954, p. 32.
- ⁴ David James FISHER, *Romain Rolland and the Politic of Intellectual Engagement*, Berkeley, California University Press, 1988, p. 101.
- ⁵ El PCF se aliena a la Internacional Comunista entre 1923-1925.
- ⁶ *Repertorio Americano*, 15 de enero de 1920.
- ⁷ Joaquín GARCÍA MONGE, “Francia y Costa Rica”, *América Latina*, 1º de octubre de 1919; reproducido en *Repertorio Americano*, vol. 1, no. 11, 15 de enero de 1920.
- ⁸ No así Charles Maurras y sus ideas del nacional catolicismo, a través de la muy leída e influyente *Action Française*, particularmente en Argentina y México, por una parte y, por otra parte, Valery Larbaud, el introductor de las letras hispanoamericanas en Francia, mediante sus artículos en la *NRF, La Revue Européenne y Commerce*, entre otras.
- ⁹ Intervenciones en Panamá (1903), Nicaragua (1912), México (1914), Haití (1915), República Dominicana (1916).
- ¹⁰ Algunas de las obras que contribuyen a la reflexión en torno a lo latino y lo sajón, son: Eduardo PRADO, *A ilusão americana*, 1883; César ZUMETA, *Continente enfermo*, 1899; Enrique RODÓ, *Ariel*, 1900; A Manoel BONFIM, *América Latina: Males de origen*, 1903; José María Vargas VILA, *Ante los bárbaros*, 1903; Enrique José VERONA, “el imperialismo a la luz de la sociología”, 1905, conferencia dictada en la Habana; Manuel González PRADA, *Mister Root*, 1906; Francisco García CALDERÓN, *Las democracias latinas de América*, 1912; Manuel Ugarte, *El peligro yanqui*, 1901, y *El porvenir de América española*, 1910; Rubén DARÍO, “El crepúsculo de España” y “El triunfo de Calibán”, 1898.
- ¹¹ Fundada por José Ingenieros, entre 1919-1920 publicará numerosos artículos del Grupo Claridad y, o de los miembros del núcleo fundador: “El manifiesto del Grupo Claridad contra la intervención en Rusia, 15 de octubre de 1919 y “Contra los Progroms. Un llamado a la humanidad”, 15 de diciembre de 1919; Anatole FRANCE, “La revolución rusa”, 1º y 15 de octubre de 1919, y “La función de los Maestros. Preparar la paz del mundo y la unión de los pueblos”, 15 de noviembre de 1919; Henri BARBUSSE, “La obra constructiva de Rusia”, 15 de diciembre de 1919, y “La voluntad de los veteranos de la guerra”, 15 de junio de 1920; Romain ROLLAND, “El camino que sube en espiral”, 1º de noviembre de 1919) y “Una carta de Romain Rolland sobre Rusia, 15 de septiembre de 1920; Máximo GORKI, “Un libro notable. El fuego, de Henri Barbusse”, 1º de junio de 1920. Antonio ZAMORA retomará la revista *Claridad*, “Tribuna del pensamiento izquierdista” (1926-1941).
- ¹² *Claridad*, órgano de difusión de la Federación de Estudiantes de Chile, entre 1920-1926.
- ¹³ Robert, PARIS, “La formación ideológica de José Carlos Mariátegui”, trad. del francés – Oscar TERÁN, México, Siglo XXI, *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 92, 1981.
- ¹⁴ “Romain Rolland”, publicado originalmente en *Varietades: Lima, 11 de setiembre de 1926; reproducido en Repertorio Americano, Tomo XIII, N° 21, pp. 329-33, San José de Costa Rica, 4 de diciembre de 1928.*
- ¹⁵ Michael LOWY, “La mística revolucionaria de JCM”, *Corriente Praxis*, enero de 2006.
- ¹⁶ Lugar en el que funda el APRA, en mayo, en cuya declaración de principios subraya la unidad latinoamericana y el combate contra el imperialismo estadounidense. Un año más tarde se constituirá otra importante liga antiimperialista, la Unión Latinoamericana, dirigida por José Ingenieros, en Buenos Aires.

¹⁷ Sobre la relación epistolar entre Rolland y Haya de la Torre, ver: “Correspondances [cuatro cartas] entre Romain Rolland et ses autres amis du Nouveau Monde”, *Permanence et pluralité* (Actes du colloque de Clemezy, septiembre de 1994, édités par Anne-Marie CHAGNY, Nevers, 1995, pp. 176-182; Luis Alberto SÁNCHEZ, *Haya de la Torre y el APRA*, Lima, Ediciones del Pacífico, 1955, p. 164; Eugenio CHANG-RODRÍGUEZ, *Poética e ideología en José Carlos Mariátegui*, Madrid, Ediciones José Porrúa Turanzas, 1983, p. 230.

¹⁸ La visita de Tagore a Rolland en Villeneuve había estado precedida de su estancia en Roma con Mussolini, con el cual se entrevistó en dos ocasiones. El contenido de esas entrevistas, lo mismo que sus discursos, fueron tergiversados por la prensa fascista. Ante esta situación, el escritor francés le hizo ver el impacto negativo que tal actitud tenía en la opinión pública progresista y lo puso en contacto con representantes de la oposición en Italia.

¹⁹ *El Universal ilustrado*, México, 8 de mayo 1924.

²⁰ Eugenio CHANG-RODRÍGUEZ, *Poética e ideología en José Carlos Mariátegui*, Madrid, Ediciones José Porrúa Turanzas, 1983, p. 147.

²¹ Carta citada por Eduardo AVILÉS en “Lo que piensa Francia de nuestros problemas políticos”, *El País*, La Habana, 19 de mayo de 1930.

²² Relgis EUGEN, *El hombre libre frente a la barbarie totalitaria: un caso de conciencia: Romain Rolland*, Montevideo, Anales de la Universidad, 1954, p. 30.

²³ Carta no. 60. *Correspondance entre Romain Rolland et Maxime Gorki*, 1916-1936, préface et notes de Jean Pérus, Paris, Éditions Albin Michel, 1991, p. 134.

²⁴ Carta de Rolland a Vasconcelos, Villa Olga, Villeneuve (Vaud), Suiza, 9 de enero de 1924, transcrita en *Repertorio Americano*, no. 2, 31 de marzo de 1924, p. 25.

²⁵ “Romain, Rolland”, *Variedades*, Lima, 11 de septiembre de 1926 [forma parte de *Signos y obras*, de sus *Obras Completas*].

²⁶ Aníbal PONCE, *Obras*, compilación y prólogo de Juan Marinello, La Habana, Casa de las Américas, serie Colección Nuestra América, 1975, pp. 456 y 501.

²⁷ Victor Serge, nacido en Bélgica, había sido deportado a Oremburgo, en los bordes del Ural, sin juicio, por aplicación de una medida de la KGB (Comité para la Seguridad del Estado). Victor puede salir de Rusia siete años más tarde (1940) y busca refugio en México, donde mure en exilio.

²⁸ Victor SERGE, *Carnets (1935-1947)*, nouvelle édition établie par Claudio Albertani et Claude Rioux, Marseille, Agone, Mémoires Sociales, 2012, pp. 619-621.

²⁹ Romain ROLLAND, “La respuesta de Asia. Con motivo del centenario de Tolstoy”, 8 de septiembre de 1928.

³⁰ Gabriel Lucio ARGUELLES (1899-1980), profesor y director de la Escuela Normal Veracruzana.

A concepção educacional do professor e intelectual Delgado de Carvalho para o ensino das Ciências Humanas

*Beatriz Boclin Marques dos Santos**

Introdução

No presente trabalho apresentamos alguns aspectos da visão do professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho sobre o ensino de História e Geografia ao longo da primeira década do século XX. Importante representante da intelectualidade brasileira no campo da educação, o professor Delgado de Carvalho destacou em sua brilhante trajetória profissional a preocupação com o ensino. Delgado de Carvalho apresenta em seu currículo uma formação europeia, marcada pelo domínio dos idiomas: inglês, francês e alemão. Filho do diplomata brasileiro Carlos Dias Delgado de Carvalho, iniciou seus estudos na França tendo se bacharelado em Letras pela Universidade de Lyon. Coursou também História da Civilização na *École de Sciences Politiques* de Paris e estudou Ciências Sociais na *London School of Economics*.¹ Essa formação acadêmica erudita, com conhecimentos profundos da área das Ciências Humanas, o habilitou não apenas a ocupar cargos acadêmicos de influência no governo brasileiro e em instituições nacionais como a Associação Brasileira de Educação (ABE), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Colégio Pedro II, como também a conceber uma proposta de construção de disciplina escolar para as escolas brasileiras no campo das Ciências Sociais. Influenciado pelas ideias oriundas da Escola Nova, na década de 1950 apresentou aos educadores brasileiros a disciplina Estudos Sociais como proposta para o currículo das Ciências Humanas no ensino fundamental. A disciplina Estudos Sociais posteriormente foi foco de uma polêmica no ensino de História e Geografia, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 5.692/71 substituiu as duas disciplinas citadas pelos Estudos Sociais no currículo do então 1º grau. Destacamos, portanto, as ideias do intelectual Delgado de Carvalho, que apesar de sua grande atuação na academia não descuidou do

* Pesquisadora Docente. Coordenadora do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM)

ensino, direcionando seu conhecimento de educação ao aprimoramento do currículo e da metodologia nas escolas.

Delgado de Carvalho e a Reforma Francisco Campos (1931)

A influência das ideias do professor catedrático Delgado de Carvalho para a construção do ensino de História e Geografia no Brasil pode ser sentida primeiramente na Reforma Educacional Francisco Campos (1931), quando participou ativamente das discussões concernentes às mudanças nos programas e na metodologia de ensino que deveriam ser implementados nas escolas brasileiras.

A Reforma Francisco Campos centralizou no Ministério da Educação e Saúde Pública toda a regulamentação do ensino primário, secundário e superior, bem como promoveu a unificação dos programas de ensino e das metodologias de ensino. O caráter centralizador da proposta revelava uma tentativa de criar um padrão uniforme para o ensino nacional.

O ministro Francisco Campos redefiniu os objetivos do ensino secundário. Tornou obrigatório aos estudantes que desejassem cursar o ensino superior a matricular-se no curso secundário, seriado e com frequência obrigatória, uma vez que a preparação para o ingresso no ensino superior ainda ocorria mediante aulas avulsas e cursos preparatórios.

Os intelectuais da reforma consideravam a História como disciplina fundamental para a formação da cidadania, como demonstra o texto das Instruções Metodológicas para o Programa de História da Civilização do curso secundário fundamental: “Conquanto pertença a todas as disciplinas do curso a formação da consciência social do aluno, é nos estudos da História que mais eficazmente se realiza a educação política”.²

Havia, no decorrer da década de 30, uma polêmica quanto às concepções da História: a primeira corrente de pensamento entendia o ensino da História sob a perspectiva da História da Civilização, concepção esta que marcou a reforma de 1931. Nesta visão, prevalecia a ideia de *evolução da humanidade*, ou seja, o estudo deveria partir do geral, daquilo que acontece com os homens de forma coletiva, para se chegar a questões particulares das nações. Era o chamado universalismo, pelo qual a História do Brasil estaria inserida no contexto da História Universal. A segunda corrente concebia o ensino de História a partir da especificidade da nação brasileira, em contraposição à ideia de evolução da humanidade, e defendia o estudo das singularidades da nação. Esta concepção pretendia a volta da disciplina História do Brasil. Os defensores da separação entre História do Brasil e História Geral entendiam que a História do Brasil permitia o estudo do passado nacional, cumprindo a disciplina “um importante papel cívico, glorificando a Pátria e desvendando suas características vocacionais, fundamento para se pensar o porvir.”³

A oposição à corrente de pensamento universalista era encabeçada pelos historiadores do IHGB, que defendiam a *concepção nacionalista* ao contrário da ênfase no progresso da humanidade, que valorizava as características singulares de cada nação.

“Os membros do IHGB participaram ativamente desse movimento pela volta da disciplina História do Brasil. O presidente do IHGB na época Max Fleiuss (1934) chegou a enviar ao Presidente Getúlio Vargas uma exposição de motivos pela volta da cadeira de História do Brasil nos programas de ensino enfatizando que: “Suprimir-se o seu ensino (de História Pátria) nos estabelecimentos de instrução, equivale a estancar nas fontes o mais estuante veio da alma brasileira.”⁴

Essas duas tendências historiográficas dominavam as discussões nos espaços das academias e instituições intelectuais como a Associação Brasileira de Educação e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e se estendiam ao interior do Colégio Pedro II, cujos catedráticos, também membros dessas instituições – como Delgado de Carvalho (1927) e Jonathas Serrano (1926), por exemplo – polemizavam sobre a concepção de ensino de História que deveria prevalecer.

Jonathas Serrano, catedrático de História, acompanhava seus companheiros do IHGB na crítica à proposta de programas de ensino elaborada pelo Ministério, embora compartilhasse das ideias da Escola Nova sobre o método ativo,⁵ em que o aluno participa dinamicamente do processo de aprendizagem – ideia cultuada pelos membros da ABE. Assim como Delgado de Carvalho, Serrano entendia que o ensino de História deveria ser mais dinâmico e menos expositivo e factual, valorizando a experimentação; em contrapartida, discordava de Delgado quanto ao universalismo da proposta, que omitia as peculiaridades da História Nacional.

Assim como Serrano, os demais historiadores do IHGB exigiam o retorno da História Pátria (reestabelecida com a Reforma Capanema 1942), reafirmando que o objetivo fundamental da História do Brasil era a formação moral e patriótica.

Na defesa dessa proposta, Serrano argumentou contra o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que expressava uma crítica ao tipo de escola até então existente no Brasil, sendo este modelo caracterizado pela seletividade social e pelo ensino propedêutico de conteúdos formalistas, e que defendia a concepção norte-americana de escola universal e democrática, guiando-se pelo método ativo e voltada para a formação sociocultural dos cidadãos.

Delgado de Carvalho, primeiro presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE), catedrático de Sociologia do Colégio Pedro II e autor de vários livros didáticos de História da Civilização, defendia uma História Sociológica, de modo a inserir nos conteúdos da História elementos das Ciências Sociais – Antropologia, Sociologia e Arqueologia. Membro ativo da Associação Brasileira de Educação e com grande representatividade junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública,⁶ Delgado de Carvalho influenciou as concepções da História inseridas na Reforma Francisco Campos. Partilhava da concepção universalista para o ensino de História que os intelectuais idealizadores da reforma Francisco Campos conseguiram concretizar nos programas de ensino para as escolas secundárias brasileiras. Influenciados pela ideia do universalismo, uniram a História Geral, a História do Brasil e a História da América criando a disciplina História da Civilização. Os programas de ensino revelavam essa

perspectiva universalista que se fundamentava na concepção de que a civilização é uma só e que tinha o estudo do cotidiano material e cultural como demonstrativo do progresso da humanidade, como defendia Delgado de Carvalho:⁷

“[A História] é o conjunto das experiências humanas que deverão ser buscadas as situações exemplares que permitem pensar soluções para os nossos problemas. A humanidade é o objeto de estudo. A civilização é uma, um eterno progredir; daí uma História da civilização no singular. [...] Através do cotidiano material ou cultural, demonstrar o progresso da humanidade. Essa concepção pretendia constituir um outro conhecimento, afastando-se da história política, factual, árida, mnemotécnica, crivada de nomes e datas para concentrar os seus ensinamentos numa ‘história cultural’ das civilizações, isto é, uma história da vida material, intelectual e moral.”

A concepção universalista da História, que procurava apontar o progresso da humanidade mediante a comparação da vida primitiva dos povos com a vida moderna, inserida na Reforma Francisco Campos e defendida por Delgado de Carvalho, influenciou também o programa de História do Colégio Pedro II na década de 1930. Importante destacar que Delgado era catedrático de Sociologia no Colégio Pedro II. Embora tivesse ingressado no Colégio para professor substituto de inglês (1920),⁸ foi na construção da disciplina Sociologia⁹ que mais se destacou, especialmente na elaboração dos programas de ensino de Sociologia a partir de 1929 até o final da década de 1930.

A convivência de Delgado com os intelectuais da Associação Brasileira de Educação (ABE), especialmente Anísio Teixeira, Lourenço Filho e o próprio Jonathas Serrano entre outros, que compartilhavam as ideias da Escola Nova, influenciou sua concepção de ensino para a área das ciências humanas.

A aproximação de Delgado de Carvalho com a Sociologia e com os princípios da Escola Nova fez nascer a proposta de criação de uma disciplina escolar para ser inserida no currículo do Ensino Fundamental, chamada de Estudos Sociais.

A influência das ideias da Escola Nova na concepção da disciplina Estudos Sociais

A influência do movimento educacional norte-americano conhecido por Escola Nova promoveu as primeiras discussões no meio dos educadores brasileiros, preocupados em trazer para o Brasil uma nova visão de educação, resultando em alterações metodológicas e programáticas nas escolas.

O ensino, nessa concepção, deveria aproximar o jovem do contexto social ao qual pertencia e minimizar a defasagem entre as propostas educacionais inseridas nos programas e currículos e o avanço científico que caracterizou o século XX, como defendia Delgado de Carvalho, que desde a década de 1930 já se destacava como importante representante brasileiro do movimento da Escola Nova: “O abismo existente entre o progresso material da nossa civilização e o atraso mental do momento é a tragédia do mundo moderno e cada vez irá se acentuando, se a Educação não preparar os indivíduos para o meio em que estão chamados a viver”.¹⁰

Os educadores da Escola Nova traziam, como tema de pauta para os debates, a preocupação com os objetivos da educação e propunham alterações dos conteúdos curriculares para atender a esses objetivos. O ensino marcado pela influência francesa de caráter factual, descritivo e conteudista que caracterizou a educação brasileira ao longo do século XIX, distanciava-se da nova proposta de uma educação integradora e socializadora.

Dos teóricos da Escola Nova, merecem destaque as ideias de John Dewey por terem influenciado profundamente figuras-chave no processo de divulgação e expansão das propostas pedagógicas desse movimento no Brasil. Nesse sentido, cabe citar Lourenço Filho,¹¹ Fernando Azevedo¹² e Anísio Teixeira¹³ como representantes da “trindade cardinalícia do movimento da Escola Nova no Brasil”.¹⁴

Os expoentes brasileiros da Escola Nova, signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)¹⁵ – Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Delgado de Carvalho, dentre outros – trouxeram para o Brasil os estudos do filósofo e educador norte-americano John Dewey (1859-1952). As ideias de Dewey deixaram marcas no pensamento educacional brasileiro, como a concepção de que o ensino deve articular-se com a realidade em que vive o estudante. As ideias de John Dewey tiveram maior repercussão no Brasil a partir da divulgação, na década de 30, da *Carta dos Estudos Sociais nas Escolas*, apresentada aos educadores norte-americanos em 1931. Elaborada pela Comissão de Estudos Sociais da *National Education Association*, representou a inserção dos Estudos Sociais como disciplina escolar na organização pedagógica norte-americana.

Na gestão de Anísio Teixeira, que sucedeu Fernando Azevedo na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal,¹⁶ os Estudos Sociais foram introduzidos nos currículos das escolas elementares (primárias). O revolucionário projeto educacional permitiu grande divulgação nacional das ideias oriundas da Escola Nova e mais especificamente da obra de John Dewey, várias delas traduzidas para a língua portuguesa pelo próprio Anísio Teixeira.¹⁷ Nesses termos, os conceitos do teórico norte-americano repercutiram na educação brasileira especialmente do ponto de vista social, exemplificadas tanto nas críticas feitas por Anísio Teixeira ao modelo de escola secundária que caracterizava o Brasil na época quanto nas propostas inovadoras por ele implementadas, estabelecendo novas referências para a construção do currículo das escolas primárias e secundárias daquele período.

Nessa mesma época, Anísio também inspirou a publicação do Programa de Ciências Sociais (1934) para a escola elementar, com várias edições até 1955. Em 1962 o MEC publicou, na Biblioteca do Professor Brasileiro, Estudos Sociais na Escola Primária com orientação e redação de Josephina de Castro e Silva Gaudenzi, obra reeditada nos anos 60 sob o título Estudos Sociais na Escola Elementar: “... quando, com pequenas modificações, foi incorporado à Biblioteca do professor Brasileiro, no programa de emergência do Ministério da Educação e Cultura, à frente do qual encontrava-se, então, o professor Darcy Ribeiro.”¹⁸

A apropriação da obra de John Dewey introduziu, nas discussões pedagógicas brasileiras, novos referenciais de resposta às questões educacionais da época.

Dessa forma, as teorias apropriadas pelos educadores da Escola Nova e fundamentadas na ideia do ensino com significado prático para a vida do aluno, em oposição ao academicismo das propostas educacionais de influência francesa, criaram as condições para se pensar em uma nova abordagem para os conteúdos da História e da Geografia, resultando na proposta dos Estudos Sociais.

Para alguns teóricos brasileiros engajados na proposta da Escola Nova, a sistematização das disciplinas escolares criava um engessamento dos currículos, prejudicando o objetivo de tornar o conteúdo escolar mais próximo e útil para a vida prática. Defendiam que, na vida, os conhecimentos estão interligados, diferentemente do que acontece na concepção do ensino nos estabelecimentos escolares, formados pela rigidez das grades curriculares por disciplina. Acreditavam, ainda, que a existência da disciplina escolar estabelecia um campo mais rígido, dificultando a flexibilidade necessária à compreensão dos diferentes aspectos que compõem o conhecimento humano. Na proposta de flexibilizar o ensino e romper com a fragmentação que caracteriza a estrutura escolar por disciplinas, entendiam que a escola deveria promover práticas pedagógicas interdisciplinares, no sentido da troca de conhecimentos, de análises, de métodos entre duas ou mais disciplinas, onde se procura contrariar a tendência de trabalhar determinado conteúdo ou assunto sob um único olhar. Ampliando a perspectiva de compreensão do tema, o pesquisador – seja ele o professor e/ou aluno –, a partir do objeto de estudo de uma disciplina busca recursos, conceitos, métodos de mais de uma área do conhecimento; desse modo, pode recorrer aos saberes das diferentes áreas para aprofundar o tema escolhido.¹⁹

Nessa perspectiva, eram selecionados os conteúdos das disciplinas escolares que melhor atendessem aos projetos e pesquisas desenvolvidos na escola. O objetivo em questão era a integração/interação do jovem ao seu meio físico e social, de tal modo que o objetivo educacional suplantava o objetivo específico das disciplinas.

De acordo com os defensores dessa proposta no Brasil, os Estudos Sociais, ao contrário da rígida delimitação do campo de estudo proporcionada pelas disciplinas História e Geografia, permitiam uma maior flexibilidade, trabalhando a interação dos conteúdos da área das Ciências Humanas. Nessa proposta, o objetivo maior era a aprendizagem do aluno aliada ao seu meio ambiente físico e social e à sua participação no mesmo. Segundo o professor Delgado de Carvalho, defensor dos Estudos Sociais no Brasil, essa concepção de ensino traria muitos benefícios uma vez que: “[...] alargam-se os campos de trabalho, interpretam-se tópicos de disciplinas diferentes; multiplicam-se as interdependências e apagam-se, também, as delimitações precisas”.²⁰

Cabe destacar que a proposta de trabalho dos Estudos Sociais era bem ampla, e que a escolha dos conteúdos a serem trabalhados deveria atender às expectativas da aprendizagem, inseridas no projeto da escola para aquela disciplina. Nos Estudos Sociais entendia-se que qualquer conteúdo das ciências humanas poderia ser utilizado para o objetivo de levar o aluno ao conhecimento humano. O importante, nessa perspectiva, era a metodologia de trabalho, onde as experiências planejadas para o ensino valorizavam as iniciativas da criança e do professor.²¹ Pelo que é possível inferir, as concepções educacionais oriundas da Escola Nova expressavam marcas de

uma relação da educação com a sociologia. O fundamento teórico-metodológico da educação era promover a interação do homem com o meio físico e social em que vive, em uma perspectiva interdisciplinar, tomando os fenômenos sociais como um recurso de análise.²² Essa perspectiva educacional, com base em novas referências teóricas, contribuiu para que fossem criadas as condições para se elaborar uma nova abordagem para os conteúdos da História e da Geografia, resultando na proposta dos Estudos Sociais.

Nessa perspectiva, observamos que as ideias escolanovistas, ao chegarem ao Brasil, fortaleceram os conhecimentos oriundos da sociologia no ensino das Ciências Humanas,²³ chegando essa disciplina ao currículo de algumas escolas brasileiras especialmente no início do século XX: “Já nas primeiras décadas do século XX, quando ocorre de forma mais visível a chegada dos princípios da chamada Escola Nova no Brasil, tivemos, por exemplo, a introdução da disciplina Sociologia na Escola Normal.”²⁴

A professora Elza Nadai reconhece três momentos de implantação da proposta dos Estudos Sociais, cada um deles com sentidos diversos. No entanto, para a autora não houve uma definição precisa do seu significado como uma disciplina ou uma área de estudos. Podemos perceber, porém, que estiveram sempre associados a objetivos específicos da educação, ou melhor, da preocupação pedagógica. Faremos o destaque para o período correspondente às décadas de 1950 e 1960, pela influência determinante das ideias do professor Delgado de Carvalho para a criação da disciplina Estudos Sociais. Nesse contexto, essa disciplina representou uma proposta oriunda de um contexto reformista aliado ao pensamento progressista educacional, sem nenhuma obrigatoriedade de implantação. Nessa ocasião, o conteúdo dos Estudos Sociais era extraído das Ciências Humanas, usando-se a expressão Ciências Sociais para designar uma nova área de estudos, cujo “objetivo fundamental ligava-se à divulgação do conhecimento produzido no âmbito das Ciências Sociais”.²⁵

Privilegiavam-se os conteúdos da História, caracterizados pela memorização de nomes e datas. Posteriormente foram inseridos conteúdos da Geografia, da Sociologia, da Política e da Economia. Sobre esse sentido dos Estudos Sociais, Delgado de Carvalho, em seu livro *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*, afirma que:

“... as Ciências Sociais são ensinadas sob a forma de Estudos Sociais [...] Estes têm campo idêntico, pois tratam de relações humanas e compreendem as mesmas disciplinas (ele inclui a Sociologia, a História, a Política, a Economia, a Geografia e a Antropologia Cultural). Mas seu objetivo não é propriamente a investigação, mas sim o ensino, a vulgarização. O seu propósito não é fazer progredir a Ciência, mas educar. Sem ser normativa, as Ciências Sociais guiam os Estudos Sociais e os levam a conclusões práticas instrutivas e úteis.”²⁶

É importante destacar que Carvalho já considerava a distinção entre disciplina escolar e científica, mesmo que as pesquisas ainda não se voltassem para essa diferenciação – o que é uma discussão mais recente do ponto de vista da pesquisa educacional.²⁷

No preâmbulo do livro supracitado, Delgado de Carvalho confirma sua aproximação com os expoentes da Escola Nova no Brasil, ao mencionar que: "... a publicação que aí segue sob o impulso animador de Anísio Teixeira é a execução de um plano que, num dia de 1953, me foi traçado, entre duas aulas, por Lourenço Filho. Não sei se foi isso que ele tinha em vista. Talvez venha eu trair o seu pensamento..."²⁸

O objetivo da proposta era o de aproximar o jovem da vida em sociedade, valorizar a ação individual, a consciência de cada um quanto à melhoria das condições da sociedade em que vive. Preocupava-se com a vivência harmoniosa do jovem e sua identificação nessa sociedade. Há um destaque para a realização de tarefas cooperativas, de integração entre indivíduos, e de conhecimento sobre diferentes etnias, nações e países que compõem a humanidade.

Os Estudos Sociais na visão de Delgado de Carvalho/década de 1950 e 1960

A concepção de Estudos Sociais que marcou as décadas de 1950 e 1960 no Brasil pode ser compreendida em sua origem, a partir da leitura do artigo do catedrático Delgado de Carvalho, intitulado *Os Estudos Sociais no curso secundário*.

Nesse documento de 1953, o professor do Colégio Pedro II explicava o significado do termo *Estudos Sociais* e defendia a sua inclusão no currículo do ensino secundário pelo caráter interdisciplinar e pela perspectiva de uma análise mais abrangente dos conteúdos da História e da Geografia, contrastando com o currículo tradicional.

Segundo o autor, o termo Estudos Sociais refere-se: "... ao conjunto das matérias de ensino cujo conteúdo científico é proporcionado aos educandos de grau secundário pelas *Ciências Sociais* propriamente ditas, isto é, a Geografia, a História, a Política, a Sociologia e a Economia."²⁹

Nesse artigo, Carvalho faz uma crítica aos programas brasileiros e à educação como um todo, por entender que ainda se remetem aos currículos tradicionais com a marca das *humanidades*, sem a preocupação de aproximar o ensino da realidade dos alunos; lembra, ainda, que as disciplinas de caráter social entraram no currículo somente na Época Moderna, em programas que privilegiavam o ensino clássico. O autor destaca que esses programas de influência francesa remontavam à Grécia antiga, onde os estudantes preparavam-se para a vida pública. Valorizava-se a formação erudita e rejeitava-se completamente as questões funcionais, sendo a aprendizagem vista como *prática ocasional*. Defendia que, nos Estudos Sociais, os conteúdos selecionados da História, da Geografia e da Sociologia deveriam ser trabalhados de modo a aproximar o ensino da vida cotidiana dos alunos, tornando a vida escolar mais funcional e atenuando o enciclopedismo dos programas. Portanto, essa defesa dos Estudos Sociais relacionava-se diretamente às ideias da Escola Nova e aos currículos da época:

“No Brasil, a não ser a Geografia na sua parte teórica, os estudos sociais são dotados de programas antiquados, ministrados por métodos atrasados e, na sua quase totalidade alheios às necessidades dos educandos, aos interesses do momento histórico e às realidades sociais... [...] a educação atual, em muitos países, não consegue prender o espírito dos educandos, nem despertar sua

curiosidade e seu interesse pelas matérias do ensino secundário, porque lhes ministra ensinamentos tradicionais e antiquados que não refletem as preocupações do momento histórico em que vivemos.”³⁰

No entendimento de Carvalho, os objetivos da disciplina Estudos Sociais visavam proporcionar ao aluno uma visão mais complexa da realidade social em que vive, observando que essa vida social é formada por uma interdependência de aspectos históricos, geográficos, sociológicos e econômicos, não sendo possível – em sua opinião – uma única disciplina, isoladamente, pudesse dar conta da complexidade das relações entre esses diversos aspectos. A nosso ver, o autor apresentava como foco dos estudos a essência sociológica:

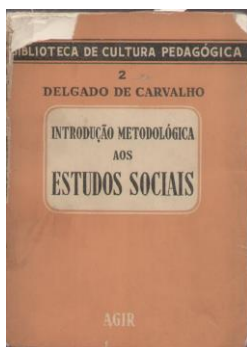
“A vida em sociedade é uma, complexa e formada de elementos interdependentes. A sua essência sociológica é ‘interação’ ou ‘interrelação’; isto é, a vida social, em momento nenhum, é exclusivamente econômica. A sua variedade resulta, em grande parte, da dosagem desses elementos, em cada caso. Por isso mesmo, um só deles não é suficiente para explicá-la.”³¹

Vale ressaltar que o autor já defendia, na década de 50, os Estudos Sociais como disciplina no currículo do ensino secundário e justificava sua proposta de tornar os Estudos Sociais uma matéria escolar, argumentando que:

“Os estudos sociais, pois a eles cabe esta disciplina, deveriam, no currículo, constituir uma única matéria [...] Ora, o objetivo moderno da educação é a visão global dos fenômenos, por que desta visão, tão completa quanto possível, é de ressaltar a significação dos fatos e a sua explicação. A simples memorização dos fatos é talvez recomendável, mas, em si, é inútil, visto que a sua utilidade está subordinada a suas relações com outros fatos da mesma ordem ou de ordem diferente.”³²

Em 1957, Delgado de Carvalho publicou a primeira edição do seu livro sobre o tema dos Estudos Sociais: *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*, reeditado em 1970,³³ onde reafirma as ideias expostas anteriormente, no artigo de 1953.

A concepção educacional do professor e intelectual Delgado de Carvalho
Beatriz Boclin Marques dos SANTOS



Capa do livro de Estudos Sociais
Fonte: CARVALHO, 1957

Na primeira parte da obra, somos contemplados com uma *conceituação dos Estudos Sociais*, revelando-nos a concepção de Carvalho acerca dos Estudos Sociais e sua influência sobre as décadas seguintes. O autor afirmava que as Ciências Sociais, incluindo nessa categoria a Sociologia, a História, a Política, a Economia, a Geografia Humana e a Antropologia Cultural seriam ensinadas sob a forma de Estudos Sociais. A visão do autor dos Estudos Sociais como uma disciplina escolar é corroborada pela afirmação de que: “Os Estudos Sociais podem constituir matéria de ensino em todos os graus escolares”.³⁴

Composta por conteúdos das Ciências Sociais, essa disciplina teria objetivo eminentemente escolar, não se remetendo à sistemática da investigação científica que caracterizava as disciplinas acadêmicas, mas sim a opção pelo ensino. Carvalho afirmava também que havia uma interdependência dos conteúdos das disciplinas que compõem as Ciências Sociais, de modo que:

“... esta fusão das matérias resulta do fato da Ciência ser Una; nós é que a subdividimos para a comodidade do estudo, do ensino, da própria limitação do espírito. Na vida real, não há subdivisões: os fatos históricos são ao mesmo tempo geográficos, econômicos e sociais. Há, pois, uma integração; é natural que a tendência da educação moderna seja para esta integração, único meio de restituir-lhe a realidade que refletem.”³⁵

Depreende-se que o autor relacionava a criação da disciplina Estudos Sociais aos novos objetivos e finalidades da educação. Vivia-se, naquele período, um momento de revisão dos valores relacionados ao ensino, incluindo uma revisão dos conteúdos das disciplinas, dos métodos didáticos e da própria aprendizagem de maneira geral:

“Estamos numa época de transição, num mundo em mudança como já foi dito. Resulta isto não somente dos acontecimentos político-sociais, mas, também, dos conhecimentos científicos novos que se multiplicam sob nossos olhos. Estamos

num mundo que não dispensa mais nem o rádio, nem a televisão, nem a penicilina... nem a energia atômica, e que requer estes recursos para a sua vida social. Uma nova filosofia educacional se impõe.”³⁶

Delgado acreditava que a finalidade social da educação seria fundamental naquela época, pois abarcaria os propósitos profissional e cultural, preparando o indivíduo para viver em uma sociedade caracterizada pela constante evolução:

“A sociedade em evolução, isto é, a sequência dos acontecimentos de cada momento, constitui o laço que une as Ciências Sociais. Cada uma delas é como um foco de luz que ilumina os mesmos fatos os mesmos fenômenos, colocando, por assim dizer, de modo diferente as mesmas coisas. A Ciência é uma, subdividimo-la por conveniência.”³⁷

Ainda em sua obra de 1957, o autor incluiu dados relevantes sobre a origem dos Estudos Sociais como disciplina, sustentando que durante certo tempo não se fazia distinção entre Estudos Sociais e Ciências Sociais.³⁸ Essa diferenciação teve origem em 1916, quando a instituição norte-americana *National Education Association* criou a *Comissão de Estudos Sociais*, complementada – em 1921 – pela criação do Conselho Nacional de Estudos Sociais, permitindo a oficialização da proposta de uma nova disciplina escolar.³⁹

Delgado acrescentou, ainda, que a Comissão de Estudos Sociais, reunida em 1929, apresentou a chamada *Carta dos Estudos Sociais nas Escolas* em 1931, “redigida por 16 historiadores, geógrafos e sociólogos norte-americanos de incontestável autoridade. Esta Carta que formula os objetivos específicos dos Estudos Sociais marcou uma data na expressão do pensamento educacional dos Estados Unidos e, nestes últimos vinte anos em nada perdeu de sua oportunidade”. Nesse documento, reafirmava-se a finalidade social buscada para a educação e o objetivo dos Estudos Sociais como uma disciplina eminentemente escolar, valorizando o preparo do educando para a vida em sociedade. O objetivo fundamental dos Estudos Sociais seria: “... a formação de ricas e diversificadas personalidades, aparelhadas de conhecimento prático e inspiradas por ideais que lhes permitam fazer o seu caminho e desempenhar a sua missão numa sociedade em mudança que faz parte de um complexo mundial.”⁴⁰

Nessa perspectiva, o ensino deveria privilegiar a construção das qualidades indispensáveis à vida em sociedade, de modo a conjugar finalidades individuais e sociais. Os Estudos Sociais teriam, assim, a função de auxiliar os jovens a identificar-se com a sociedade onde estão inseridos. O mesmo autor acrescenta: “O curso moderno dos Estudos Sociais ... revela-lhes os fatos e as relações que lhes permitem se identificar com os trabalhos, as festas e as proezas da humanidade”.

Destacava, ainda, a importância da educação – e mais especificamente dos Estudos Sociais – em promover no jovem a consciência do lugar que ocupa na sociedade. O autor cita o educador inglês James Hemming (*The Teaching of Social Studies*, 1949) para explicar o sentido dessa conscientização:

A concepção educacional do professor e intelectual Delgado de Carvalho
Beatriz Boclin Marques dos SANTOS

“Todos os assuntos podem ser usados para despertar a consciência social e a responsabilidade, aproveitando tudo quanto neles possa a isso se prestar. Mas os resultados não passarão de fragmentos e remendos, se estas contribuições parciais não são unificadas dentro de um plano específico de curso, para a formação da compreensão social da criança.”⁴¹

Delgado compartilhava das opiniões do educador inglês de promover uma integração das disciplinas de Ciências Sociais com o objetivo específico de ensino direcionado à preparação do jovem para a sua vida em sociedade, ou melhor, de uma socialização capaz de permitir uma compreensão mais abrangente da sociedade em que vive e do seu papel social. Os Estudos Sociais atenderiam à necessidade de “despertar no jovem esta consciência das funções que pode desempenhar na estrutura social a que pertence”.⁴² Nesses termos, o autor relaciona os propósitos dos Estudos Sociais a uma questão de educação e de filosofia de vida, justificando as finalidades dos Estudos Sociais por meio de citação de Schutte, outro educador norte-americano.⁴³

“As dificuldades sociais do mundo presente são essencialmente devidas ao fato dos progressos em conhecimentos e invenções terem muito ultrapassado os progressos das relações humanas. Os nossos conceitos sociais não estão em harmonia com os requisitos do industrialismo do século XX e são comparáveis aos da ordem social agrária de cem anos atrás. Sob vários pontos de vista, correspondem melhor às obscuras condições da Idade Média.”⁴⁴

Ao compartilhar as ideias de Schulte, Delgado entendia que a evolução material não veio acompanhada pela evolução das relações humanas, e destacava o individualismo como a causa das grandes dificuldades sociais. Alertava, também, para o fato de que o progresso material da humanidade precisaria ser acompanhado de uma evolução mental do ser humano, e que a educação desempenharia um papel fundamental na preparação do indivíduo para sua atuação no meio social em que vive. Desse modo, caberia à educação preparar o jovem para uma nova sociedade, caracterizada pelas inovações tecnológicas, mas ao mesmo tempo minimizar o caráter individualista e enfatizar os elementos sociais na nova estrutura educacional:

“Não se pode mais pensar em educação, a não ser em termos de função social. [...] muito devemos ao passado, mas a hora atual impõe as suas exigências sociais, como as suas exigências materiais: a educação de hoje tem de se adaptar a uma vida de aviões e rádios, televisões, cinemascopes, refrigeradores e bombas atômicas [...] o abismo existente entre o progresso material da nossa civilização e o atraso mental do momento é a tragédia do mundo moderno e cada vez irá se acentuando se a educação não preparar os indivíduos para o meio em que estão chamados a viver.”⁴⁵

Nesse sentido, apontou a sociologia educacional como disciplina estratégica naquela conjuntura, enfatizando o papel da sociologia como uma ciência despida de dogmatismo e “dedicada à interpretação da experiência humana”, e dos Estudos Sociais como

disciplina do currículo, fundamentada na compreensão da vida social e mais especificamente das relações humanas, com foco sobre o aspecto sociológico: “Por isso, pode a sociologia ser considerada como a chave dos Estudos Sociais. O seu conteúdo representa o *substractum* das ciências do Homem e os seus objetivos abrangem as próprias bases dos conhecimentos sociais que, em última análise, ela condiciona.”⁴⁶

Ainda na obra supracitada, o autor apresenta uma proposta para os Estudos Sociais nos cursos Ginásial e Colegial, a saber: nas três primeiras séries do Curso Ginásial, a História e a Geografia seriam trabalhadas paralelamente no currículo. Na primeira série, o aluno estudaria a Geografia do Brasil juntamente com a História do Brasil – Colônia, Império e República; na segunda série seria abordada a Geografia Física e Humana, acompanhada da História Antiga e Medieval; e na terceira série, as aulas seriam de Geografia dos Continentes e de História Moderna e Contemporânea.

Conclusão

O professor Delgado de Carvalho representa um raro modelo de intelectual que consegue realizar a transposição de seu vasto conhecimento acadêmico para a didática escolar. Apesar de toda a polêmica que a disciplina Estudos Sociais provocou quando de sua implantação no currículo de 1º Grau das escolas brasileiras (LEI 5.692/1971), esse estudo nos permite afirmar que o seu embasamento teórico tem como objeto fundamental, o desejo de atender prioritariamente à aprendizagem escolar e aos ditames do espaço escolar.

Notas e referências

- 1 J. Costa SOARES, *O Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1925 -1941)*, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- 2 DECRETO 19.890 de 18 de abril de 1931, Programas de Ensino, p.38.
- 3 Luís REZNIK, “O Lugar da História do Brasil”, Ilmar Rohloff de MATOS (Org.). *Histórias do ensino da História no Brasil*, Rio de Janeiro, Access, 1998.
- 4Max FLEIUSS [1934], “A cadeira de História do Brasil”, Ilmar Rohloff de MATTOS (Org.), Id., p.77.
- 5 Havia nessa época uma corrente de intelectuais da ABE que compartilhavam das ideias oriundas dos Estados Unidos que compunham a chamada Escola Nova. Nessa perspectiva, propunha-se “o método ativo”, um ensino onde o aluno é o sujeito do processo aprendizagem. Privilegiava-se a experimentação e situações de ensino que proporcionassem ao aluno um entendimento do passado a partir de situações do presente.
- 6 Correspondendo hoje ao Ministério da Educação.
- 7 Apud REZNIK, cit., p. 70-72.
- 8 Delgado conseguiu o primeiro lugar com a tese intitulada: *Esboço histórico da Origem da Língua Inglesa*. Tomou posse em 28 de dezembro de 1920, e posteriormente em 1924 alcançou a cátedra substituindo o professor Carlos Américo dos Santos.
- 9 No Colégio Pedro II essa disciplina foi introduzida no programa de ensino em 1925. J. Costa SOARES, cit.
- 10 Delgado de CARVALHO, *Introdução metodológica aos Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, Editora Agir, 1957, p. 75, Biblioteca de Cultura Pedagógica.
- 11 Lourenço Filho (1932-1937): em 1922 foi “Diretor da Instrução Pública do Ceará. Exerceu o magistério na Escola Normal em Fortaleza, onde realizou uma reforma geral do ensino, de significativa repercussão na época, registrada como uma das realizações pioneiras da Escola Nova” (FAVERO e BRITO, 1999, p.365). Em 1930 foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo. Em 1932, a convite de Anísio Teixeira, dirigiu o Instituto de Educação do Distrito Federal.

A concepção educacional do professor e intelectual Delgado de Carvalho
Beatriz Boclin Marques dos SANTOS

- 12 Fernando de Azevedo dirigiu a Instrução Pública no Distrito Federal entre 1927 e 1930, quando promoveu ampla reforma educacional. Foi Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo, promulgando o Código de Educação do Estado de São Paulo (1933). Em 1934 participou da fundação da Universidade do Estado de São Paulo, na qual foi Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e catedrático de Sociologia; em 1935, com a fundação da Sociedade Brasileira de Sociologia, tornou-se seu presidente. FAVERO e BRITO, 1999, p.183. Foi Relator do Manifesto dos Pioneiros da Educação.
- 13 Anísio Teixeira: em 1924 foi Diretor da Instrução Pública do Estado da Bahia; de 1931 a 1935, Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Em 1935 criou a Universidade do Distrito Federal. De 1947 a 1951 foi Secretário da Educação do Governo da Bahia. Membro do Conselho Federal de Educação de 1962 a 1968.
- 14 Demerval SAVIANI, *História das idéias pedagógicas no Brasil*, São Paulo, Campinas, Autores Associados, 2007, p. 216.
- 15 Importante documento assinado em 1932 por educadores brasileiros comprometidos com a reconstrução nacional e a reflexão sobre o papel da escola pública no processo de democratização do acesso à educação.
- 16 “Durante a gestão de Anísio Teixeira (1931-1935), a Diretoria Geral de Instrução Pública foi transformada em Departamento de Educação e depois em Secretaria de Educação e Cultura”, SAVIANI, cit., p. 218. Anísio Teixeira assumiu em 1931 a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, à convite do prefeito Pedro Ernesto Batista.
- 17 Em 1930 Anísio Teixeira publicou a tradução de dois trabalhos de John Dewey: “A criança e o programa escolar” e “Interesse e esforço”, reunidos no livro intitulado *Vida e Educação*.
- 18 Elza NADAI, “Estudos Sociais no Primeiro Grau”, MEC, *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 7, n.37, 1988, p. 4.
- 19 John DEWEY, *Vida e Educação*, 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1952.
- 20 Delgado de CARVALHO, Introdução ..., cit., p.15.
- 21 Ibid.
- 22 Fernando Azevedo publicou em 1940 o livro *Sociologia Educacional*, onde apresentava uma nova maneira de pensar a educação no Brasil que introduzia a visão das questões educacionais como fenômenos sociais.
- 23 Destacamos que alguns dos educadores, expoentes da Escola Nova no Brasil no início do século XX, foram também os introdutores da sociologia na educação brasileira – como Delgado de Carvalho e Fernando Azevedo, entre outros.
- 24 Carlos Otávio MOREIRA, “Educação entre o indivíduo e a sociedade”, Zaia BRANDÃO e Ana Waleska MENDONÇA (org), *Por que não lemos Anísio Teixeira: uma tradição esquecida*, Rio de Janeiro, Ed. Ravil, Escola de Professores (Uma realização das escolas EDEM, OGA MITÁ e Senador Correia), 1997, Coleção da Escola de Professores.
- 25 Elza Nadai, cit., p.2.
- 26 Delgado de CARVALHO, Introdução, cit., p.11.
- 27 Ana MONTEIRO, *Ensino de História: entre saberes e práticas*, Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.
- 28 Delgado de CARVALHO, Introdução ..., cit.
- 29 Delgado de CARVALHO, “Os Estudos Sociais no Curso Secundário”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, 1953, p. 54.
- 30 Ibid., pp. 54-55.
- 31 Ibid., 56.
- 32 Ibid.
- 33 A edição de 1970 não apresenta alterações significativas em relação à primeira.
- 34 Delgado de CARVALHO, Introdução ..., cit., p. 12.
- 35 Ibid., p. 16.
- 36 Ibid., p.55.
- 37 Ibid., p.58.
- 38 O autor afirma que a distinção entre Ciências Sociais e Estudos Sociais ficou estabelecida quando da criação da Comissão de Estudos Sociais, em 1916, pela *National Education Association*. Essa mesma

A concepção educacional do professor e intelectual Delgado de Carvalho
Beatriz Boclin Marques dos SANTOS

associação criou em 1921 o Conselho Nacional de Estudos Sociais, estabelecendo assim, definitivamente, a distinção entre os dois termos.

39 Delgado de CARVALHO, Introdução..., cit., p.12.

40 Ibid., p. 61.

41 Ibid., p.67.

42 Ibid., p. 69.

43 *Teaching the Social Studies*, 1942.

44 Delgado de CARVALHO, Introdução ..., cit., p.71.

45 Ibid., p.73.

46 Ibid.

Ariano Suassuna. As apropriações da cultura popular: as experiências com o Teatro de Estudantes, o Centro de Cultura Popular e o Movimento Armorial

*Christiane Marques Szesz**

Nos anos 1970, Ariano Suassuna assumiu o cargo de diretor de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco e promoveu uma grande reflexão sobre as fundações da cultura brasileira. Neste mesmo contexto, chegou a sustentar que o trabalho que estava realizando no *Movimento Armorial* fazia parte de um antigo projeto que tentava concretizar desde 1946.

Ariano Suassuna teve contato com a cultura popular desde muito pequeno.

“Meu pai tinha um excepcional gosto por poesia popular, e a biblioteca que ele me deixou exerceu uma influência forte na minha formação eu via cantoria desde muito menino. Certa vez, vi um grande cantador chamado Antonio Marinho. Além de improvisar versos nessa cantoria, ele cantou um folheto seu que sabia de memória. Nesse texto havia a presença de elementos fantásticos, uma aparição. Foi algo que me impressionou muito. Depois dali eu passei a ouvir cantadores na feira de Taperoá e lá vi, pela primeira vez, uma apresentação de mamulengos, o teatro de bonecos do Nordeste”¹

Foi, porém, nos anos de 1940 que Ariano Suassuna iniciou sua pesquisa sistemática sobre a cultura popular.² Em 1945, por exemplo, fundou o Teatro de Estudante de Pernambuco, junto com Hermilo Borba Filho. Este teatro estudantil trabalharia com temas da forma popular de cultura.

O *Teatro de Estudante* foi uma criação de Paschoal Carlos Magno. Pretendia-se inicialmente com esse projeto trazer para o palco autores nacionais. Considerava-se que o público de teatro daquela época estava acostumado apenas com a encenação de peças estrangeiras que estavam muito distantes dos problemas regionais. Isso não era peculiar só ao Recife. No Rio de Janeiro e em São Paulo, nos anos 1940, assistia-se a peças que faziam sucesso em Nova York, Paris e Londres. Alguns teatrólogos começaram a se opor às encenações de peças desvinculadas da realidade brasileira.³ Paschoal Carlos

* Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR, Doutora pela UnB.

Magno descreve as mudanças provocadas no teatro e na cultura brasileira com essas experiências:

“O Teatro de Estudante nasceu de minha mais total loucura. Eu tinha chegado da Europa e via aqui a situação melancólica do teatro brasileiro, um teatro sem muita orientação técnica, representado por atores e atrizes sem a menor preparação. Digo melancólico, porque havia uma crescente ausência. [...] Acho que a coisa mais importante do Teatro de Estudante, nessa época, foi impor a língua brasileira no nosso palco. Naquele tempo, o ator nacional falava português com um terrível sotaque lusitano. Um ator famoso da época, O Leopoldo Fróes, quem o ouvisse interpretando, pensava ser um lisboeta exilado no Brasil. Todos os seus colegas de trabalho falavam e se movimentavam em cena como se fossem portugueses exilados entre nós”.⁴

Em Pernambuco, o Teatro de Estudante ganhou especificidades.⁵ Seus integrantes diziam que o teatro devia ser representado para o povo: ou seja, os temas deveriam ser os do folheto da literatura popular em verso, da poesia épica, trágica, cômica, passional, que o povo ouvia nos versos contados pelos cegos nas feiras. Em 1945, em uma conferência sobre o teatro e a arte popular, Hermilo Borba Filho não vacilou em afirmar “que o poema dramático de Garcia Lorca, *Bodas De Sangue*, não tinha a potencialidade da história da Maria Bonita, Lampião, Antonio Conselheiro, Zumbi”,⁶ dos heróis dos folhetos populares. Hermilo Borba Filho considera que havia uma repercussão muito grande desses poemas sobre o público. E declara que a utilização da forma popular de cultura pelos escritores cultos seria o meio para atrair os não letrados para o teatro. Para Hermilo era necessário que se fizesse o teatro com esse material pois através disso “a multidão sairia das feiras para as casas de espetáculo... Que se acostume primeiro o povo com seus dramas que vivem dentro do seu sangue”.⁷ Hermilo Borba Filho estabeleceu, mais tarde, um balanço da ação do Teatro de Estudante de Pernambuco, que confirmou seu importante papel para despertar os artistas e criadores para a função da cultura popular: Para Hermilo o TEP estimulou, fundou e encenou as primeiras manifestações de uma dramaturgia nordestina inspirada em mitos e no romanceiro nordestino. O teatro de Estudante sem dinheiro e apoio formou autores, encenadores, cenógrafos, pintores, músicos, poetas novelistas, estudiosos das tradições e artes do povo. Criou também uma editora e lançou livros.⁸

O objetivo do Teatro de Estudante era popularizar o teatro. Hermilo Borba Filho defendia que era preciso fazer com que o povo assistisse apresentações teatrais sem a impressão de se estar diante de uma cópia ou de uma caricatura da vida. Os estudantes queriam mudanças nas representações teatrais e procuraram abolir, sempre que era possível, os cenários pintados. Já nos anos 1940, Gilberto Freyre, Hermilo Borba Filho e José Otávio Freitas Jr. participaram da II Semana de Cultura Nacional. Hermilo Borba Filho fez uma palestra e falou sobre a necessidade de se levar o teatro para espaços públicos: “O teatro brasileiro tem vivido fechado nas casas de espetáculos, caro e inacessível ao bolso da maioria. O nosso teatro precisa de umas férias. Precisa tomar ar,

respirar a plenos pulmões”.⁹ Propunha encenações nos “centros operários, fábricas, cidades do interior, sanatórios e presídios, redemocratizando o teatro”.¹⁰

O grupo de teatro dos estudantes montou espetáculos gratuitos na Praça Treze de Maio.¹¹ O Teatro de Estudante modificou as encenações. As apresentações, que antes eram feitas em palcos formais, foram substituídas por encenações ao ar livre na *Barraca*.¹² Os estudantes representavam peças de escritores estrangeiros como Shakespeare, Marivaux, Sófocles, Molière, Gil Vicente, Ibsen, Garcia Lorca, e também de autores locais.¹³ A primeira série de espetáculos foi inaugurada com o texto de Hermilo Borba Filho, *João Sem Terra*, em 12 de agosto de 1952.¹⁴

O principal compromisso do Teatro Estudantil de Pernambuco, e de Ariano Suassuna, era com a forma popular de cultura. Esse compromisso tornou-se explícito em 1946, quando Ariano organizou um encontro de cantadores no Teatro Santa Isabel.¹⁵ Em 1947, o grupo conheceu o mamulengueiro Cheiroso. Cheiroso trabalhava nos mercados e feiras de Pernambuco, há vários anos, quando foi descoberto pelo pintor Augusto Rodrigues, que o apresentou ao Teatro Estudantil de Pernambuco. Em 1947, para preparar um ciclo de representações populares, o TEP realizou uma mesa redonda da qual participam o poeta e folclorista Ascenso Ferreira, o mamulengueiro Cheiroso,¹⁶ o poeta popular João Martins de Athayde, Antônio Pereira, capitão do famoso bumba-meu-boi, cantadores, artistas de circo, escritores e estudantes. Sob a orientação de Cheiroso, o Teatro Estudantil de Pernambuco criou um departamento de bonecos. Com cenários de Aluísio Magalhães e os bonecos de Cheiroso, apresentou-se a farsa de Garcia Lorca *O amor de Dom Perlimplim e de Belisa em seu jardim*.¹⁷

Na *Barraca* os estudantes lançaram, em 1948, as primeiras peças dos seus dramaturgos. Elas foram extraídas de lendas nordestinas e encenadas por bonecos-luva do teatro de mamulengo tradicional.

Além destas experiências, criaram-se outros vínculos com a tradição através de debates públicos em mesas redondas, e da promoção de espetáculos folclóricos. Segundo Joel Pontes, vários intelectuais participaram do evento:

“Barreto Jr. falou sobre a chanchada; Suzana Rodrigues, sobre o teatro de bonecos; Augusto Rodrigues, sobre a caricatura; Martim Gonçalves, sobre o teatro europeu; Silvino Lopes, sobre suas recordações de autor dramático. (...) Os espetáculos folclóricos foram bumba-meu-boi, mamulengo e exibições de passistas. Realizaram-se a título de estudo, para o próprio pessoal de TEP, e de recepção a amigos de passagem pelo Recife: Paschoal Carlos Magno, Rubem Braga, Tônia Carrero, Aníbal Machado”.¹⁸

Através dessa experiência, Ariano Suassuna passou a escrever peças fundadas em textos folclóricos para o Teatro de Estudante de Pernambuco. Em 1948, escreveu *Uma mulher Vestida de Sol* e *Cantam a Harpas de Sião*. Um ano depois, lançou mais duas peças, *Os homens de barro* e *Auto de João da Cruz*. Em 1953, escreveu um entremez para mamulengo: *Torturas de um Coração* ou *Em boca fechada não entra mosquito*.¹⁹

Em 1953, o Teatro de Estudantes de Pernambuco encerrou suas atividades. Cinco anos depois, Ariano Suassuna lançaria o *Auto da Compadecida*.

Desde sua primeira peça, *Uma mulher vestida de Sol*,²⁰ Ariano Suassuna já havia manifestado a grande preocupação com sua apropriação literária de temas do Romancero. Entretanto, foi com o *Auto da Compadecida* que realizou a experiência de forma mais concreta ao transpor para o teatro elementos da literatura e dos espetáculos folclóricos como o bumba-meu-boi e o teatro de mamulengo.²¹

O próprio Suassuna, ao responder a uma crítica, comentou as fontes folclóricas de sua dramaturgia no artigo *Um plagiário confesso*:

“Para falar a verdade e como o título deste artigo à farta, não tenho dúvida em confessar que sou plagiário consumado. Faço-o sem nenhuma dificuldade. Sempre fui o primeiro a dizer que o *Auto da Compadecida* era baseado em histórias populares anônimas do nordeste. Peço somente licença a Raimundo Magalhães Júnior para não aceitar sua tese de que me apropriei do que era “bem engendrado”, isto é, de Le Sage. Se o tivesse feito não me importaria dizê-lo. O valor de uma peça não fica diminuído pelo fato de ser baseado numa simples anedota. Porque teatro é uma coisa muito diferente. Entretanto, faço questão de dizer que plagiei foi um romance popular nordestino. E se exijo que se diga isto, é porque o indivíduo genial que criou o romance nosso é, como pessoa, muito maior artista que Le Sage. Pelo menos a se tirar pelos dois textos que podemos comparar agora. A anedota de Le Sage, como Raimundo Magalhães a conta é incrivelmente sem graça. O romance do nordestino, muito pelo contrário, é vivo e engraçado, de qualidade muito superior. Porque o que ele tem de melhor é exatamente o fato da repetição, isto é, o padre que condena o enterro do cachorro em latim e, depois de subornado, concorda com ele, logo seguido pelo bispo, que age de modo absolutamente igual. Essa repetição foi o que mais me impressionou no romance popular nordestino. Aproveitei-a logo, acrescentando, inclusive, mais um degrau na hierarquia, que em minha peça é formada pelo trio sacristão-padre-bispo. E grande parte do cômico do primeiro ato é devida a essa repetição mecanizada, um dos processos de fabricação do cômico mais eficiente desde os tempos de Plauto e já observado com maior agudeza por Bérqson, na sua teoria para explicar o cômico. Foi aliás, coisa que sempre me interessou, na minha peça .

Ora, eu sempre afirmei que minha peça se baseava nestas histórias. Apenas sempre conheci a do cachorro como anônimo, fato que provarei. Mas quero dizer logo que se Raimundo de Magalhães Júnior pensa que surpreende todos os plágios de minha peça, está enganado; a história do gato também é plagiada de outra popular nordestina - se os historiadores vão descobrir autor erudito para ela ou não, é coisa que não sei - o terceiro ato é moldado num auto popular nordestino *O Castigo da Soberba* e algumas cenas da peça são cópia fiel dos processos cômicos de Plauto, Molière, Shakespeare, etc. E cito como exemplo o quiproquó moldada numa famosa de aulária de Plauto”.²²

Com o fim do Teatro de Estudantes, Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho criaram, em Recife, o *Centro de Cultura Popular*.

O primeiro Centro Popular de Cultura surgiu em 1961 no Rio de Janeiro.²³ O Centro Popular de Cultura era ligado à UNE, à época sob influência do Partido Comunista Brasileiro. Os Centros Populares de Cultura pretendiam difundir a consciência de classe junto às camadas oprimidas,²⁴ através de uma estratégica cultura nacional-populista.²⁵

O surgimento do CPC é consequência de um grande debate sobre a ideologia nacionalista²⁶ dos anos 1950 e 1960: o nacional-popular. Esse debate influenciou instituições, partidos e movimentos sociais. Para o Partido Comunista Brasileiro a construção dessa ideologia nacionalista significava organizar unidades políticas para realizar uma revolução anti-imperialismo e nacional-democrática.²⁷

Esse projeto se manifestou, na área da produção artística e cultural, na constituição de uma pedagogia estética voltada para a classe média intelectualizada adaptar o nacional-popular. Ferreira Gullar, integrante do CPC, nota que “naquele momento não se tinha muito claro essas teorias do nacional popular, ninguém pensava nisso”.²⁸ Ele acrescenta, porém: “nós achávamos que devíamos valorizar a cultura brasileira, que devíamos fazer um teatro que tivesse raízes na cultura brasileira, no povo, na criatividade brasileira”.²⁹

Como mesmo no CPC, porém, já havia um contexto de debate sobre o nacional-popular, que induziu atores, escritores, dramaturgos, diretores, produtores e companhias teatrais a politizarem o teatro³⁰, é o que ocorre com o Teatro Arena.

Segundo narra Sábato Magaldi, o teatro brasileiro dos anos 1950 e 1960, apesar dos esforços de Pascoal Carlos Magno e do Teatro de Estudante, continuava com um repertório concentrado nos clássicos europeus.³¹ O Teatro Brasileiro de Comédia foi o mais criticado por essa vertente engajada do teatro brasileiro.³² A crítica era feita pelo Teatro Arena. Este grupo, após se unir ao Teatro Paulista de Estudante, procurou, além de lutar contra as pressões econômico-financeiras e a concorrência das grandes empresas de teatro, fundar uma identidade própria, uma identidade alicerçada na arte cênica e na dramaturgia brasileiras.

O Teatro Arena também estava interessado no teatro nacional-popular.³³ Em 1959, Gianfrancesco Guarniere, após contato com Oduvaldo Viana Filho, publicou o artigo *O teatro como expressão da realidade nacional*. Neste texto delimitava os pressupostos teóricos da arte e do teatro nacional-popular. Para ele, “a obra dos novos autores brasileiros demonstra claramente a necessidade geral de tratar de temas sociais, problemas do nosso povo em nosso tempo, o que nos dá a medida de quanto nossa juventude se aflige com os problemas atuais e quanto os artistas jovens procuram participar dessas lutas”.³⁴

Alguns integrantes do Teatro Arena começaram a se identificar com o vocabulário marxista.³⁵ Oduvaldo Viana Filho, junto com Carlos Estevam e Leon Hirszman, redigiram por exemplo a peça *A mais valia vai acabar*. Eles também propuseram à direção da UNE a realização de um curso de filosofia no Teatro da Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro. Ao distanciarem-se do Teatro Arena fundaram o CPC.³⁶

Embora existissem divergências sobre o conceito de *popular*, de forma geral o projeto estético do Centro Popular de Cultura no Rio de Janeiro baseava-se na visão revolucionária da realidade brasileira³⁷. Segundo Celso Favaretto o popular nos anos 1960 estava vinculada a um projeto nacionalista e a ênfase desse nacionalismo se expressava na conquista da autonomia econômica e política do país. Vinha desse projeto a defesa da cultura nacional³⁸. Segundo os membros do CPC, só havia três alternativas para os artistas e intelectuais: o conformismo, o inconformismo e a atitude revolucionária. Para Estevam Martins, um dos líderes do movimento de cultura popular, a negação da ideologia opressora caracterizada pelo inconformismo era insuficiente para a ação revolucionária. Para Oduvaldo Viana Filho, “o [Teatro] Arena, sem contato com as camadas revolucionárias de nossa sociedade, não chegou a armar um teatro de ação, armou um teatro inconformado”.³⁹ No manifesto de fundação do CPC, é dito que os intelectuais do CPC “optaram por ser povo, por ser parte integrante do povo, destacamentos de seu exército no *front* cultural”.⁴⁰ Surgiu, desse modo, um novo tipo de artista que defendia a escolha pela arte revolucionária vista como instrumento a serviço de uma devoção revolucionária. Nesse projeto propunha-se abandonar a ilusória liberdade abstrata de obras sem conteúdo, para voltar-se coletiva e didaticamente a obras que promovessem a conscientização transformadora.⁴¹ Para isso, Carlos Estevam Martins diferenciava a arte popular a partir de três formas: a arte do povo,⁴² a arte popular e a arte popular revolucionária.⁴³ Para Carlos Estevam Martins, “a arte do povo e a arte popular quando consideradas de um ponto de vista cultural rigoroso dificilmente poderiam merecer a denominação de arte; por outro lado, quando consideradas do ponto de vista do CPC de modo algum podem merecer a denominação popular ou do povo”.⁴⁴ Desse modo, “só se pode falar de uma arte do povo e de uma arte popular porque se tem em vista uma outra arte ao lado delas, ou seja, a arte destinada aos circuitos culturais não populares”.⁴⁵ Os integrantes dos centros populares de cultura faziam arte popular revolucionária, e acreditavam que este era o único caminho para transformar a sociedade.⁴⁶ Carlos Estevam considerava que arte do povo, produto de comunidades atrasadas, e a arte popular, produzida por um grupo de especialistas, era consumida por uma massa passiva, consolidavam a dominação burguesa, e eram a expressões de alienação.⁴⁷ Desse modo, os integrantes dos centros populares de cultura se propuseram a realizar uma arte como forma de conscientização popular.⁴⁸

O conceito *popular* aparece nos manifestos do CPC. Seu significado, entretanto, aponta para uma interpretação distinta daquela adotada pelos folcloristas. Para Carlos Estevam Martins:

“a cultura que o CPC propõe-se levar ao povo é aquela que seus membros chamam de cultura para a libertação. Trata-se da utilização de vanguarda cultural para a conscientização do povo, o que lhe facultará, posteriormente, a tomada de poder. A cultura para a libertação é portanto, como podemos inferir, uma cultura essencialmente política”.⁴⁹

Um dos principais objetivos do CPC foi determinar a diferença entre o popular e o folclórico.⁵⁰ Estes conceitos haviam sido apresentados como sinônimos pela geração

anterior. Ferreira Gullar, na introdução do livro *Cultura posta em questão*, define o popular como uma coisa nova no contexto histórico brasileiro.⁵¹

O CPC e a UNE eram os promotores do popular e, para tanto, convocam a intelectualidade para participar ativamente do processo revolucionário que estava nascendo no Brasil. A primeira batalha da intelectualidade pelo nacional-popular foi travada contra o imperialismo.

Além de aproximar o debate sobre a cultura entre a intelectualidade carioca e paulista, o Centro Popular de Cultura também tratou da questão da forma popular de cultura em Recife, nos anos 1960. No Recife o Movimento de Cultura Popular foi fundado por Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Luís Mendonça, Paulo Freire e Germano Coelho⁵². Segundo Celso de Rui Beisiegel havia um importante grupo de esquerda em Recife vinculados a Miguel Arraes e Paulo Freyre. “*Paulo trabaja em Recife, Pernambuco, em la Frente Amplia, un grupo de intelectuales católicos, comunistas y todos los sectores progressistas de Pernambuco em torno a Miguel Arraes*”.⁵³ Em Recife o Movimento de Cultura Popular (MCP) também estava empenhado no projeto de desalienação do povo brasileiro,⁵⁴ mas apresentava uma abordagem diferenciada sobre a forma popular de cultura, entendida como guardiã das tradições brasileiras. Tal movimento propunha, por exemplo, um intercâmbio entre a intelectualidade e o povo. Germano Coelho, presidente da MCP, assim se referiu ao relacionamento dos intelectuais com o povo:

“... o que eles (o povo) precisavam da gente, o que a gente poderia dar a eles era conhecimento técnico e ciência. Porque isso é o que a gente adquiriu na universidade. Mas em compensação, tudo o mais a gente tinha para receber do nosso povo. Então, não era um relacionamento no qual nós fôssemos intermediários, no qual nós fôssemos os doadores. Sabíamos exatamente que a experiência resultaria num processo de nacionalização nossa. Sairíamos menos alienados e iríamos aprender isto com eles”.⁵⁵

Apesar de propor uma integração entre a intelectualidade e o povo, no discurso dos integrantes do MCP, o povo aparece como massa desprovida de conhecimento, gente cuja cultura é despossuída de saber. O MCP em Recife atuava no papel de vanguarda e como tal organizou uma série de eventos e movimentos para efetuar uma comunicação eficiente com o povo. Entre os projetos estava a proposta de alfabetização para adultos e a realização de festas de São João e espetáculos teatrais. Paulo Freyre, por exemplo, utilizou o cancionário para implementar seu projeto de alfabetização. As atividades culturais e educacionais eram usadas como forma educativa para ampliar a visão crítica do povo frente à realidade social.

O MCP em Recife definiu a função da forma popular de cultura: ela serviria para promover a desalienação cultural. Nesta perspectiva, o artista popular deveria assumir uma postura crítica em relação a esta realidade e expressá-la criticamente.

A partir do Movimento de Cultura Popular, Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho criaram o *Teatro Popular do Nordeste*. Em 1961, esse grupo imprimiu um manifesto onde se propôs a reagir contra um teatro sem ligações com a realidade local.⁵⁶ No

Teatro Popular do Nordeste o grupo se propôs “fazer uma arte popular total, fundamentada na tradição e na dramaturgia do Nordeste”.⁵⁷

O Teatro Popular do Nordeste incluiu em seu repertório os trágicos gregos, a comédia latina, o teatro religioso medieval, o teatro elisabetano, a tragédia francesa, o mundo de Molière, Antonio José da Silva, Goethe, Schiller, Martins Pena, Ariano Suassuna, Osman Lins e Luiz Marinho. Incluiu ainda temas debatidos pelos regionalistas. Diz o texto de fundação:

“Temos preferência pelos textos nacionais, em geral, e nordestino em particular: é natural que o povo nordestino queira se reconhecer em seu teatro, numa purgação que lhe é oferecida através de peças forjadas, não só nos seus problemas, mas no total de seu mundo e de sua linguagem, devidamente transfigurado pela arte”.⁵⁸

Ariano Suassuna foi sócio fundador do MCP e do TPN e, em 1963, desligou-se do MCP. No romance *A Pedra do Reino*, publicada em 1971, encontram-se algumas influências deste período, como o questionamento ao imperialismo norte-americano representado pela invasão econômica e cultural no Brasil dos anos 1960.⁵⁹ Suassuna alegou, porém, que discordava da elaboração artística como um projeto político educacional. Em 1963, por exemplo, publicou no jornal *Ultima Hora* um artigo onde fez críticas aos educadores envolvidos com a cultura popular. Para Ariano, os educadores seduzidos pelo programa de libertação do povo começam a proferir sentenças condenatórias contra os artistas que não seguiam os programas do movimento. Sob este aspecto Ariano conta que um escritor marxista havia chamado Dostoiévski de reacionário. Para Suassuna essas condenações eram “de uma estreiteza e de um sectarismo que seriam ridículo se não trouxessem tanto mal”. E acrescenta: “Digo isso porque, boa ou má, minha arte se enfileira no grupo dos artistas ligados à arte do povo: nem por isso vou julgar ilegítima a daqueles que preferem outras maneiras. Quem me deu procuração para distribuir certificados de legitimidade?”.⁶⁰

Ao se distanciar do Movimento de Cultura Popular, Suassuna criaria na década de 1970 o *Movimento Armorial*.

Para Ariano Suassuna o Armorial seria um movimento de resistência da cultura popular:

“Não sei se o pessoal do Sul já se apercebeu suficientemente da importância, para o Brasil, do movimento artístico que está se realizando atualmente no Nordeste. Os escritores e artistas nordestinos não se preocupam com a crise que, segundo os alarmistas, vai exterminando a cultura brasileira. E, enquanto os do Sul, parece que apavorados por essa notícia criada artificialmente, vão entrando pelos becos-sem-saída do desespero, do vanguardismo, do som universal, da arte cosmopolita, os nordestinos vão levando adiante seu trabalho criador de modo cada vez atuante, mais profundo, mais ligado às raízes da cultura brasileira.”⁶¹

Para o escritor a arte armorial tinha sua especificidade na forma popular de cultura, pois seria aquela arte:

“... que tem como traço comum principal a ligação com o espírito mágico dos folhetos do romanceiro popular do Nordeste (literatura de Cordel), com a Música de viola, rabeca ou pífano que acompanha seus cantares, e com a xilogravura, que ilustra suas capas, assim como o espírito e as formas de artes e espetáculos populares com este mesmo romanceiro relacionados.”⁶²

Segundo o escritor Ariano Suassuna o *Armorial* tinha como propósito a construção de uma arte universal a partir das raízes populares da cultura brasileira. Os integrantes do grupo consideravam que a expressão mais autêntica da cultura brasileira estava na forma popular de cultura. Na perspectiva do movimento Armorial, tal cultura era fruto da fusão das culturas indígena, negra e europeia (ibérica). A região nordestina teria sido o espaço geográfico que manteve as características puras e definidoras da cultura brasileira. A região nordestina, e, de forma específica, o sertão é a matéria-prima das pesquisas artísticas armoriais. Para os integrantes do movimento Armorial, o Nordeste havia preservado uma forma autêntica de cultura. Nos folhetos do romanceiro popular e na poesia dos cantadores estaria a formação da cultura brasileira. Assim, caberia ao artista armorial estudar os elementos ibéricos e folclóricos presentes nessa cultura e recriá-los na literatura, na pintura e na música.⁶³

Como é perceptível, Suassuna rompe com os termos do debate de sua própria época, e cria instrumentos conceituais inovadores para se apropriar dos objetos da forma popular de cultura.

Sua ação prática representa um posicionamento teórico expresso, por exemplo, em texto do jornal *Correio da Manhã*, de 8 setembro 1971. Neste texto Suassuna critica a tradicional divisão entre popular e erudito em termos de superior e inferior. Para ele trata-se mais de mera diferença de expressão cultural. Nas suas palavras:

“Esse preconceito começa a ser demonstrado pela divisão em literatura popular e literatura erudita. E continua com o julgamento feito em termos de valor e não de diferença. Em termos de hierarquia, como se a literatura erudita fosse superior, quando, a meu ver, a questão é só de diferença”.

“Pode acontecer que uma literatura erudita seja superior a uma literatura popular. Mas pode acontecer o contrário, também. E, às vezes, numa grande obra, a gente encontra a vertente de várias correntes - ora eruditas, ora populares”.⁶⁴

Para Suassuna, a influência da tradição sobre a forma popular de cultura é um processo dinâmico através do qual essa última incorpora elementos do dia-a-dia, ou até mesmo da cultura erudita, sem descaracterizar-se.

Tal noção é totalmente inovadora para a década de 1970. No Brasil do período tal projeto é fortemente influenciado pela concepção cultural do Partido Comunista, que vê o popular como heresia obscura passível das luzes da revolução operária.

É precisamente a reação contra este projeto de domínio intelectual que estimula Suassuna a pensar a cultura brasileira como a confluência de duas fontes: uma universal e outra particular. Isso é perceptível, por exemplo, em sua reflexão sobre o teatro

publicada no jornal *A Tribuna*, em 1965 (*Genealogia nobiliárquica do teatro brasileiro*). Aqui Suassuna afirma que o teatro no Brasil, e em particular no Nordeste, é produto de duas vertentes: uma tradição popular, e uma manifestação teatral de todo o mundo. Essa tradição do espetáculo popular, que tem formas variadas tanto no litoral quando no sertão, ora apresenta influências de:

"nossas origens ibéricas - como o auto popular da '*Nau Catarineta*' e '*Cheganças*' (ainda baseadas nas lutas de cristãos e mouros da Península) -, ora reinventadas pela 'civilização do açúcar' do litoral ou pela 'do couro' do sertão, como o bumba-meu-boi; sem se falar no teatro popular de bonecos - o mamulengo".⁶⁵

É precisamente a junção desses elementos que Suassuna denomina o *Grande Romancero Moderno da Língua Portuguesa*.⁶⁶ ou seja, a união entre o mamulengo e o bumba-meu-boi, de modo a complementar o folheto e os romances. São esses os elementos que constituem o Romancero na poética de Suassuna.

Ao discutir o nome adequado dessa literatura popular, se *Romancero Popular do Nordeste* ou *Literatura de cordel*, Suassuna defende sua preferência pelo primeiro por ele representar a herança do *Romancero medieval ibérico*. E complementa: "no Sertão, ainda hoje, cantam-se [provável referência a oralidade] vários romances ibéricos sobreviventes, aqueles mesmos constantes das coletâneas organizadas por Silvio Romero e Antonio Lopes".⁶⁷

A apropriação de fontes artísticas tão distintas é um dos pontos mais controversos do projeto estético de Suassuna. Ele constantemente reafirma que seu trabalho de poeta, teatrólogo e escritor resume-se a um projeto estético que busca a unidade entre a forma popular de cultura e os clássicos da cultura ocidental. Ele sempre ressalta seus vínculos com a literatura popular do Nordeste, que chama *Romancero Popular Nordestino*. Para Suassuna, as histórias e mitos do Romancero estão fundados nos folhetos e nas histórias dos cantadores:

"Os folhetos e romances dos Cantadores têm a dupla vantagem de, ao mesmo tempo, nos religarem à tradição mediterrânea - pois muitos dos seus temas vieram de lá -- e nos apontarem um caminho de renovação e atualização perenes, um caminho pelo qual podemos evitar os problemas de uma Arte imobilizada, fechada, de uma Arte exausta e cerebralizada, hoje colocada num beco-sem-saída, como acontece, sem dúvida, com a Arte e a Literatura contemporâneas 'de vanguarda' da Europa".⁶⁸

Suassuna prefere o termo *Romancero* justamente por este abranger a oralidade, aspecto típico dos cantadores brasileiros (cujas histórias, ou romances, muitas vezes são impressos no formato de folhetos). O romancero seria, portanto, um modo de apropriação, ou, nas palavras de Suassuna, uma *transposição* ou *recriação brasileira* da cultura ibérica ou mediterrânea que foi exportada para o Brasil no século XVI.

Filmes, histórias populares antiquíssimas de origem árabe ou europeia -- sejam mediterrâneas, nórdicas ou de cavalaria -- romances brasileiros ou não, tragédias clássicas, comédias, sátiras, novelas de Boccaccio ou de Luigi da Porto -- tudo é absorvido pelo MODO do Romanceiro, recebendo um 'caráter', às vezes presente, mas às vezes ausente dos modelos; e sempre transformados, num caso ou noutro, quando da transposição ou recriação brasileiras...".⁶⁹

Para Suassuna, a literatura oral "constitui uma espécie de 'tradição viva', peculiar, fecunda, abridora de caminhos e fontes para uma Literatura erudita realmente nossa". Trata-se de uma rica literatura popular "em prosa ou em verso, oral ou de origem oral -- nos contos e recontos da Poesia improvisada dos Cantadores, ou na Literatura de cordel dos 'romances' e 'folhetos' impressos". Note-se o aspecto da oralidade, perceptível nos espetáculos do teatro vivo, como o mamulengo, o auto dos guerreiros, os pastoris, o bumba-meu-boi.⁷⁰

Suassuna elogia o Romanceiro Nordestino, fonte inesgotável que "nos recoloca no fecundo caminho ibérico, mouro-negro, asiático e mediterrâneo do qual somos herdeiros".⁷¹

Notas e referências

¹ Ariano SUASSUNA, "Ariano Suassuna: Eu sou é imperador", *Nossa História*, Ano 2, n. 14, novembro 2004, p. 50.

² *Ibid.*, p. 51.

³ Cf., Paschoal Carlos MAGNO, "O Teatro de Estudante", *Dionysos*, Rio de Janeiro, MEC, DAC- Funarte, Serviço Nacional de Teatro, n. 23, 1978, p.4.

⁴ *Ibid.*, p. 5.

⁵ Cf., Hermilo BORBA FILHO, "Um problema de Cultura Popular", *Ensaio*, Secretaria da Educação e Cultura do Estado Pernambuco, n. 1, jul/dez, 1970, pp. 71-87.

⁶ *Ibid.*

⁶ Cf., Paschoal Carlos MAGNO, "O Teatro de Estudante", cit., p. 5.

⁷ Hermilo BORBA FILHO, "Um problema de Cultura Popular", *Ensaio*, cit.

⁸ Cf., Paschoal Carlos MAGNO, "O Teatro de Estudante", cit., p. 5.

⁹ Joel PONTES, *O Teatro moderno em Pernambuco*, São Paulo, DESA, 1966, p. 68.

¹⁰ Gilberto Freyre escreveu um artigo que destaca o vínculo do Teatro de Estudante de Pernambuco com a cultura popular: "Uma vez aos estudantes que se tornassem uma espécie de traço de união entre as artes populares do Nordeste e a gente redondamente burguesa que desconhece ou despreza essas artes. [...] A sugestão encontrou apenas vagas simpatias. [...] Daí a surpresa com que acompanho há meses o esforço paciente dos estudantes e dos artistas e intelectuais jovens que, em Pernambuco, não só iniciaram, como mantêm o Teatro de estudante que é também um teatro para o povo. Estudantismo do bom. Populismo ou socialismo do melhor. [...] O mal do nosso teatro está no divertimento burguês ou só para burgueses ricos ou quase-ricos. Perdeu o contacto com o povo mais simples. É que "o povo" era para o teatro erudito do Brasil o negro, o escravo, a senzala, o caboclo, o moleque, a canalha, a língua errada - tudo que a escravidão só fez tornar desprezível. Daí a artificialização do nosso teatro numa caricatura de teatro, quase sem sentido humano, nem contacto com a terra. Pomposo, fechado, inumano. Pretexto para a exibição de decotes e de casacas, de jóias caras e de perfumes franceses, de rivalidades entre estudantes de cartola e caixeiros aliterados. Contra esse teatro artificial e de luxo que por muito tempo girou em torno da gordura ou da palidez, mais ou menos erótica das atrizes estrangeiras, mulheres também de luxo, é que os estudantes de Pernambuco estão opondo o seu: um teatro que pouco exige dos cenógrafos. Que não pede casaca nem decote. Que se faz debaixo das mangueiras ou nos pátios de igrejas como os velhos mamulengos e pastoris das festas populares. Dentro desse sentido humano e social popular e franciscano de teatro, é que os

estudantes de Pernambuco, com Hermilo Borba à frente estão levando à gente do povo, ao pernambucano mais simples, ao homem da rua, peças de Garcia Lorca. E encontrando da parte da gente do povo, interesse, e até entusiasmo por um teatro que parecendo todo novo tem alguma coisa do velho teatro português do tempo de Gil Vicente”. Cf. Joel PONTES, *O Teatro moderno em Pernambuco*, cit., p. 6 .

¹¹ Joel PONTES, id.

¹² O nome dado às formas de encenações, *A Barraca*, foi inspirada em Frederico Garcia Lorca e Eduardo Ugarte que, em 1932, criou em Madri um teatro universitário ambulante. O Teatro Estudantil de Pernambuco tornou-se, também, ambulante.

¹³ Paschoal Carlos MAGNO, “O Teatro de Estudante”, cit., p. 9.

¹⁴ Gustavo DÓRIA, “O Teatro Duse”, *Dionysos*. Rio de Janeiro: MEC, DAC, Funarte, Serviço Nacional de Teatro, n. 23, 1978, p. 47.

¹⁵ Hermilo BORBA FILHO, “Caminhos de um teatro popular”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 28.11.1974, p. 11, n. especial do 150 aniversário.

¹⁶ Cheiroso foi o sucessor de um mamulengueiro famoso chamado de Doutor Babau. Cheiroso ganhou este apelido porque fabricava essências de odor forte, extraídas de flores, ervas e raízes, às quais vendia em pequenos frascos nas feiras de casa Amarela. Foi até os anos de 1940, o mais expressivo mamulengueiro atuante, influenciando Ginu e toda geração de mamulengueiros que a ele se seguiu. Cheiroso dava espetáculos em todas as festas populares de Recife. Ganhou projeção quando foi divulgado pelo pintor agosto Rodrigues fora de Pernambuco. Cf. Fernando Santos SANTOS, “Mestre Januário de Oliveira-Ginu-, Um mamulengueiro maior”, *Mamulengo: Revista da Associação Brasileira de Bonecos*, ano 4, n. 7, dezembro de 1978. p. 24.

¹⁷ Fernando Santos SANTOS, id.

¹⁸ Joel PONTES, *O teatro moderno em Pernambuco*, cit., p. 79.

¹⁹ Ariano SUASSUNA, “Pequena explicação sobre a peça”, *A pena e a lei*, Rio de Janeiro, Agir, 1971. p. 2.

²⁰ Esta peça tomou o romance de José de Souza Leão e tratou-o dramaticamente, procurando conservar o que havia de universal e de poético no romancista. Cf. Hermilo BORBA FILHO, “O Dramaturgo do Nordeste”, Ariano SUASSUNA, *Uma mulher vestida de sol*, Recife, Imprensa Universitária, 1964. p. 19.

²¹ Isso é perceptível em um depoimento de Ariano Suassuna: “Eu já tentara, com uma peça *Uma mulher vestida de sol* e com o *Auto de João da Cruz* um teatro ligado ao Romancista, um teatro mais poético do que realista. Mas não era ainda o que eu queria(...) De tal modo que foi, em 1955, eu retomava o caminho do Romancista e, com o *Auto da compadecida* fazia a primeira experiência para mim satisfatória, daquilo que seria, daí em diante, o meu caminho”. Ariano SUASSUNA, “Xilogravura popular do nordeste”, *Jornal Universitário*, s/1; agosto, 1960.

²² Ariano SUASSUNA, “Um plagiário confesso”, *Diário da Noite*, 27.04.1957.

²³ Fernando PEIXOTO (org.), *Vianinha: teatro televisão e política*, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 90-95.

²⁴ Heloísa Buarque de HOLANDA, *Cultura e participação nos anos 60*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

²⁵ Entre os anos 50 e 60 a esquerda brasileira passa a estabelecer uma relação entre política e cultura. Para melhor compreender é interessante observar um extrato do anteprojeto do manifesto do centro popular de cultura da UNE de março de 1962 “o que distingue os artistas e intelectuais do CPC dos demais grupos e movimentos existentes no país é a clara compreensão de que toda e qualquer manifestação cultural só poder ser adequadamente compreendida quando colocada sob a luz de suas relações como base material sobre a qual se erigem os processos culturais de superestrutura [...] Não ignorando as forças propulsoras que partindo da base econômica, determina em larga medida nossas ideias e nossa prática, não podemos ser vítimas das ilusões infundadas que convertem as obras dos artistas brasileiros em doces instrumentos da dominação, em lugar de serem como deveriam ser, as armas espirituais da libertação material e cultural do nosso povo(...) Os membros do CPC optaram por ser povo, por ser parte integrante do povo, destacamentos de seu exército no front cultural. Citado por H. B. de HOLLANDA, *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*, São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 123-127.

²⁶ O vínculo com o ISEB era muito grande. Carlos Estevam Martins foi assistente de Álvaro Vieira Pinto e trabalhava no ISEB no momento em que assume a direção do CPC. Cf. Renato ORTIZ, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 48.

²⁷ Ver declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, março de 1958. In: PCB: vinte anos de política, 1958-1979: documentos, São Paulo, LECH, 1980, pp. 3-27.

- ²⁸ M. RIDENTI, *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC a era da TV*, Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 128.
- ²⁹ Ibid.
- ³⁰ Marcos NAPOLITANO, “A arte engajada e seus públicos (1955/1968)”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, 2001, p. 1.
- ³¹ Sábato MAGALDI, *Um palco brasileiro: O Arena de São Paulo*, São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 7.
- ³² Cf. Renato ORTIZ, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 48.
- ³³ Murilo Fernandes GABRIELLI, “Construção da identidade nacional na arte dos anos de 1960-1970, Angélica MADEIRA; Marisa VELOSO, *Descobertas do Brasil*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2001, pp. 293-324.
- ³⁴ Gianfrancesco GUARNIERI, “O teatro como expressão da realidade nacional”, *Brasiliense*, São Paulo, n. 25, p. 121-126, set/out. 1959, p. 122.
- ³⁵ As reflexões em torno do tema da *mais valia* foi proporcionado pelo contato com O ISEB.
- ³⁶ Os integrantes do Arena migraram para CPC. Para Oduvaldo Viana Filho o teatro Arena havia se contentado apenas com a produção da cultura popular, mas não havia colocado diante de si a responsabilidade de divulgação ponto fundamental da atuação do CPC. Ver Heloísa Buarque HOLLANDA, *Impressões de viagem: cpc, vanguarda e desbunde*, cit, pp. 121-144. Ver o extrato de Rocha Filho In ROCHA FILHO et. al., *Teatro Popular, Cadernos Brasileiros*, v. 6, n. 3, pp. 40-55, maio/jun. 1964, Mesa Redonda, p. 43. Ver também Oduvaldo “Do Arena ao CPC(1962)”, F. PEIXOTO (org), *Vianinha: teatro, televisão e política*, São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 93.
- ³⁷ Entre a fundação em 1961 e a extinção em março de 1964, três nomes integraram a direção do CPC. O primeiro, Carlos Estevam Martins o segundo, Carlos Diegues e por fim Ferreira Gular. De início o CPC pretendia manter e fortalecer o grupo formado com as apresentações da peça *A mais valia vai acabar*, *Seu Edgar* passou a apresentar dissidências na UNE. Nos anos de 1963 e 1964 formam-se duas correntes distintas no interior do CPC: uma corrente liderada por Oduvaldo Viana Filho e outra por Carlos Estevam Martins, esta vinculada às idéias e teses do manifesto do CPC. Cf. Jalusa BARCELLOS, *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994. pp. 89-90.
- ³⁸ Carlos Estevam Martins considerava que o que diferenciava os artistas e intelectuais do CPC dos demais grupos e movimentos existentes no país era “a clara compreensão de que todo e qualquer manifestação cultural só pode ser adequadamente compreendida quando colocada sob a luz de suas relações com a base material sobre a qual se erigem os processos culturais de superestrutura”. Carlos Estevam MARTINS, “Anteprojeto do manifesto do Centro Popular de Cultura redigido em março de 1962”, Heloísa Buarque de HOLLANDA, *Impressões de Viagem...* cit. p. 123.
- ³⁹ Oduvaldo VIANA FILHO, “Do Arena ao CPC”, Fernando PEIXOTO (org.) *Vianinha: teatro televisão e política*, São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 93.
- ⁴⁰ Cf. Carlos Estevam MARTINS, Anteprojeto ..., cit., p. 123.
- ⁴¹ Idib., p. 126.
- ⁴² Para Carlos Estevam Martins “a arte do povo é tão desprovida de qualidade artística e de pretensões culturais que nunca vai além de uma tentativa tosca e desajeitada de exprimir fatos triviais dados à sensibilidade mais embotada. É ingênua e retardatária, e na realidade não tem outra função que a de satisfazer necessidades lúdicas e de ornamento. A arte popular, por sua vez, mais apurada e apresentando um grau de elaboração técnica superior não consegue entretanto atingir o nível de dignidade artística que a credenciasse como experiência legítima no campo da arte, pois a finalidade que a oriente é a de oferecer ao público um passatempo uma ocupação inconsequente para o lazer, não se colocando para ela jamais o projeto de enfrentar os problemas fundamentais da existência”. Cf. Carlos Estevam MARTINS, *A questão da cultura popular*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963. pp. 90-91.
- ⁴³ Para Carlos Estevam Martins “a arte do povo é predominantemente um produto das comunidades economicamente atrasadas e floresce de preferência no meio rural ou em áreas urbanas que ainda não atingiram as formas de vida que acompanham a industrialização. O traço que maior define é que nela o artista não se distingue da massa consumidora. Artista e público vivem integrados no mesmo anonimato e o nível de elaboração artística é tão primário que o ato de criar não vai além de um simples ordenar de dados mais patentes da consciência popular atrasada. A arte popular, por sua vez, se distingue desta não só pelo seu público que é constituído pela população dos centros urbanos desenvolvidos, como também devido ao

aparecimento de uma divisão de trabalho que faz da massa a receptora improdutiva de obras que foram criadas por um grupo profissionalizado de especialistas. Os artistas se constituem assim num estrato diferenciado de seu público, o qual se apresenta no mercado como mero consumidor de bens cuja elaboração e divulgação escapam ao seu controle”. Cf. Carlos Estevam MARTINS, Anteprojeto ..., p. 129.

⁴⁴ Ibid., pp. 129-130.

⁴⁵ Ibid., p. 130.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ No manifesto do CPC Carlos Estevam afirma que os artistas e intelectuais cepecianos haviam escolhido a arte revolucionária pois ela era o único caminho para a construção da cultura popular e para chegar a transformação da realidade. Para Carlos Estevam a arte revolucionária do CPC “pretende ser popular quando se identifica com a aspiração fundamental do povo, quando se une ao esforço coletivo que visa dar cumprimento ao projeto de existência do povo o qual não pode ser outro senão o de deixar de ser povo tal como ele se apresenta na sociedade de classes, ou seja, um povo que não dirige a sociedade da qual ele é povo(...) Eis porque afirmamos que em nosso país e em nossa época, fora da arte política não há arte popular.” Uma das formas interessantes para se analisar a relação dos artistas, intelectuais e massas nos anos 60 se faz na compreensão da produção artística vinculada ao CPC como espécie de educação política e estética voltada para a constituição de uma intelectualidade engajada, capaz de conscientizar setores das classes médias sobre a pobreza e a miséria reinante no Brasil. O artigo Cultura popular: conceito e articulação- quem leva cultura, quem recebe cultura e o livro de Ferreira Gullar Cultura posta em questão apresentaram as diversas etapas a serem seguidas pelos integrantes do CPC. Cf. Carlos Estevam MARTINS, Anteprojeto ..., cit., p. 131. Ver também Marilena CHAUI, *Seminários*, São Paulo, Brasileirise. Ver, ainda, Marilena CHAUI, *Conformismo e resistência*, São Paulo, Brasileirise, 1986. p. 108.

⁴⁹ M. K. REIS, Centro de Cultura Popular, *Cadernos Brasileiros*, v. 5, n. 1, pp. 78-82, jan./fev. 196, p. 79.

⁵⁰ Essas críticas se referem Diz Carlos Estevam Martins “repudiamos a concepção romântica própria a tantos grupos de artistas brasileiros que se dedicam com singela abnegação a aproximar o povo da arte e para os quais a arte popular deve ser entendida como fomalizações das manifestações espontâneas do povo. Para tais grupos o povo se assemelha a algo assim como um pássaro ou uma flor, se reduz a um objeto estético cujo potencial de beleza, de força primitiva e de virtudes bíblicas ainda não foi devidamente explorado pela arte erudita.” Cf., Carlos Estevam MARTINS, Anteprojeto ..., cit., p.132.

⁵¹ Ferreira GULLAR, *Cultura posta em questão*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 1. Para Renato Ortiz quando Ferreira Gullar afirma que a expressão “cultura popular” designa um fenômeno novo na vida brasileira quer dizer que a noção se desvincula do caráter conservador que lhe era atribuído anteriormente. Rompe-se, desta forma, a identidade forjada entre folclore e cultura popular. Enquanto o folclore é interpretado como sendo manifestações culturais de cunho tradicional, a noção de cultura popular é definida em termos exclusivos de transformação. Cf. Renato ORTIZ, *Cultura Brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 71.

⁵² Os remanescentes do Teatro Estudantil criam Teatro Popular do Nordeste. Hermilo volta a Recife e em contato com Ariano propõe a criação de um grupo de teatro popular. Segundo Hermilo o TPN “surgiu daquela conversa minha com Ariano. Cheguei ao Recife para ensinar no Curso de Teatro da Escola de Belas-Artes da Universidade. Resolvemos então pôr a idéia em prática. Reunimos oito pessoas: Ariano Suassuna, José Carlos Cavalcanti Borges, Gastão de Holanda, José de Moraes Pinho, quase todos do antigo Teatro de Estudante, Aldomar Conrado e Leda Alves, estes dois então alunos do Curso de Teatro e Capiba, e eu. Fundamos o TPN que, nessa primeira, tinha os mesmos propósitos do Teatro de Estudante. Quer dizer: autores clássicos e nordestinos. Estreamos com A *Pena* e a *Lei* de Ariano. Musicada por Capiba, no Teatro do Parque. Depois apresentamos um espetáculo que foi um dos maiores fracassos da história de Pernambuco: A *Mandrágora* de Maquiavel. [...] Veio novamente outro fracasso: um espetáculo chamado *Processo do diabo*, onde juntei quatro autores pernambucanos: Ariano Suassuna, José Carlos Cavalcanti Borges, José Moraes Pinho e eu. Eram três peças em um ato”. sobre o problema do diabo.[...] A Segunda fase partiu depois de cinco anos de estudos sobre os espetáculos dramáticos populares do nordeste e tinha o propósito, a busca do espetáculo antiilusionista muito menos baseado em Brecht do que nos mestres do Bumba, e nos ledeguelas de pastoris, e nos capitães de fandangos, e assim por diante. Quer dizer, espetáculos todos eles que se baseassem ainda em autores clássicos e autores da região, mas que tivessem o espírito e a

-
- técnica dos espetáculos populares dramáticos do Nordeste. [...] Encenamos o *Inspetor* de Gogol o *Cabo Fanfarrão*, peça minha, *Antígona*, de Sófocles, *Andorra* de Marx Frisch, *Santo Inquerito* de Dias Gomes, *Inimigo do Povo* de Ibsen, *Don Quixote*, de Antonio José, o *Judeu*, *O Cabeleira aí vem*, de Silvio Rabelo(...) *A farsa da boa preguiça* (...)" Cf. Hermilo BORBA FILHO, *Depoimentos V*, Rio de Janeiro, Ministério da educação e Cultura, 1981.pp. 98-99.
- ⁵³ Ver o seguinte artigo: Celso de Rui Beisiegel. "Paulo Freyre y la Educación Popular em Brasil: EL EDR FEUSP", www.hottopos.com/notant/1/celso/htm.
- ⁵⁴ Em Recife o MCP se apoiava na pedagogia de Paulo Freyre e estendia seus preceitos para a tomada de consciência social, política e cultural dos moradores da periferia urbana de Recife lançando mão das tradições culturais populares.
- ⁵⁵ Germano COELHO, *Memorial do MPC*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1986.
- ⁵⁶ Joel PONTES, *O teatro moderno em Pernambuco*, cit. p.112.
- ⁵⁷ Hermilo BORBA FILHO, "Um problema de Cultura Popular", *Ensaio*, Recife, Secretaria da Educação e Cultura.
- ⁵⁸ Joel PONTES, *O teatro moderno em Pernambuco*, cit. p. 115.
- ⁵⁹ Ariano Suassuna faz uma crítica à Igreja e a ditadura militar.
- ⁶⁰ Cf. *Jornal Última Hora*, 1 de dezembro de 1963. Ainda em recente entrevista Ariano comenta o difícil relacionamento com os comunistas. Diz Ariano: "Os comunistas tinham comigo um relacionamento muito curioso. Quando eu denunciava o imperialismo americano, eles se juntavam a mim, e batiam palmas. Mas, queriam que eu calasse a boca quando, por exemplo, eu protestei contra a perseguição ao Pasternak e outros na União Soviética. Um amigo meu marxista, chegou a dizer: "Você está respaldando a tese de que comunista come criança" Comunista não come criança. Eu sei e você sabe também. Mas comunista fuzila intelectualzinho". Cf. "Ariano SUASSUNA: Eu sou é imperador.", cit., p. 52.
- ⁶¹ *Jornal da Semana*, 28 de janeiro a 3 de fevereiro de 1973.
- ⁶² *Jornal da Semana*, 20 de maio de 1973
- ⁶³ Ver *Revista Brasileira de Cultura*, n. 2, out/ dz. de 1969, ano 1. pp. 38-44.
- ⁶⁴ Suassuna citado In Maria Ignes Moura NOVAIS, *Nas trilhas da cultura popular (o teatro de Ariano Suassuna)*, São Paulo, Dissertação de mestrado FFLCH/USP, 1976, p. 39.
- ⁶⁵ *Ibid.* p. 40.
- ⁶⁶ O termo é de Thiers Martins Moreira.
- ⁶⁷ Ariano SUASSUNA, "Notas sobre o Romancero Popular do Nordeste", *Seleta*, cit., p. 167.
- ⁶⁸ Ariano SUASSUNA, "Notas sobre o Romancero Popular do Nordeste", *Seleta em prosa e verso*, Rio de Janeiro, J. Olympio; Brasília, INL, 1974, pp. 163-164.
- ⁶⁹ *Ibid.*, p. 164.
- ⁷⁰ *Ibid.*
- ⁷¹ *Ibid.*, p. 166.

CIEP's, Histórias e Memórias: um estudo sobre Darcy Ribeiro

*Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima**
*Carlos Alberto Borges de Sousa***

“Enquanto os intelectuais permanecerem fiéis
a sua vocação nacional, terão seu lugar
garantido nas fileiras do Estado.”

Daniel PÉCAUT¹

Considerações Iniciais

O presente trabalho faz parte de uma Dissertação de Mestrado com foco interdisciplinar que está sendo escrita no Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO. Tem como foco principal a importância de itens culturais diversificados e sua utilização no ambiente escolar, particularmente no projeto dos CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública, experiência educacional desenvolvida por Darcy Ribeiro, em uma época de transição política – da ditadura militar à democracia – e executada durante o governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, no início da década 1981-1990. A estrutura do projeto-CIEP, assim como a do prédio, concebido por Oscar Niemeyer, objetivavam a ampla utilização do espaço para atividades múltiplas, complementares àquelas da sala de aula. O contexto histórico e político que cercava o projeto, a princípio, parece ter sido muito mais desfavorável do que a sua viabilidade, à manutenção das atividades conforme propostas.

Os objetivos principais desta pesquisa são os de mostrar o projeto pedagógico dos CIEPs, em sua amplitude cultural, conforme o projeto original; levantar sua aplicabilidade, conforme o contexto histórico e político da época, assim como o de avaliar as possíveis causas de seu abandono.

A temática escolhida, envolvendo um projeto de educação, advém de dois interesses principais pela matéria: primeiro, o de investigar a escola como formadora de cidadãos cultos (no sentido de cultura geral, não somente de conhecimento das disciplinas). Esse

* Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO - Bolsista de Produtividade 1A UNIGRANRIO/FUNADESP/

** Aluno do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO.

interesse vem da prática com produção textual em nível superior, em que os alunos demonstram uma notória dificuldade de lidar com conhecimentos gerais, acreditando que somente necessitam de conhecimentos em sua área de estudos escolhida como curso superior; segundo, o interesse em aspectos históricos e de memória. Estes dois interesses levaram, então, à investigação de uma experiência de escola integral, em que itens culturais tivessem sido elaborados em conjunto com as disciplinas usuais, de forma que, juntos, pudessem realmente formar indivíduos conscientes e participativos, o que, como consequência, geraria melhores resultados no nível superior.

A escolha do projeto de educação dos CIEPs se deve ao fato de o mesmo ter sido de inegável abrangência (500 unidades), envolvendo um grande número de profissionais tanto na sua elaboração quanto na sua execução. A abordagem desta pesquisa acadêmica, no entanto, não se baseia numa pesquisa quantitativa e sim qualitativa, dadas às condições e complexidade do projeto pedagógico, assim como ao notório currículo do mentor geral da empreitada educacional.

A pesquisa pretende fazer uso de documentação sobre a montagem do projeto e do funcionamento dos CIEPs, quanto do momento histórico e político do Brasil, partindo da revisão da literatura com conceitos de identidade, poder, cultura e memória, assim como aspectos históricos e políticos do país nos anos 60, 70 e 80 do século XX. Do levantamento das bases em que o projeto foi concebido e da análise das características da época em que foi posto em prática, pretende-se obter dados para a conclusão quanto à justificativa para o seu abandono gradual. A partir de autores como Michel Foucault, Eric Hobsbawm, Paulo Freire, Stuart Hall e outros se procurará mostrar teorias que fundamentem, inclusive, o caráter multidisciplinar, abrangente e até mesmo visionário do projeto, que se enquadraria em critérios de uma escola modelo ainda na nossa atualidade. Através do confronto dessas informações, entendemos que a complexidade da ideia pode ter sofrido questionamentos fundamentados, inclusive, em visões mais limitadas quanto à função e características da escola, exercidos, principalmente, por adversários políticos de Leonel Brizola, na época de seu mandato como governador do estado do Rio de Janeiro.

Um pouco sobre Darcy Ribeiro: o homem de várias faces²

Darcy Ribeiro não é um profissional de uma única área nem de poucos feitos, portanto, apresentar um resumo de sua obra, que contemple todas as suas realizações, é tarefa bastante complexa.

Tendo iniciado como antropólogo, Ribeiro passou rapidamente à área de educação, até ocupar o cargo de ministro de Educação, em 1962, durante o Governo João Goulart. Com uma proximidade muito grande das grandes esferas de poder, entrou para a política, tendo ocupado vários cargos, entre eles Ministro-Chefe da Casa Civil do presidente João Goulart em 1963, Vice-Governador do Rio de Janeiro em 1982, Secretário de Cultura, Coordenador do Programa Especial de Educação e Senador da República, de 1991 a 1997. Além desses cargos políticos, Ribeiro também participou de projetos na área ambiental e produziu diversos livros, sendo que estes últimos o conduziram a ocupar a cadeira número 11 da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1993.

Foi autor e executor de diversos projetos na área da educação e cultura, tendo criado universidades, centros culturais e uma nova proposta educacional, com o projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), principal tema desta dissertação. Suas obras ainda foram traduzidas para diversos idiomas.

Tendo nascido em 26 de outubro de 1922 em Montes Claros (MG), formou-se em antropologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Seus primeiros anos de vida profissional foram dedicados ao estudo antropológico dos índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia, de 1946 a 1956. Neste mesmo período, criou o Museu do Índio e projeto de criação do Parque Indígena do Xingu. Também elaborou um estudo sobre o impacto da civilização sobre grupos indígenas brasileiros no século XX, para a UNESCO. Em 1954 colaborou com a Organização Internacional do Trabalho na preparação de um manual contendo informações sobre povos aborígenes de todo o mundo. Boa parte de seu trabalho se refere à defesa da causa indígena.

Em seguida se dedicou à educação, com ênfase à primária e à superior. Criou a Universidade de Brasília (UnB), da qual foi o primeiro reitor. Mais adiante, ocupou o cargo de Ministro da Educação, sendo chamado a ocupar o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil, no Governo João Goulart, coordenando a implantação de reformas estruturais. Nessa época, ocorreu o Golpe Militar, que o forçou a sair do país. É dessa época o início dos romances *Maíra* e *O Mulo*.

Sobre essa época, em que começou a se instaurar uma crise na Universidade de Brasília, Vera Brant³ descreve as palavras de Darcy Ribeiro:

“Verusca minha, sua carta chegou pelo dia 20, quando alcançávamos o máximo de preocupação com a crise da UnB. Foi um alento, com a primeira palavra pessoal daí depois de muitos meses e porque quem escrevia era você, com esta expressividade tão sua. Mais do que as notícias de jornal, sua carta me deu a medida do sentimento de que estão todos possuídos da unidade de ideais, da dignidade de postura encarnada em milhares de estudantes, professores e funcionários que foram chamados a personificar a cultura e revelaram estar à altura do mandato”.

Voltando ao Brasil somente em 1976, Darcy Ribeiro retoma sua dedicação à educação e à política, sendo eleito vice-governador do estado do Rio de Janeiro em 1982. Já em 1983, elabora o Programa Especial de Educação, que previa a implantação de 500 CIEPs, as escolas de horário integral para crianças e adolescentes, com diversas atividades culturais.

Além da participação nessas realizações, Ribeiro idealizou a Biblioteca Pública Estadual do Rio de Janeiro, a Casa França-Brasil, a Casa Laura Alvim, o Centro Infantil de Cultura de Ipanema e o Sambódromo, que inicialmente também comportava uma grande escola primária com 200 salas de aula. Também elaborou o Memorial da América Latina, em São Paulo, com projeto de Oscar Niemeyer. Este, aliás, também é o idealizador dos prédios dos CIEPs.

Darcy Ribeiro também participou do tombamento de 96 quilômetros de praias e encostas do litoral do Rio de Janeiro, além de diversas construções do Rio Antigo. Com base nas ideias propostas em seu livro *A Universidade Necessária* e, tendo vivido em

diversos países da América Latina, divulgou suas propostas de educação e conduziu programas de reforma universitária, para além das fronteiras do Brasil. No Chile, foi assessor do presidente Salvador Allende. No Peru, de Velasco Alvarado. É neste período que escreve os cinco volumes de seus *Estudos de Antropologia da Civilização* (*O Processo Civilizatório, As Américas e a Civilização, O Dilema da América Latina, Os Brasileiros: Teoria do Brasil e Os Índios e a Civilização*). Estes livros atingiram mais de 90 edições em diversas traduções. Neles, Darcy propõe uma teoria explicativa das causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Como reconhecimento de sua importância, Darcy foi agraciado com o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Paris IV - Sorbonne, Universidade de Copenhague, Universidade da República do Uruguai e Universidade Central da Venezuela.

É eleito Senador da República pelo estado do Rio de Janeiro em 1991, elaborando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Esta lei é sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em dezembro de 1996, como Lei Darcy Ribeiro. Pelo Senado, Ribeiro publica a revista Carta, de 1991 a 1996, em que analisa os principais problemas do Brasil e do mundo, em artigos, conferências e notícias. Estando licenciado do Senado, entre 1991 e 1992, assume a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais do Rio de Janeiro, para completar a rede dos CIEPs. Além disso, cria os Ginásios Públicos, que propõem um novo padrão para o ensino médio. Já em 1994, planeja e cria a Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, sediada em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, destinada a ser a Universidade do Terceiro Milênio. Lá, Darcy Ribeiro recebe o cargo de chanceler. Mantém, nessa época, participação em programas do meio ambiente, tendo participado da ECO'92, realizada no Rio de Janeiro. Neste evento, propõe e implanta o Arboretum do Viveiro da Floresta Branca, dentro do Parque Floresta da Pedra Branca.

Darcy Ribeiro mantém-se produtivo também nos livros: escreve *Utopia Selvagem e Migo*. Publica *Aos Trancos e Barrancos*, um balanço crítico da história brasileira de 1900 a 1980; *Sobre o Óbvio*, uma coletânea de ensaios; e *Testemunho*, um balanço de sua vida intelectual. Edita, juntamente com Berta Ribeiro, a *Suma Etnológica Brasileira*. Além destas produções, em 1992 publica - pela Biblioteca Ayacucho, em espanhol, e pela Editora Vozes, em português - *A Fundação do Brasil*, um compêndio de textos históricos dos séculos XVI e XVII, comentados por Carlos de Araújo Moreira Neto e precedidos de um longo ensaio analítico sobre os primórdios do Brasil. Neste mesmo ano, é eleito membro da Academia Brasileira de Letras, onde viria a ocupar a cadeira 11 em abril de 1993.

Em 1995, publica *O Povo Brasileiro*, livro que encerra a coleção de seus Estudos de Antropologia da Civilização, além de uma compilação de seus discursos e ensaios, intitulada *O Brasil como Problema*. Como um pequena e inesperada interrupção desta longa lista de produções sobre os aspectos nacionais, Ribeiro lança ainda um livro para adolescentes, *Noções de Coisas*, com ilustrações de Ziraldo. Esta obra, em 1996, recebe da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil o Prêmio Malba Tahan de Melhor Livro Informativo.

Como que retomando seus primeiros anos como antropólogo, em 1996 publica, pela editora Companhia das Letras, *Diários Índios: os Urubu-Kaapor*, que reproduz

integralmente os diários de campo escritos em forma de cartas à Berta Ribeiro no período de 1949 a 1951, quando era etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios. Nesse mesmo ano, seu primeiro romance, *Maíra*, recebe uma edição comemorativa de seus 20 anos, que traz resenhas e críticas de Antônio Candido, Alfredo Bosi, Moacir Werneck de Castro, Antônio Houaiss, Carmen Junqueira e outros especialistas em literatura e antropologia. Ainda em 1996, recebe o Prêmio Interamericano de Educação Andrés Bello, concedido pela OEA a eminentes educadores das Américas.

Organizou a Fundação Darcy Ribeiro, em janeiro de 1996, com sede própria, localizada em sua antiga residência em Copacabana, com o objetivo de manter viva sua obra e elaborar projetos nas áreas educacional e cultural. Um de seus últimos projetos lançado publicamente foi o Projeto Caboclo, destinado à fixação do caboclo na floresta amazônica. Ribeiro demonstra, como sempre, uma preocupação com os problemas sociais em todos os cantos do país, como um paralelo aos programas educacionais realizados.

Darcy Ribeiro falece em 17 de fevereiro de 1997. No seu último ano de vida, dedicou-se especialmente a organizar a Universidade Aberta do Brasil, com cursos de educação a distância, e a Escola Normal Superior, para a formação de professores de 1º grau.

Sabendo-se que Darcy Ribeiro concebeu o projeto dos CIEPs não de uma hora para a outra, mas ao longo de sua profícua carreira, outro objetivo desse trabalho é o de verificar como e se as ideias do educador já faziam parte das obras do escritor.

Como este trabalho visa a abranger, além do projeto dos CIEPs, um pouco sobre seu idealizador, optamos por desenvolver aqui um pouco sobre a diversidade não somente das funções desempenhadas por Darcy Ribeiro, mas também, de suas obras. Nelas, o conteúdo extremamente variado parece desfilas pelas possibilidades da língua portuguesa e não somente expor a natureza diversa dos assuntos tratados. Assim, verificamos que o domínio que o escritor Darcy Ribeiro possuía sobre os assuntos já citados fazia com que a linguagem em suas obras fosse de extrema riqueza, trazendo, como dissemos, não somente conteúdo específico, mas toda uma fonte de estilos e variações que a língua portuguesa possui. Nos subitens a seguir, mostramos alguns aspectos, tanto da diversidade de assuntos abordados pelo escritor, quanto da forma com que o mesmo apresentava suas obras. Para tanto, escolhemos o livro *Maíra* escrito em 1976.

Maíra: Aspectos de Educação através de Memória, Identidade, Cultura e Polifonia

O uso de gêneros textuais, tipologias textuais e aspectos de linguagem, como as figuras de linguagem e figuras de estilo, possibilitam uma enorme gama de possibilidades ao escritor, seja ele de quaisquer estilos ou áreas (técnica ou literária).⁴ Com o uso desses recursos, Darcy Ribeiro conseguiu uma variação muito grande de natureza de seus textos, sendo capaz de escrever obras de sociologia, antropologia, política e educação, por exemplo. Sabendo-se que tais áreas do conhecimento humano não compartilham muitas formas de apresentação de ideias, objetivamos descrever e ilustrar como tais variações linguísticas⁵ eram dominadas pelo escritor.

Assim, além do objetivo geral de demonstrar quais são os gêneros, as tipologias textuais e os aspectos de linguagem, procuramos também enfatizar aqueles utilizados pelo escritor, na elaboração de suas obras, através de citações ilustrativas. Tais ferramentas podem ter sido cruciais para Darcy Ribeiro ser não somente considerado um bom escritor, mas também alguém que, através do domínio da linguagem, demonstrou conhecimento da natureza humana.

O escritor foi e ainda é figura de renome nas áreas em que atuou: antropologia, sociologia, educação e política. Tendo amplo conhecimento, inclusive sobre as sociedades indígenas, Darcy Ribeiro desenvolveu um amplo trabalho linguístico, com vistas à compreensão do ser humano em suas mais diversas formas de organização. Com experiência com os silvícolas, Ribeiro se envolveu, também, com projetos sociológicos, que culminaram com suas investidas na educação. Sua vida política vem como a associar todo esse conhecimento humanista do escritor.

Suas obras são variadas, e as escolhidas como ilustração servem como exemplo daquilo que parecia ser regra na sua trajetória como escritor: a diversidade linguística, demonstrada através dos temas: gêneros textuais, tipologias textuais e aspectos de linguagem.⁶

As informações aqui apresentadas são de natureza qualitativa, sem descartar possíveis quantidades ilustrativas tanto com relação ao conteúdo teórico quanto às ilustrações/citações e obras usadas como referência. Esta forma de trabalho se deve, também, à natureza mais abstrata que concreta de algumas passagens citadas por Darcy Ribeiro, como as advindas da obra *Maíra*. Assim, se justifica a análise, pela relevância do autor e suas obras, assim como pela riqueza linguística das mesmas, fontes de análise textual de grande complexidade.

Os gêneros textuais, às vezes considerados modelos fechados de textos, conforme visto podem ser de características bem diversas, dado às possibilidades de escolha do emissor, no que se refere ao estilo e propósito de sua mensagem, assim como devido a novas tecnologias. Assim, um conto pode se aproximar de uma crônica, um anúncio de uma anedota, uma tirinha de jornal de um ofício⁷.

De forma semelhante, os tipos de textos não são de natureza fixa para cada gênero textual. A heterogeneidade tipológica permite que mais de um tipo seja usado em um mesmo gênero textual. Então, um mesmo texto pode apresentar características de narração, descrição e argumentação, como um romance. Outro, de injunção e exposição, como um anúncio ou manual. Outras combinações, obviamente, podem ser úteis ao escritor/emissor de uma mensagem.⁸

No entanto, os autores nem sempre concordam a respeito das terminologias a respeito. O ensino de gênero e tipologia textuais é, então, matéria de debate, justamente devido à complexidade da questão. Mesmo com relação às nomenclaturas com referência às figuras de linguagem, sejam elas de sintaxe ou de estilo, há diferenças de abordagens entre os autores.⁹

A classificação de romance indianista de *Maíra* sugere um texto narrativo, com várias personagens, um enredo principal, uma linha de tempo e ao menos um narrador. Para seguir características usuais, temos uma vasta lista de descrições de pessoas, lugares e sensações. O livro não deixa, obviamente, de seguir essas premissas, senão

não poderia ser classificado desta forma. Porém, como parece ser uma prática de Darcy Ribeiro, as possibilidades da linguagem são amplamente exploradas. Aqui, além de algumas características já observadas, o escritor faz uso de descrição comum no trecho: “Sei lá! Disse que era loura e nova. Branca que nem ele!”, seguida de trecho injuntivo: “Veja o que apurei: o homem é suíço mesmo”.¹⁰

Como vimos, Darcy Ribeiro teve uma trajetória profissional bastante diversificada, trilhando áreas como antropologia, sociologia, educação e política. Tal variedade demonstra uma profunda preocupação com aspectos sociais, não só dos brasileiros, mas também de outros povos, conforme podemos observar, também, através de sua passagem por outros países. Todos esses aspectos, porém, podem ser encontrados na educação, área em que, para se obter plena consciência da importância de se compreender o ser humano, é necessário conhecer ao menos um pouco das áreas estudadas e vividas por Ribeiro.

Ao lidarmos com esses campos de conhecimento, é inevitável que também tenhamos que nos envolver com aspectos de memória, identidade, cultura e polifonia (aqui vista como espaço e voz para todos), visto que estes estão totalmente ligados às questões do ser humano e a sua convivência em sociedade.

Na obra *Maíra*, Darcy Ribeiro nos mostra seu conhecimento sobre o ser humano, seja ele da cidade grande ou do interior, da chamada civilização ou de organização indígena. O autor nos brinda com detalhes de comportamento, costumes e sentimentos advindos da (con) vivência cultural de cada uma de suas personagens, assim como a respeito da interação entre elas, com suas diferentes formas de lidar com assuntos do dia-a-dia.

Através de sua narrativa, Ribeiro nos mostra aspectos de memória de diferentes civilizações, como se dá a noção de identidade¹¹ (ou falta desta) de cada personagem. Esta forma de narrativa, que dá voz a várias personagens, expressa uma polifonia¹² em seu romance. Pelos relatos narrados de cada personagem, temos visões e opiniões diferentes sobre os mesmos fatos dentro do enredo.

Esta análise visa a mostrar como estes diferentes aspectos (memória, identidade, cultura e polifonia) são desenvolvidos e encadeados ao longo do romance, de maneira que o escritor demonstra sua habilidade no trato com assuntos voltados à compreensão do ser humano, tão necessários à formação de um educador.

Inicialmente, conceituamos e apresentamos esses aspectos e em quais autores nos baseamos para então apresentarmos como Darcy Ribeiro faz uso dos mesmos para falar sobre o ser humano, neste romance, enquadrado inicialmente, como indianista. Desta forma, objetivamos sugerir que o Darcy Ribeiro educador se mostrava em suas obras, mesmo que estas não fossem, a priori, classificadas para a área de educação.

A maneira como o romance de Darcy Ribeiro foi concebido parece nos mostrar como estes aspectos estão intimamente ligados. Através de uma narrativa recheada de memória¹³ (aqui fazendo uma mescla entre a memória do autor sobre suas experiências antropológicas, especialmente as relacionadas com os indígenas e a memória das personagens, em seus costumes, passados de geração a geração), observamos peculiaridades culturais, sejam dos indígenas ou da sociedade dita civilizada. Da mesma forma, tais características ajudam a formar a identidade de cada personagem em seu

grupo ou até o conflito interno gerado quando em contato com grupos diferentes. A polifonia vem, então, dar voz às múltiplas personagens, numa forma de fazê-las negociar espaço e opinião sobre o mundo e sobre si mesmos no desenrolar do enredo.

Ribeiro apresenta uma rica descrição dos indígenas, seus costumes e conhecimento a respeito do mundo, suficientes para a sobrevivência destes como povo independente. Entre os aspectos mostrados temos a linguagem, a noção de hierarquia, o respeito pelos mais velhos, os rituais religiosos, a formação do guerreiro e até a visão deles sobre a morte. A sociedade indígena mostrada pelo autor se mostra autossuficiente em relação à sociedade conhecida como civilizada:

“A CASA-DOS-HOMENS ferve de gente: homens, mulheres, crianças. Vivos e mortos. Todos os mairuns estão aqui. Os vivos, surpresos, de pé ou sentados, olham o velho tuxaua que está acororado na frente do aro e, bem no meio da casa enorme. Os mortos entram e saem esvoaçando em círculos que sobem do baíto para o alto do céu. Só são visíveis aos olhos do aro e, sentado no seu banquinho-gavião de duas cabeças.”¹⁴

A passagem traz a cultura indígena, transmitida de geração a geração e mostra como os silvícolas se preparam e encaram a morte de alguém importante para a tribo. Ao descrever o ritual, Darcy Ribeiro nos mostra uma cultura bem diversa daquela a que estamos acostumados a ver. Ele demonstra, então, que mesmo nossas crenças e práticas mais comuns podem ser vistas de outra forma por outro povo. Podemos dizer que os aspectos de memória, cultura¹⁵ e identidade da sociedade indígena estão tendo uma voz através da descrição contida no romance.

De forma similar, o autor nos mostra o comportamento de personagens não indígenas, sua interação com os mesmos e onde há certo conflito de interesses e interpretações das situações vividas. Com relação a uma passagem, que se apresenta desde o início da narrativa, a respeito de uma mulher que aparece morta em terras indígenas, o oficial encarregado da investigação discorre:

“Pelo que vejo a coisa está muito bem urdida e justificada para que os índios fiquem na aldeia como índios e os agentes nos Postos como seus remotos tutores. O resultado é que eles jamais se integrarão nos usos e costumes da civilização. Mas é também que os funcionários da Funai não perderão seus empregos de burocratas-afazendados à custa da Fazenda nacional.”¹⁶

Na visão do oficial, os indígenas são incapazes de se adequar à civilização. Nem por isso a personagem deixa também de criticar representantes dessa mesma civilização, da qual faz parte.

A questão de identidade é também desenvolvida por Ribeiro, naquilo que desperta as maiores indagações: como se dá o sentimento de pertencimento e ao mesmo tempo de estranhamento das próprias origens, após um intenso envolvimento com uma cultura diferente daquelas. A personagem Isaias, índio convertido ao catolicismo, na sua volta à sua terra natal, reflete e sofre com essa falta de identificação com uma e com outra cultura:

“Só Deus, onipotente, me pode socorrer. Se é que Deus, onisciente, quer se ocupar de mim ou de quem quer que seja. Não sou o soldado que regressa vitorioso ou derrotado. Não sou o exilado que retorna com saudades da raiz. Sou o outro em busca do um. Sou o que resulto ser, ainda, nesta luta por refazer os caminhos que me desfizeram.”¹⁷

No capítulo chamado *Mundo Alheio*, temos a reação dos indígenas com a chegada de Isaias e Alma à aldeia mairum. Todo um ritual da tribo acontece, em parte para saudar os recém-chegados e em parte para homenagear os mortos durante o período em que o Avá (Isaias) esteve fora da tribo. Os homens executam seu ritual, que é acompanhado pelas mulheres. Os recém-chegados são a ponte entre a aldeia e o restante da sociedade. Após alguns momentos de celebração, os silvícolas procuram confirmação para tudo o que já ouviram a respeito do mundo externo à aldeia: “São horas inteiras de relato, de especulação, de revelação. O Avá, ora seguro, a tudo responde tranquilo e sábio; ora duvidoso, dá a impressão de que confunde as coisas. Os mairuns viajam com gosto em suas palavras, terra afora, pelo grande mundo dos outros.”¹⁸

Verificamos que os aspectos de memória, cultura e identidade estão fortemente interligados. Podemos dizer, então, que a memória, ao mesmo tempo em que faz parte da cultura de dada sociedade, transmite essa mesma cultura e ajuda a identificar os indivíduos como parte de grupos¹⁹. O conteúdo mostrado por Darcy Ribeiro em *Maíra* nos mostra que, além da conexão entre esses elementos, temos as questões de alteridade e de expressão, tanto dos grupos quanto dos indivíduos. Todos esses elementos juntos formam o conjunto das expressões identitárias dos mesmos grupos e indivíduos.

Como se trata de uma questão de interligação entre aspectos da natureza humana, em seu convívio em sociedade, reforçamos a ideia de que cada item aqui mostrado e ilustrado através da obra leva a outro. Podemos dizer que eles são interdependentes.

Darcy Ribeiro, porém, ao construir a narrativa de *Maíra* mostrando as semelhanças e diferenças entre as sociedades indígena e a dos homens brancos, por assim dizer, nos mostra também onde essas mesmas sociedades possuem aspectos em que poderiam contribuir uma com a outra, numa grande interação cultural. Para nos referirmos aos teóricos aqui citados, podemos dizer que muitas das informações (em particular aquelas a respeito dos indígenas) presentes no romance são também parte da memória de Darcy Ribeiro. Aquilo que lemos ao longo dos capítulos pode fazer parte daquilo que o autor experimentou enquanto antropólogo.

Se o conteúdo cultural exposto é totalmente verdadeiro ou não, fica para segundo plano. É importante lembrarmos de duas condições, sendo uma da literatura e outra da memória: a primeira procura trabalhar com a verossimilhança, ou seja, aproximar o conteúdo da obra com aquilo que pode ser real dentro daquele mundo; já a segunda, a memória, se forma pelas concepções daquele que relata, sendo que o que este omite ou acrescenta não é de forma alguma considerado uma falta. Darcy Ribeiro pode ter vivido a experiência de Proust, analisada por Walter Benjamin²⁰, revisando frequentemente suas próprias experiências. Também podemos dizer que Ribeiro pode ter ficado, em alguns momentos, no limite do relato de experiência própria com a ficção.²¹ Poderíamos, assim, dizer que o romance possui literaricidade e também literariedade.

Através de uma polifonia demonstrada ao longo dos capítulos, alternadamente conduzidos por personagens diferentes, Ribeiro nos transporta para um campo de conhecimento da necessidade humana da maior importância: o entendimento não só do outro, mas também de si mesmo. Através de reflexões dessas personagens somos levados a questionar nossa própria existência e forma de interagir com outras culturas, numa espécie de autoavaliação. Aos personagens é dado o espaço para pensar e se expressar, o que se transmite para o leitor. Fica, então, a sugestão de que é necessário, nos caminhos da educação, o devido respeito ao direito humano de refletir sobre sua vida e sobre a sociedade que nos cerca. Somente assim poderemos realmente contribuir com ela, melhorando a nós mesmos.

O conjunto formado pelos elementos memória, identidade, cultura e polifonia, discutido aqui, mais uma vez, nos remete a questões necessárias à educação. Através desses elementos, aliados a boas noções de alteridade, podemos visualizar um modelo de educação capaz de nos dar um bom conhecimento de mundo (e de nós mesmos). Sugere-se, então, que Darcy Ribeiro, ao conceber o romance *Maíra*, expôs alguns dos grandes pilares da educação, sendo ele próprio um homem envolvido com essa área bem antes da publicação da obra.

Notas e referências

- ¹ Daniel PÉCAUT, *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*, São Paulo, Editora Ática, 1990, p. 74.
- ² Referências retiradas de www.fundar.org (Fundação Darcy Ribeiro).
- ³ Vera BRANT, *Darcy*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ⁴ Ingedore Villça KOCH, Vanda Maria ELIAS, *Ler e Compreender os Sentidos do Texto*, São Paulo, Contexto, 2006.
- ⁵ Jose Luiz, FIORIN (Org.) *Introdução à Linguística*, São Paulo, Contexto, 2003.
- ⁶ Luiz Antonio MARCUSCHI, *Linguística de Texto: O Que é e Como Se Faz*, Recife, Editora da UFPE, 1983.
- ⁷ Marcos BALTAR, *Sobre os Gêneros Textuais*, <http://hermes.ucs.br/cchc/dele/ucs-produttore/pages/sobregeneros.htm>, Acesso em 27/10/12.
- ⁸ Ingedore Villça KOCH, Vanda Maria ELIAS, *cit.*
- ⁹ Luiz Carlos TRAVAGLIA, *As Presenças do Texto em Sala de Aula*, In: II Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa - SIELP, 2012, Uberlândia, Anais do SIELP, Uberlândia, EDUFU, 2012, v. 2, pp. 1-21.
- ¹⁰ Darcy RIBEIRO, *Maíra*, Rio de Janeiro, Record, 2007, p.33.
- ¹¹ Stuart HALL, *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*, São Paulo, DP&A Editora, 1996.
- ¹² Mikhail BAKHTIN, Polifonia em Dostoiévsky, IN: *Bakhtiniana*, Rev. Estud. Discurso, vol. 6, n.1, São Paulo Aug/Dec, 2011.
- ¹³ Michael POLLAK, *Memória e Identidade Social*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, pp. 200-212.
- ¹⁴ Darcy RIBEIRO, 2007, *cit.*, p.37.
- ¹⁵ Homi K. BHABHA, *O Local da Cultura*, Belo Horizonte, UFMG, 2001.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 97.
- ¹⁷ *Ibid.*
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 249.
- ¹⁹ Maurice HALBWACHS, *A Memória Coletiva*, São Paulo, Centauro, 2006.
- ²⁰ Walter BENJAMIN, A Imagem de Proust, IN: *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*, São Paulo, Brasiliense, 2012, pp. 37-50.
- ²¹ Verena ALBERTI, *Ouvir Contar: Textos de História Oral*, Rio de Janeiro, FGV, 2004.

Construindo um acervo: história, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles

Alessandra Mafra*

O pesquisador e folclorista paraense Vicente Salles (1931-2013) atuou na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro como redator na *Revista Brasileira de Folclore* e, desde muito cedo, como colaborador da Imprensa paraense e nacional. Foi um intelectual polígrafo que, no decorrer de sua vida, dedicou-se a escrever sobre os mais variados temas da cultura amazônica. A prática do colecionismo, a partir da trajetória de um intelectual como Salles, está atrelada à sua vida; considerando suas *influências*, seus interesses de pesquisa, e seu engajamento político e cultural. Aqui, procuramos interpretar este intelectual através da sua coleção, de modo a entender como ele construiu ou coletou o material que presentemente compõe a *Coleção Vicente Salles*¹ e de como esta pode ser apreendida em um diálogo com sua própria história, ou melhor, com a história da sua trajetória profissional e intelectual, dedicada, essencialmente, ao estudo sobre o folclore na região norte do Brasil.

Os livros, os recortes de jornais, a correspondência, os folhetos de cordel, entre outros tipos de documentos presentes naquela coleção, simbolizam não somente o hábito de colecionar de Vicente Salles, mas representam, sobretudo, a preocupação em conservar e compartilhar das informações sobre os temas com que Salles se ocupou, a exemplo da cultura popular, do folclore, da música, e do negro. Como bem destacou Rodrigo Monteiro ao tratar da *Coleção Barbosa Machado*, não podemos jamais perder de vista a ação individual do colecionador, ao organizar o seu acervo, uma vez que nela se expressam suas *expectativas*.² Logo, são essas expectativas que procuramos observar em Salles, em *seu sentido* de colecionar, ordenar e preservar um acervo que foi edificado para a conservação da memória da cultura amazônica.

Uma breve introdução sobre a vida e a obra de Salles

Ao analisarmos uma obra, ou mesmo várias obras de um determinado autor, alguns elementos se fazem importantes. Primeiramente, devemos procurar conhecer, detalha-

* Doutoranda em História na Universidade Estadual de Campinas (Brasil). Integra o grupo de pesquisa “História Social da Arte” (UFPA/CNPq).

damente, a sumária biografia de quem a escreveu, atentando para as influências que o autor recebeu e o contexto histórico de sua produção. Dessa forma, abordar uma produção intelectual requer, antes de qualquer coisa, um estudo acerca da trajetória pessoal do autor, no sentido de buscar conhecer suas motivações e experiências, permitindo assim uma compreensão mais densa sobre a sua produção.

O pesquisador e folclorista paraense Vicente Salles nasceu no município de Igarapé-Açu, no estado do Pará, em 27 de novembro de 1931. Passou boa parte de sua infância percorrendo os diversos interiores do Estado onde nasceu. Em Castanhal passou mais tempo, de 1937 a 1946. Sobre esta cidade, Salles rememora que ela não era grande, porém, apresentava um círculo diversificado de pessoas. Pessoas com as quais seu pai, Clóvis Salles, um dos *intelectuais do lugar*, estabelecia relações, uma vez que este trabalhava para a prefeitura, na parte cultural. Surgiram assim personalidades locais, como: o padre italiano Salvador Tracaiolli (fascista), Paulo Haussler Delgado (comunista) e Francisco de Assis e Silva (músico).³

Um dos temas de maior interesse de Salles foi a literatura de cordel. Aqui, também, podemos destacar o interesse que seu pai já nutria pela mesma. Porém, foi em Belém, aonde chegou em 1946, que este gosto se fortaleceu, pois o escritório onde Salles começou a trabalhar, quando aportou nesta cidade, localizava-se próximo a *Folheteria Guajarina*⁴, na Travessa Padre Eutíquio. Nesse momento, Salles trabalhou de *office-boy* e de *auxiliar de escritório*, e tudo foi *acontecendo naturalmente*, talvez, pelo contato com as leituras recitadas e cantadas de Castanhal ou, talvez, pela facilidade em acessar as publicações da folheteria.⁵ Assim, podemos observar que Salles se enquadrava ainda no papel de leitor, e posteriormente, se firmaria como um pesquisador da literatura popular.

Este intelectual passou a colaborar desde cedo com a imprensa, destacando-se a influência de duas pessoas na intensificação do interesse de Salles pela literatura popular e inserção no mundo dos jornais; foram eles, o jornalista paraibano Romeu Mariz e o artista plástico e caricaturista Antônio Ângelo de Abreu Nascimento. Por intermédio de Romeu Mariz, Salles publicou seus primeiros trabalhos na Imprensa, por volta de 1947. Mariz, amigo pessoal de seu pai e grande admirador da poesia nordestina, foi autor de inúmeras reportagens e crônicas sobre poetas e cantadores.

A primeira oportunidade de convivência *concreta* de Salles com a imprensa foi em *O Estado do Pará*, onde conheceu o mestre Ângelus, que trabalhava como ilustrador para diversos jornais, e tendo sido o principal capista dos folhetos da Editora Guajarina. Nesses termos, ao colaborar desde cedo com a imprensa, Vicente Salles se interessou pela divulgação dos fatos artísticos ocorridos em Belém, e utilizou uma coluna em *O Estado do Pará* intitulada *Sons, tons e outras notas*, a qual servia para noticiar a música, pintura e literatura, na capital paraense.

Construindo em acervo: história, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles

Alessandra MAFRA



Vicente Salles aos 21 anos

Fonte: Suplemento Literário do *O Estado do Pará*, 27.11.1952

No ano de 1954, Salles havia feito um concurso público, promovido pelo governo federal, para o cargo de datilógrafo. Edison Carneiro⁶, a quem foi apresentado pelo poeta paraense Bruno de Menezes, então o aconselhou a transferir-se para o Rio de Janeiro, o que fez ainda em 1954. Como obteve boa classificação, o diretor do DASP na época, permitiu que ele escolhesse o local onde gostaria de trabalhar, e Salles, então, escolheu o Ministério da Educação e Cultura, onde trabalhou com Gildásio Amado, diretor do Departamento de Ensino Secundário.⁷ Em 1958, quando da criação da *Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro* - CDFB, foi providenciada a sua transferência para esse novo órgão, pelo musicólogo Mozart de Araújo, e posteriormente, foi trabalhar diretamente com o antropólogo Edison Carneiro, que propôs o primeiro desafio a Salles: organizar a biblioteca da CDFB. Carneiro era diretor da Campanha e foi responsável pelo lançamento da *Revista Brasileira de Folclore* - RBF, no início da década de 1960.

Pouco tempo depois, Edison Carneiro incentivou Vicente Salles a realizar o curso acadêmico em Ciências Sociais, pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje, UFRJ), o qual concluiu em 1966. Antes disso, ele teria desistido da faculdade de Direito. No período de 1958 a 1972, ele trabalhou na CDFB e foi redator da RBF. De 1972 a 1975, Salles trabalhou no Conselho Federal de Cultura, secretariando a Câmara de Artes, e também, a *Revista Brasileira de Cultura*. Ainda em 1975, mudou-se para Brasília, para representar o Departamento de Assuntos Culturais do MEC, onde colaborou para a criação da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, e onde se manteve até 1980. A partir 1985, ficou lotado no SPHAN (antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), até se aposentar em 1990.⁸

Intelectuais na América Latina: Pensamento, Contextos e Instituições

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores

Construindo em acervo: história, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles

Alessandra MAFRA

Os anos de 1980 pareceram bem intensos para Vicente Salles. Nessa década, ele lançou muitos livros, dentre eles, a segunda edição de *O Negro no Pará* (1988), mas também muitos outros direcionados para o tema da música. Depois de se aposentar em 1990, passou a se dedicar exclusivamente à pesquisa e à escrita. Nesse período, Salles iniciou um processo de negociação com a Universidade Federal do Pará para a venda de seu acervo bibliográfico e documental, concernente à cultura amazônica, principalmente, o que viria a ocorrer em 1993. Este acervo foi enviado somente em 1996 ao Museu da Universidade Federal do Pará, e neste mesmo ano Salles foi convidado pela UFPA para dirigir o referido museu, permanecendo como diretor até o ano de 1997.⁹



Vicente Salles na solenidade de entrega do título *Doutor Honoris Causa* pela UFPA, em 2011
<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=5304> (acessado em 31 de março de 2014)

Em novembro de 2002, a Universidade da Amazônia concedeu-lhe o título de *Doutor Honoris Causa* em sessão solene a Vicente Salles. Em 2011, foi a vez da Universidade Federal do Pará se manifestar quanto à importância dos estudos históricos e culturais de Salles ao Pará, concedendo-lhe o título de *Doutor Honoris Causa*. Em março de 2013, nosso intelectual faleceu no Rio de Janeiro.¹⁰

Salles, Bruno de Menezes e Edison Carneiro

Foi ainda em Belém que, com o poeta, escritor e folclorista paraense Bruno de Menezes, Vicente Salles adentrou com maior profundidade no universo da cultura popular. Menezes, desde tenra idade, construiu uma ligação muito forte com as atividades folclóricas da região e, tornou-se adepto da doutrina anarquista, envolvendo-se inclusive em questões sindicais. Sua aproximação com o anarquismo deu-se antes mesmo de seu reconhecimento como poeta e folclorista. Bruno de Menezes foi também tipógrafo e operário. Seu trabalho como encadernador, embora não tenha lhe trazido maiores recursos financeiros, possibilitou que Menezes entrasse em contato com inúmeros livros, aos quais muito dificilmente teria acesso de outra forma.¹¹

Intelectuais na América Latina: Pensamento, Contextos e Instituições

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores

O amor de Menezes pela causa dos negros e trabalhadores em geral, também era algo partilhado por Salles, uma vez que literatura e revolução fizeram parte da atuação de Menezes, e sua militância literária se expressava ao versar sobre os excluídos e oprimidos na sociedade.¹² É nesse sentido que, podemos considerar Menezes, como uma figura ímpar na introdução de Salles ao universo afro-amazônico.

Da militância para o campo intelectual, passagem em que Bruno de Menezes apresentou Vicente Salles ao antropólogo, folclorista e jornalista baiano Édison Carneiro. À época em que se conheceram, Carneiro trabalhava com a presença do samba de umbigada no Brasil, que acreditava estender-se até o Maranhão.¹³ Segundo o próprio Vicente Salles, o antropólogo baiano acreditava que no Pará havia apenas a cultura cabocla. Carneiro, desta forma, comungava com a perspectiva adotada por outros intelectuais.¹⁴

Em 1954, Édison Carneiro visitava a Amazônia pela primeira vez, e ficou hospedado na casa de Bruno de Menezes, durante o mês de junho. Salles os acompanhou nas visitas pelos terreiros e parques de Belém, aos batuques, mercados e feiras, chegando a acompanhá-lo nas exposições do *pássaro quati* no tablado, uma espécie de circo que se apresentava na Rua Humaitá, onde o público lotava a arquibancada.¹⁵ Carneiro foi à Amazônia três vezes entre os anos de 1954 e 1955, e as suas investigações e observações sobre Belém ficaram registradas em seu livro *A Conquista da Amazônia*.

Destas visitas e do contato pessoal, Carneiro faria uma proposta a Vicente Salles. O desafio era proceder a um levantamento dos terreiros de cultos afro-brasileiros de Belém.¹⁶ O interesse era que, a partir desta pesquisa, pudesse-se comprovar a presença e a intensidade da cultura africana negra na cidade de Belém, o que nos estudos da época representava uma zona de opacidade. Essa perspectiva inicial posteriormente foi ampliada, indo além da compreensão dos cultos e da religiosidade afro-brasileira na Amazônia. Doravante, a discussão central seria a própria presença negra no Pará, objeto de estudo de Vicente Salles em sua especialização e que veio originar sua principal obra, *O Negro no Pará*, publicada em 1971.

A música, o folclore e o negro na obra de Vicente Salles

A música, o folclore e o negro foram os principais temas abordados por Vicente Salles no decurso de sua trajetória profissional. Em grande medida, sua aproximação e seu interesse para com estas temáticas ocorreram por influência de pessoas como Bruno de Menezes e Edison Carneiro, ou ainda pelo contato com fontes orais e escritas, fruto do seu trabalho de pesquisador e folclorista.

A contribuição de Vicente Salles para área musical no Pará é representada por um número expressivo de obras. Além disso, nota-se que o campo musical constituiu-se em um terreno importante para o seu engajamento político e cultural. Salles publicou os seguintes livros específicos sobre o assunto: *Música e Músicos do Pará* (1970); *A Música e o Tempo no Grão-Pará* (1980); *Santarém: uma oferenda musical* (1981); *Sociedades*

de Euterpe: as bandas de música no Grão-Pará (1985); *A Modinha no Grão-Pará: estudo sobre a ambientação e (re) criação da modinha no Grão - Pará* (2005), dentre outras. Esta produção também reflete sua ocupação como membro titular da cadeira nº 2 da Academia Brasileira de Música, em 1995, como sucessor do maestro Waldemar Henrique.¹⁷ Salles não se considerava um musicólogo, uma vez que seus temas de pesquisa são explorados por um olhar de folclorista, historiador, antropólogo, e não de musicólogo.¹⁸

Devemos observar que a inclinação de Salles para a música, ou melhor, para os seus estudos sobre esse tema dependeu da sua escolha enquanto pesquisador, mas não devemos deixar de considerar que o interesse pela música teve forte influência familiar. Através de sua mãe, interessou-se pelas modinhas. Sobre este gênero, Karla Oliveto destaca: “Em seu relato oral, Salles define a modinha como um fenômeno que abarca duas áreas do conhecimento: a música e a literatura. A música, por ser uma interação entre o folclórico e o erudito; a literatura, pelo caráter narrativo das experiências e da história social do homem”¹⁹

Mas foi como um culturalista que Salles iniciou seus estudos. A obra mais marcante para se compreender sua formação é *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*, publicado originalmente em 1971, pela Fundação Getúlio Vargas, em convênio com a Universidade Federal do Pará. Esta obra permeia vários campos indo além da história e da sociologia em voga nos idos de 1960 e 1970. Nela, Salles analisa vários aspectos, da vida, história e, sobretudo da cultura negra na região. Estuda a dimensão e práticas culturais do negro no Pará; suas formas de resistências, o seu engajamento nas lutas de classe, como durante a Cabanagem, e ainda analisa a presença da mão-de-obra negra na economia agrária e na história social da Amazônia.

O estudo do negro no Pará proporcionou à Salles a oportunidade de relacionar seus amplos campos de interesse, juntando a música, a literatura e o folclore, com questões políticas e sociais, como a resistência negra e a luta de classes. Salles ainda reforça que a temática do negro no Pará não dificultou em nada os estudos sobre o folclore e a cultura amazônica em geral. Ele aponta como “... uma das fases mais interessantes da pesquisa científica – o estudo particular de certas tendências e certas características dos fenômenos folclóricos. A presença negra, por exemplo, e a lúdica amazônica, no que tem de mais representativo, é essencialmente africana”²⁰. Para o autor, os fenômenos folclóricos também são fenômenos de cultura, e ambos podem ser analisados individualmente. Contudo, esses fenômenos não são isolados, e sim representam uma realidade concreta, dinâmica, em constante readaptação às novas formas assumidas pela sociedade. Assim, o folclore, na realidade, tornou-se o que ele chamou de *Matéria Viva*, devendo ser estudado naquilo que tem de vivo, a partir de sua mutabilidade no meio social.²¹

Construindo um acervo

O acervo que hoje constitui a *Coleção Vicente Salles* foi adquirido pela *Universidade Federal do Pará*, em 1993. Esta coleção, no sentido descrito por arquivistas como Heloísa Belloto, deve ser entendida primeiramente por sua importância às pesquisas com arquivos pessoais.²² Podemos encontrar nesta coleção uma biblioteca com aproximadamente 15.000 livros e periódicos; algo em torno de 70.000 recortes de crônicas cotidianas de jornais e revistas; 3000 partituras; 573 Publicações da Editora Guajarina; 1.311 folhetos de cordel, assim como, estão presentes na coleção as fichas bibliográficas e analíticas; filme super 8mm; fitas cassete; cartões postais; fotografias, estampas e desenhos, entre outros. Dentre as obras raras, é proeminente a coleção completa da *Revista Brasileira de Folclore*, a qual foi editada pela *Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro*, em parte, sob coordenação de Vicente Salles.²³

No diagnóstico preliminar desta coleção, elaborado pelo historiador Geraldo Mártires Coelho, o acervo foi referendado como um dos mais importantes, completos e originais que possam eventualmente existir. Dessa forma, este historiador reforça a importância da *Universidade Federal do Pará* em adquirir a massa documental, que representou o trabalho de Salles realizado de forma criteriosa e não aleatória, no transcorrer de várias décadas. A presente coleção neste momento era chamada de *Acervo Vicente Salles de Cultura Paraense*. Nesse sentido, acreditamos que seja relevante destacarmos esta informação, de forma a preservar e garantir o histórico desta coleção.²⁴

Quando Vicente Salles chegou a Belém, em 1946, foi trabalhar com o Sr. Erandy Lobato, praticista, representante de uma firma no Rio de Janeiro (Extinta Casa Rand), tendo sido neste escritório, como auxiliar, que Salles sentiu a necessidade de guardar as cópias de tudo o que produzia, principalmente nas horas vagas, as quais eram preenchidas pelos escritos de poemas, seus primeiros ensaios de literatura e crônicas.

Nesse contexto, Salles também adquiriu um enorme interesse pelos folhetos de cordel, pois o escritório em que trabalhava ficaria situado próximo a *Editora Guajarina*, situada na Travessa Padre Eutíquio, em Belém, como já mencionamos; facilitando desta forma, o contato com a poesia popular, e naturalmente, já iniciaria o processo de construção de uma das séries mais ricas de sua coleção, o da *Literatura de Cordel*. Além disso, Salles já colecionava selos, cartões postais e revistas diversas, o que motivou as trocas de correspondências entre pessoas interessadas no Brasil e no exterior.²⁵

Como podemos observar no contexto que apresentamos até aqui, foi ainda menino e no seu primeiro emprego que Salles contraiu o hábito de colecionar, prática que se estendeu até o início de suas coletas de material como folclorista.²⁶ Em 1953, Salles estava investigando a respeito de uma temporada lírica no Teatro da Paz, em Belém, organizada por um italiano chamado Nino Gaione, quando se deparou com um amontoado de papéis retirados dos armários do Teatro da Paz, assim, este pesquisador apanhou programas, cadernos de anotações feitos por um antigo funcionário do teatro chamado Al-

cebíades Nobre, dando início à coleta do material sobre o Teatro da Paz, e consequentemente sobre a história da música no Pará, uma das temáticas de maior representatividade em suas pesquisas e, por conseguinte, dentro de seu acervo.²⁷

No ano de 1954, Salles embarcou em uma peregrinação pelos interiores do Pará, no intuito de coletar material sobre bandas de música, o carimbó, enfim, sobre o folclore na Região do Salgado. Esta, na realidade foi sua primeira coleta de material de campo, retornando ao Pará em 1958, para dar continuidade a esse trabalho, pelos interiores do Estado. Nesse sentido, Karla Oliveto, ao abordar sobre as pesquisas de campo realizadas por Salles, destaca que, nos trabalhos sobre folguedos folclóricos e bandas de música, a primeira regra estabelecida por Vicente Salles foi a de ir aos locais escolhidos, para obter informações e realizar suas observações, com o propósito de completar o levantamento histórico, sobre determinado assunto.

O diálogo com outras ciências, a exemplo da história, fez de Salles um pesquisador raro, no sentido de dialogar com várias disciplinas, bastando para isso observarmos, no geral, a diversidade de sua coleção. Nesse aspecto, como analisa a antropóloga Sônia Dorta: “o importante a considerar é que o colecionador, a época e a forma de colecionamento têm importância crucial para a avaliação de uma coleção e suas possibilidades de estudo”.²⁸

Ao analisarmos esta coleção, percebemos este acervo envolvido em uma perspectiva histórica, para a preservação da memória daquilo que foi resultado do trajeto de pesquisa de Salles. Na *Hemeroteca*, por exemplo, encontramos as séries: Amazônia, Arquitetura, Literatura, Folclore, Negro, entre outras. Podemos observar que estão presentes nessa parte, recortes de jornais e revistas (principalmente a partir da década de 1940, até doações recentes, realizadas pelo próprio Salles). Vale ressaltar, que Salles não focou em colecionar objetos, mas principalmente, documentos manuscritos, impressos e audiovisuais, interesse que se apresentou ainda em sua juventude e no início de sua carreira como pesquisador, como já mencionamos.²⁹

A Hemeroteca desta coleção se destaca pelo leque de possibilidade de estudo a respeito da cultura negra, por exemplo. Continuando por esse viés da interpretação histórica da coleção, faz-se necessário destacar que Salles guardou diversos *artigos*,³⁰ que falam, entre outras coisas, sobre a influência da música africana no Brasil; sobre a influência negra no folclore amazonense; sobre a herança da dor e da brutalidade que foram dispensados aos escravos. Estes artigos apresentam um recorte desde a década de 1940 até 1990, apresentando autores diversificados, dentre os conhecidos, podemos citar Renato Almeida e Darcy Ribeiro.

Um dos *grupos* que se destaca dentro da referida coleção, intitula-se *Documentação Sócio – Cultural*. Esta documentação até o momento apresenta-se na forma de vinte e nove subdivisões, e dentre elas, a que mais nos concentramos foi a pasta “Vicente Salles”, na qual encontramos, em sua maioria, o material produzido por ele, como as notas

de pesquisa para a confecção de *O Negro no Pará*, de 1964, além de cartões e cartas, documentação típica de se encontrar em um arquivo pessoal ou dentro de uma coleção.

A perspectiva política no ato de colecionar

Mencionamos anteriormente, sobre as duas personalidades que *influenciaram*, de forma direta, a trajetória de Salles como intelectual, trata-se de Bruno de Menezes e Edison Carneiro. Buscamos, dessa forma, retomar o nome desses intelectuais para tratarmos a questão do colecionismo através de uma perspectiva política, inclusive. É necessário, levarmos em consideração, a militância de esquerda de ambos, a influência que exerceram sobre Salles, para podermos realizar uma interpretação através da *Coleção Vicente Salles*, a partir do engajamento político do titular do acervo e do seu compromisso com a cultura da região Amazônica.

Nesse sentido, coletar material sobre o folclore, o negro, a música, entre outras temáticas foi, antes de tudo, para Vicente Salles, uma forma de coletar um material que, permitisse discutir a respeito da luta social e da política dos excluídos no norte do Brasil. O material coletado sobre o negro, por exemplo, que constituiu o material para o livro *O Negro no Pará*, sob o regime da escravidão e de outros livros de Salles que tratam sobre a presença da cultura negra na Amazônia, refletiram essas discussões, mesmo que de forma *discreta*, em determinado momento, como o período da ditadura no Brasil. Afinal, falar de folclore, do negro, de cultura popular, na década de 60 apresentava-se, também, como forma de resistência.

Levando em consideração a formação de sua militância política, adentramos em sua biblioteca. No que diz respeito ao *socialismo*, deparamo-nos com algumas publicações estrangeiras, traduzidas e publicações brasileiras. Obras como de Antônio Gramsci, a exemplo do livro *Sobre a Democracia Operária e Outros Textos*, com publicação de 1976, onde este intelectual trata especificamente sobre a situação da Itália e da explosão das lutas de classe, sendo que, as partes grifadas por Salles referem-se ao êxito da Revolução Russa, e como o operário europeu viu o modelo historicamente realizado de uma sociedade que teria capacidade de eliminar a opressão, a miséria, e sobre as condições para eliminação do capitalismo na Rússia.³¹

Do mesmo modo, encontramos o livro intitulado *Obras Escolhidas* para a tradução de Karl Marx e Friedrich Engels, com publicação brasileira da segunda edição de 1961.³² Segundo algumas informações constantes no livro, a edição das obras escolhidas de Marx e Engels foi feita de acordo com a edição soviética preparada pelo instituto Marx-Engels-Lênin e publicadas pelas edições em Línguas Estrangeiras. No que diz respeito a esta edição, foram utilizados (traduzidos) basicamente os textos soviéticos em inglês e espanhol, confrontados com algumas edições francesas. A segunda edição, constante na *Coleção Vicente Salles* foi dividida em três volumes, mas estão presentes no acervo somente os dois primeiros.

O “Prefácio” à edição russa de 1883 foi escrito por Engels para a edição alemã do *Manifesto do Partido Comunista*. Publicado em Gottingen, Zurich, em 1883. Neste prefácio, a parte grifada por Salles diz respeito, principalmente, ao pensamento dominante e essencial do *Manifesto Comunista*, ou seja, sobre a produção econômica e a estrutura social que decorre dele, constituem em cada época histórica a base da história política e intelectual dessa período, especialmente na página dezessete. Na página vinte e seis, Salles destacou, principalmente, o último parágrafo que trata sobre o desenvolvimento da burguesia, conseqüentemente do capital, o desenvolvimento do proletariado, a classe dos operários modernos, e como estes operários apresentam-se como mercadorias, artigo de comércio como qualquer outro, sujeitos a concorrência e flutuações do mercado.

Ainda percorrendo o primeiro volume, a parte que mais se ressalta, seria página cinquenta e quatro, por conter grifos e uma única observação. O destaque feito por Salles, diz respeito ao pioneirismo de Marx em ter sido o primeiro a estudar profundamente a propriedade. E que todo trabalho necessário à produção de uma mercadoria, nem sempre incorpora a esta mercadoria um valor correspondente à quantidade de valor despendido. Quanto à única observação feita por Salles ao lado do parágrafo é a seguinte: “ver mais valia”.

Sobre a literatura do líder do partido comunista russo Vladimir Ilitch Lênin presente na Biblioteca, constam três livros, *La enfermedad infantil del "izquierdismo" en el comunismo* (1961); *Matérialisme et Empirio-criticisme* (1962); *Sobre a grande revolução socialista de outubro* (1987), onde podemos chamar a atenção para muitas partes grifadas, possivelmente, por Vicente Salles.

Apesar da presença destas obras chaves, Salles, contudo não se limitava a elas para entender a realidade brasileira da Amazônia. Longe de se tornar um teórico do comunismo ou do socialismo, sua trajetória de vida revela momentos de maior ação política direta e outros em que sua forma de fazer política ganhou outros mecanismos como, por exemplo, a militância na divulgação de acervos sobre a cultura popular. Salles, entretanto não ficou conhecido por nenhuma obra mais teórica. Por outro lado, ao que parece, ao lado de Guevara e Marx, Salles incluía outros heróis e mitos. Havia aqueles do presente, como seu mentor, Dagoberto Lima e, intelectualmente Bruno de Menezes e Edison Carneiro.

A proposta de trabalho de pesquisa e o colecionismo em Salles são, em boa parte, resultado do contato, ainda na sua juventude com pessoas que comungavam com as correntes políticas de esquerda. Segundo Blom, por exemplo, colecionar livros seria uma atividade *multifacetada* e ambígua.³³ No caso de Salles, existem mesmo várias facetas. A ideia seria de, principalmente, preservar a história daquilo que ele construiu através de suas leituras e pesquisas realizadas. Para Salles, colecionar e preservar são uma das bases de seu pensamento político. Através do conhecimento e preservação das práticas

culturais na Amazônia se esclarecia as lutas de classe, dos menos favorecidos, sua resistência ao longo do tempo.³⁴

Para comprovar esta ideia de prática política atrelada ao colecionismo em Salles, analisamos parte importante do material de literatura presente na *Coleção Vicente Salles*. Partindo de sua predileção pela literatura, verificamos o que ele colecionou e classificou tais gêneros literários.³⁵ Em obras como o *Negro no Pará* e em outras fica claro que Salles também percebe a literatura, os romances, contos, novelas, como fontes que ajudam a compreender as contradições de uma sociedade, o comportamento de determinada classe, ou no caso de uma afinidade de pesquisa, que determinada leitura expresse uma contribuição cultural a uma região ou país.³⁶

A mesma ideia ainda está presente em outro texto de Salles. Ao *pós-faciolar* a 2ª edição do romance *Marajó*, do escritor paraense Dalcídio Jurandir, Salles demonstra muito bem essas funções, ao destacar que, uma das lições que se pode tomar a partir da leitura deste romance “é a presença marcante dos negros e mulatos”, ao indicar a contribuição cultural através do extenso vocabulário de origem africana que se apresenta na obra, que segundo Salles, ainda é corrente e tradicional no Pará. Trata-se de um romance que gira em torno de uma fazenda no Marajó, no início do século XX, onde o papel do fazendeiro transita entre o campo e cidade, apresentado essas duas realidades. Nesse sentido, Salles destaca que, não há o que poderíamos chamar de *personagens principais*, mas sim uma narrativa em que se apresentam opressores e oprimidos, possibilitando, dessa forma analisarmos as contradições de uma sociedade local.³⁷

Nesse sentido, podemos ainda observar outra produção de Salles, onde o mesmo romance de Dalcídio Jurandir é utilizado para demonstrar uma discussão mais densa acerca da relação do homem com o meio natural e da economia. Intitulada *Memória sobre a rede de dormir: que fazem as mulheres índias e negras no Grão-Pará, conforme anotações de cronistas antigos e modernos* - nos permite adentrar no universo amazônico das tradições culturais em meio aos aspectos socioeconômicos desta região, a partir dos olhares dos cronistas que percorreram a região amazônica nos séculos XVIII e XIX, assim como pelos olhares dos romancistas *modernos*.³⁸

Ao tratar especificamente sobre este costume da utilização da rede, Salles aponta mais uma vez as anotações dos naturalistas e viajantes Spix e Martius em Santarém no ano de 1820, onde estes descrevem que, em vez da utilização de sofá, as pessoas penduram redes de algodão branco, com desenhos delicados e não abertos.³⁹ Sobre o mesmo assunto, Vicente Salles também utiliza as descrições do romancista Dalcídio Jurandir para demonstrar a habilidade das negras descendentes de escravos na fabricação das redes no município de Cachoeira, na região do Marajó.⁴⁰

Continuando pelo viés da literatura paraense, ainda em meio ao posfácio de *Marajó*, Salles cita o livro de poemas de Bruno de Menezes, intitulado de *Batuque*, de 1931, como exemplo de um tipo de literatura que, destaca a influência negra na Amazônia.

Também, no universo dos recortes de jornais e periódicos, podemos encontrar muitas citações sobre Bruno de Menezes. Todos classificados por Salles ao tema do negro, mas correspondente à *Literatura*, e muitos aparentemente vinculados a uma função *política* ou histórica, servindo para que se compreenda melhor a realidade e a cultura amazônica.

A possibilidade de perceber a biblioteca de um intelectual como Vicente Salles, nos faz refletir sobre alguns aspectos. Entre eles, o ensejo de observar o que o titular do acervo leu durante seu trajeto pessoal e profissional, ou grande parte dele. A biblioteca possui um significado especial para Salles, não só por assegurar que é fundamental ao pesquisador em geral, mas por ter tido a oportunidade de ter usufruído e de ter se intelectualizado a partir da biblioteca do seu pai. Ainda criança, Salles entrou em contato com leituras clássicas da literatura internacional como *Dom Quixote de La Mancha*, de Cervantes, e com escritores nacionais, como José de Alencar.⁴¹ Sobre as possibilidades da biblioteca Salles nos permite outras acepções, pois como ele iniciou seu trabalho em uma biblioteca, ele acabou por entrar em uma área que não era a sua, e como autodidata acabou incorporando o trabalho de bibliotecário, publicando, dessa forma, várias bibliografias comentadas.

Considerações finais

O folclore, a história, a música, a arte, a literatura, tudo tende a se mesclar neste acervo organizado por Vicente Salles. Contudo, o sentido geral desta mistura reside fundamentalmente no seu interesse pelo tema do folclore e em sua militância política em torno das classes menos favorecidas, e como se *existisse* um comprometimento em retornar ao *povo* aquilo que foi coletado sobre ele. O colecionismo de Salles se aproxima da ideia tecida por Sirinelli sobre a história dos intelectuais. Para este, esse campo tornou-se autônomo, não se fechando sobre si mesmo. Trata-se de um campo aberto “situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”.⁴²

Como podemos perceber, aqui, o pessoal e profissional naturalmente se misturam, a partir do momento em que um intelectual como Salles, se preocupa em preservar a história que ele construiu: guardando, coletando e escrevendo. A partir do contato com a vasta literatura presente na biblioteca da *Coleção Vicente Salles*, verificou-se em vários livros o carimbo *Fundo Coleção Vicente Salles*. O que, possivelmente, representa a preocupação deste intelectual em preservar a documentação e o produto de suas pesquisas quando ainda não tinha em mente onde seu acervo iria parar. Para aprofundar, é preciso estudar a biblioteca de Salles, no sentido de observarmos a relação *de um colecionador e os seus pertences*, a exemplo dos livros, como nos apresentou Walter Benjamim ao expor seu discurso sobre o autêntico colecionador e a arte de colecionar.⁴³

Notas e referências

- ¹ A *Coleção Vicente Salles* está sob a guarda do *Museu da Universidade Federal do Pará* e localizada na biblioteca do referido museu, ver: <http://www.ufpa.br/museufpa>.
- ² Rodrigo Bentes MONTEIRO, “Folhetos em ordem na Coleção Barbosa Machado”, Leila Mezan ALGRANTI & Ana Paula MEGIANI (Orgs.), *O Império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI – XIX*, São Paulo, Alameda, 2009, pp. 215-216. Procuramos observar aqui a ideia do colecionador que o autor desenvolveu a partir da interpretação da biblioteca que o abade Barbosa Machado construiu em Portugal, tendo vindo esta biblioteca para o Brasil no início do século XIX.
- ³ Vicente SALLES, *Um retrospecto – memória*, Brasília, Microedição do Autor, 2007, p.07.
- ⁴ A *Guajarina* surgiu no Pará em 1914, por iniciativa do pernambucano Francisco Rodrigues Lopes. Segundo Vicente Salles, essa editora fundiu dois campos “aparentemente” opostos: o consumo da literatura sertaneja ou cordel (semelhante à nordestina) e a do cancionero popular urbano e seresteiro. O período de 1939-1945 trouxe dificuldades para a editora, por conta da guerra, tornando a publicação irregular, e voltando a ter intensidade em sua produção nos carnavais de 1946 e 1947. Com a morte de Francisco Lopes, em 1947, esta folheteria passou para outras mãos. Em 1949 a editora e suas instalações foram incorporadas a firma proprietária da Livraria Vitória, de Raimundo Saraiva Freitas. Os novos donos se desinteressaram pelas publicações, interrompendo-as em definitivo. Cf.: Vicente SALLES, “Guajarina - Folheteria de Francisco Lopes”, *Revista Brasileira de Cultura*, Ano II, nº 09, jul./set. 1971, pp. 87-102.
- ⁵ Vicente SALLES, *Um retrospecto*, cit., p. 12.
- ⁶ O Etnólogo e folclorista Edison Carneiro nasceu em Salvador na Bahia em 12 de agosto de 1912. Foi jornalista, poeta, jurista e folclorista. É considerado um dos maiores estudiosos sobre os cultos afro-brasileiros. Participou da estruturação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, tendo sido nomeado diretor – executivo de 1961 a 1964. Morreu em dezembro de 1972. (<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>). Cf.: Mário SOUTO MAIOR, *Dicionários de Folcloristas Brasileiros*, Recife, 20-20, Comunicação e Editora, 1999.
- ⁷ Entrevista concedida à autora, através de carta, em maio de 2010. Aqui, Salles ressalta ser esse o período de maior interesse pela literatura, colaborando em vários jornais e revistas.
- ⁸ Para a construção deste breve resumo biográfico foram consultados: Vicente SALLES, *Um retrospecto....*, op. cit.; Karla Aléssio OLIVETO, *Vicente Salles: trajetória pessoal e procedimentos de pesquisa em música*, (Dissertação em mestrado em Música), Brasília, Universidade de Brasília, 2007.
- ⁹ O retorno de Salles a Belém para dirigir o museu da UFPA foi noticiado através dos principais jornais da cidade com entusiasmo. *O Diário do Pará* do dia 03 de março de 1996 trouxe a seguinte matéria “O Lixo que virou história. Vicente Salles volta a morar em Belém e começa a organizar seu vasto arquivo de cultura popular, que hoje faz parte do patrimônio do Museu da UFPA”. *O Liberal* do dia 12 de março de 1996 apresentou a seguinte chamada “O Museu está Vivo: o escritor paraense Vicente Salles assume o Museu da UFPA disposto a divulgar seu amplo acervo de quadros e livros”. É necessário destacar que, outras informações sobre a aquisição deste acervo foram feitas a partir da consulta ao dossiê sobre a *Coleção Vicente Salles*, desde a negociação até a sua compra definitiva.
- ¹⁰ Pela diversificação e seriedade presentes em suas pesquisas, Vicente Salles recebeu vários títulos, símbolo do reconhecimento ao seu trabalho. Citemos os prêmios: Com o ensaio *O Exilado do Rancho Fundo*, sobre o poeta Antônio Tavernard, ganhou o prêmio “Carlos Nascimento” da Academia Paraense de Letras em 1960; O Prêmio “Silvio Romero” com *Repente e Cordel*, sobre literatura popular em versos na Amazônia, 1981 pela FUNARTE; e o prêmio “Oswaldo Orico”, da Academia Brasileira de Letras com o livro *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*, em 1992.
- ¹¹ A relação de Vicente Salles com uma das principais personalidades modernistas do Estado do Pará, no caso, o escritor Bruno de Menezes – a quem podemos considerar uma das influências mais marcantes na trajetória intelectual de Salles – fizemos uso de vários outros autores. Nesse sentido, o leitor pode consultar os autores

- seguintes para aprofundar o assunto: Alonso ROCHA, “Bruno de Menezes: traços biográficos”, Alonso ROCHA [et al.] *Bruno de Menezes ou a sutileza da transição: Ensaios*, Belém, CEJUP/Universidade Federal do Pará, 1994, pp. 07-36; Aldrin Moura de FIGUEIREDO, “Arte, Literatura e Revolução: Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923”, Edilza FONTES & José Maia BEZERRA NETO (orgs.), *Diálogos entre História, Literatura e Memória*, Belém, Paka-Tatu, 2005, pp. 293-307.
- ¹² Aldrin Moura de FIGUEIREDO, *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*, Tese de Doutorado em História, Campinas/SP, UNICAMP, 2001. Ao falar do modernismo em Bruno de Menezes o autor destaca alguns poemas com teor anarquista, a exemplo de “Chapeleirinhas”, onde Menezes demonstra o valor do trabalho braçal das mulheres que produzem os chapéus elegantes que, utilizavam as damas da alta sociedade.
- ¹³ Forma musical de origem africana, mais provavelmente vinda do nome angolano “semba”, o que significaria umbigada, pela forma como era executada a dança. *Artigos de Opinião*, 2008-01-28, <http://www.acorianoriental.pt/noticias/view/93258>, acessado em 15.07.2010.
- ¹⁴ Por exemplo, em *Santos e Visagens*, Eduardo Galvão praticamente desconsidera a influência negra na constituição da religiosidade do caboclo amazônico, considerando-a fruto da miscigenação de portugueses e indígenas. Cf.: Eduardo GALVÃO, *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa do Itá, Baixo Amazonas*, 2ª Ed., São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, 1976 [1955].
- ¹⁵ Vicente SALLES, *Edison Carneiro, e o folclore do negro*, Edição do Autor, Brasília, 1990 [1988].
- ¹⁶ O que viria a ser feito, também, pelo Professor Napoleão Figueiredo e por Anaíza Vergolino. No prefácio de *O Negro no Pará*, Arthur Cezar Ferreira Reis destaca que, a bibliografia sobre a presença africana na Amazônia nunca foi expressiva e nos apresenta algumas como: *O Negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia* (1961), de sua autoria; *A introdução do negro na Amazônia* (1938) e *Negros-escravos na Amazônia* (1952), de Nunes Pereira; e os estudos dos batuques de Belém realizados por Anaíza Vergolino e Napoleão Figueiredo, divulgados nas atas do simpósio sobre a biota amazônica, no Rio de Janeiro, em 1967.
- ¹⁷ Salles foi eleito para a Academia Brasileira de Música em 1995, cadeira antes ocupada pelo compositor paraense Waldemar Henrique. A indicação de Salles para membro da referida academia, deve-se ao maestro Francisco Mignone, mas também, pelo reconhecimento das suas obras que tratam sobre a história da música no Pará. A ABM, nesse período, atravessava uma época de estagnação, apresentando o seu quadro de membros incompleto. Posteriormente, a proposta foi reforçada pelo Maestro Marlos Nobre, quem fez a indicação formal, e Salles passou a ocupar a cadeira nº2, vaga após a morte Waldemar Henrique. Estas informações foram obtidas através das seguintes fontes: entrevista concedida à autora, em março de 2012 e *Coleção Vicente Salles*, material Histórico Cultural - Pasta “Vicente Salles” - Correspondência Recebida - Negro e Música. Carta de Wilson Fonseca a Vicente Salles. Santarém (PA), 02.08.1995.
- ¹⁸ Ver: Karla Aléssio OLIVETO, *Vicente Salles...*, cit.
- ¹⁹ *Ibid.*, p.16.
- ²⁰ Vicente SALLES, *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*, 2ª Ed., Brasília/Belém: Ministério da Cultura/Secretaria de Estado da Cultura do Pará/Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988, p.186.
- ²¹ *Id.*, “Questionamento teórico do Folclore”, *Revista Vozes*, Rio de Janeiro, 63 (10) Out./1969, pp. 878-888. Nesse artigo, o autor cita alguns folcloristas que se enquadram na defesa da dinâmica do folclore como: Raffaele Corso, Albert Marinus, Iuri Solokov, dentre outros, no Brasil: Câmara Cascudo, Renato Almeida e Edison Carneiro.
- ²² Heloísa Liberalli BELLOTO, *Arquivos Permanentes: tratamento documental*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1991. Ao falar de arquivos pessoais, a autora apresenta algumas variantes de como a documentação de um arquivo pessoal pode ser utilizado como fonte de pesquisa: Documentação Básica; Documentação Alternativa; Documentação Subsidiária e Documentação Paralela. Contudo, para o fim desta pesquisa, ela representa a oportunidade de perceber a ligação entre a vida do autor, suas obras e aquelas que ele adquiriu, leu e

trabalhou ao longo da sua vida. A coleção significa mais do que um acervo pessoal, ela esclarece sobre a relação entre a vida de Vicente Salles e suas pesquisas no campo da cultura popular.

²³ Em uma conversa informal com a bibliotecária do *Museu da Universidade Federal do Pará*, foi destacado que, a parte da Biblioteca da Coleção Vicente Salles, está “totalmente” organizada, assim como, a hemeroteca. Considerando que, Salles continua a enviar material em grande quantidade ao acervo, justifica-se as aspas utilizadas na palavra totalmente. A parte musical desta coleção foi completamente organizada através do projeto “Recuperação e Difusão do Acervo Musical da Coleção Vicente Salles da Biblioteca Museu da UFPA”, finalizado em 2008. Cabe ainda ressaltar a existência de peças museológicas em seu acervo, peças que Salles foi presenteado, ou mesmo compradas pelo pesquisador. Segundo Salles, este acervo vai da documentação gráfica a oral.

²⁴ Fonte: dossiê sobre os trâmites e compra da *Coleção Vicente Salles*. Os documentos deste dossiê têm como data-limite os anos de 1991-1993.

²⁵ Cabe ressaltar a influência pelo gosto da literatura de cordel, uma vez que foi fortemente influenciado pelo pai, que era admirador e leitor desse tipo de poesia, talvez um gosto hereditário. E também do contato com o jornalista paraibano Romeu Mariz, que era amigo de seu pai, e tinha certa familiaridade com este tipo de literatura que, como o próprio Salles destaca: era um poeta admirador da poesia nordestina, tendo sido autor de reportagens e de crônicas sobre poetas e cantadores, publicou, inclusive, muitos folhetos sob o pseudônimo de “Mangerona - Assu”. Entrevista à autora, em maio de 2010.

²⁶ Informações mais acuradas sobre suas pesquisas de campo e a coleta de material dessas pesquisas, assim como, a trajetória de Salles do folclore para uma história da cultura, cf.: Alessandra R. e S. MAFRA, *O arauto da cultura paraense: uma história intelectual de Vicente Salles*, (Dissertação de Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, PPHIST, 2012. É importante salientarmos que, o próprio Salles em entrevista aponta que foi dessa forma, diga-se o primeiro momento de organização do material que hoje compõe a Coleção Vicente Salles.

²⁷ No que tange ao estudo da música em Salles, ver Karla Aléssio OLIVETO, *Vicente Salles*, cit.

²⁸ Sônia Ferraro DORTA, “Coleções Etnográficas: 1650-1955”, Manuela Carneiro da CUNHA (Org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p. 501.

²⁹ No acervo ainda podemos encontrar desenhos, caricaturas, negativos de vidro e objetos museológicos, assim como, jornais do século XIX, na parte de obras raras. Sobre uma discussão a respeito do Colecionismo, mesmo que em um contexto europeu, no sentido de refletir a respeito do hábito de adquirir e manter objetos, e de como o ato de colecionar foi se modificando ao longo dos séculos, permitindo a percepção do ato de colecionar ligado ao status (e ao dinamismo do comércio) até a disseminação desse hábito entre o meio popular cf.: Philipp BLOM, *Ter e Manter: uma história íntima de colecionadores e coleções*, Rio de Janeiro, Record, 2003. Igualmente, para um contexto amazônico, vale a pena cf.: Aldrin FIGUEIREDO, “Quimera Amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910”, *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, nº 28.1, 2010, Dossiê Memória, Narrativa, Política, pp. 71-93.

³⁰ Estamos nos referindo ao que foi organizado dentro da hemeroteca da referida coleção: *Coleção Vicente Salles*, seção Hemeroteca, Pasta “Negro”, série “Artigos”.

³¹ Antônio GRAMSCI, *Sobre a democracia operária e outros textos*, Lisboa, ULMEIRO, 1976.

³² Karl MARX e Friedrich ENGELS, *Obras escolhidas*, v. 2, Rio de Janeiro, Vitória, 1961 [1956].

³³ O autor salienta que existem aqueles colecionadores que, tratam os livros apenas como objetos, ou aqueles que colecionam para conferir alguma data, lugares ou datas de impressão e edição, ou seja, sobre a história do livro ou do papel. Cf., Philipp BLOM, *Ter e Manter*, cit.

³⁴ Nesse sentido, faz-se relevante refletirmos sobre o valor da memória e sua evolução na sociedade, e desta como propriedade de conservação das informações, pois a memória como elemento de identidade, individual ou coletiva, serve como instrumento de poder para reivindicações, e também, de resistência. Cf.: Jacques LE GOFF, *História e Memória*, São Paulo, Editora da UNICAMP, 2003.

-
- ³⁵ Na biblioteca podemos encontrar literatura brasileira (José Veríssimo, Silvio Romero, Mario de Andrade, entre outros). Estrangeira (principalmente, Franz Kafka) e regional (literatura amazônica, com José Veríssimo, José Eustáquio de Azevedo, Bruno de Menezes, Dalcídio Jurandir, entre outros). Igualmente, na Hemeroteca, teremos material sobre o negro, na parte de literatura. Matérias editadas entre as décadas de 1970 a 1990, principalmente, sobre o poeta Bruno de Menezes, coletados por Salles.
- ³⁶ Como aponta Antônio Ferreira, toda ficção está enraizada na sociedade, a partir do momento em que se leva em consideração, determinado espaço, tempo, cultura e relações sociais, é a partir de determinado contexto, que o autor constrói sua imaginação. Cf.: Antônio Celso FERREIRA, “A Fonte Fecunda”, Carla Bassanezi PINSKY & Tânia de LUCA (orgs.), *O Historiador e suas fontes*, São Paulo, Contexto, 2009, p. 67.
- ³⁷ Dalcídio JURANDIR, *Marajó*, Rio de Janeiro, Cátedra, Brasília, INL, 1978. [1947]
- ³⁸ Vicente SALLES, *Memória sobre a rede de dormir: que fazem as mulheres índias e negras no Grão-Pará, conforme anotações de cronistas antigos e modernos*, Brasília, Micro, Edição do autor, 1994. Este texto foi publicado, posteriormente como *O negro na formação da sociedade paraense: textos reunidos*, Belém, Pa-ka-Tatu, 2004.
- ³⁹ Id., *Memória ...*, p.15.
- ⁴⁰ Ibid., pp. 19-20. Salles cita Dalcídio Jurandir e o Romance *Marajó*, onde o último descreve sobre o labor das negras com a matéria prima em questão.
- ⁴¹ Vicente SALLES, *Um retrospecto*, op. cit. e Entrevista concedida à autora, no dia 30/11/2011.
- ⁴² Jean-François SIRINELLI, “Os Intelectuais”, René RÉMOND (Org.), *Por uma história política*, 2003, p. 232.
- ⁴³ Walter BENJAMIN, “Desempacotando minha biblioteca”, *Rua de Mão Única, Obras Escolhidas*, vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 227-235.

Interpretações do Brasil a partir de Ortega y Gasset. Leituras de História como Sistema e Mirabeau ou o Político.

*Maria Emilia Prado**

O contato de ideias entre letrados e intelectuais brasileiros e os do mundo hispânico caracterizaram-se por serem fortuitos e por vezes inexistentes. Influenciada pelo pensamento francês e inglês, com algumas passagens pela filosofia e posteriormente pela sociologia alemã, a produção intelectual hispânica (Europa e América) despertava pouco interesse e, por conseguinte, baixíssimo grau de intercâmbio. As teses sobre o iberismo, por exemplo, que despertaram polemica na América Espanhola desde o século XIX, passaram, praticamente, despercebidas no Brasil.

Essa situação começou a sofrer alteração, ainda que lentamente, a partir da década de 1920, momento em que o intercâmbio com o mundo hispano-americano começou a ser efetivado. Nessas circunstâncias, não pode causar estranhamento a influência tardia e principalmente rarefeita do pensamento orteguiano no Brasil. A partir da década de 1930 essa situação começou a se alterar e no tocante a Ortega já era possível detectar de modo mais sistemático a influência de seu pensamento no Brasil. Dentre os intelectuais que reconhecem a importância de Ortega y Gasset em sua formação está Hélio Jaguaribe.

Na América Hispânica a denominada *geração de 1915* (marcada pelas adversidades geradas a partir da primeira grande guerra, bem como pela geração espanhola de 1914, que tem a figura de Ortega y Gasset como expoente) foi fortemente influenciada pelo pensamento orteguiano. As ideias, conceitos e concepções de Ortega serviram para que os intelectuais empreendessem a crítica ao positivismo. Dentre os membros mais destacados dessa geração estão: Antonio Caso, José Vasconcelos e Alfonso Reyes (no México), Coriolano Alberini (na Argentina) e Víctor R. Haya de la Torre (no Peru).

Ainda que a geração de 1915 tivesse recebido influência dos intelectuais do século XIX bem como de seus coetâneos, foram as ideias de Ortega quem serviu para subsidiar a reflexão acerca da temática, sempre presente, da identidade latino-americana. O

* Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História.

pensamento raciovitalista de Ortega y Gasset suas teorias acerca das circunstâncias bem como o perspectivismo, foram utilizadas como estandartes quando estava em discussão a temática da independência cultural ibero-americana.¹ De 1916, data de sua primeira estadia na Argentina, convidado pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Buenos Aires, passando pelo momento de surgimento da *Revista do Ocidente* até o seu autoexílio, (1939), quando retornou a Argentina, a Filosofia de Ortega se fez presente no cenário intelectual hispano-americano sempre tão preocupado com a formulação de um projeto intelectual comum bem como a retomada dos valores indígenas na definição dessa identidade.

No caso do Brasil, a chegada de Ortega- filosofia, concepções e conceitos- ocorreu bem mais tarde. É no panorama político e intelectual da década de 1930 que a produção orteguiana desembarca. A partir de então um conjunto de intelectuais terá em Ortega uma fonte de inspiração e um guia para suas inquietações nos domínios da política, da filosofia e da história. Dentre os que reconhecem a dívida para com Ortega em seu processo de formação está Hélio Jaguaribe, a quem coube realizar a “*Introdução*” à publicação feita pela UNB de dois textos de Ortega inéditos em língua portuguesa: *A História Como Sistema e Mirabeau ou o Político*.

Hélio Jaguaribe de Mattos² nasceu no Rio de Janeiro, em 1923, diplomando-se em Direito em 1946 pela Pontifícia Universidade Católica. Filho do geógrafo e cartógrafo da Comissão Rondon, Gen. Francisco Jaguaribe de Mattos e de Francelina Santos Jaguaribe de Mattos. Em 1956 participou da fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição de estudos ligada ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1964, com o golpe militar, afastou-se do país dirigindo-se aos Estados Unidos onde lecionou nas Universidades de Harvard (1964/66) e Stanford (1967/68) e no Massachusetts Institute of Technology - MIT (1968/69). Retornou ao Brasil em 1969 ingressando na Universidade Cândido Mendes. Em 1979 fundou o *Instituto de Estudos Políticos e Sociais*, sendo seu decano até 2003, quando passou a função ao prof. Francisco Weffort. De abril a setembro de 1992 foi Ministro da Ciência e Tecnologia. É membro da Academia Brasileira de Letras.

Já na juventude Hélio Jaguaribe passou a se interessar por um universo intelectual diverso daquele que caracterizou o tempo de seu pai. Seus estudos foram realizados no Colégio Santo Inácio, onde começou o interesse pela Filosofia. Por esta época devorava também os clássicos da literatura europeia e tendo redigido poemas e novelas, imaginava que se tornaria escritor. Como aluno da seção clássica do curso complementar, passou também a se interessar pelo marxismo, especialmente pelas obras do jovem Marx. Este interesse era evidentemente bastante conflituoso com a orientação geral que recebia no colégio. Terminada essa etapa de formação, ingressou então no curso de Direito na PUC do Rio de Janeiro, onde por influência do prof. Antonio Gallotti catedrático de Teoria do Estado, passou a se voltar para a Ciência Política.

Interessado, fundamentalmente, nas temáticas do desenvolvimento e da integração latino-americana liderou o grupo de intelectuais que em reuniões realizadas na cidade fluminense de Itatiaia, o que fez com que fossem conhecidos pela denominação de *Grupo de Itatiaia*. Os intelectuais do *grupo* estudavam temas ligados aos problemas da

realidade brasileira. Dessas reuniões surgiu o *Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP)*. Mais tarde, já no governo JK foi criado o ISEB - *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* - também com a finalidade de estudo, ensino e divulgação das ciências sociais. Objetivava-se, também, que os dados e as categorias aí formuladas servissem para análise e compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. Os principais intelectuais ligados ao ISEB eram os filósofos R. Corbusier, Michel Debrun e Álvaro Vieira Pinto; o sociólogo Guerreira Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida.

Logo após sua fundação o ISEB passou a organizar cursos destinados, principalmente, à formação da elite brasileira. Nesses cursos era oferecida uma visão ampla e geral da História do Brasil e do ponto de vista econômico as ideias aí apresentadas conjugavam-se com algumas propostas defendidas pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) bem como por Celso Furtado, que apesar de não integrar os quadros do ISEB era próximo do Instituto e de alguns de seus intelectuais. Os integrantes do ISEB viram no governo Juscelino o meio pelo qual seria possível que suas ideias fossem postas em prática e dessa forma a instituição funcionou como aliada do projeto desenvolvimentista implantado por Juscelino Kubitschek. Em suas declarações públicas, Juscelino prestigiou o ISEB, definindo-o como um centro de cultura, estudos e pesquisa. Diferenciava-os dos demais órgãos universitários ao realçar a vocação do ISEB para o estudo dos problemas brasileiros. Ressalte-se, no entanto, o fato de JK não ter transformado os intelectuais do ISEB em seus assessores na orientação nem na implantação do *Plano de Metas para o Desenvolvimento*. Para isto ele criou o Conselho de Desenvolvimento, que tinha esta missão.

Ao longo do período de formação universitária além da influência recebida pela leitura da obra de Lucrecio, *De Rerum Natura*, tomou contato com aquele que viria a se tornar um autor basilar na sua formação: Ortega y Gasset e através de Ortega tomou conhecimento do pensamento alemão dos finais do século XIX até 1930.

“Ortega e o culturalismo alemão me fizeram abandonar as ideias econômicas de Marx e o materialismo histórico, embora conserve, como já mencionei, grande apreço pela obra do jovem Marx.

As grandes influências que contribuíram para minha formação intelectual foram, assim, a partir de Ortega, as de Dilthey, Rickert, e Windelband, de Ernst Cassirer, de Max e Alfred Weber, da escola fenomenológica de Husserl, Jaspers com quem tive excelente contato em Basiléia, na Suíça- e Max Scheler. Foram, por outro lado, Bertrand Russel, Whitehead e Collingwood, Mannheim, Talcot Parsons, Sorokin e Aron. Foi a Escola de Frankfurt, notadamente Horckheimer. Foram, ainda, Werner Jaeger e Erich Kahler.”³

Em diversos momentos reconheceu Jaguaribe o papel decisivo de Ortega em sua formação:

“A outra grande influência, que me abriria as portas para a grande cultura de nosso tempo, foi a de Ortega y Gasset. Li, praticamente, toda a obra de Ortega com quem, posteriormente, tive o prazer de um grande encontro em Madrid. Fascinado por Ortega, com cujas idéias conservo grande afinidade, fui por ele conduzido a conhecer o pensamento alemão desse grande período que vai dos últimos decênios do século XIX até os anos de 30 e a tragédia do nazismo.. Ortega e o culturalismo alemão me fizeram abandonar as idéias econômicas de Marx e o materialismo histórico, embora conserve, como já mencionei, grande apreço pela obra do jovem Marx.”⁴

Para analisar a realidade brasileira Jaguaribe valeu-se da História e para ele os sujeitos históricos fundamentais seriam os grupos sociais. Situando-se ao lado de intelectuais como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Silvio Romero, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e tantos outros intelectuais que realizaram suas análises a partir do enfoque teórico-metodológico analítico diferentemente da linhagem iniciada por Varnhagem e prosseguida por Pedro Calmon, Hélio Vianna e outros cuja preocupação voltava-se para a análise das individualidades, das correntes ideológicas e políticas mais em acordo com a perspectiva metodológica do historicismo.

Jaguaribe apreendeu através de Ortega o gosto pela perspectiva de conjunto e a necessidade de perceber a dinâmica histórica através de uma morfologia explicativa. Será, portanto, como discípulo que Jaguaribe que no prólogo denominado “Ortega: circunstância e pensamento” retomará a obra orteguiana, segundo ele mesmo, “a partir de um patamar de experiências e de uma perspectiva de trinta anos depois [...] para uma breve análise que é, também, uma saudosa homenagem.”⁵

Para não fugir do Ortega- filósofo da *circunstância* e da *razão vital*- Jaguaribe procurará inicialmente ressaltar os pontos mais significativos de sua biografia. Destaca o fato do seu nascimento ao ter ocorrido em 1883 tornava seus predecessores os intelectuais da geração espanhola de 1898: “a geração que se viu bruscamente defrontada, naquele fatídico ano, com a humilhante derrota na guerra com os Estados Unidos, a perda do Império e a constatação de que os mitos de grandeza de que ainda se alimentava vinham, desde muitos séculos, se apartando cada vez mais da realidade espanhola e mundial”.⁶

A constatação do subdesenvolvimento da Espanha teria gerado dois modelos de reação. O primeiro deles cujo representante maior foi Unamuno e que buscava superar o sentimento de inferioridade mediante valorização de suas tradições e outro que buscou realizar a autocrítica nacional, procurando nos valores estrangeiros “uma lúcida consciência da própria realidade”. Ortega seria o principal formulador desta corrente.

Unamuno buscava a redenção da Espanha através da restauração castiça do “*sentimento trágico da vida*”. Enquanto Ortega considerava a *hispanidad* não como um objetivo em si, mas sim, como uma perspectiva. O objetivo seria a construção de uma Espanha moderna, europeia, ocidental. Para Jaguaribe esse duplo compromisso com a Espanha e com o universalismo da cultura europeia, “marcará toda a vida e a obra de Ortega.”⁷ E essa urgência na ação levou-o a um engajamento político mais militante do que partidário, quando em 1914, por exemplo, criou a *Liga de Educación Política de*

España ou em 1930, momento em que caía a monarquia espanhola e emergia o sonho republicado, e Ortega propunha a *Agrupación al Servicio de la República* e como deputado participou, juntamente com outros intelectuais dos trabalhos das Cortes.

Mas as limitações da política concreta se mostravam em toda sua força e Ortega então abandona o parlamento e retorna a seus escritos. No cenário político que se inaugurava na Espanha dos anos de 1930, caracterizado pela intolerância. Ortega preferiu o silêncio e o exílio. Manteve-se, porém, ativo do ponto de vista da produção intelectual.

Depois dessas breves considerações acerca de questões de natureza biográfica, Jaguaribe procurou destacar o que considerava os pontos centrais das reflexões orteguianas. Para Jaguaribe *O Tema do Nosso Tempo*, título de um dos principais livros de Ortega, era também o tema central do próprio Ortega: a razão vital- razão que dá razão à vida. Dessa forma, o racio-vitalismo orteguiano representava um esforço para superar o idealismo kantiano. Para Ortega a realidade então, não era nem o mundo nem o eu , mas sim a coexistência do eu e do mundo. Esse relacionamento recíproco homem-mundo, através da vida, conduziu Ortega a integrar o sujeito e sua circunstância- “eu sou eu e minha circunstância”-. Em *História como Sistema*, Ortega explicitou seu entendimento sobre esta questão ao afirmar: “Todas as coisas sejam o que forem, são já meras interpretações que (o homem) se esforça a dar ao que encontra. O homem não encontra coisas, senão as põe e supõe. O que encontra são puras dificuldades e facilidades para existir.”⁸

O perspectivismo, ou teoria dos pontos de vista, é outro dos temas formulados por Ortega que recebe destaque no prólogo realizado por Jaguaribe que ressaltava ser a teoria da perspectiva, para Ortega, uma dimensão fundamental de sua visão de mundo.

“O mundo, precisamente, para ele se dá sempre em perspectiva e, no seu conjunto, constitui a agregação de todas as perspectivas, no espaço e no tempo. Esses perspectivismo abrange a totalidade das formas de compreensão do mundo, desde as espontâneas, da vida corrente, até às eruditas, da física ou da história. Na relatividade de Einstein, Ortega saudou a expressão cientificamente mais sofisticada do perspectivismo físico-cosmológico. Em Dilthey, como teórico da História, e nos grandes historiadores como Mommsen, Burckhardt ou Rostovzeff, as mais altas manifestações do perspectivismo histórico.”⁹

Completando o quadro conceitual com o qual trabalha Ortega, a razão histórica seria o complemento necessário para compreensão da razão vital. Em a *História como Sistema* o próprio Ortega define o seu entendimento sobre a razão histórica ao afirmar: “O homem não tem natureza, tem história. Porque não se pode esclarecer o ontem sem o anteontem, e assim sucessivamente, a história é um sistema- o sistema das experiências humanas que formam uma cadeia inexorável e única.”¹⁰

Com a razão histórica Ortega acreditava ter superado o dilema razão – história que se perpetuava desde os gregos, uma vez que até então a história era vista como não sendo racional e a razão não era histórica. O conceito de razão histórica, formulado por Ortega, era *ratio, logos*. Ao se opor à razão físico-matemática, Ortega não concedia

licenças ao irracionalismo. Ao contrário, “a razão histórica é ainda mais racional, mais exigente que esta. A física renuncia a entender aquilo de que fala [...] a razão histórica, em troca, não aceita anda como mero fato, senão que fluidifica todo o fato.”¹¹

Para Jaguaribe a filosofia de Ortega conduzia a uma particular antropologia filosófica onde baseava seu entendimento da conduta humana. A vitalidade, que inserida no organismo, mas, cuja expressão se dá na fusão com a psique é característica universal do ser humano, mas assume em cada indivíduo características próprias. Essa forma de conceber a vida humana levou Ortega a construir uma teoria geral de valores, através da qual situava o problema da qualidade da vida a partir de dois critérios: a vida em si e a vida referida a valores. Nesse sentido, o homem é seu projeto. Este referido aos valores poderá ser nobre ou vulgar. A vida nobre é a vida a servido de algo válido que transcenda o sujeito. A vida vulgar é aquela puramente fisiológica.

Por fim, Jaguaribe procurará destacar a visão particular de Ortega acerca do político. Acentua que na sua concepção a respeito do homem político, Ortega retomará o conceito de vitalidade. E dessa forma concluía que para ser grande na ciência, arte ou no desempenho de qualquer atividade o homem necessitava dispor de abundante vitalidade. E para ele em nenhuma atividade o homem dependeria tanto da vitalidade como na política.

Dessa forma, concluía Jaguaribe que o político deveria ser um transmissor coletivo de motivação e dinamismo, a partir de seus próprios excedentes de vitalidade. Assim, “o homem político é o que dispõe, para a tarefa de mobilização política dos demais, de maiores reservas de energia, capaz de mover a si mesmo e aos outros num irresistível impulso”.¹² A expressão deste tipo de homem Ortega encontraria em Mirabeau. E a originalidade de Ortega, acentua Jaguaribe, encontrava-se em ver em Mirabeau mais do que um político influente, via nele o paradigma de sua condição: Mirabeau ou o Político. E Ortega via isso não a partir das ideias e propostas de Mirabeau (a monarquia constitucional), mas, sim pela supervitalidade daquele homem turbulento voltado da mais fabulosa alma corporal, “que não sabia o que fazer da vida enquanto as circunstâncias o restringiam à área do privado e que, subitamente com a Revolução, encontrou um palco à altura de sua desmesurada vitalidade.”¹³

Jaguaribe após apreciação detalhada dos temas centrais do pensamento de Ortega e das teorias por ele formuladas conclui da importância de sua obra, a pesar dos aspectos controversos e criticáveis- como no geral ocorre com a obra de todo e qualquer pensador e cita os exemplos de Platão e Aristóteles. Faz essa advertência para, uma vez mais, declarar a genialidade de Ortega e ressaltar sua ampla cultura que o situa entre os mais brilhantes espíritos do nosso tempo. A propensão de Ortega para escritos de circunstância, como seus inúmeros artigos publicados em jornais, revistas, breves ensaios e conferências, levaram-no a trabalhar num nível de divulgação impressionista. Por outro lado, isto lhe permitiu uma amplitude e diversidade de escritos que um autor mais concentrado e perfeccionista não poderia alcançar.

Dos temas centrais de Ortega- razão vital, o tema historiológico e suas concepções sociológicas, Jaguaribe conclui que a razão vital padece de falácias epistemológicas e ontológicas que exigiriam sua reformulação, mas, acentua que Ortega trouxe uma

contribuição importante ao enfatizar a “vida humana, como âmbito das experiências do homem e, por outro lado, como algo de vinculado à circunstância, marcado pela historicidade e apresentando a tessitura de um drama.”¹⁴ Por outro lado, sua noção da razão histórica como uma *ratio* do narrativo e do devenir da ciência histórica como um saber que exigem categorias organizatórias do dado histórico, constituem contribuições da maior importância e formam um patamar crítico-científico a partir do qual se pode ter um fértil prosseguimento. Já no tocante à contribuição de Ortega nos domínios da sociologia, Jaguaribe considera-as com menos elementos a serem destacados. Afirma serem importantes suas ideias acerca do relacionamento intersubjetivo, na sociedade. Mas, a estrutura geral de sua sociologia é considerada idealista.

Feitas as críticas aos temas e noções da obra de Ortega, Jaguaribe uma vez mais conclui da importância do pensador e do fato desta importância ainda não ser devidamente reconhecida. Isto no entendimento de Jaguaribe se deve a terrível dependência em que se encontra o prestígio de um pensador, relativamente ao âmbito cultural a que pertence.

“O desprestígio da Espanha, as áreas da filosofia e da ciência, repercutiu negativamente sobre a imagem de Ortega. Com ele se passa o contrário do que ocorre com pensadores de países dotados de boa imagem cultural, como França, Inglaterra ou Alemanha, em que o crédito das respectivas culturas nacionais lhes aumenta a aceitação e a respeitabilidade. Ortega, ao revés, ele é que teve de tomar a seu cargo o soerguimento da imagem cultural de seu país [...]”

Conclui afirmando o lugar de Ortega no cenário intelectual do século XX.

“...pensador mais importante, a meu ver, que um Paul Ricoeur, um Gabriel Marcel ou um Jean P. Sartre, para citar figuras de naipes e estatura próximas, Ortega raramente é conhecido como tal fora do mundo hispânico e, seguramente, ainda não o é na própria França e nas áreas anglo-saxônicas, particularmente alheadas a tudo o que possa vir da Ibéria”.¹⁵

Notas e referências

¹ E. AGUIAR et al. (coord.). “Ortega y la Argentina. Buenos Aires”. F.C.E., 1997 e Carlos BEORLEGUI. *Historia del pensamiento filosófico latinoamericano*, Bilbao, Universidad de Deusto, 2004.

² Cf. Hélio JAGUARIBE, “Breve Notícia sobre a própria obra”, Alberto VENÂNCIO FILHO; Israel KLABIN e Vicente BARRETO (orgs.), *Estudos em Homenagem a Helio Jaguaribe*, São Paulo, Paz e Terra, 2000, pp. 105-129.

³ Ibid, p.107.

⁴ Ibid, p.106-107.

⁵ Cf. Hélio JAGUARIBE, “Ortega: circunstância e pensamento”, ORTEGA y GASSET, *História como Sistema*. Mirabeau ou o Político. Trad. Brasília, UNB, 1982, p.3

⁶ Ibid, p. 4.

⁷ Ibid.

⁸ ORTEGA y GASSET. *A História*, cit, p.9.

⁹ Ibid., p.10.

¹⁰ Ibid., p 43.

¹¹ Hélio Jaguaribe. “Prólogo”, cit., p. 12.

Interpretações do Brasil a partir de Ortega y Gasset ..
Maria Emilia Prado

¹² Ibid., p. 17.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid., p. 25.

¹⁵ Ibid.

Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma narrativa oficial para o passado brasileiro

*Adjovanes Thadeu Silva de Almeida**

Em 1838, um grupo de integrantes da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sob a liderança do Cônego Januário da Cunha Barbosa e do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos fundaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A criação do IHGB fez parte da luta política então em curso, visto que os fundadores do Instituto haviam sido afastados das posições de mando do governo regencial a partir de 1837, estando reduzidos ao Palácio de São Cristóvão. De acordo com Lúcia Maria Paschoal Guimarães, “o Instituto se transformou na porta de saída do ostracismo, a que os ‘áulicos’ estavam submetidos desde o final de 1837. A grande virada, no entanto, só viria a ocorrer em 1840.”¹

Por outro lado, podemos perceber a criação do IHGB através de sua inserção no projeto para o estabelecimento de um passado para a jovem nação, independente a pouco menos de anos e sede de importantes instituições culturais há cerca de três décadas. O papel do Instituto Histórico, portanto, consistia em elaborar a história nacional, processo através do qual se instituiriam mitos de origem e pais fundadores, realizando-se o amálgama de acontecimentos e personagens até então desconexos entre si, transformando-os em uma totalidade lógica e coerente, que fornecesse a identidade nacional.

O artigo de Manoel Luís Salgado Guimarães se constitui uma referência basilar para a compreensão da historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo do século XIX. Com efeito, este autor buscou relacionar a gênese do IHGB à formação do Estado brasileiro, onde aquele produziria a interpretação canônica a respeito dos acontecimentos pretéritos, legitimando assim a atuação política dos grupos dirigentes. A criação do Instituto Histórico articulava-se a um projeto ideológico mais geral, possibilitando o estabelecimento de uma identidade nacional brasileira, processo no qual os intelectuais do IHGB procurariam unificar as múltiplas

* Professor do Mestrado em Letras e Ciências Humanas (UNIGRANRIO) e dos cursos de História, Pedagogia e Ciências Contábeis da UNIGRANRIO; professor de História do Colégio Pedro II; bolsista de produtividade PROPEQ 1 C (FUNADESP/UNIGRANRIO)Doutor em História Social (UFRJ), Mestre em Educação (UERJ), bacharel e licenciado em História (UERJ).

interpretações sobre o Brasil, existentes nas diversas frações da classe dominante espalhadas pelo território nacional.

Deste modo, a criação do IHGB relacionou-se à construção da identidade nacional, inspirando-se no *Institut Historique*, organizado em Paris em 1834 por diversos estudiosos e que contou com numerosos brasileiros entre os seus associados. As sessões da entidade carioca aconteciam aos domingos, quando seus membros debatiam assuntos previamente selecionados.

A identidade nacional forjada pelo IHGB enfatizava aspectos de continuidade em relação à Coroa portuguesa, entendida como o elemento civilizador nos trópicos. Com isto, a monarquia brasileira podia assumir-se como herdeira do projeto colonizador português, o que auxiliava, concretamente, na aceitação, pelos demais países, do aspecto nacional presente no incipiente Estado brasileiro. Nessa situação, a análise de Manoel Guimarães converge com aquela formulada por Hobsbawm, qual seja: um dos fatores que possibilitaria a uma comunidade adquirir o estatuto de nacionalidade consistiria em “sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável.”²

A elaboração da identidade nacional por parte do IHGB demarcava, em um duplo movimento, a alteridade, quer em âmbito interno (o escravo), quer no cenário internacional (a república), fixando alguns traços marcantes para a autoinstituição desta sociedade brasileira, que se pretendia civilizada, europeia e excludente, pois, se por um lado enfatizava a herança portuguesa, por outro refutaria as contribuições dos demais grupos étnicos (em particular o negro).³ Segundo Manoel Guimarães, o objetivo do Instituto Histórico seria estabelecer a nação como elemento central da produção artística brasileira, sem, contudo, romper com os padrões culturais herdados por esses intelectuais ao longo de sua trajetória. Esses intelectuais pretendiam conciliar o paradigma da Ilustração com o discurso nacionalista próprio do alvorecer do século XIX.⁴

A elaboração e sistematização desse passado comum couberam ao IHGB, criado por personagens representativos da elite (política, econômica e cultural) que vivia no Município Neutro em 1838, época extremamente conturbada onde a integridade territorial brasileira encontrava-se sob evidente ameaça.⁵ Assim, os integrantes do Instituto Histórico vinculavam-se ao poder imperial, cujas vagas, segundo Lúcia Guimarães, seriam ocupadas por indivíduos de alguma forma afeitos à D. Pedro II.⁶

Semelhante origem marcou a trajetória do IHGB. Com efeito, seus integrantes selecionavam-se não necessariamente entre aqueles portadores de notáveis atributos intelectuais, mas através de convite a indivíduos específicos, o que lhe forneceu identidade similar às “sociedades de corte”.⁷ Neste sentido, o Instituto Histórico distinguia-se, enquanto produtor da história nacional, do espaço de discussão intelectual próprio ao mundo europeu da época. Não por acaso, cerca de 70% de seus fundadores participavam da condução dos assuntos estatais à época: senadores, integrantes do Conselho de Estado, titulares do Império, juizes e membros da cúpula eclesiástica, entre outros personagens que se vinculavam intimamente aos destinos da Monarquia.⁸ De acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, “o lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX

vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista”⁹. Sob tal constituição, o conhecimento produzido pelo IHGB deveria pautar-se pela chancela oficial, legitimando-se, através desta interpretação específica, as relações de poder que caracterizaram a sociedade brasileira sob o Império.

Assim, podemos inferir que a historiografia produzida pelo IHGB articulava-se com as ações do Estado, visto que o Instituto sobrevivia, majoritariamente, devido às verbas originárias desta entidade,¹⁰ e desfrutando de íntima relação com D. Pedro II, que participaria assiduamente das reuniões do Instituto Histórico, desde a década de 1840 até seu banimento no alvorecer do Governo Provisório republicano, em novembro de 1889.¹¹ “As marcas de um saber oficial vão estar, portanto, muito presentes, a despeito da definição formal do IHGB enquanto ‘estabelecimento científico-cultural’.”¹² O IHGB arregimentou, ainda, os principais expoentes do movimento romântico brasileiro, o qual, sob a proteção do Imperador, intentava forjar uma cultural brasileira autônoma.¹³

Neste sentido, a instituição do IHGB reforçou o projeto centralizador do Estado imperial, auxiliando, dessa maneira, na invenção do Brasil como realidade efetiva (política e cultural). A contribuição do Instituto Histórico à centralização pode ser vislumbrada através de sua função sistematizadora das inúmeras narrativas geradas pelos seus congêneres regionais e, a partir desse manancial de informações, produziria seu relato, transformado em narrativa oficial, de maneira a agregar as diferentes Províncias em uma totalidade orgânica.

O apoio estatal revelava-se fundamental para a atuação (e mesmo a sobrevivência) do Instituto: além do financiamento às tarefas ordinárias, os cofres do Estado brasileiro também auxiliavam os intelectuais em sua incansável busca por fontes documentais. Em consonância a esta política oficial, muitas vezes a agremiação carioca obtinha a nomeação de seus integrantes para o exercício de relevantes funções na burocracia imperial, o que lhes possibilitaria pesquisar em arquivos no Brasil e no exterior, além de organizar viagens de estudos às Províncias mais distantes da Corte. Na construção da Memória Nacional o Instituto patrocinou pesquisas tanto no interior do Brasil como na Europa, onde uma plêiade de diplomatas-pesquisadores (como, por exemplo, Francisco Adolfo de Varnhagen, Antonio Gonçalves Dias e João Caetano da Silva) investigava nos arquivos europeus documentos que pudessem ser utilizados pelo Império na defesa das fronteiras do país, de modo a estabelecer os mesmos em um momento de redefinição do mapa político sul-americano.

A organização do Instituto Histórico ocorreu sob os auspícios de D. Pedro de Alcântara, que lhe outorgou sua 1ª sede efetiva, a saber, uma das dependências do Paço da Cidade, onde, doravante, ocorreriam suas sessões. Ao longo de sua trajetória, o IHGB passou por seis sedes: a primeira, quando de sua criação, nas dependências do prédio que então abrigava o Museu Nacional, logo após se transferindo para o Paço da Cidade, de onde migrou do térreo para o andar superior. No final da década de 1840 o Instituto recebeu parcela do “3º andar do antigo Convento do Carmo, contíguo à Capela Imperial, terminando por ocupar toda a sua área.”¹⁴

Outra forma de apoio oficial provinha dos prêmios outorgados por Sua Majestade, assim como através da realização de concursos que auxiliariam na elaboração da interpretação oficial da história nacional e, de acordo com o general Aurélio de Lyra

Tavares, D. Pedro II estabeleceu “três prêmios anuais a serem conferidos aos melhores estudos elaborados para disputá-los”.¹⁵ Praticamente desde o seu nascedouro o IHGB dependeria do Estado, ao mesmo tempo em que seus integrantes deveriam instituir a história nacional, mediante a fabricação da interpretação canônica a respeito do passado brasileiro, que enfatizaria efemérides e atos realizados por indivíduos a partir de então equiparados a heróis.¹⁶

Semelhante produção intelectual pretendia forjar a Memória Nacional, instituindo uma identidade ao nascente Estado brasileiro. Em consonância a este objetivo, realizou-se a edição da Revista do Instituto, que participava, também, do esforço edificador do passado nacional, divulgando aqueles acontecimentos e vultos patrióticos dignos de recordação pela posteridade. Relacionado a este processo, a primeira geração de autores românticos¹⁷, assim como Francisco Adolfo de Varnhagen, cada qual ao seu modo e apesar das divergências, participou da construção da perspectiva oficial sobre o passado brasileiro, adquirindo papel de destaque e auxiliando na coleta, crítica e divulgação das fontes históricas que permitiriam a produção da História do Brasil.

Ao mesmo tempo, a história produzida nos quadros do Instituto Histórico, durante o século XIX, identificava no Estado o seu objeto máximo, ao passo que os ocupantes das funções públicas de maior destaque transformavam-se nos agentes privilegiados em tal narrativa. Constituía-se em responsabilidade do IHGB, em consonância com a criação da história pátria, estabelecer o culto cívico aos *pais fundadores* e encontrar as continuidades históricas, naquele momento bastante delicado para a vida nacional. De fato, “é com a entrada de D. Pedro II no IHGB e seu mecenato que o romantismo brasileiro se transformou em projeto oficial, em verdadeiro nacionalismo, e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as ‘originalidades locais’.”¹⁸

De acordo com Francisco Iglesias, a criação do IHGB foi contemporânea ao esforço de sistematização do passado empreendida por intelectuais de diversos países europeus. Neste processo, a história tornou-se uma disciplina científica, fundamentada em “fontes e documentos severamente recolhidos e tratados”,¹⁹ que se pretendia portadora dos atributos da cientificidade tal como entendia o século XIX, quais sejam: a objetividade, a neutralidade e a comprovação empírica (no caso da história, através da documentação coletada). Elaboravam-se, neste momento, as grandes coleções de fontes documentais, inspiradas na *Monumenta Germaniae Histórica* e que, de acordo com Iglesias, teriam na Revista do IHGB o seu equivalente nos trópicos.²⁰

Manoel Guimarães também associou a criação do IHGB à implantação, nos trópicos, de um modelo europeu de interpretação da história, onde tal disciplina pretendia ensinar aos homens não só a evitar erros do passado, mas, principalmente, indicaria a direção mais adequada para os governantes seguirem.

“Com a história é possível aprender de forma a não se comprometer a marcha do progresso social, História vista segundo sua instrumentalidade para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro, princípios tão caros também àqueles que no Brasil se lançaram à tarefa de escrever uma história nacional.”²¹

A história, portanto, aparecia, sob tal perspectiva, um conhecimento eminentemente prático, não se limitando a análises teóricas. A narrativa originada do Instituto Histórico revelava-se, portanto, extremamente pragmática, elucidando questões vinculadas ao poder estatal e legitimando as ações do Estado e da Família Real, assim como pretendendo provar a existência do Brasil desde o final do século XV. Acrescente-se, ademais, que tal narrativa fixava os modelos que deveriam pautar a vida das futuras gerações, através do conhecimento das ações dos grandes homens. Ou seja, a história constituía-se em mestra da vida, capaz de descortinar, àqueles que se dedicassem ao ofício de historiador, os felizes desígnios reservados ao Segundo Reinado.

Segundo Iglesias, a intelectualidade do IHGB apresentava, como características primordiais, a perspectiva pragmática em relação à história e a preocupação com a utilização de fontes históricas na confecção de sua narrativa. Através da história (em especial o estudo biográfico) haveria a preocupação em ensinar as novas gerações, fazendo com que os jovens aprendessem com aqueles que vieram antes. Este aspecto encontrava-se mesmo no 1º número da Revista, através do discurso proferido pelo então Secretário perpétuo do Instituto, cônego Januário da Cunha Barbosa:

“Deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos, e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes aglomera a parcialidade, o espírito de partidos e até mesmo a ignorância [...] Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes dos seus melhores filhos, nós vamos assinalar, com possível exatidão, o assento de suas cidades e vilas mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direção de suas serras e a capacidade de seus inumeráveis portos.”²²

O Instituto deveria, portanto, assumir uma vocação realista, auxiliando o Brasil não apenas a inventar seu próprio passado, mas, especialmente, a conhecer o território e a desenvolver a economia nacional.

A criação de uma história nacional por parte do IHGB seguiu, em linhas gerais, o projeto formulado por Karl Friedrich von Martius, cuja proposta apresentada à apreciação do Instituto durante a década de 1840 evidenciava qual o papel desempenhado pelo Brasil no cenário internacional da época, que seria o de “realizar a ideia da mescla das três raças”²³ e, com isso, justificar as relações sociais presentes no território brasileiro e que possuíam como características básicas a exclusão e a violência associadas à exploração do trabalho escravo. A tese formulada por Von Martius assinalava a cada um dos grupos étnicos valores específicos, onde o elemento europeu portaria a civilização e o indígena poderia tornar-se civilizado, ao passo que o elemento africano inviabilizaria a transformação do Brasil em uma nação civilizada.

De fato, a adaptação dessa proposta pela intelectualidade ligada ao IHGB produziu uma narrativa que se pautava pela construção da nacionalidade, através da fabricação de uma interpretação unívoca sobre o passado brasileiro e, devido ao seu aspecto teleológico, assinalaria a trajetória ideal do país.²⁴ Isto não significa, entretanto, que a produção historiográfica do Instituto tenha obliterado algumas minorias (mulheres,

índigenas e alguns negros), desde que se pudesse salientar sua lealdade ao Estado – quer no período colonial, quer após 1822.²⁵ “A partir de então, uma delimitação estrita vigorará no IHGB. Enquanto sobre os negros recaía a pesada carga da impossibilidade de adaptação, em relação aos índios imperava a visão romântica – não menos teórica em sua idealização – que lhes reservava um espaço sobretudo exemplar.”²⁶

Naturalizava-se, desse modo, a existência do Brasil, tornado realidade efetiva a partir do desembarque lusitano no atual litoral baiano em 1500, ou mesmo antes, quando os índios transformaram-se nos primeiros habitantes do Brasil. Em tal narrativa, por exemplo, durante o período colonial, enfatizar-se-iam o Governo Geral e a transformação do Brasil em Vice-Reino, em detrimento do sistema de Capitânicas Hereditárias e da divisão em governos do Norte e do Sul. De modo análogo, os movimentos insurreccionais, assim como as rebeliões de escravos, tornar-se-iam estigmatizadas, pois ameaçariam a trajetória brasileira e indicariam a ruptura com a civilização europeia.²⁷

Simultaneamente à invenção do passado, os literatos do IHGB procuraram, ainda, estabelecer uma cultura fundamentada em bases nacionais, de modo a consolidar a unidade nacional. “O indianismo chega também à iconografia política e vai fazer parte da representação do poder imperial e das cerimônias oficiais. Nas imagens da época, ele deixa de ser apenas um modelo estético para se incorporar à própria representação da realeza.”²⁸ Neste sentido, a idealização do índio nos moldes do “bom selvagem” de Rousseau e o esquecimento do negro poderiam fornecer alguma identidade coletiva ao Império: a monarquia, com um governante de nítida origem europeia, se autoinstituiu com exóticas roupagens tropicais.

Em articulação ao discurso nacionalista de sua época, a RIHGB dedicou significativo espaço à temática indígena, com o objetivo de encontrar os primórdios do Brasil, assim como a especificidade brasileira diante dos demais Estados nacionais. De acordo com Manoel Guimarães, poderiam ser percebidas três perspectivas distintas a respeito do índio: sua integração, a primazia concedida à educação e ao comércio para o diálogo entre o Estado e as comunidades indígenas, ou, ainda, a preponderância do poder estatal na execução de uma política indigenista.²⁹ “Além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, há a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria... Tratava-se de construir uma vida intelectual em sua totalidade ...”³⁰

Os intelectuais do Instituto Histórico tampouco ignoravam o potencial econômico do território brasileiro, revelando uma temática que encontraria sua atualização durante a ditadura militar através de programas jornalísticos e peças publicitárias, onde a integração espacial e o aproveitamento das riquezas nacionais farão parte do discurso estatal produzido em especial na época do Sesquicentenário da Independência. Assim, durante o século XIX buscava-se identificar as fronteiras e, no interior do vasto território, os recursos naturais passíveis de exploração futura. “Não só o tamanho dos rios e a altura das montanhas serão medidos e precisados, como também será avaliada a possibilidade de integração econômica das diferentes regiões.”³¹

O Instituto Histórico se colocava objetivos bastante amplos, havendo, assim, a necessidade, além de se estabelecer o passado brasileiro, também de se difundir-lo ao maior público possível, de forma a moldar nação, amalgamando-lhe os *átomos*. Além disso, o Instituto desejava o enaltecimento do Brasil e de seus governantes. O IHGB, herdeiro em terras tropicais de determinada leitura da Ilustração, teria função pedagógica e, como tal, procurou construir o passado do Brasil, não enquanto História, mas Memória, através de lembranças e esquecimentos. Com isto, a construção do passado teve, por normas, evitar temas contemporâneos aos fundadores e que fossem julgados polêmicos, especialmente quando os protagonistas ainda habitassem o mundo dos vivos, evitando-se atritos desnecessários.

“Ao que tudo indica, nossos acadêmicos [...] optaram por deixar que a poeira baixasse e os ânimos serenasse. Enfim, que o Império se aprumasse. Para, então, começarem a pensar em redigir a sua História. Entrementes [...] o Instituto iria sedimentando o terreno. Tecendo a Memória de um país recém separado da metrópole, carente de unidade e que dava seus primeiros passos [...] Tendo de enfrentar o peso de um passado colonial desagregador.”³²

A construção da Memória Nacional, portanto, revelou-se uma ação muito mais política, e não apenas acadêmica. Possuindo por fio condutor a política procedeu-se a uma seleção a respeito de quais assuntos mereceriam divulgação durante aqueles anos turbulentos, arquivando-se os documentos potencialmente danosos à reputação de alguns integrantes da sociedade imperial, além de se promover a censura de “obras que apresentassem versões de episódios históricos incompatíveis com o projeto político em curso.”³³

Segundo Lúcia Guimarães, a construção da Memória Nacional e a consolidação do Império constituir-se-iam em processos correlatos, evitando-se deliberadamente o período situado entre a Revolução Pernambucana (1817) e a inauguração do IHGB, assim priorizando-se o passado mais remoto, capaz de auxiliar na autoimagem que se pretendia estabelecer do presente.³⁴

O pressuposto básico desta construção seria ressaltar as continuidades entre Brasil e Portugal (elevado à figura de Mãe-Pátria), percebendo a Colônia enquanto a origem do Império, com a Coroa portuguesa legitimando a casa reinante no Brasil. Optou-se por obliterar as fraturas, as rupturas, fossem na Colônia (as revoltas coloniais), fossem durante a instauração da ordem monárquica (o processo de independência e a revolta de 1817, por exemplo), ou, ainda, no próprio tempo imediatamente anterior (1817/38). Deviam-se esquecer as dificuldades e começar-se novamente, a partir dos eventos que, em maior ou menor nível, unificavam a elite monárquica. Haveria, portanto, um lapso temporal, situado, grosso modo, entre 1817 e 1840.

“Em consonância com o projeto de Memória desenvolvido, nada foi impresso que pudesse evidenciar quaisquer indícios de contestação ao sistema colonial. A publicidade que a Revista [do IHGB] deu à documentação do passado remoto [entre 1500 e 1816] do Império trazia as marcas da continuidade, da centralização e da legitimidade.”³⁵

As práticas comemorativas do IHGB realizavam-se por intermédio da Revista, assim como através da confecção de vestimentas, músicas, medalhas e imagens. “Lembrar para comemorar, documentar para bem festejar.”³⁶ Cunhavam-se objetos com o intuito de não permitir o desaparecimento do passado brasileiro.

O Instituto jamais se propôs a se constituir como uma instituição democrática. Assim, existiriam quatro modalidades distintas de associados, cada qual com atribuições peculiares: efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos. Ressalte-se, outrossim, que a direção formal – isto é, a Presidência honorária – restringir-se-ia ao dirigente máximo do Brasil ou aos seus congêneres de outros países. Os sócios efetivos deveriam residir na Corte e possuir obra acadêmica relevante, enquanto os correspondentes poderiam optar entre a produção acadêmica ou a doação de algum objeto de valor. Já os sócios honorários deveriam conciliar notório conhecimento à idade avançada, ao passo que os sócios beneméritos deveriam doar objeto de elevado valor financeiro, ou, ainda, terem realizado atividades meritórias. Essa distinção ocorreria, de acordo com Manoel Guimarães, apenas a partir de 1851, quando os novos Estatutos do IHGB fixaram modalidades distintas de associação, além de determinarem o fim da vitaliciedade para os cargos de Presidente e Primeiro Secretário. A partir desta data, o candidato a sócio devia comprovar alguma produção acadêmica, o que não significa que se desconsiderasse a *teia das relações sociais*,³⁷ mas agora, formalmente, os candidatos deveriam comprovar atributos intelectuais.

“Enquanto a posição de presidente honorário era cativa do imperador, a de presidente era exclusivamente ocupada por políticos renomados. Por sua vez, os sócios que adentravam o instituto por méritos acadêmicos ocupavam majoritariamente postos de secretários e oradores. Cabe notar ainda que, enquanto os presidentes cumpriam funções basicamente figurativas – abrindo seções ou lendo atas previamente elaboradas –, aos secretários cabiam papéis bem mais trabalhosos.”³⁸

A hierarquização interna ao IHGB reservava aos ocupantes de funções estatais o principal cargo de direção, qual seja o de presidente efetivo, que, durante o Império, permaneceu restrita aos mais proeminentes representantes da sociedade brasileira até 1889, pois ele “apresenta e representa o instituto [...] estabelece vínculos entre a associação e as grandes diretrizes da política oficial.”³⁹ Assim, todos ocuparam cargos de dirigente do Estado imperial, e muitos receberam títulos nobiliárquicos em função dos serviços prestados à manutenção da ordem monárquica.⁴⁰

Por outro lado, os secretários eram recrutados entre os intelectuais que compunham a agremiação carioca e, na prática, dirigiam as atividades acadêmicas do Instituto. Os secretários, muitas vezes, originavam-se do Colégio Pedro II, onde se dedicavam ao ensino e à preservação do passado, como, por exemplo, Joaquim Manuel de Macedo.⁴¹ Segundo Lília Schwarcz, competia ao secretário “a labuta de quem acredita e pretende sustentar uma instituição cuja viabilidade é ainda incerta, e a imagem de um intelectual que fez da exaltação do próprio grupo a sua atividade intelectual fundamental.”⁴²

A função de orador também se restringiu aos sócios efetivos, e seu perfil assemelhava-se ao de secretário: intelectuais, que fizeram do IHGB uma atividade

relevante em suas próprias biografias. Tal como o secretário, o orador responsabilizava-se pelas atividades administrativas inerentes ao Instituto e, por isso mesmo, ambos desfrutariam de prestígio social, utilizado para impulsionar o IHGB, ao mesmo tempo em que auxiliava na elaboração da história do Brasil.

Os dirigentes do Instituto participaram da criação de uma história pátria, transformando-o em “um estabelecimento voltado para uma produção unificadora e estreitamente vinculada à interpretação oficial, fosse ela qual fosse.”⁴³ A partir de então, o IHGB tornou-se, durante décadas, o centro produtor da interpretação canônica a respeito do passado brasileiro.

A partir de 1855, os fundadores do IHGB vão morrendo, e, em uma década, quase todos já haviam desaparecido, encerrando assim, gradualmente, a etapa da confecção da memória nacional, ao mesmo tempo em que se consolidava a unidade nacional. Deste momento em diante, o Instituto Histórico poderia estabelecer sua interpretação sobre o passado brasileiro. Desde então, com a renovação do corpo social, os acontecimentos do passado recente poderiam ser analisados:

“Munidos de ‘régua e compasso’, isto é, com o elenco das lembranças devidamente ordenado, os novos frequentadores da ‘Casa da Memória Nacional’ começariam a escrever a História do Império [...] Sintomaticamente, à proporção que a geração dos fundadores desaparecia, o ‘véu pudico’ que encobria o passado imediato do Império começou a ser levantado [...] [fazendo-se] presente nas publicações trimestrais do Instituto Histórico.”⁴⁴

O final da década de 1840 assinalou a maior aproximação entre o IHGB e o Estado imperial, e através deste movimento os intelectuais passaram a atuar em benefício da centralização monárquica, mediante a edificação do que se tornaria a interpretação oficial sobre o passado brasileiro, frequentemente sob as vistas de D. Pedro II. Simultaneamente, o recrutamento adquiriu feição mais acadêmica, indicando maior preocupação com a produção intelectual realizada pelo Instituto Histórico. Ademais, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) explicitou essas alterações, ampliando o espaço dedicado à escrita da história nacional, em detrimento da simples coleta de materiais, conforme lhe solicitara o próprio Imperador:

“É de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas...como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade [...] recomendo ao vosso presidente que me informe sempre da marcha das comissões, assim como me apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será a geral, dos sócios que bem cumprem com os seus deveres ...”⁴⁵

O IHGB, doravante vinculado sobremaneira ao mecenas imperial, trilharia novos rumos, imortalizando seus integrantes e, em especial, o Imperador, basicamente através das páginas da Revista. De fato, a RIHGB explicitou a preocupação daqueles literatos com a erudição, através da coleta e divulgação de relevantes documentos a respeito do passado brasileiro. Ao longo de sua trajetória, esta publicação manteve a mesma divisão interna, a qual assumiu a forma de um panorama com 3 faces distintas: a 1ª parte

compunha-se de artigos escritos pelos acadêmicos do Instituto, assim como de documentos coletados pelos mesmos, assim como das polêmicas em que se envolviam, enquanto a 2ª parte era composta por biografias e a 3ª parte consistia na publicação de atas e outros documentos internos ao IHGB.

O apoio oficial ao IHGB revelar-se-ia, no transcorrer das décadas, um instrumento de efeitos ambíguos, pois, se lhe auxiliou em todos os elementos concernentes à sobrevivência material e à atuação profissional de seus membros, também significou fornecer-lhe nítida coloração conservadora, “ligada ao poder e com acento por demais acadêmicos.”⁴⁶ Ressalte-se, porém, que até a instalação dos cursos de graduação em História, o IHGB constituiu-se um elemento modernizador da narrativa histórica em nosso país, rompendo com os cânones presentes desde a época colonial.⁴⁷

Segundo Schwarcz, o material publicado pela RIHGB compunha-se, majoritariamente, de artigos sobre temas históricos (45%), e, ao acrescentarmos as biografias (16%), cerca de 60% dos textos publicados realizam o enaltecimento da monarquia e de seu grupo dirigente. Ao longo do Império, cerca de 40% dos textos abordou a época monárquica (1808/89), mesmo percentual dedicado aos períodos colonial e pré-colonial.⁴⁸ Simultaneamente, os temas produzidos pelo Instituto, até o advento da República, foram marcados pela primazia da história política de tipo tradicional, abrangendo cerca de 45% de toda a produção intelectual do período.⁴⁹

Por outro lado, segundo Lúcia Guimarães, grande parte da produção intelectual do IHGB foi constituída pelo resgate de pessoas e fatos dignos de memória, mas este rememorar foi relativo, visto que a RIHGB enfatizou a publicação de documentos relativos ao governo colonial e à Companhia de Jesus.⁵⁰ A ênfase em temas associados ao período anterior a 1808 indica, de acordo com Schwarcz, a busca pela construção da identidade nacional, fundamentada em uma interpretação específica da herança colonial, mas que, paradoxalmente, naturalizava o processo nacional de independência.⁵¹ A partir do grito do Ipiranga podia-se confeccionar uma cronologia da nação brasileira, forjada pelo IHGB e “tendo como modelo uma história católica, patriótica, permeável a um discurso evolucionista e muito vinculada à política oficial.”⁵²

A partir da montagem do IHGB, pôde-se estabelecer a genealogia da própria nação, através de uma análise que articulou as diferentes regiões coloniais, agora organizadas em uma totalidade marcada pela racionalidade e pela coerência, destacando-se determinados indivíduos, eventos e espaços, transformados a partir de 1838 em elementos formadores da cultura e sociedade brasileiras.

“No Brasil, em particular, esse processo [de invenção do passado] esteve ligado à ideia de fundamentar historicamente um projeto nacional. Tal projeto, porém, se resguardava em uma pretensa objetividade construída a partir de uma consciente seleção de episódios e vultos que encobria interesses imediatos, tão essenciais quanto as exigências mais propriamente intelectuais.”⁵³

De modo similar aos seus congêneres europeus, o IHGB procurava dotar o nascente país de sua certidão de nascimento, definindo suas origens, seus cidadãos ilustres, suas efemérides primordiais, enfim, datas, acontecimentos e personagens inesquecíveis, cujo culto permitiria eternizar a trajetória brasileira no mutável contexto internacional do

século XIX. O IHGB realizaria tais funções através de sua produção acadêmica, em especial através da confecção de biografias e da elaboração de textos que legitimassem a manutenção de um Brasil uno e indivisível, existente a partir da expedição de Pedro Álvares Cabral, constituindo a face intelectual da disputa política (e militar) que contrapunha a Corte aos movimentos que eclodiam em diversas Províncias.⁵⁴ Estabelecia-se, desta maneira, uma análise historiográfica linear, permeada de certezas, com finalidades nacionalistas e, portanto, uniformizadora em sua perspectiva europocêntrica e pouco afeita à crítica ao poder estatal.

A derrocada da monarquia trouxe mudanças para o IHGB, que se viu obrigado a buscar a proteção dos novos dirigentes. Nisso, mais uma vez, os intelectuais do Instituto lograram êxito, pois, “já em 1890 [o IHGB] recebia doações oficiais.”⁵⁵, concedendo aos ocupantes da Presidência da República o título de Presidente honorário. Todavia, a deposição de D. Pedro II revelava-se traumática para diversos integrantes do IHGB, que, em 29 de novembro de 1889 aprovaram moção determinando a manutenção de sua cadeira privativa desocupada e coberta por um véu, até o dia em que Sua Majestade falecesse.⁵⁶ A moção aprovada continha o seguinte teor:

“O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, submetendo-se ao novo estado de coisas, no sentido altamente patriótico de não prejudicar os interesses da nação, envidará todos os seus esforços em benefício da Pátria adorada. O Instituto sente profundamente não ver mais em seu grêmio, animando-o e dirigindo-o, o seu augusto e venerando protetor, que desde seus começos o amparou com especial e indefectível amor; que há quarenta anos, tamanho lustre lhe deu, presidindo pessoalmente seus trabalhos. O Instituto faz votos ao Onipotente pela saúde e felicidade do Sr. D. Pedro de Alcântara e sua virtuosíssima consorte; espera que lá no exílio o grande magnânimo brasileiro não se esquecerá de sua associação predileta.”⁵⁷

Percebe-se, com isto, a manutenção de vínculos – ainda que afetivos – entre o Instituto Histórico e o ex-imperador. Ademais, a citação explícita a presença de laços, diríamos insolúveis, entre o IHGB e o Estado, a despeito das mudanças.

Joaquim Manoel de Macedo e o IHGB

Joaquim Manoel de Macedo nasceu em Itaboraí, em 24 de junho de 1820, e morreu em 11 de abril de 1882; formado em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, não exerceu a profissão, obtendo um emprego público: professor de corografia e história do Brasil do Colégio de Pedro II; foi membro do Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte; foi membro do IHGB, integrando a sua diretoria, a partir de 1852, como Orador e Secretário do Instituto Histórico (chegando, inclusive, a exercer interinamente a presidência do grêmio, em 1876), além de sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e de outras; comendador das ordens da Rosa e de Cristo; foi deputado provincial várias vezes, deputado geral (1864/68, 1878/81), jamais ocupando cargo executivo, e teve o seu nome colocado em uma lista para senador do Império.

A fidelidade de Joaquim Manoel de Macedo ao Imperador fora inequívoca: além de dedicar-lhe o livro *A Nebulosa*, em seu discurso como presidente interino do Instituto Histórico, Macedo afirmou:

“À presente sessão solene e aniversária falta, como faltou às nossas sessões ordinárias deste ano, a augusta presença [...] o fraternal concurso de S. M. o Imperador, desde Março ausente do Império; ao partir, porém, (em viagem) de coração e de inteligência, o Sr. D. Pedro II deixou-nos suavíssima consolação e instante recomendação de solicitudes. [...] A recomendação instante, dez vezes reiterada, insistente na despedida: - Cuidem do nosso Instituto Histórico - nós temos a consciência de ativo zelo em procurar desempenha-la, lembrando o imperial protetor, e cumprindo o nosso dever em todo caso de generoso tributo de patriotismo. [...] V. A. Imperial [a princesa Isabel] exprime, exalta e sublima nesta assembleia dois sentimentos transbordantes do coração de brasileira e do coração de filha: o amor da pátria e a saudade do pai: o amor da pátria, que honorifica a sociedade cultivadora da historia do Brasil; a saudade do augusto pai, a lembrar aquele que hoje sem duvida está lembrando-se do Instituto.”⁵⁸

Escreveu diversos romances, dentre os quais: *A Moreninha* (1ª edição, 1844), *O Moço louro* (1ª edição, 1845), *Os dois amores* (1ª edição, 1848), *Rosa* (1ª edição, 1849/51), *Vicentina* (1ª edição, 1853), *O Forasteiro* (1ª edição, 1855), *Romances da Semana* (coletânea de folhetins anteriormente publicados em: *A Semana*, e *Crônica do Jornal do Comércio*, 1ª edição, 1861), *O Culto do dever* (1865), *Mazelas da atualidade* (em verso, 1867), *A Luneta mágica* (1869), *O Rio do quarto* (romance histórico, 1869), *Nina* (1ª edição, 1869), *As Mulheres de mantilha* (romance histórico, 1ª edição, 1870), *Um noivo e duas noivas* (1871), *A namoradeira* (1870), *Os quatro pontos cardeais* (1872), *A Baronesa de amor* (1876), *A Nebulosa* (poema-romance, 1857), *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* (em estilo romântico, 1862,63).

Também escreveu óperas, peças teatrais, dramas e comédias, e obras sacras, dentre as quais: *O Amor da pátria* (hino bíblico, RIHGB, 1848), além de *O Cego* (drama em verso, 1849), *Cobe* (drama, 1852), *O Sacrifício de Isaac* (drama sacro, 1859), *O Fantasma Branco* (ópera, 1856), *O Primo da Califórnia* (ópera, 1858), *O Novo Otelô* (comédia, 1863), *Cincinato quebra-louça* (comédia, 1873), *A Torre em concurso* (comédia, 1863), *Vingança por vingança* (drama, 1877), *Luxo e Vaidade* (comédia, 1860), *Remissão dos pecados* (comédia, 1870); *Amor e pátria* (sem data), e *Lisbela* (1863). Igualmente, fundou e redigiu (até 1852), na companhia de Manoel de Araújo Porto Alegre e Antonio Gonçalves Dias a revista *Guanabara*; além de haver colaborado com o *Jornal do Comércio*.

Macedo também escreveu obras de nítido teor político, destacando-se, entre outros: *As Vítimas e Algozes: quadros da escravidão* (1869), onde “procura o autor excitar a compaixão para o escravo e propagar o abolicionismo (...)”⁵⁹; *Discurso proferido na Assembleia provincial do Rio de Janeiro em 13 de outubro de 1859* (1859); *A Nação*, órgão do partido liberal do RJ, entre 1852 e 1854, onde foi companheiro de Francisco de Salles Torres Homem (futuro Visconde de Inhomirim).

Igualmente, Joaquim Manoel de Macedo foi, ainda, autor de livros para o ensino de história, dentre os quais citamos: *Lições de história do Brasil para uso dos alunos do imperial colégio de Pedro II* (1861, 1863); *Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária* (2a. edição, 1865); *Noções de corografia do Brasil* (1873); *Lições de corografia do Brasil para uso dos alunos do imperial colégio de Pedro II* (1877); *Mulheres célebres* (obra adotada pelo governo imperial para as escolas primárias femininas da Corte, 1878). Escreveu, ainda, os seguintes livros, cujo assunto foi o passado do Brasil Império: *O Ano Biográfico Brasileiro* (1876); *Suplemento ao Ano Biográfico Brasileiro* (tratando do 1º. quadrimestre do ano, 1880); *Efeméride da história do Brasil* (1877), que consistiu de “uma reprodução de escritos publicados no “Globo” diariamente [...] abrange as datas de 1 de janeiro a 30 de abril.”⁶⁰

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) encontram-se, de autoria de Joaquim Manoel de Macedo: Cinco *Relatórios*, como Secretário (entre 1852 e 1856); Vinte *Necrológicos*, como Orador (entre 1857 e 1879); um *Discurso*, como Presidente (em 1876, quando presidiu a sessão magna); e *Dúvidas sobre alguns pontos da história pátria* (no t. 25, 1862).

O livro *O Ano Biográfico* foi escrito com o intuito de participar da Exposição da Filadélfia, constituindo-se, portanto, numa visão oficial sobre a História brasileira. A Exposição de Filadélfia, realizada em 1876, foi um acontecimento internacional que, tendo por objetivo a comemoração da independência dos Estados Unidos, procurou demonstrar a comemoração do primeiro centenário da independência dos Estados Unidos, procurou demonstrar aquilo que cada Estado soberano acreditava ter de mais relevante de si para expor ao mundo, procurando, cada qual, demonstrar seus avanços científicos e tecnológicos e sua inserção na (e como representante da) Civilização; tais exposições comemoravam o progresso.⁶¹

No Brasil, a Exposição de Filadélfia produziu grande alvoroço - D. Pedro II, inclusive, foi aos Estados Unidos, durante a qual visitou a exposição - tendo sido mobilizados intelectuais de diversas províncias (além da Corte), com o objetivo de construir a melhor imagem possível do único Império existente, à época, nas Américas. Ao Império do Brasil era essencial não ser exibido como "exótico", mas, ao contrário, como um baluarte avançado da Civilização nos trópicos; neste sentido, o governo imperial enviou uma comitiva para acompanhar os preparativos da Exposição, sendo um dos objetivos desta comitiva produzir uma imagem "simpática" do Império.

Com efeito, em *O Ano Biográfico*, Joaquim Manoel de Macedo redigiu um total de 365 biografias - uma para cada dia do ano - que, ao seu modo, ajudariam na compreensão da trajetória da sociedade brasileira desde 1500. Em linhas gerais, tais biografias explicitariam a ação dos vultos mais proeminentes da história brasileira, desde os primórdios da colonização portuguesa na América.

Assim, por exemplo, o autor valoriza o passado colonial, enfatizando as ações de expansão territorial e administração portuguesa nos trópicos, além da difusão da religiosidade católica; Macedo destacou, entre outros, o governador Tomé de Souza, identificado como aquele que trouxe “ordem social, e, portanto, fundamentos da Civilização [...] [foi] placenta da civilização primitiva.”⁶² No discurso de Joaquim

Manoel de Macedo, a manutenção da ordem constituía-se em um dos pilares da sociedade.

Outro aspecto destacado na narrativa de Macedo sobre o período colonial refere-se à defesa do território português na América contra holandeses e franceses. Assim, em relação à ocupação holandesa do Nordeste, Macedo utilizou-se do *mito das 3 raças*, acrescentando João Fernandes Vieira (simbolizando o branco nascido em Portugal), e as mulheres: D. Clara Camarão (esposa de D. Antonio Felipe Camarão, e, como este, indígena), e D. Maria de Souza (esposa de Gonçalo Velho), considerada, pelo autor, uma “nobre senhora pernambucana”⁶³ à tríade representada por André Vidal de Negreiros (representando o elemento branco nascido na colônia americana), D. Antonio Felipe Camarão (representando o indígena) e Henrique Dias (representando o negro).

Ainda no que se refere ao período colonial, o autor enfatizou algumas áreas da América Portuguesa, ao abordar o local de nascimento dos seus biografados, em particular Rio de Janeiro e Bahia, com total de biografados superior, inclusive, em relação a Portugal: assim, o Rio de Janeiro fora o local de nascimento de 42 personagens, a Bahia de 27 e Portugal de 26.

Ao mesmo tempo, Macedo valorizou os primeiros cronistas da América Portuguesa, destacando, em primeiro lugar, Pero Vaz de Caminha em função de sua *carta* sobre a chegada de Cabral às terras americanas, e, ainda, Pero de Magalhães Gondavo (“venerando obreiro da civilização que lançou a primeira pedra nos fundamentos da história do Brasil”)⁶⁴ e Sebastião da Rocha Pitta (“é o pai da historia, [...] senão pôde ser o sol, foi pelo menos a brilhante aurora da História do Brasil”).⁶⁵ Observe-se, aqui, a preocupação em demonstrar a presença de historiadores já no período colonial, produzindo informações que, posteriormente, seriam incorporadas na análise do IHGB, transformadas doravante em fontes.

Para Macedo, o herói possuía o sentido da história, modificando a realidade ao seu redor; no Brasil independente, a manutenção da unidade territorial sofreu graves riscos e somente os *grandes homens* tinham a consciência da importância do poder central para concretização do papel histórico destinado ao Império, como elemento civilizatório; neste sentido, políticos e militares, detentores desta consciência, destacaram-se como os heróis contemporâneos no livro *O Ano Biográfico*. Assim, cerca de 67% dos biografados no período 1822-1876 tiveram atuação na administração pública e/ou nos conflitos militares (internos e externos) que envolveram a sociedade brasileira. No Império, mais que em qualquer outro período retratado em *O Ano Biográfico*, a função de membro do Estado revelou-se essencial; foi este quem administrou, civilizou, estabeleceu a paz com outros países, praticou os atos da guerra, pacificou o país, fez a Independência e os Primeiro e Segundo Reinados, sustentou o período regencial, policiou o país, mantendo a ordem social e defendendo a propriedade, funções correlatas e cotidianas ao ocupante de cargos administrativos.

Desta maneira, seria de causar espanto D. Pedro I possuir a maior biografia? Certamente não. Sua efeméride (12 de outubro) coincide com seu aniversário e a data de sua coroação como imperador do Brasil, permitindo a Macedo tentar produzir-lhe uma imagem menos marcada pelo autoritarismo: “Perto de meio século já lá vai depois que desapareceu dentre os homens D. Pedro I, e a história imparcial e severa que registra

seus erros, justa e devidamente honorificadora de sua memória o apresenta à posteridade com o esplendor de títulos tão grandiosos que obrigam a admiração.”⁶⁶

Ou, ainda, que suas páginas abrigassem Diogo Antonio Feijó, regente cuja efeméride vincula-se à posse no cargo de ministro da Justiça? Ora, tal personagem “foi o ministro que salvou a ordem e a monarquia, e em todos os tempos o exemplar da firmeza, do desinteresse pessoal, da honra.”⁶⁷

Percebe-se, com estes dois exemplos, um dos papéis que a História deveria possuir na obra de Joaquim Manuel de Macedo: tribunal a julgar os feitos humanos, produzindo provas que permitiriam condenar ou absolver os agentes, em função da intencionalidade e das consequências advindas de seus atos.

Notas e referências

- ¹ Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1995, p. 56.
- ² Eric J. HOBBSBAM, *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade, São Paulo, Paz e Terra, 1991, p. 49.
- ³ Manoel L. S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 7.
- ⁴ Hobsbawm analisa detalhadamente a contribuição das elites letradas ao nacionalismo, através da elaboração de gramáticas e dicionários que fixaram a língua nacional, além da coleta de lendas e cânticos populares, estabelecendo o folclore. Cf. *Nações e Nacionalismo ...*, cit, capítulo 2.
- ⁵ Cf. Lília M. SCHWARCZ, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998. A despeito de discordar sobre o caráter “classista” da intelectualidade do IHGB (se urbana ou rural), Lúcia M.P. Guimarães também identifica os letrados do Instituto como pertencentes ao restrito universo da Corte carioca da década de 1830. Cf. Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit.
- ⁶ Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit., p. 69.
- ⁷ Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 100.
- ⁸ De acordo com Lúcia Guimarães, “Pelos suas origens e pelas atividades que exerciam, os integrantes do Instituto tinham fortes vínculos com o governo. Estavam afetos a ele. O que, em última instância, implicava numa dupla sujeição a D. Pedro II. Mecenaz que era do IHGB e autoridade maior do país... dependência e lealdade. À Coroa e ao Imperador.” Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit., p. 84.
- ⁹ Manoel L. S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988..., cit., p. 5.
- ¹⁰ Segundo Lília M. Schwarcz, 75% do orçamento do IHGB originava-se dos cofres estatais. Ver: *As barbas do imperador*, p. 127. O mesmo percentual é apresentado também por Manoel Guimarães. Igualmente, o então presidente interino do IHGB, Joaquim Manuel de Macedo, assinalava, em 1876, tal dependência dos cofres estatais, afirmando: “Desenha-se risonha, e reputar-se deve segura em seus modestos limites, a situação financeira do Instituto, graças ao favor e auxílio do poder legislativo.” Joaquim M. de MACEDO, “Discurso na sessão magna aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1876, p. 470.
- ¹¹ De acordo com Lília Schwarcz, D. Pedro II presidiu 506 sessões do Instituto, entre 1840 e 1889. O espetáculo das raças, op. cit., p. 102. A guisa de comparação, ocorreram 520 sessões do IHGB no período, de acordo com Francisca Iglesias.
- ¹² Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...*, cit., p. 102.
- ¹³ Lília M. SCHWARCZ, *As barbas do imperador...*, cit., p. 126.
- ¹⁴ Aurélio de Lyra TAVARES, “O Sesquicentenário do Instituto”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988 (1-289), p. 44. Durante a Primeira República, o IHGB migrou para outros dois edifícios: em 1896 funcionou nas dependências do Real Gabinete Português de Leitura e, já no alvorecer do século XX, foi inaugurada sua nova sede, no prédio do Silogeu Brasileiro, situado no

- cruzamento da rua Teixeira de Freitas com a avenida Augusto Severo, local onde também funcionariam as sedes da Academia Brasileira de Letras, Academia Nacional de Medicina, Liga da Defesa Nacional e Instituto dos Advogados. Neste local foi erigido a atual sede do Instituto Histórico, no contexto das festividades do Sesquicentenário da independência, em 1972. Para maiores detalhes sobre as sedes do IHGB no século XX, ver Aurélio de Lyra Tavares. “O Sesquicentenário do Instituto”... cit., p. 43 e Berenice SEARA, “IHGB: a memória do Brasil faz 150 anos”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988: 1-289, p. 75.
- ¹⁵ Aurélio de Lyra TAVARES, “O Sesquicentenário do Instituto”... , cit., p. 43.
- ¹⁶ Um exemplo significativo a respeito desta fabricação do passado pode ser observado na obra *O Ano Biográfico Brasileiro*, em 3 volumes de autoria de Joaquim M. de MACEDO, no qual, o autor procurou compilar uma lista de fatos e personagens célebres, objetivando transformá-lo em um calendário cívico. Ressalte-se, ainda, que este livro foi confeccionado para ser exibido na Exposição Internacional da Filadélfia (1876), no pavilhão brasileiro, sendo editado em português e inglês.
- ¹⁷ Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias.
- ¹⁸ Lília M. SCHWARCZ, *As barbas do imperador...* , cit., p. 131.
- ¹⁹ Francisco IGLESIAS, “Há 150 anos fundava-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988: 1-289, p. 60.
- ²⁰ *Ibid.*, p. 62.
- ²¹ Manoel L. S. GUIMARÃES, *Nação e civilização nos trópicos...* , cit., p. 13.
- ²² Apud: Vicente TAPAJÓS, “A Revista em três tempos”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 150 (362): 1-180, jan./mar. 1989, pp. 5-6.
- ²³ Manoel Luís Salgado GUIMARÃES. *Nação e civilização nos trópicos...*, cit., p. 18.
- ²⁴ Pelo menos até bem recentemente tal perspectiva possuía importantes adeptos no grêmio carioca. Assim, o general Aurélio Lyra Tavares, durante as comemorações do Sesquicentenário do Instituto e citando discurso seu publicado pela RIHGB em 1966, afirmou: “Sempre entendi que não se escreve a História simplesmente por escrevê-la. Há um sentido mais nobre e mais alto a estimular o esforço dos que a ela se dedicam, guiados pela consciência do seu verdadeiro e relevante papel na formação do espírito da coletividade nacional. E é assim que a entendem todos os povos ciosos dos seus destinos.” Aurélio Lyra TAVARES, “História e Civismo”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 273, apud: *Ibid.*; RIHGB, suplemento, Rio de Janeiro, 1988 (1-289), p. 46.
- ²⁵ Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit., p. 134-135.
- ²⁶ Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...* , cit., p. 113.
- ²⁷ Ver, a título de ilustração, Francisco Adolfo de VARNHAGEN, *História do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1972. *Ibid.*; *História da Independência*, 1972.
- ²⁸ Lília M. SCHWARCZ, *As barbas do imperador...*, cit., p. 142..
- ²⁹ Manoel L.S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos”... ,cit., p. 25.
- ³⁰ Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...*, cit., p. 102-104.
- ³¹ Manoel L.S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos”... , cit., p. 25.
- ³² Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...* , cit., p. 119.
- ³³ *Ibid.*, p. 121.
- ³⁴ *Ibid.*, pp. 122-126.
- ³⁵ *Ibid.*, p. 132.
- ³⁶ Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...* , cit., p. 104.
- ³⁷ Manoel L. S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos”... , cit., p. 10.
- ³⁸ Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...*, cit., p. 105.
- ³⁹ *Ibid.*
- ⁴⁰ Presidiram o IHGB, de sua fundação até a proclamação da República: José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo, 1838/47), Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí, 1847/75), Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1875-86) e Joaquim Norberto de Sousa Silva (1886/91). Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988 (1-289), p. 67.
- ⁴¹ Cf., Augusto V. A. SACRAMENTO BLAKE, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 4, 1970.
- ⁴² Lília M. SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...*, cit., p. 106.

- ⁴³ Ibid., p. 108.
- ⁴⁴ Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit., pp. 272-273.
- ⁴⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 12 (16): 551 out./Dez. 1849, apud: Manoel L. S. GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos”..., cit., p. 11-12.
- ⁴⁶ Francisco IGLESIAS, “Há 150 anos fundava-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”..., cit., p. 62.
- ⁴⁷ Ibid., p. 63.
- ⁴⁸ Lília M. SCHWARCZ, O espetáculo das raças..., cit., p. 138, 139, quadros 1 e 2.
- ⁴⁹ Ibid., p. 139, quadro 3.
- ⁵⁰ Lúcia M. P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção...*, cit., p. 131.
- ⁵¹ Lília M. SCHWARCZ, O espetáculo das raças..., cit., p. 13-114.
- ⁵² Ibid., p. 117.
- ⁵³ Ibid., p. 134.
- ⁵⁴ Ibid., p. 135.
- ⁵⁵ Francisco IGLESIAS, “Há 150 anos fundava-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”... cit., p. 63.
- ⁵⁶ Cláudio Moreira BENTO, “Projeção do Exército no Sesquicentenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988 (1-289), p. 72.
- ⁵⁷ Apud: Cláudio Moreira BENTO, “O Exército no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento, Rio de Janeiro, 1988 (1-289), p. 81.
- ⁵⁸ Joaquim M. de MACEDO, “Discurso na Sessão Magna Aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (como Presidente interino, em 1876)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1876 a, p. 467-470.
- ⁵⁹ Augusto V. A. SACRAMENTO BLAKE, *Dicionário Bibliográfico...*, cit., vol. 4, 1970, p. 186.
- ⁶⁰ Ibid., p. 189.
- ⁶¹ Cf. Eric J. HOBBSBAWM, *A Era dos Impérios*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 54.
- ⁶² Joaquim M. de MACEDO, *O Ano Biográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tip. e lit. do Imperial Instituto Artístico, 1876, v. 1, p. 386, 388.
- ⁶³ Ibid., p. 455.
- ⁶⁴ Ibid., pp. 535, 536.
- ⁶⁵ Ibid., v. 2, p. 11.
- ⁶⁶ Ibid., v.3, p. 236.
- ⁶⁷ Ibid., v. 1, p. 160.

Vida y obra de Gregorio Sánchez Gómez. 1895-1942

Jairo Henry Arroyo Reina*

“Acercas huellas sin pisadas
fuego sin leña
alimento de los vivos
necesito vuestra llama para cantar el exilio del Muntu
todavía dormido en el sueño de la semilla.”¹

Esta ponencia está dedicada al escritor brasileiro, mulato nacido en libertad y natural de Río de Janeiro, Alonso Henriques de Lima Barreto (1888-1922). Para él y su descendencia, ellos también son del Muntu que todavía yace “dormido en el sueño de la semilla” Igualmente no podemos olvidarnos del cura párroco de Marmato el padre José Reinel Restrepo

Gregorio Sánchez Gómez fue un hombre mulato que nació en Istmina (actual Departamento del Chocó) y murió en Cali siendo muy joven, a la edad de 47 años; en el mes Diciembre del año pasado, el notable escritor Chocoano cumplió setenta años de fallecimiento. Istmina, fundada por Juan Nepomuceno Mosquera (1834) -inicialmente reconocida como Partido del Cantón de San Pablo -, hizo parte de la Provincia de San Juan, una de las fronteras mineras que, junto con el río Atrato, se convirtieron en asiento de esclavizados, mineros y comerciantes que poco a poco se instalaron en un sinnúmero de caseríos y le dieron forma a una incipiente vida comercial al calor de la explotación aurífera. Los ricos hacendados, mineros y comerciantes de Cali llegaron a ser propietarios de minas tanto en esta frontera como en El Raposo. En el siglo XVIII lograron estructurar unidades de producción, es decir, haciendas, para complacer la creciente demanda de alimentos por parte de los yacimientos mineros. Fue de esta forma como se empezaron a definir los lazos que desde temprano articularon a la actual ciudad Santiago de Cali con estas regiones mineras del Pacífico.

* Profesor ocasional tiempo completo del Departamento de Historia, Facultad de humanidades de la Universidad del Valle en Colombia. Licenciado en historia, especialista en Docencia universitaria, Magíster en Ciencias de la organización y estudiante del *doctorado en Humanidades-Cohorte Historias, Sociedades y Culturas Afrolatinoamericanas*. Precisamente, esta ponencia hace parte de la reflexión del trabajo que se está elaborando como tesis de grado. Actualmente lidera en el Departamento de historia la formación del semillero de investigación *modernidad y modernización en el Valle del Cauca Siglo XIX-XXI*.

La provincia de San Juan estuvo inicialmente bajo la tutela de la Gobernación de Popayán y, para el Siglo XIX, el distrito de San Pablo (municipio de San Juan) hacía parte de la Unidad político administrativa del Gran Cauca. Hacia 1884, San Pablo era reconocido, simultáneamente con Novita, Tadó, Condoto, Sipí y Cajón como uno de los principales pueblos productores de oro del municipio de San Juan. Los otros pueblos como Quibdó, Bagado, Lloró, Neguá y Bebará pertenecían al municipio del Atrato. Es en este ambiente de explotación del oro - a través del mazamorreo - y de intensa actividad comercial para proveer la creciente demanda de los diferentes distritos mineros donde nace Gregorio Sánchez, padre de nuestro escritor Gregorio Sánchez Gómez. A inicios del Siglo XX Istmina aparece como municipio y capital de la provincia de San Juan. En 1908 la presidencia de Rafael Reyes crea el departamento del Chocó, con Quibdó como capital, por lo cual Istmina pasa a ser reconocida como municipio y deja de ser llamada San Pablo. Pero, dos años después, la nación crea diez departamentos, entre ellos Manizales y el Valle del Cauca, y el Chocó pasa a ser una simple intendencia bajo la administración nacional.

De Istmina Gregorio viajó a la capital del país, Bogotá, en donde termina sus estudios graduándose como abogado. Sus publicaciones comenzaron, aparentemente, en 1920 cuando la editorial Juan Casis de Bogotá publicó dos de sus trabajos: *Problemas sociales de Colombia*, un ensayo de 66 páginas que le había servido a Gregorio Sánchez para graduarse como Dr. en ciencias políticas, en la Universidad Nacional de Bogotá² y *La tierra desnuda*, la primera novela que le permitió incursionar en el campo literario Colombiano. Esta novela, de 28 Capítulos, fue escrita en la ciudad de Cali en 1914. (Ver cuadro)

A estas dos publicaciones le continuaron, en 1924, un grupo de cuatro novelas cortas escritas desde el municipio de Roldanillo y publicadas en forma continua, también, en Bogotá, en la serie popular *novela semanal* dirigida por Luis Enrique Osorio. Estas cuatro novelas, *La piedad del mar*, *La flor del tabaco* (Narración dividida en cinco partes, dedicada al escritor y novelita Luis Enrique Osorio), *El monstruo* y *La envidia de los dioses* (Novela de cinco cuadros dedicada a Tulio Quintero D) fueron reeditadas hacia 1958, por la editorial Santafé de Bogotá, en un libro que llevó por nombre *Novelas cortas*.

Su participación en la *novela semanal* lo acercó a escritores y escritoras que conformaban un grupo muy particular en el campo intelectual colombiano, estoy haciendo referencia a Emilio Cuervo Márquez, Simón Latino, Rafael María Rodríguez, Bernardo Arias Trujillo, José María Rivas Groot, Uva Jaramillo, Cruz Alba, José Asunción Silva, José Eustaquio Rivera y León de Greiff entre otros.

Aún no sabemos cómo Gregorio Sánchez logró que la editorial la moderna de Panamá, le publicara su tercer libro, sexta novela, *La derrota: novela de estudiantes*, en 1925. Esta novela de XXII capítulos, escrita en Bogotá en 1917; fue prologada por el reconocido escritor Luis Eduardo Nieto Caballero. De ahí en adelante sus publicaciones fueron realizadas en la ciudad de Cali.

Aproximadamente 14 de sus libros fueron publicados en la ciudad de Cali en la década del 20, 30 y 40, nueve de ellos fueron novelas; libros publicados entre las

editoriales América y Palau Velásquez & Cía. cuando la ciudad era apenas un poblado que llegaba a los 80.000 habitantes, poseía dos teatros (Municipal y Jorge Isaacs), tres hoteles (Majestic, Europa, Alférez Real), una biblioteca municipal, un proyecto de acueducto moderno, mas de cinco periódicos (relator, correo del cauca, diario del pacífico, el liberal, heraldo industrial, la humanidad y el crisol) y un puñado de escritores, entre ellos Gregorio Sánchez, decididos a plasmar, en sus ratos libres, ideas y pensamientos en libros revistas y periódicos.

En los talleres donde se editaba Relator, el periódico liberal de la familia Zawadsky, también, editaron, en 1927, *Rosario Benavides*, la novela escrita en Cali en 1927 que lo hizo acreedor a un premio, en concurso organizado por la academia colombiana de la lengua.

Después de Rosario Benavides la Editorial Palau Velásquez & Cía., la misma editorial encargada de editar Correo del Cauca, periódico conservador de propiedad del negociante y empresario Ignacio Palau, publicó dos novelas en el mismo año (1929): *La casa de los del pino* y *La virgen pobre*. La casa de los del pino fue escrita en Cali, en 1928, mientras que La virgen pobre, novela de XVIII capítulos, fue escrita entre los meses de Abril y Junio, e impresa el 17 de Agosto. (Ver cuadro)

Para los años 30, sus libros fueron publicados en los talleres tipográficos de editorial América, la primera editorial moderna que tuvo la ciudad de Cali en toda su historia. Esta firma editorial dirigida por Virgilio González R., su mayor accionista y editor del periódico *El liberal de Cali*, publicó obras como: *El Gavilán* (1933), novela de XXXI capítulos. Al Gavilán le continuó *Casada y sin marido*, novela publicada en 1934. *El hombre en la hamaca: divagaciones de un ocioso* (1935) fue el libro siguiente, y para finales de la década apareció *El burgo de don Sebastián*, novela escrita y publicada en Cali (1938).

La publicación de esta serie de libros en Cali, solamente, fue interrumpida por Arturo Zapata (que aparece como editor e impresor), de la ciudad de Manizales, que se encargó de publicar la novela *Vida de un muerto, Relato novelesco, de fantasía y humorismo*. Este libro, de XIII capítulos-una introducción por capítulo - y un epílogo, se terminó de imprimir el 15 de Septiembre de 1936; le continuaron libros como *Sociología política Colombiana*, escrito en Cali (1940). (Ver cuadro)

Mientras Sánchez lograba publicar sus libros en la década de los años veinte y treinta otros escritores lograban posicionar sus obras mucho mejor y obtener reconocimientos nacionales destacables. Estamos haciendo referencia de *La vorágine*, de José Eustacio Rivera (1924) y *La Marquesa de Yolombó* de Tomás Carrasquilla (1928). Para los años treinta obras como *El estudiante de la mesa redonda* (1932) de Germán Arciniegas, *Cuatro años a bordo de mi mismo* (1934) por Jorge Zalamea Borda, *La cosecha* (1935) de José Antonio Osorio Lizarazo, *Mancha de aceite* (1935) por el médico César Uribe Piedrahita, *Risaralda* (1935) de Bernardo Arias Trujillo y *Una derrota sin batalla* (1935) de Luis Tablanca, entre otras, van a seguir cautivando el mundo intelectual colombiano

Haciendo referencia al tipo de sociedad colombiana que el mencionado escritor Alfonso Lizarazo logró representar en sus obras para la década de los años treinta, el profesor Gutiérrez Girardot sostiene:

"Era una sociedad pobre en el más amplio sentido de la palabra. La pomposa clase alta era intelectualmente pobre. El poderoso estamento de la clerecía era moral y culturalmente pobre. Pobres eran las clases medias y más pobres aún sus aspiraciones de asemejarse a los estamentos de la *nobleza*. Desgraciadamente pobres eran las clases populares. El retro progreso de la república liberal, la apariencia cortesana de las altas clases sociales, el lujoso poder de las jerarquías eclesiásticas, la moderada revolución verbal de la legislación, escondían con brillo ilusorio la estructura señorial y sobre todo la existencia de toda una masa social mayoritaria que pagaba con la más útil explotación de que era objeto, los privilegios de que seguían gozando los descendientes de los encomenderos coloniales".³

Estas representaciones que fueron muy típicas de los escritores liberales en la década de del treinta, también las encontramos en *El Burgo de don Sebastián*. La desconfianza en los valores sociales imperantes, la ironía por el hedonismo y el gusto de los sectores pudientes-el mismo título, *El Burgo de don Sebastián*, es una expresión de esta herramienta literaria-, la simulación y el consumo aparecen como los temas a través de los cuales podemos estructurar el código de la obra.

Después de su muerte, cinco años después (1947), sale al mercado otra novela, *La bruja de las minas*; libro de XX capítulos escrito en Cali (1938) y donde se consignaron opiniones sobre Gregorio Sánchez Gómez por parte de autores como los críticos Nicolás Jiménez, Ecuatoriano, y el Chileno Mariano Latorre.

Para 1950 se publica, al parecer, su último ensayo -finalizando las ediciones con Editorial América y (T. J. Martínez y Cia. S.A.) - *Fémica, reflexiones sobre la mujer y su destino*. Este libro escrito en Cali (1938), clasificado como ensayo, introducido por el mismo autor y anunciado para publicarse desde 1940, fue estructurado, básicamente, en IV partes.

Al morir, su padre y sus hermanos pudieron publicar un folleto, "Gregorio Sánchez Gómez, Algunos conceptos sobre sus obras" (1945), donde lograron recoger las opiniones más favorables que tuvieron escritores locales y regionales como, Heraclio Uribe Uribe, José Ignacio Vernaza, Ricardo Nieto, Andrés J. Lenis, Luis Carlos Velasco M; otros como Fernando González, Bernardo Arias Trujillo, Libardo López, Ismael Enrique Arciniegas, Adel López Gómez, Alfonso Castro, Luis Tablanca, Max Grillo, Antonio Gómez Restrepo, y Luis Eduardo Nieto Caballero, pertenecían al campo literario nacional, y lo que es más importante, el folleto, también, recoge opiniones importantes de escritores de otros países como Ángel Dotor y Municio, y Manuel Góngora Echeniq de España; Mariano Latorre de Chile; Cesar Tempo de Argentina; Emilio Romero del Perú; Enrique Labrador Ruiz, y Miguel A. Maccau de Cuba

Para finales de los años cincuenta se publicaron cinco libros en el mismo año: *Magola, historia de una maestra*, novela escrita en 1938 y editada en 1958 por la

editorial Santa Fe. En este mismo año salió a la luz pública, al parecer, su última novela *La amazona de cañas*, anunciada desde 1935; la compilación de *Novelas cortas* - que se habían publicado individualmente en 1924 - y dos libros de cuentos: *Campos con sed* y *La joven endemoniada*. También, publicó distintos artículos en los diferentes periódicos locales y regionales, particularmente, en las páginas literarias de un periódico como Relator. Pero, igualmente, periódicos conservadores como Diario del Pacífico y Correo del Cauca, le dieron cabida a un buen número de sus ensayos. (Ver cuadro)

La cultura negra en la obra de Gregorio Sánchez Gomez

Sus obras dieron buena cuenta de los ambientes culturales-orales negros ubicados en el pacífico, y en la zona minera de Marmato. En obras como *La flor del tabaco* sus narraciones, denuncias y descripciones las presentó de la siguiente forma:

“En el ancho recodo que forman las aguas del San Juan, en aquel lugar apartado y agreste, levántase un caserío irregular, asimétrico, de construcciones toscas y humildes, a donde no parece haber llegado siquiera un venticillo de la civilización material moderna. Las casas, verdaderos bohíos, están enclavadas caprichosamente en la ribera, avanzando la edificación hacia el corazón del monte, y dejan entre ellas grandes espacios desocupados y pasadizos que hacen el oficio de calles y que forman una red sinuosa y complicada. Aunque el caserío ocupa un terreno elevado, que baja en declive hasta tocar la margen fluvial, sus moradores tienen buen cuidado de mantener las viviendas a la mayor altura posible, por temor a las avenidas imprevistas del río, que cuando menos se espera se desborda turbulentamente anegando las tierras ribereñas y ocasionando males ingentes. De aquí que, con lujo de previsión, cada cabaña tenga por cimientos fuertes guayacanes que la sostienen en el aire como un palafito y que le dan aspecto de palomar. [...]

El caserío mencionado es uno de esos hacinamientos desordenados de chozas, tan comunes en las riberas de los grandes ríos que bañan la región chocona. Generalmente se hallan situados a gran distancia de los núcleos de población donde se concentran las febriles actividades del comercio, y muy apartados entre sí, como si cada uno pretendiera aislarse de los otros y desvincularse del mundo. Sus habitantes son aficionados a los viajes, y tienen un fiero apego a la vida libre, lo cual explica su predilección por la caza, la pesca y las excursiones. La minería, que da fáciles y pingües rendimientos, les gusta también pero por cuenta propia, pues no hay cosa que más detesten que depender de un patrón. Aman la molicie, el licor, las mujeres, y aunque temen y respetan la autoridad, poco la tienen en cuenta para sus actos, acaso porque la autoridad se encuentra habitualmente lejos.

Esta población rural es una mezcla híbrida de razas, en que se ve desde el negro puro, pasando por el zambaigo, hasta el mulato y el cuarterón. Los indios moran de costumbre en sitios más retirados, congregados en tribus que procuran conservar sus usos y caracteres físicos; y en cuanto a los blancos se refiere,

observase que prefieren vivir en los centros, al amparo de las comodidades que estos ofrecen. Es cosa común encontrar entre la gente de color apellidos ilustres como Mosquera, Córdoba, Caicedo, y hasta nombres antiguos, de legendaria fama; mas no se piense que ello se deba a herencia genésica: nadie ignora probablemente que antes de la manumisión los siervos tomaban el apellido de sus señores y lo transmitían a sus sucesores.” [...]

‘Tómala por el busto, abajo de las axilas, y aproximándose lentamente, la beso en el cuello, en los brazos, en el nacimiento del pecho, que el descote dejaba libre y turgente.

- Estese quieto, mi rey—, dijo Felisa haciendo un mohín, pero sin oponer resistencia

- usted es muy logrero y se aprovecha. . .

- De lo bueno que hizo Dios, sumercesita.

- Ah ¿no dizque es incrédulo?

- Cuentos. La fe se afirma ante mujeres como tu.

Yo creo en todo, menos en que me quieres-.

-¡Boquirrico! ¡Ingrato!

- ¿Yo?

- Sabe que soy su esclava.

- No es mucho decirlo.

- ¿Que desea de mí?’”

En otra obra como *La bruja de las minas*, además de la descripción de los ccaseríos de San Juan, Marmato, Salamina, Aguadas y Pácora, del Molino Santa Mónica, El molino las vueltas, y la Pintada; las condiciones socioeconómicas de los peones y el despojo de las tierras a que eran sometidos, además de darnos a conocer el mapa sociocultural de las minas, Gregorio Sánchez logra, de manera perfecta, describir los rituales mágico religiosos de la población negra que trabajaba en las minas.

“... -¡Currulao!—braman como poseídos.

La Pascuala parece transfigurarse. Se detiene un momento, para respirar, lanzándose luego, con brusca decisión, al encuentro de invisible galán. Ya no es el ondular felino, indolente y lascivo del principio. Ahora semeja Euménide, deidad demente que se retuerce en el paroxismo del dolor, del espasmo, o de la locura. La frenética danza la empuja y la arrastra, como si huyera de ella misma, y se persiguiera, y se enredara en sus propios anhelos y temores. Sus pupilas relampaguean; la boca se le abre, desgajada, pareciendo sorber el lubrico perfume que lleva en su propia persona.

Hipnotizado, el concurso la sigue con la mirada y el palmoteo; se va tras del cuerpo fugaz, con libidinosos pasos de perro. La Pascuala, perdida en su vértigo, extraviada en el laberinto de su transitoria insania, no parece ver ya lo que la circunda. Todo en ella grita, solloza, ríe, y se paraliza en orgasmos bárbaros. La grupa soberbia va a desprenderse ya de sus cimientos poderosos. Los pechos

vuelan como saetas. Tiembla, vacila, se yergue de nuevo, recobrada de su desmayo efímero. Rítmico cantar sale de todos los labios.

¡Que viva, que viva,
el baile er cienpie!

-¡Currulao!—se interrumpen súbito. Y prosiguen:

Picao e tarantula;

picao e alacrn:

de sapo con rabia,

la leche y el miao;

veneno e culebra,

balanza e araa,

barbaco, caraa,

y ecupa con hiel.

- ¡Currulao!—relincha la turba. .

El Taita Cornudo,

Beruna, Pesua

el chivo, la chiva

chivito, chivo.

- Que viva el culeo!

Er Cabro Mayò.

Mandinga, Mandinga.

Cacho e pejep,

ojo e bambore,

colmillo e caim,

cola e mapan,

Padre Lucife.

-¡Currulao! ;Upa!

La voz de la marimba y el golpe de los tamboriles se debilitan; vuelven a hacerse lentos, pausados; se apagan poco a poco. Exánime, la Pascuala cae desplomada sobre el pavimento. Vencida como la estatua rota que rodó de su pedestal.

El negro anciano se adelanta entonces, solemne. La sorda música apenas suena ya como fragor lejano quo se extingue. Ante la tarima del rincón se detiene, y alzando la diestra armada con el cuchillo, lo hunde repetidas veces en el cuerpo del macho cabrio, que dobla los corvejones exhalando berridos tristes, de muerte. Convulsivamente escarba sobre la tarima con las pezuñas posteriores, y cae por ultimo entre el charco de su propia sangre.

La muchedumbre canta:

El Taita Cornudo.

Marimba y tambò

marimba y tambò.

Es la señal de la bacanal. De damajuanas y cantimploras, de ollas y calabazos, de tinajas y zumbos, aparecidos súbito, fluyen cual de rota arterias los licores ardientes. Vasos y totumas pasan de mano en mano, colmados con los amarillos

fermentos y los blancos y picantes jugos de cana. Exaltante olor de canela y pimienta, rom fuertes y ácidos de guarapo, tufos aguardientosos que queman como encendidas brasas las sedientas gargantas. Todo eso se junta, mezcla y confunde, con las espesas humaredas, las emanaciones, los vapores, el clamoreo ronco de la promiscua concurrencia. El aire es casi irrespirable. Barrera y Stanley se sienten desfallecer. Pero a ellos también los ha envuelto en su torbellino el áspero viento de locura. La sensual vorágine abre sus rojas fauces para tragarlos.”

Los valores y la corporalidad en la obra de Gregorio Sánchez Gomez

Si bien es cierto, Gregorio Sánchez no dio cuenta en detalle de los movimientos sociales de la época, los conflictos, la violencia social colombiana y los valores decadentes fueron temas predilectos de su obra. En este sentido, sus novelas de amor, y casi siempre definidas en torno al destino trágico pusieron al descubierto, las temáticas mas vedadas para la sociedad. Por ejemplo, en una novela como “La virgen pobre”, además de mostrar claramente los abusos del poder, del poder masculino sobre mujeres pobres y campesinos, la vida triste y desolada del cabaret y las “casas de citas”, la novela dio buena cuenta de la relación entre el deseo, el cuerpo y el amor; temática que puso en escena las contradicciones propias de una sociedad católica que empezaba a modernizarse en torno al mercado.

“Sumida en su sueño de amor, anegada de la cabeza los pies en una voluptuosidad inefable que la embriagaba como un vino y de la que no tenía fuerzas para salir, Ana María no oponía ya ninguna resistencia; se abandonaba, rendida y dócil, enamorada y suspirante, a esa invasión audaz, a ese asalto loco de alejo, que, trémulo y exaltado, y mientras le decía frases truncas que delataban su sensualidad, iba violando poco a poco el femenino secreto y violando los más púdicos velos.

- ¡No, alejo!- Exclamó ella de pronto, con angustia, pugnando por incorporarse;- ¡eso no! Pero volvió a desmadejarse, enervada y casi sin aliento, bajo la avalancha brutal de las locas caricias con que él le quemaba, como un hierro candente, los labios resecos, el cuello frágil y delicado, los hombros desnudos... la mano atrevida había corrido febrilmente la tela que cubría los techos, pequeños, duros, tibios, y allí también se abatía, semejante a un pájaro de presa, la boca ávida e insaciable...

- ¡ven!- Baluceo alejo fuera de sí. Ana María musitó, como con una voz lejana: casi en vilo, la arrastró consigo a la habitación contigua. Y ella se dejó llevar como una sonámbula, perdida transitoriamente toda conciencia.

Lo que allí sucedió lo recordaba después común sueño, como una pesadilla fantástica. Todo el amor y todo el dolor los saboreó de una vez, transportada y atónita, en un largo trago dulce y amargo, inolvidable y voluptuoso; en un largo trago de que le quedo, a modo de un sedimento en la copa de su alma, un gusto acre y advierte, como de cenizas de ilusión.”

La historia de la ciudad Cali en la novela de Gregorio Sánchez Gomez

Entre las nueve novelas que logró publicar en la ciudad de Cali, dos hacen referencia directa a las problemáticas socioculturales y urbanas de esta ciudad: *Rosario Benavides* y *El Burgo de don Sebastián*. Ambas novelas publicadas, aproximadamente, setenta años después de obras como *María*, de Jorge Isaacs, y *El alférez real* de Eustaquio Palacios, lograron representar, en detalle, la vida urbana y social de una ciudad como Cali, en las primeras décadas del Siglo XX. El notable escritor Chocoano logró dar cuenta, con mirada sociológica, de los diferentes grupos sociales que habitaban la ciudad, del equipamiento urbanístico y arquitectónico de la misma y, en general, del universo socio cultural y espacial que definían a la Cali de ese entonces. Y lo más importante, Gregorio Sánchez con tono irónico, burlesco y hasta crítico, logró representar el proyecto modernista de las élites ciudadinas, dejando ver tanto sus gustos de clase como el conjunto de valores que las definían. Este conjunto de razones permiten ubicar la producción literaria de Gregorio Sánchez, como literatura urbana y particularmente como novelas histórico-sociales y culturales.

En *Rosario Benavides*, logró representar la debilidad y la inestabilidad del piso social que se estaba produciendo en el mundo moderno de la ciudad de Cali, para las dos primeras décadas del Siglo XX. El conflicto social se manifestaba en mariano Benavides, padre de Rosario, quien representaba todos los signos de la época moderna: de piel cetrina, comerciante de café, cueros y cacao. Según la designación realizada por Gregorio Sánchez mariano era “un moderno creso”, “un banquero tropical”, que se había enriquecido vendiendo durante quince años trapos y chucherías, y que luego se convirtió en uno de los más respetables importadores; se jactaba de no tener descendencia aristocrática, pero sí mucho dinero. Las nuevas percepciones y valores así como las representaciones de los otros grupos sociales fueron enunciadas por este personaje de la siguiente forma: “-¡o la! Hablas como un abogado del virreinato. Esas monsergas de olor y sabor aristocrático están demandadas a recoger. Hoy no hay otra nobleza que la que da el capital, ni otra jerarquía que la señalada por las centenas y millares. Amigo: vales lo que tienes y pesas. Fíjate nomás en algunas familias de aquí, que ayer brillaban en el pináculo social porque eran ricas, y ahora han venido a menos por qué empobrecieron. Hace pocos años ¡qué gentes tan consideradas y descollantes! Hoy ¡que insignificancia lastimosa la suya! Desaparecieron entre la turba anónima y triste de los que nada poseen. ¿Quién se acuerda ya de los Montufar, de los Vallefloridos, y de otras familias que conocieron la opulencia? Y sin embargo, nadie le discute y niega su ilustre abolengo, su vetusta prosapia; lo cual no los libra, desgraciadamente, de vivir en la indigencia”.

Don Mariano estaba casado con Julia de Benavides, mujer blanca y gorda, personaje que representaba *la prosapia*, los sectores venidos a menos, los capitales simbólicos y tradicionales, es decir, todo lo contrario a lo que significaba don mariano; sin embargo lograron hacer alianzas. Este personaje, también, poseía los valores muy propios de su grupo social:

“... gustaba naturalmente de las consideraciones de alcurnia: la razón de estirpe era razón soberana. Sentía secreto desdén por las vidas democráticas modernas, igualadoras e iconoclastas, que han desvalorizado la antigua moneda nobiliaria y los papeles de créditos llamados despectivamente pergaminos. En su fuero interno alimentaba para sí el culto de la buena raza y de la sangre pura, lo cual no fue obstáculo para su matrimonio con el millonario señor Benavides”.

Pero la lucha simbólica de estos sectores, sus aparentes contradicciones y afirmaciones, tomaron un curso aparentemente trágico: mariano Benavides, la representación de los nuevos capitales y de lo moderno, la expresión viva de unos nuevos puntos de vista social “levantados por un saludable soplo republicano democrático” terminó suicidándose, por honor, como cualquier aristócrata”, al perder en el juego la fortuna familiar.

El personaje principal Rosario Benavides, o challo, como cariñosamente la llamaban sus allegados, era una "muchacha caleña que acaba de cumplir veinte años", "era una joven trigüeña, alegre, de cuerpo fino y elástico y de modales un poco despreocupados. Hablaba correctamente el inglés, mejor que el propio idioma; vestía con absoluta perfección, y era maestra consumada en deportes, especialmente en tenis y jazz". Después de la muerte de mariano y viviendo en carne propia la pobreza en que su padre las había dejado, se vio en la necesidad de emplearse ante el asombro, las burlas y los comentarios de su grupo social. Fue así como después de trasegar y probar en varias partes consiguió empleo en la bembo & co inc, poderosa casa comercial Norteamérica dónde tuvo la oportunidad de conocer a Henry White, un agente americano representante de casas comerciales internacionales, con quién pudo entablar rápidamente una fuerte amistad.

Fue de esta forma como Rosario Benavides, educada en el Canadá, proveniente de familia acomodada y honorable, tuvo que aceptar el trabajo convirtiéndose en una mujer asalariada contrariando de esta forma los valores de la decencia, la dignidad y la caballerosidad que tanto preocupaban a su clase. En poco tiempo estrechó sus lasos de amistad con Henry White, con quien pudo olvidar a Joaquín Matamoros, el novio de toda la vida, y el hombre que su madre quiso para ella-contrariando a su padre- pues, si bien Matamoros carecía de capital económico, su familia poseía todos los títulos nobiliarios y la tradición honorífica necesarias para legitimar cualquier alianza matrimonial. A pesar de que Joaquín Matamoros buscó solventar su situación social y económica en la política, el matrimonio de estos dos sectores sociales venidos a menos tampoco pudo llevarse a cabo. Pero Rosario, dando muestras de un sacrificio consumado, negó, igualmente, cualquier posibilidad amorosa a Henry White, a pesar del amor prometido por este.

Complementariamente a las descripciones sociológicas y a los perfiles psicológicos de sus personales, Gregorio Sánchez logró introducir las únicas imágenes y las más importantes representaciones sobre el carnaval caleño de los años veinte, la forma como se celebraban las festividades de fin de año, y con imágenes sugerentes logró dar cuenta de ello.

“Tras la enorme y ruidosa comparsa marchaba, a moderado andar, una enorme sucesión de vehículos de toda clase atestados de disfraces y gentes ebrias cantando y gritando hasta enronquecer. La multitud se aglomeraba, aglutinada casi confundida sobre los estrechos andenes en las anchas plazas, bajo el cobijo de los grandes portones, metiéndose en oleadas en las cantinas y cafés donde corre el licor como por abierta zubia y se hace el máximo barullo. Salas y lugares de baile parecían hervir esa noche por la concurrencia inagotable que se contorsionaba con placer frenético al desenfrenado compás de bandas y orquestas. Numerosas mujeres, hembras anónimas y heteras en su mayoría, todas con las caras pintadas, muchas con mascarar disformes, jadeantes y sudorosas por ser las que más se movían; circulaban desenfadadamente por entre el gentío, rozándose con el vecino, empujando aquí, riendo allá, y dejando a su paso una estela de esencias marcantes y colores vivísimos”.

En el burgo de don Sebastián, la crisis social fue planteada por Gregorio Sánchez Gómez cuando Julia Fernández de Urquijo impidió a toda costa que su hermana Carmen mantuviera relaciones amorosas con el joven aviador, teniente Camilo Loaiza. Las hermanas Urquijo pertenecían a una familia tradicional y acomodada. Eran las hijas del coronel Calixto Fernández-un militar que había participado en la guerra civil, y había muerto hacía 10 años-y mercedes de Fernández, la viuda, que ante la muerte del coronel se había quedado viviendo en la casona colonial, con un traje negro y “bebiendo copitas de ron” “calentados” para calmar sus dolencias.

Julia Fernández era una mujer de veinticinco años, casada, cinco años después de la muerte del coronel, con Reinaldo montejo un abogado rico y prestigioso en la ciudad. Así, mientras dedicaba su tiempo libre a las labores de beneficencia, quiso imponer a su hermana las figuras del ingeniero Góngora y del acaudalado comerciante de sedas jeremías otero. Las cosas no resultaron como julia había planeado, sin embargo, continuo interponiéndose entre la joven pareja.

La tragedia en la novela no solamente está definida por la separación entre Carmen Urquijo y el teniente Loaiza, ante la muerte de este último en la revista de aviación llevada a cabo en el *guabito*, sino por el terrible secreto conocido por Reinaldo Montejo, al escudriñar en la cartera y la libreta de su esposa Julia Urquijo.

Julia, la mujer que se opuso a los amores de su hermana porque el teniente Loaiza no era un partido seguro, desde ningún punto de vista, la persona encargada de la caridad publica, que vivía en un barrio moderno y residencial, la hija del coronel Calixto Fernández, tenía un secreto: sentía atracción por un hombre que no era su esposo, el ingeniero Góngora. Sin embargo, este hecho no fue suficiente razón para que el matrimonio Urquijo-Fernández se disolviera.

Además de las inestabilidades personales y familiares, Gregorio Sánchez pudo representar las características y las transformaciones urbanas de la ciudad de Cali de ese entonces. La arquitectura moderna de algunos barrios residenciales o en construcción; la descripción de la ciudad “con sus oficinas, talleres y fabricas de toda índole”, así como sus atardeceres y sus noches; las descripciones de la *Avenida Uribe*, el cementerio, los

días feriados; la vida en las vías públicas, el cabaret, el templo de San Francisco, el Puerto fluvial de Juanchito; la ciudad vista desde la colina de San Antonio; la estación del tren con sus rateros y ladrones; la revista de aviones en el *guabito*; el papel de los turcos y los libaneses en el comercio de la ciudad; el posicionamiento del sector profesional (ingenieros, abogados, médicos); el asombro y la perplejidad de los ciudadanos ante el confort y el bienestar que les producían los espectáculos públicos en el hipódromo, el estadio, las empanadas bailables en el alférez real, el circo, el aeródromo civil de la Scadta; los periódicos de la tarde y las películas en la noche, es decir, todo el conjunto de bienes, relaciones, individualidades y “mojones” urbanos que empezaban a marcar los nuevos referentes de la ciudad, y a decidir los modos de estar juntos en ella.

“Era noche ya cuando emprendieron el regreso. El camino lo alumbraba ahora la luz de la lima en plenitud. Bajo su llama fría y pálida, los campos blanqueaban, sumidos en mágico letargo. La violenta polémica de los vehículos con el inmóvil aire nocturno, levantaba larga ráfaga que azotaba los rostros de los paseantes jubilosos. Nadie pensaba en volver a casa todavía. Sobre la colina de San Antonio brillaban como estrellas perdidas, luces dispersas. Subieron a ella, siguiendo la carretera de circunvalación. Viento y penumbra coronaban la verde cimera de la colina. Allí hicieron alto. Mister Campbell comentaba con entusiasmo:

-¡Oh, splendid, splendid!

Abajo, a sus pies, se extendía, en efecto, un panorama de sorprendente belleza. Bañada por el plenilunio, la ciudad parecía vencida por los beleños del sueño. El mar de tejados cuyas primeras ondulaciones comienzan en las faldas de la colina misma, se perdía en la sombra difusa de la distancia, alterada su inmovilidad, por los mástiles de las torres, por las hinchadas velas de las cúpulas, por las moles oscuras y erguidas de los altos edificios cribados de ventanas iluminadas. Aquí y allá, chimeneas de fabricas, semejantes a monstruosos cigarros apagados; antenas sutiles; astas desnudas que parecían perforar el aire embrujado de la noche. Como venas abiertas, las calles y avenidas rompían la unanimidad de los tejados, animadas a ratos por la fugaz presencia de algún automóvil que se deslizaba en silencio. Todo se veía diminuto: las gentes que circulaban, los vehículos que iban o venían, las innumerables luces encendidas desde temprano y que semejan ojos insomnes y expectantes. Pero estas luces eran quietas. Daban la impresión de ser luces serias, disciplinadas, de las que se burlaban las otras luces, multicolores e inestables, de los avisos luminosos, guinadores y alegres.

De los cerros venían bocanadas de viento fresco. A un lado, entre abierta curva que forma la Avenida Belalcázar, se alza el barrio residencial El Peñón, con su caserío pintoresco y nuevo. Oréndolo, va el encaje móvil del río, plateado y fulgente. Los faroles de la sinuosa avenida vigilan la vía como centinelas extáticos proyectando en torno la luz de sus monteras de fuego. Hacia la izquierda, casi perdida tras de estribaciones de lomas, se divisaba parte de la urbanización tranquila de San Fernando. ,Y en el fondo, dilatada y plana, la vasta

extensión, confusa y de términos imprecisos, encerrada en un semicírculo de montañas remotas que azuleaban en la lejanía, con azul espectral manchado de brumas.”

Gregorio Sánchez Gómez murió en diciembre de 1942 cuando desempeñaba el cargo de bibliotecario en la biblioteca municipal de Cali. A pesar de su gran producción literaria, de haber ejercido cargo estatales a nivel local, de haber dirigido periódicos como la *El impulso* en Riosucio, de haber sido referenciado por un puñado de escritores de su época y algunos críticos literarios, de Gregorio Sánchez Gómez ‘nadie sabe nada’; nadie se acuerda de él; nadie tiene referencias, ni Chocoanos, ni Vallunos, ni Caleños, y tan solo como rastro suyo, solo quedan, de sus veinte obras publicadas, 9 libros en la ‘Sala Valle’ del actual Centro Cultural Rodrigo Lloreda; igual número de libros en el instituto caro y cuervo; un ensayo, *Fémína: Reflexiones sobre la mujer y su destino*, en la Biblioteca de la Universidad San Buenaventura; y la obra casi completa en la Biblioteca Luis Ángel Arango de Bogotá. Ninguno de estos espacios posee una conciencia real del valor de esta obra.

Con el objetivo de dar a conocer sus obras y rescatar del olvido al escritor Gregorio Sánchez, la Universidad del Valle ha venido reeditando algunas de sus obras. En este sentido en la feria del libro realizada por la Universidad del Valle en la ciudad de Cali (2004), se presentó al público la reedición de la novela *La bruja de las minas*.⁴ Un año después (2005) se hace lo propio con *Rosario Benavides*.⁵ Y para el año 2006 *El burgo de don Sebastián*.⁶ En el 2010 el Ministerio de Cultura de Colombia aprovecha el proyecto Biblioteca de literatura Afrocolombiana para reeditar por segunda vez *La bruja de las minas*.⁷

Pese a ello y a una larga investigación sobre la vida y obra de este escritor un buen número de sus obras todavía se encuentran desaparecidas, entre ellas tenemos: de teatro *El ladrón enamorado* (comedia), *El secreto del profesor*, *Don severo* (Drama), *Girasol* (Drama); poemas: *Vista de colores*; de interés general como *Los impuestos en Colombia*, *El ahorro*, *Los problemas sociales*, Cuentos: *La joven endemoniada*; y varios títulos de novelas: *casada... y sin marido*, *Por distintos caminos*, *Árida senda*, *La nueva raza*, *Pajarito y sus obras* y *El inútil pecado*. Estos libros que confirman su prolífica producción en los distintos géneros literarios, a un se encuentran perdidos, no poseemos referencia, igual acontece con su vida y descendencia familiar.

Desconocemos si Gregorio Sánchez leyó un libro como *Litoral recóndito*, escrito en 1934 por Sofonías Yacup (1894-1947) - un parlamentario liberal caucano muy conocido en el medio político. Igualmente desconocemos si coterráneos suyos como Diego Luis Córdoba (1907-1964), Rogerio Velásquez Murillo (1908-1965), Neftalí Mosquera Mosquera, (1914-1990), Miguel Ángel Caicedo Mena (1919-1995), Arnoldo Palacios (1924) y los caribeños Manuel (1920-2004) y Juan (1927-2000) Zapata Olivella y Jorge Artel (1909-1994), entre otros escritores, tuvieron acceso a su obra. Sabemos que vivieron en las primeras décadas del Siglo XX, pero no sabemos si estos negros, mulatos, zambos, afro mestizos invisibles y por fuera de las hegemonías del campo intelectual colombiano, se conocieron, si se leyeron o departieron, pero ello no es un

obstáculo para construir una línea de análisis que vaya de unos a otros, y así configurar un campo de interpretaciones al tiempo que logre objetivar percepciones, clasificaciones y objetivaciones de los intelectuales que hoy estamos denominando como afrocolombianos.

Notas e referências

- ¹ La tierra de los ancestros, en Zapata Olivella MANUEL, *Changó el gran putas*, Biblioteca de Literatura Afrocolombiana-Ministerio de Cultura de Colombia, Bogotá, 2010.
- ² Una tercera edición de este ensayo, clasificada como 'Folleto', fue publicada en la imprenta Moreno en 1935, recogiendo los doce ensayos que Gregorio Sánchez había publicado en el periódico el Liberal de Cali.
- ³ Rafael Gutiérrez Girardot, *La literatura colombiana en el siglo XX*, Manual de historia de Colombia, Instituto Colombiano de Cultura, Tomo III, 1984, Tercera Edición, pp. 517, 518.
- ⁴ Sánchez Gómez GREGORIO, *La bruja de las minas. Programa Editorial Universidad del Valle, Santiago de Cali: 2004.*
- ⁵ *Ibid.*, Rosario Benavides. Programa Editorial Universidad del Valle, Santiago de Cali: 2005.
- ⁶ *Ibid.*, El burgo de don Sebastián. Programa Editorial Universidad del Valle, Santiago de Cali: 2006.
- ⁷ *Ibid.*, *La bruja de las minas*, Biblioteca de Literatura Afrocolombiana - Ministerio de Cultura de Colombia, Bogotá, 2010.

Na corda bamba: a trajetória intelectual de Lima Barreto (1881-1922)

*Magali Gouveia Engel**

Filho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto¹ e da professora primária Amália Augusta Barreto,² ambos mestiços, Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu na cidade do Rio em 1881. Foi alfabetizado pela mãe e, aos sete anos, começou a frequentar a Escola Pública. Proveniente de uma família pobre, contou com a proteção do padrinho Afonso Celso, o Visconde de Ouro Preto, poderoso político do Segundo Reinado, que o matriculou como aluno interno no Liceu Popular Niteroiense, em março de 1891. Seu pai procurou o compadre que há pouco voltara do exílio ao qual fora condenado alguns dias após a proclamação da República, em 1889. O Visconde de Ouro Preto recebeu-o com a cordialidade dos velhos tempos, no seu escritório da Rua do Rosário, e concordou em custear a educação do afilhado. O menino matriculou-se no Liceu Popular Niteroiense, um dos melhores do tempo, frequentado pela gente rica.³

Completados o curso secundário e parte do suplementar nesta instituição, Lima Barreto prestou os exames de Português, Francês, História Geral e do Brasil no Ginásio Nacional – antigo Imperial Colégio D. Pedro II – em janeiro e agosto de 1895 e em inícios de 1896. Aprovado, ingressou no curso anexo de preparatórios para a Escola Politécnica do prestigioso Colégio Paula Freitas, onde permaneceu como aluno interno durante todo o ano. Segundo Francisco de Assis Barbosa, nessa ocasião havia incorporado ideias positivistas, defendendo-as em discussões com os colegas. Em 1897, entrou para a Escola Politécnica do Largo de São Francisco, onde as concepções de Augusto Comte, em suas mais diversas interpretações, adquiriram grande popularidade entre professores e alunos. Foi nesta instituição que, em 1902, começou a colaborar no periódico estudantil, de Júlio Pompeu de Castro e Albuquerque, *A Lanterna*, destacando-se por suas posições críticas e polêmicas.

As experiências na Politécnica levariam o escritor a um crescente distanciamento da engenharia e a uma aproximação cada vez maior da escrita e da literatura. Enfrentando frequentes discriminações sociais e raciais por parte de colegas e de professores, Lima

* Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAp, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia.

Barreto iria, aos poucos, amadurecendo sua percepção das profundas desigualdades e injustiças sociais que caracterizavam a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se convencera da importância do papel desempenhado pelos literatos comprometidos em sua arte com a transformação da realidade em que viviam.

Depois de ser reprovado sucessivamente em Mecânica, um acontecimento em sua vida pessoal teve papel decisivo para que abandonasse a faculdade. Seu pai adoece seriamente,⁴ o que o forçou a assumir a responsabilidade pela sobrevivência da família, abandonar a Escola Politécnica e candidatar-se ao concurso para amanuense na Diretoria do Expediente da Secretaria de Guerra. Aprovado em segundo lugar, foi nomeado em 27 de outubro de 1903, mudando-se com o pai e os irmãos para Rua Boa Vista, n. 76 no subúrbio de Todos os Santos. A partir de então dividiria seu tempo entre as monótonas tarefas de funcionário público – que abominava – e a literatura, sua paixão.

Sua obra extensa e diversificada inclui romances, sátiras, contos, crônicas e epistolografia, toda ela marcada por uma linguagem direta e simples, através da qual pretendia fazer de sua arte, conforme salientou Nicolau Sevcenko, “uma força de libertação e de ligação entre os homens”.⁵ Entre seus romances destacam-se, além do famoso *Clara dos Anjos*, o controvertido *Recordações do escravidão Isaías Caminha* e o aclamado *Vida e Morte de Gonzaga de Sá*, ambos provavelmente escritos entre 1905 e 1907.⁶ E, ainda, *Triste fim de Policarpo Quaresma*⁷ e *Numa e a Ninfa*.⁸

Como já foi dito, desde os tempos da Politécnica, o escritor envolveu-se com o jornalismo, escrevendo no jornal estudantil *A Lanterna*. A partir de 1903 ampliou sua participação em periódicos, colaborando no jornal humorístico *Tagarela* – criado pelo grupo de Raul Calixto –, assinando o pseudônimo Rui Pina – e no semanário *O Diabo*, de Bastos Tigre. Em fins de 1907, fundou a revista *Floreal*, juntamente com outros intelectuais que se reuniam no Café Papagaio e se intitulavam “Esplendor dos Amanuenses” – entre os quais Bastos Tigre, Domingos Ribeiro filho, Calixto, Gil. O artigo de apresentação da revista foi escrito por Lima Barreto e nele eram veiculados os objetivos do periódico no sentido de se tornar um espaço para a publicação da produção de todos os talentos literários que não contavam com a proteção de editores e livreiros. Apesar das palavras elogiosas de José Veríssimo, um dos mais importantes críticos literários da época, *Floreal* não teria uma vida longa desaparecendo em 1908, com apenas quatro números publicados.

Em fins de 1909 e princípios de 1910, Lima Barreto participou do primeiro e único número do jornalzinho anti-hermista *O Papão*, dirigido pelo amigo Antônio Noronha dos Santos. O escritor teve intensa colaboração na imprensa carioca – ampliada, sobretudo, depois de sua aposentadoria, em dezembro de 1918⁹ –, tornando-se um dos mais importantes e brilhantes cronistas brasileiros.¹⁰ Colaborou ativamente na grande imprensa carioca das primeiras décadas do século XX, publicando artigos e crônicas no *Correio da Manhã*,¹¹ na *Gazeta de Notícias*, na *Gazeta da Tarde*, em *A Noite*, em *O Paiz*, no *ABC*, nas revistas *Careta*, *Fon!Fon!* As reformas urbanas, a política municipal, o antimilitarismo, a crítica ao patriotismo, o custo de vida, o feminismo, os crimes

passionais, o divórcio são alguns dos temas privilegiados em seus escritos para a imprensa.

A caricatura, a sátira, o humor e a ironia tão presentes nas narrativas limianas levou a que algumas vezes seus escritos ficcionais e cronísticos fossem comparados aos de Machado de Assis. Em 1916, por exemplo, no artigo intitulado *Impressões Literárias*, publicado na revista *A Lusitana*, o político e jornalista Jackson de Figueiredo teceu comentários elogiosos a Lima Barreto comparando-o a Machado de Assis. A ironia em Machado de Assis revelava-se, segundo o articulista, mais leve e filosófica ao estilo de Sterne, enquanto em Lima Barreto não possuía “delicadeza e intenção filosófica”, era “forte, chicoteante”, assemelhando-se a de Swift. Entretanto, o segundo era “mais humano e mais verdadeiro”, superando o autor de *Dom Casmurro*.¹² Figueiredo criticava neste mesmo artigo o “silêncio com que se procura matar toda a obra verdadeiramente viva dos que aparecem sem contrato com os nossos vendedores de glória literária”:

“Lima Barreto é entre nós, na verdade, o tipo perfeito do analista social, mas um analista que combate, que não ficou como Machado de Assis, por exemplo, no círculo de uma timidez intelectual esquiva ao julgamento. Ele não se limita a mostrar todos os fundos da cena, o que vai pelos bastidores de nossa vida: toma partido, assinala os atores que falam a linguagem da verdade, mostra o que há de falso, de mentiroso na linguagem dos outros”.¹³

Foi, contudo, Tristão de Athaíde – pseudônimo de Alceu Amoroso Lima –, um dos mais importantes críticos literários brasileiros, quem estabeleceu entre Machado de Assis e Lima Barreto uma proximidade equivalente a de mestre e aprendiz. No artigo publicado em *O Jornal* de 18 de junho de 1919, sob o título sugestivo de *Um Discípulo de Machado*, afirmava em tom elogioso:

“O criador de Policarpo Quaresma, tipo nacional por essência, estiliza o ridículo. Mais do que um ironista, um cético, ou um revoltado, Lima Barreto é um caricaturista. Ainda nos seus tipos preferidos, aqueles que falam por suas palavras, não desfalece a feição do autor, a quem não escapam os defeitos, os tiques, as fraquezas dos melhores. Lima Barreto é um humorista da estirpe intelectual de Machado de Assis. Pode-se dizer que, depois deste, é o nosso humorista.”¹⁴

Conforme salientou Leandro Rodrigues, tais comparações nos levam a relativizar a imagem de um Lima Barreto completamente incompreendido e discriminado pela crítica literária de sua época consagrada em muitos estudos sobre o escritor.

Por outro lado, vale lembrar que as aproximações com Machado de Assis não agradavam Lima Barreto, o que ele deixou muito claro na carta dirigida a Austregésilo de Athayde,¹⁵ agradecendo-o por ter frisado as diferenças entre sua obra e a do *Bruxo do Cosme Velho*:

“Gostei que o senhor me separasse de Machado de Assis. Não lhe negando os méritos de grande escritor, sempre achei no Machado muita segura de alma,

muita falta de simpatia, falta de entusiasmos generosos, uma porção de sestros pueris. Jamais o imitei e jamais me inspirou. Que me falem de Maupassant, de Dickens, de Swift, de Balzac, de Daudet – vá lá; mas Machado, nunca! [...]

Machado escrevia com medo do Castilho e escondendo o que sentia, para não se rebaixar; eu não tenho medo da palmatória do Feliciano e escrevo com muito temor de não dizer tudo o que quero e sinto, sem calcular se me rebaixo ou se me exalto.”¹⁶

Como vimos, a combatividade de sua escrita literária já havia sido reconhecida por Jackson de Figueiredo, como uma qualidade que fazia de Lima Barreto “o tipo perfeito do analista social” que o distinguia radicalmente da “timidez intelectual esquiva ao julgamento”, característica de Machado de Assis. Percepção bem próxima manifestou o escritor anarquista José Oiticica em um artigo publicado no jornal *A Rua* em 1916, onde afirmava que Lima Barreto “... é um Machado de Assis sem correção gramatical, porém com vistas amplas, hauridas no socialismo e no anarquismo”.¹⁷

Embora Lima Barreto tenha afirmado categórica e recorrentemente não pertencer a qualquer corrente política organizada, é inegável que buscou uma crescente aproximação com certas concepções anarquistas que acabariam por marcar profundamente os posicionamentos políticos que assumiria como escritor.¹⁸ Assim, as posturas que adotou, sobretudo depois de aposentado, em relação a questões privilegiadas na agenda libertária, levaram-no a uma crescente participação em periódicos, como *O Debate* e *A Lanterna*. A linguagem de suas crônicas aproxima-se muito da empregada em seus escritos ficcionais, seja pela forma direta e sem rebuscamentos, seja pelo tom irônico e caricatural. Nelas, como no conjunto da obra limiana, o escritor expressou claramente o compromisso com a militância política, atribuindo à sua literatura uma missão transformadora da realidade social desigual e discriminatória em que viveu.

Apesar da rica e importante atuação como cronista, Lima Barreto afirmava que escrevia para jornais e revistas, movido apenas pelas necessidades de sobrevivência. O projeto literário propriamente dito era o que realmente mobilizava o escritor. A partir de 1903, começou a alimentar a intenção de escrever a *História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade*. Além do esboço da peça em um ato *Os Negros*,¹⁹ é possível que tenha escrito nessa época a primeira versão do já mencionado *Clara dos Anjos*,²⁰ mas não foi adiante com o plano de redigir a história da escravidão negra.

As muitas e profundas angústias e medos que passaram a assombrá-lo, sobretudo, a partir da doença do pai e das dificuldades financeiras que o impediam de se dedicar inteiramente ao seu projeto intelectual e literário; o tédio e as frustrações produzidos pela rotina do serviço burocrático e da vida no subúrbio; o fracasso do projeto da Revista *Floreal* que lhe era tão caro, foram, provavelmente, alguns dos fatores que o levariam a começar a beber por volta de 1908. Rompia, assim, a promessa que teria feito a si mesmo depois de ler o livro de Maudsley, *O crime e a loucura*, presente do Dr. Braule Pinto, médico de seu pai. Os excessos de álcool provocariam crises de alucinações que o conduziram por duas ao Hospício Nacional de Alienados. A primeira

internação ocorreu durante o período de 18 de agosto a 13 de outubro de 1914 e a segunda entre 25 de dezembro de 1919 e 2 de fevereiro de 1920. Através de sua trajetória biográfica é possível apreender que a loucura sempre esteve muito próxima das vivências de Lima Barreto, desde quando visitava o pai nas Colônias de Alienados São Bento e Conde de Mesquita na Ilha do Governador. Tais experiências marcariam profundamente a produção literária do escritor, destacando-se como uma de suas temáticas privilegiadas.²¹

Tendo que lutar contra as dificuldades materiais, sobretudo por ter que arcar com a sobrevivência do pai doente e dos irmãos mais jovens e sentindo na própria carne o peso e a dor provocados pelas discriminações sociais, entre as quais os preconceitos raciais, a trajetória literária e intelectual de Lima Barreto oscilou entre a marginalidade e o reconhecimento. Se apesar de todos os obstáculos editoriais seu talento artístico foi, como vimos, reconhecido e exaltado por importantes críticos da época, o sonho – até certo ponto contraditório com o próprio projeto de arte que defendia e realizava – de entrar para a Academia Brasileira de Letras, jamais seria alcançado.

A primeira tentativa deu-se em agosto de 1917, quando o escritor enviou uma carta a Rui Barbosa candidatando-se à vaga aberta com a morte de Sousa Bandeira, mas o então presidente da Academia não divulgou a solicitação, o que resultou na desconsideração da inscrição de Lima Barreto. Em fevereiro de 1919, candidatou-se novamente para a cadeira até então ocupada pelo poeta boêmio Emílio de Meneses – perseguido e condenado pelos literatos tradicionais seu perfil era bastante estranho à instituição e sua eleição havia causado surpresa. Mas, concorrendo com Humberto de Campos e Eduardo Ramos, perdeu para o primeiro. Finalmente em 1º de julho de 1921 pleiteou a vaga deixada por Paulo Barreto, o João do Rio, mas menos de dois meses depois retirou sua candidatura, alegando “motivos inteiramente particulares e íntimos”.

Por outro lado, nessa mesma época, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, um de seus mais importantes romances, recebeu a menção honrosa da Academia Brasileira de Letras no concurso de melhor livro publicado em 1919. Em 2 de setembro de 1918, Monteiro Lobato que, então iniciava suas atividades como editor, enviou uma carta a Lima Barreto, onde dizia:

“A *Revista do Brasil* deseja ardentemente vê-lo entre os seus colaboradores. Ninho de medalhões e perobas, ela clama por gente interessante, que dê coisas que caíam no gosto do público. E Lima Barreto, mais do que nenhum outro, possui o segredo de bem ver e melhor dizer, sem nenhuma dessas preocupaçõezinhas de *toilette* gramatical que inutiliza metade de nossos autores.”²²

Monteiro Lobato elogiava, assim, justamente o que, para muitos dos críticos de Lima Barreto, revelava-se uma falha imperdoável da escrita.

Na carta, Lobato ainda acrescentava que apesar de *pobre*, a *Revista do Brasil* pagaria pela publicação, não havendo, portanto, razão para que o escritor deixasse “de acudir ao nosso apelo”. Menos de dois meses depois, Lima Barreto enviou os originais de *Vida e Morte de Gonzaga de Sá* para o editor, recendo uma outra carta, onde Lobato afirmava:

“Recebi sua carta de 9 do corrente e com ela os originais, que não li, nem é preciso, visto como estão assinados por Lima Barreto.”²³

Observamos assim, mais uma vez, que a imagem do *escritor maldito*, completamente marginalizado, dentro e fora do campo literário dos primeiros anos republicanos, não se sustenta. A trajetória do literato na vida e na arte contou com inúmeros percalços que obstaculizaram, sem dúvida, o pleno reconhecimento de seus pares e do público. As dificuldades e preconceitos que enfrentou o afetaram profundamente, impedindo-o de se sentir realizado com sua obra. Sentia-se como tendo falhado em seu projeto criador. Entretanto, ainda em vida, obteve o respeito e a admiração de muitos de seus pares – alguns dos quais figuravam, como vimos, entre os mais prestigiados críticos e escritores da época.

Lima Barreto morreu aos quarenta e um anos de idade no dia 1º de novembro de 1922, vítima de uma gripe torácica e de um colapso cardíaco. De fato, o velório e o enterro do escritor contaram com a presença de poucas personagens do mundo intelectual. Um deles foi o jovem escritor Enéas Ferraz,²⁴ autor do romance, *História de João Crispim*, cujo protagonista possui um perfil muito próximo ao do próprio Lima Barreto.²⁵ José Enéas Marcondes Ferraz Filho foi um dos maiores admiradores do literato e integrava o grupo de jovens que, sonhando penetrar no mundo das letras, se correspondiam com Lima Barreto, enviando-lhe suas obras. Buscavam, assim, não apenas aprimorar sua escrita através das críticas daquele a quem reconheciam como “Mestre”, mas também contar com o seu apoio para a publicação de seus contos, romances e poesias. No artigo intitulado “História de um Mulato”, publicado no jornal *O Paiz*, de 17 de abril de 1922, Lima Barreto tece considerações críticas ao primeiro romance de Enéas Ferraz, enfatizando o potencial que este revelava em sua escrita:

“O livro do Senhor Enéas Ferraz — História de João Crispim — aparecido recentemente, apesar de umas ousadias fáceis que a sua mocidade desculpa, é obra de mérito que merece ser lida.

No final de contas, a estreia do Senhor Enéas Ferraz não é uma simples promessa; vai muito além disso ...”²⁶

Entre os presentes no velório ou no enterro estavam não apenas seus discípulos, como Eneias Ferraz, mas também admiradores e amigos que tinham ou teriam no futuro projeção no mundo das artes, entre os quais, o poeta e jornalista Antônio Joaquim Pereira da Silva, autor do artigo *Lima Barreto*, publicado no jornal *A Noite*, de 7 de novembro de 1922.²⁷ Seu amigo, o político, jornalista e poeta de grande prestígio na época, Felix Pacheco, também figurava entre os que acompanharam o enterro de Lima Barreto.²⁸

As despesas do enterro de Lima Barreto no cemitério São João Batista correram por conta do médico e historiador da arte pernambucano, José Mariano Filho²⁹ que, atendia assim ao pedido do escritor de que não fosse enterrado no cemitério de Inhaúma, descrito em uma de suas crônicas como desprovido daquele “ar de recolhimento, de resignada tristeza, de imponderável poesia do Além”.³⁰ O irmão de José Mariano, o famoso poeta, cronista, político e diplomata Olegário Mariano,³¹ o médico e escritor

Gastão Cruls,³² o diretor do periódico *A.B.C.* – do qual Lima Barreto foi importante colaborador –, Paulo Hasslocher³³ e o artista plástico Emiliano Di Cavalcanti³⁴ também estiveram presentes nas últimas homenagens prestadas a Lima Barreto.

As presenças no enterro e no velório de Lima Barreto revelam muito da sua inserção no campo intelectual da época em que viveu. De fato, por um lado, o escritor sofreu discriminações dos mais variados tipos, tendo sido efetivamente excluído de espaços de reconhecimento por seus pares – como, por exemplo, a Academia Brasileira de Letras –, bem como de um maior acesso ao campo editorial. Por outro, integrava uma rede de sociabilidades, que revelava o reconhecimento não só de sua obra, mas de sua ascendência sobre jovens escritores de várias partes do país, possibilitando-lhes, inclusive, o acesso a editoras de pequeno e médio porte. Mas é possível observarmos que a rede de sociabilidade incluía também alguns nomes de destaque no universo intelectual da época.

De acordo com a descrição de Enéas Ferraz, os amigos e vizinhos humildes prestaram as últimas homenagens ao escritor no velório, realizado em sua casa localizada no subúrbio carioca de Todos os Santos.

“À tarde, o enterro saiu, levado lentamente pelas mãos dos raros amigos que lá foram. Mas, ao longo das ruas suburbanas, de dentro dos jardins modestos, às esquinas, à porta dos botequins, surgia, a cada momento, toda uma *foule* anônima e vária que se ia incorporando atrás do seu caixão, silenciosamente. Eram pretos em mangas de camisa, rapazes estudantes, um bando de crianças da vizinhança (muitos eram afilhados do escritor), comerciantes do bairro, carregadores em tamancos, empregados da estrada, botequineiros e até borrachos, com o rosto lavado em lágrimas, berrando ... o nome do companheiro de vício e de tantas horas silenciosas, vividas à mesa de todas essas tabernas...”³⁵

Apesar dos sentimentos que oscilavam entre a identificação e a rejeição em relação a gente pobre dos subúrbios, Lima Barreto construiu também laços de sociabilidade com sua vizinhança, o que, contudo, não faria com que rompesse com a eterna oscilação entre as posições do *observador* – fincada no patamar que ocupava enquanto literato – e do *observado* – quando identificava-se com os humildes, os explorados, os discriminados, cujas mazelas eram denunciadas por sua literatura.

Notas e referências

¹ Em 1878, por intermédio do amigo e protetor da família, o senador Afonso Celso (Visconde de Ouro Preto), João Henriques foi nomeado operário de primeira classe da Tipografia Nacional. Perseguido politicamente pelos republicanos acabou por demitir-se do cargo em fevereiro de 1890 e no mês seguinte, por influência do Ministro do Interior Cesário Alvim, foi admitido como escriturário das Colônias de Alienados da Ilha do Governador.

² Criada como uma espécie de agregada da família dos Pereira de Carvalho Maria Amália chegou a fundar um pequeno colégio, o Santa Rosa, nas Laranjeiras. Morreu jovem, em 1887, deixando quatro filhos, sendo Lima Barreto, então com seis anos, o mais velho.

³ Francisco de A BARBOSA, *A vida de Lima Barreto*, Rio de Janeiro, José Olympio, Brasília, INL, 1981, 6ª ed., p. 39.

- ⁴ Em agosto de 1902 João Henriques não consegue encontrar uma diferença nas contas das Colônias de Alienados da Ilha do Governador e passa a temer que o acusarem de desviar dinheiro público. Sofreu neste momento sua primeira crise de alucinação/perseguição. No ano seguinte, com a abertura de inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Assistência aos Alienados – do qual as colônias da Ilha do Governador faziam parte –, o seu estado de saúde agrava-se e ele acaba sendo aposentado.
- ⁵ Nicolau SEVCENKO, *Literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 168.
- ⁶ O primeiro originalmente publicado a partir do primeiro número da revista *Floreal* (25/10/1907) e, em 1909 foi editado em livro pela Livraria Clássica de Lisboa. O segundo foi publicado em 1919 na *Revista do Brasil* atendendo a uma solicitação de Monteiro Lobato.
- ⁷ Escrito em 1911 e publicado, sob a forma de folhetim, na edição da tarde do *Jornal do Commercio*, entre 11 de agosto e 19 de outubro do mesmo ano. O romance foi editado em livro, através de recursos do próprio autor, em 1916.
- ⁸ Escrito especialmente para o jornal *A Noite*, onde passou a ser publicado a partir de 13 de março de 1915, em folhetins. O volume do romance apareceu em setembro de 1917, mas foi editado em 1915 pelas Oficinas do jornal *A Noite*.
- ⁹ Em 29 de julho de 1918, solicitou aposentadoria do cargo que ocupava na Diretoria do Expediente do Ministério da Guerra, alegando sentir-se “inválido para o serviço público”. Após dois exames realizados por juntas médicas, cujos resultados consideravam o escritor “inválido para o serviço público, por sofrer de epilepsia tóxica” e de uma longa licença para tratamento de saúde (de setembro a dezembro de 1918), Lima Barreto foi aposentado por decreto do Presidente da República em 26 de dezembro daquele mesmo ano. Cf. Francisco de A. BARBOSA, *A vida ...*, cit., pp. 390-391.
- ¹⁰ Grande parte das crônicas e artigos publicados por Lima Barreto na imprensa foram reunidos e editados em coletâneas. Os direitos autorais sobre as crônicas satíricas *Notas sobre a República dos Bruzundangas* ou *Os Bruzundangas* foram vendidos ao editor Jacintho Ribeiro dos Santos em julho de 1917 que as publicou em volume em dezembro de 1922, após a morte do escritor. Em 1920, Lima Barreto publicou a coletânea de contos *Histórias e Sonhos* pela Editora Gianlorenzo Schettino e, três anos depois, foi editado postumamente pela Empresa de Romances Populares o volume *Bagatelas* reunindo crônicas de sua autoria. Em 1953, a Editora Mérito publicou *Marginalia* – contendo “Marginalia” (crônicas); “Impressões de Leitura”; e, “Mágoas e Sonhos do Povo”, além do volume de crônicas *Feiras e Mafuás. Coisas do Reino de Jambom e Vida Urbana*, reunindo crônicas e artigos do autor, foram publicados pela Brasiliense em 1956. Recentemente, Beatriz Resende e Rachel Valença organizaram dois volumes, intitulados *Toda Crônica* (Lima Barreto), publicados pela editora Agir, em 2004.
- ¹¹ Entre abril e junho de 1905 publicou sem assinatura uma série de reportagens para o referido jornal intituladas “Os subterrâneos do Morro do Castelo”. Lembre-se que o *Correio da Manhã* se tornaria extremamente hostil ao escritor após a publicação do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, onde Lima Barreto faz críticas bastante agressivas ao quarto poder (a imprensa) através do exemplo justamente do *Correio da Manhã*.
- ¹² Martha A. A. PENTEADO, *E o Boêmio, quem diria acabou na academia* (Lima Barreto: inventário crítico). Tese (Doutorado em Literatura de Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1995, p. 83.
- ¹³ Apud Luciana HIDALGO, *Literatura de urgência: Lima Barreto no domínio da loucura*, São Paulo, Annablume, 2008, p. 94.
- ¹⁴ Apud Leandro Garcia RODRIGUES, “Lima Barreto – um caso à parte da crítica literária de Alceu Amoroso Lima”, *e-escrita, Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, Nilópolis, v.3, núm. 1B, Jan-Abr, 2012, p. 76.
- ¹⁵ O jornalista publicou uma carta aberta dirigida a Lima Barreto, no jornal *A Tribuna* (RJ) de 18 de janeiro de 1921, onde enaltecia as qualidades de *Histórias e Sonhos* recentemente publicado.
- ¹⁶ “Carta de Lima Barreto a Austregésilo de Athayde, 19 de janeiro de 1921”. LIMA BARRETO, *Um longo sonho do futuro*. Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. Rio de Janeiro, Graphia, 1998 (2ª ed.), p. 284-285.
- ¹⁷ Apud Martha A. A. PENTEADO, *E o Boêmio ...* p. 82, cit. A contraposição entre a verve mais exaltada e rebelde que marcaria o tom satírico e irônico da escrita limiana e o humor “doce” e “resignado” da narrativa machadiana parece ter sido bastante presente nas comparações entre os dois literatos feitas por seus contemporâneos. Segundo observa Zélia Freire, em artigo publicado no *Jornal do Commercio* em 1919, o

jornalista e historiador Vítor Viana também abordou o “[...] humorismo na obra dos dois grandes escritores, considerando-os próximos aos ingleses, mas ressalva que, em Machado, o humor reveste-se de doçura e resignação, uma vez que o escritor pretendia melhorar os homens; já, em Lima Barreto, o humor não é resignado, trazendo marcas de revolta, de protesto e mais ardor político. [...] João Ribeiro também chamou a atenção para a questão do humorismo. Segundo ele, em Lima, o humor é menos delicado, menos tímido, mais veemente e mais desenvolto, em comparação ao humor presente na obra de Machado”. Zélia R.N. dos S. FREIRE, *A concepção de arte em Lima Barreto e Leon Tolstói: divergências e convergências*. Tese (Doutorado em Literatura), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009, p. 27.

¹⁸ Neste sentido, veja-se por exemplo: Denilson BOTELHO, *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

¹⁹ Publicado pela primeira vez no jornal *Quilombo* em julho de 1949.

²⁰ O texto definitivo deste famoso romance foi escrito somente entre dezembro de 1921 e janeiro de 1922, tendo sido publicado em 1948 pela Editora Mérito.

²¹ Em outubro de 1914, logo depois de sair do hospício, Lima Barreto escreveu o conto “Como o homem chegou”, baseado em sua própria experiência. O *Diário do Hospício* foi escrito durante o período de sua segunda internação no Hospício Nacional, entre fins de 1919 e inícios de 1920, mas contém lembranças de fatos ocorridos durante a primeira internação de 1914. Os registros contidos no *Diário* serviriam para a elaboração de um novo romance intitulado *Cemitério dos Vivos* que, infelizmente, ficou inacabado. O tema aparece no já citado *Triste fim de Policarpo Quaresma*, entre outras narrativas ficcionais. Cf. Magali G. ENGEL, “A loucura, o hospício e a psiquiatria em Lima Barreto: críticas e cumplicidades”. Sidney CHALHOUB; Vera R.B. MARQUES; Gabriela dos Reis SAMPAIO [et al.], *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, Ed.Unicamp, 2003, pp. 57-98).

²² LIMA BARRETO. *Um longo sonho ...*, cit., p. 247.

²³ *Ibid.*, p. 247.

²⁴ Enéas Ferraz (1896-1977) escreveu um dos textos mais emocionados sobre a morte de Lima Barreto, publicado no jornal *O Paiz*, em 20 de novembro de 1922, com o título “A morte do mestre”. Dedicou-se ao jornalismo, mas terminou seguindo a carreira diplomática. Foi um dos jovens escritores mais influenciados por Lima Barreto. Em maio de 1921, Lima Barreto responde às cartas enviadas por Ferraz da Inglaterra, onde era funcionário do consulado brasileiro. Nelas queixava-se das dificuldades financeiras para publicar o seu recém concluído romance de estreia. Lima dispôs-se a ajuda-lo, sugerindo que Ferraz enviasse os originais para um amigo tipógrafo (Benedito de Sousa) que cobrava preços módicos e oferecendo-se, ainda como seu fiador. O romance saiu no ano seguinte pela Livraria Shettino (Cf. *ibid.*, p. 286).

²⁵ André Luiz dos SANTOS, *Caminhos de alguns ficcionistas brasileiros após as 'Impressões de Leitura' de Lima Barreto*. Tese Doutorado em Literatura Brasileira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2007.

²⁶ Apud, André Luiz dos SANTOS, cit., pp. 131-132.

²⁷ Tendo abandonado a carreira jurídica por volta de 1911, Pereira da Silva, passou a dedicar-se ao jornalismo, que não mais abandonaria atuando como crítico literário em diversos jornais cariocas importantes, como a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Commercio* e *A Noite*. Foi convidado pelo amigo Paulo Barreto (João do Rio) para chefiar a redação do jornal *A Pátria*. Publicou livros que tiveram repercussão positiva, entre os quais, *Solicitudes* (1918), *Beatiudes* (1919) e *Holocausto* (1921). Convidado pelo editor Leite Ribeiro, em 1922, passou a dirigir, juntamente com Théó Filho e Agrippino Grieco, a revista *O Mundo Literário* que gozou de grande prestígio nos meios intelectuais do Rio de Janeiro.

²⁸ Formado em Direito, Félix Pacheco (1879-1935), foi o fundador e primeiro diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Distrito Federal. Membro da Academia Brasileira de Letras, foi também deputado e senador, tendo assumido o cargo de Ministro das Relações Exteriores do governo Arthur Bernardes (1922-1926). Atuou na imprensa carioca, em *O Debate* e no *Jornal do Commercio*, do qual se tornaria diretor proprietário e publicou diversos livros de poesia, entre os quais, *Chicotadas, poesias revolucionárias* (1897); *Poesias* (1914); *No limiar do outono* (1918); *O pendão da taba verde* (1919); *Descendo a montanha* (1935).

- ²⁹ José Mariano Carneiro da Cunha Filho (1881-1946) era filho do jornalista e político José Mariano Carneiro da Cunha - figura importante nos movimentos abolicionista e republicano de Pernambuco - e irmão de Olegário Mariano (1889-1958). Dedicou-se ao campo da história da arte e publicou, entre outros, o livro intitulado *Estudos de Arte Brasileira* (1942).
- ³⁰ LIMA BARRETO, “Os enterros de Inhaúma”, *Careta*, 26/08/1922.
- ³¹ Olegário Mariano Carneiro da Cunha (1889-1958) publicou seu primeiro livro de poesias *Visões de Moço* muito jovem, em 1906, mas sua estreia oficial como poeta que se tornaria consagrado se deu com a publicação de *Ángelus*, em 1911. Suas poesias tornaram-se famosas, destacando-se em especial as reunidas em *XIII Sonetos* (1912), *Água Corrente* (1917) e *Últimas Cigarras* (1920). Frequentador assíduo das rodas literárias de Olavo Bilac, Guimarães Passos, Coelho Netto, Martins Fontes entre outros, alcançou reconhecimento nos meios intelectuais e artísticos da época, o que lhe valeu a eleição em 23 de dezembro de 1926 para a cadeira n. 21 da Academia Brasileira de Letras. Além de poeta, Olegário Mariano foi também um importante cronista da cidade. Usando o pseudônimo *João da Avenida*, publicou durante muitos anos – aproximadamente entre 1924 e 1932 – crônicas mundanas, sob a forma de versos humorísticos, nas famosas revistas *Careta* e *Para Todos*, muitas das quais foram reunidas nos volumes *Bata-clan, crônicas em verso* (1927) e *Vida, caixa de brinquedos* (1933). Dono de cartório, inspetor do ensino secundário e censor de teatro, Olegário Mariano atuou, ainda, no campo da política, tendo sido eleito para a Assembleia Constituinte de 1933 e deputado em 1937. Desempenhou também missões diplomáticas, representando o Brasil, em 1918, como secretário de embaixada na Bolívia, chegando a ser embaixador do Brasil em Portugal entre 1953 e 1954.
- ³² Gastão Cruls (1888-1959) formou-se em medicina em 1910, tendo se especializado em medicina sanitária. Destacou-se também como geógrafo, astrônomo e, sobretudo, romancista. Seus primeiros contos foram publicados na *Revista do Brasil* de Monteiro Lobato. Lima Barreto publicou uma crítica bastante elogiosa sobre o livro *Coivara*, onde foram reunidos contos sobre as experiências médicas de Cruls: “Nota-se nele que o autor ama muito a vida da roça, a vida de fazenda; mas - coisa singular - esse amor que ama a vida da roça não ama a natureza. [...] o que ele ama é, por assim dizer, a vida social da roça. As relações do fazendeiro com os colonos, os seus negócios, as suas cerimônias domésticas. Digo isso de um modo geral, sem querer de forma alguma diminuir o mérito do autor” (LIMA BARRETO. “À margem da coivara de Gastão Cruls”, *A.B.C.*, 23.7.1921).
- ³³ Embora existam muitas referências a Paulo Hasslocher como diretor do *A.B.C.*, a partir do número 150 de 19 de janeiro de 1918, ao lado de Luis Moraes, não consegui localizar informações sobre sua trajetória biográfica.
- ³⁴ Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo (1897-1976) era sobrinho de José do Patrocínio (casado com uma de suas tias). Iniciou sua atividade artística como caricaturista e ilustrador, publicando sua primeira caricatura na revista *Fon-Fon* em 1914. Dois anos depois participou do Salão dos Humoristas, expondo uma série de ilustrações sobre a Balada do cárcere de Reading, de Oscar Wilde. Começou a pintar em 1917, sob influência do art nouveau e no mesmo ano começou a frequentar a Faculdade de Direito de São Paulo. Foi um dos idealizadores e organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922. A partir de então, sua extensa e diversificada obra conquista o reconhecimento nacional e internacional.
- ³⁵ FERRAZ, Enéias. “A morte do mestre”, *O Paiz*, 20.11.1922 apud BARBOSA, Francisco de Assis, *A vida ...* cit, p. 348.

Nacionalismo e agrarismo em Alberto Torres¹

*Maria Fernanda Lombardi Fernandes**

Considerado uma das matrizes do pensamento autoritário brasileiro,² Alberto Torres, a despeito de sua vida política, é mais conhecido por seu pensamento que por sua atuação. O reconhecimento de sua obra se deu a partir da década de 30, quando suas ideias frutificaram tanto na Constituição de 1934, quanto na de 37. Suas obras foram relidas e reconhecidas a partir dos anos 30, quando a atmosfera política contribuía para uma reinterpretação de seu pensamento à luz das novas doutrinas em voga. A crise do sistema capitalista mundial e das democracias liberais, a ascensão de regimes autoritários e totalitários e a definitiva feição da União Soviética sob o domínio de Stálin, no plano externo; e a ascensão de Getúlio, a destruição do modelo político da Primeira República e a centralização do poder, no plano interno; trouxeram Alberto Torres de volta à cena, praticamente quinze anos após a sua morte.

Ainda na década de vinte, Alberto Torres foi tomado como modelo por uma geração que brilharia nos anos trinta. Sua influência foi reconhecida pelos autores da obra *À margem da história da República*,³ coletânea organizada por Vicente Licínio Cardoso em 1924 para servir de marco à comemoração dos 35 anos do regime republicano no Brasil.

Retomado por uma geração nova de pensadores que se vinculavam pela defesa do nacionalismo e pela crítica à democracia liberal *estrangeira* que havia sido destruída pela Revolução de 30, Alberto Torres foi cultuado e endeuado por eles, tornando-se guia dessa geração. Os traços mais marcantes de seu pensamento, ressaltados por todos, independentemente do viés ideológico, foram o nacionalismo, a crítica ao imperialismo, a crítica aos partidos políticos, a defesa da agricultura e a defesa do trabalhador nacional.

No texto que apresento, busco trabalhar especificamente com as questões do nacionalismo (e a crítica ao imperialismo) e do agrarismo no pensamento do autor. Outras questões, como a imigração e a reorganização do trabalho e mesmo a reorganização do Estado, ficarão de fora, mas não são menos importantes numa

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Doutora em Ciência Política.

proposta de caracterização geral da proposta construída por Torres para o Brasil do século XX.

A questão nacional

Preocupado com os rumos do país e de seu povo, constantemente *vilipendiados* pelo capital estrangeiro, Alberto Torres pedia às futuras gerações que percebessem o *crime* cometido pela sua ao permitir a exploração desenfreada das riquezas nacionais e ao desprezar o elemento nacional em detrimento do colono estrangeiro.

Em sua obra, em diferentes momentos, Alberto Torres discute o conceito de Nação, mostrando o desenvolvimento histórico da ideia na Europa Medieval, a formação das *nações antigas* e a diferença em relação às *novas nações*, frutos da expansão colonial europeia, entre as quais o Brasil se incluía. Para estes *países novos, criados artificialmente*, não eram válidas as mesmas análises que eram feitas para os europeus. Aqui, diferentemente de lá, a evolução se deu por interesses de outros povos, na maior parte, antagonísticos aos interesses do *povo novo*.⁴

Pátria, segundo ele, é um conceito que permite designar os indivíduos unidos por laços afetivos (nacionalidade) e vivendo num determinado território. É justamente esse liame afetivo que se torna artificial nos países novos como o Brasil, necessitando ser construído por obra do Estado. Para ele, no caso de ex-colônias, esta nacionalidade acabava sendo *forjada* e não construída ao longo dos tempos. Daí a suprema importância de dotar as esferas de poder da capacidade de unir os indivíduos no país acima de seus impulsos e desejos individualistas, o que ele via como uma tendência moderna em todo o mundo, mas ainda mais nefasta no Brasil.

A nacionalidade apoia-se na afetividade entre indivíduos que acreditam que se pertencem, mas, segundo Torres, a moderna ideia de Pátria também se apoia num outro tipo de sentimento: a aversão ao estrangeiro, o que leva ao militarismo. Escrevendo antes da Primeira Guerra Mundial boa parte de sua obra (em especial nos dois livros escritos em francês),⁵ Alberto Torres parece acreditar que o mundo se encontrava distante de um conflito, afirmando que o espírito belicoso estava fadado a desaparecer da Terra.⁶ Acreditava, por isso que, ao menos neste aspecto, os *novos países* poderiam obter uma vantagem, já que sua nacionalidade poderia ser fundada sem se recorrer ao ódio ao estrangeiro e ao militarismo. É nesse sentido que travou uma discussão com Olavo Bilac acerca do militarismo no Brasil quando da criação da Liga de Defesa Nacional por este último.⁷ Torres, ao contrário de Bilac, acreditava que apenas pelo desarmamento completo poderia se chegar ao *espírito da paz*, anseio de todos os povos. Por desarmamento entende-se aqui a ausência de um exército permanente, já que o exército, e em especial a figura do soldado, representam, segundo ele, o “caráter odioso da força [dos governos]”.⁸

A Primeira Guerra Mundial colheu Alberto Torres não totalmente surpreso, mas decepcionado, em especial com a Inglaterra e França, segundo ele incapazes de suportarem a concorrência da Alemanha, o que teria evitado o confronto.⁹ Na sua análise, em especial em *Le Problème Mondial*, a guerra era fruto da *ilusão imperialista*

e arrastava os povos mais aptos, em geral, à ruína. Longe de ser um processo de *seleção natural* onde sobrevivem os mais fortes, a guerra ceifava a juventude e os melhores membros da nação. O imperialismo, grande mal da modernidade, era responsável não só pela dilapidação das colônias e *feitorias*, mas também pela destruição do Velho Mundo.

As novas gerações brasileiras tinham uma obra a ser completada: a formação da Nação. E não seria através dos modelos desgastados das velhas nações europeias que ela viria, pelo contrário. Era necessário criar um modelo nacional de fato, longe dos dogmas europeus de superioridade racial e militar. Estes modelos externos poderiam no máximo servir de guia para se detectar o que não somos e, a partir daí, definir o que somos.

Era necessário compreender que a nação brasileira era composta pela

"associação de indivíduos e famílias que habitam o Brasil com ânimo de permanência, protegidos pelo conjunto dos órgãos da sua política: o 'Estado'; formando, sobre seu habitat territorial: o 'País', graças à consciência de uma continuidade histórica de heranças morais e materiais e de uma simpatia e comunidade entre os vivos, uma agremiação fundada sobre a confiança em certas condições práticas de tranquilidade e de segurança, superiores à vontade e ao poder de cada um de seus membros - uma 'Pátria'."¹⁰

E todo esse laço afetivo, para se tornar real, deveria ser transferido para a terra; expressão concreta da nacionalidade de um povo. A esta "sensação de comunhão" através da terra é que Torres dá o nome de *senso nacional*. Assim, a defesa da terra e de suas riquezas ganhava foros de defesa da própria Nação, ainda em formação. Não era sem desespero que Alberto Torres via a atuação de companhias internacionais que exploravam o solo brasileiro no período, dilapidando o patrimônio das futuras gerações.

A busca da construção de uma nacionalidade brasileira levou Alberto Torres a refutar também a ideia, ainda em voga, da superioridade racial dos povos do norte da Europa. Afirmando que a raça "é o menos ativo dos elementos formadores da nacionalidade",¹¹ Alberto Torres argumenta que nenhum povo é composto por uma raça pura naquela altura da história da humanidade. As correntes migratórias ocorridas desde o aparecimento do homem levaram todos os povos a manterem contato e a se miscigenarem, donde a pretensa alegação de pureza e superioridade dos árias, por exemplo, não ter o mínimo cabimento. Alberto Torres não via diferença essencial entre as raças, e acreditava na perfectibilidade operando em todas elas, mesmo naquelas consideradas *mais atrasadas*.

O fato é que Alberto Torres, ao livrar-se do discurso racista, vislumbrava outros motivos para explicar o *atraso* e a desorganização do país: a questão não era um problema do povo mestiço, mas sim de falta de direção política, direção esta que só poderia ser imprimida pelo Estado organizado pelas elites, as verdadeiras responsáveis pela situação brasileira: "é erro imputar aos povos, na crítica dos acontecimentos sociais, a responsabilidade dos desvios da evolução, e esperar deles a iniciativa de reformas. O corpo alimenta; não inspira, nem dirige o cérebro."¹²

Esse tipo de crítica vinha sendo formulada por ele desde o Império, porém, com a República a questão se agravava, já que esta, além de ser incapaz de corrigir os erros do Império, tornou-se responsável pela destruição do pouco que havia sido construído pelo regime anterior. O mesmo se dava em relação à organização do trabalho. Mesmo se autodenominando um antiescravista, Torres acreditava que o regime de trabalho da escravidão foi responsável pela introdução de um mínimo de organização dentro do Estado brasileiro: as noções de hierarquia se faziam presentes e o trabalho do senhor e do escravo fizeram a riqueza do país:

"... social e economicamente a escravidão deu-nos, por longos anos, todo o esforço e toda a ordem, que então possuímos e fundou toda a produção material que temos. Toda a operosidade deste país, tudo quanto nele se edificou como fonte de riqueza e de trabalho, o pouco que já possuímos em *estabilidade social e dinamismo orgânico progressivo*, assenta sobre a labuta do preto e sobre o esforço do senhor."¹³

O fato é que se fazia necessário um projeto de restauração do país, de construção de uma nacionalidade, o que só seria possível através da ação diretiva da elite brasileira, que deveria abandonar as ideias e fórmulas políticas importadas da Europa e dos Estados Unidos, e as ideias, também vindas de fora, que colocavam o povo brasileiro como inapto, degenerado e inferior. Não seria possível construir um país a partir de uma imagem tão negativa de seu próprio povo.

Por outro lado, não bastava a simples exaltação dos símbolos nacionais como a bandeira e as armas, totalmente desvinculadas da realidade, como muitos chamados *patriotas* faziam. Muito menos contribuiria para a construção da nação a idolatria aos recursos naturais à maneira de Afonso Celso. O ufanismo era totalmente estéril enquanto programa de construção nacional. Esta só se daria através de uma ênfase no aspecto da moralidade e na resolução dos problemas sociais, como alimentação, educação, higiene e na adoção de uma política econômica compatível com a preservação das riquezas nacionais e com os interesses nacionais.¹⁴

À frente deste verdadeiro projeto de construção do país deveria estar um Estado forte e centralizado. E este não era o caso do Estado brasileiro. Daí a necessidade de uma reforma constitucional que dotasse o Estado de mecanismos intervencionistas que pudessem superar os entraves do federalismo brasileiro. A crítica à República brasileira praticamente se funde aqui com a crítica ao regime liberal, visto como responsável pela substituição do despotismo do Estado pelo despotismo dos interesses privados, muito mais nefasto à sociedade. Os ideais de liberdade e igualdade tornaram-se, segundo Alberto Torres, uma justificativa para a substituição das antigas aristocracias pelas novas, argentárias.

O imperialismo

Um dos aspectos do nacionalismo de Alberto Torres mais relevantes para se entender é seu caráter anti-imperialista. O imperialismo, para ele, não só era visto como

sendo caracterizado pelo domínio do capital estrangeiro sobre o país, mas também pela imigração e mesmo pelas ideias estrangeiras que povoavam o país.

Os grandes males que atingiam o país eram decorrentes da postura imperialista dos países europeus e da conivência da elite brasileira, subserviente aos interesses do capital estrangeiro. Esta elite organizava o país através de uma economia predatória, de um sistema de crédito escorchante, do estímulo ao trabalho estrangeiro e à indústria, fatores responsáveis pela drenagem do capital nacional para o exterior. Este era um processo que havia se iniciado com a instalação de feitorias, quando do início da colonização. A República, segundo Alberto Torres, havia trazido a novidade apenas em termos de forma: a exploração se dava agora por empresas estrangeiras, exploração esta que era vista pela elite dirigente do país como *colocações de capitais*.¹⁵

Quando deputado federal, Alberto Torres bateu-se ardentemente contra a não regulamentação das companhias seguradoras em solo brasileiro, até então senhoras absolutas da situação. Já no fim da vida, seu alvo principal seria outro: os chamados *sindicatos*, empresas que exploravam principalmente serviços de infraestrutura no país, explorando também recursos naturais e que realizavam *aventuras financeiras* na América do Sul.¹⁶

Havia uma grande preocupação de Alberto Torres referente à necessidade de proteção das reservas naturais brasileiras, alvos de especulação desenfreada por parte destes sindicatos. Todo o mundo deveria proteger os recursos naturais para as gerações vindouras, mas, no caso do Brasil e da América Latina em geral, a situação se agravava devido à dependência sofrida em relação ao mundo desenvolvido do norte.

As ações das empresas estrangeiras no país encontravam apoio entre a elite e o governo brasileiro, o que deixava Alberto Torres profundamente preocupado. Não bastava aos chamados *patriotas* bradar e defender os símbolos nacionais com ardor militar. A questão não era essa, a defesa do país deveria ser feita com base nas ameaças reais que ele sofria, a saber, o domínio do capital estrangeiro sobre a sua economia.

A defesa do país deveria ser empreendida por todo o povo, mas partiria, logicamente, do Estado. Ele deveria coordenar as ações no sentido de preservar a Pátria e as riquezas nacionais da exploração dos grupos internacionais, responsáveis pelo empobrecimento do país.

O domínio do capital estrangeiro sobre o Brasil produzia efeitos deletérios também nas próprias classes abastadas brasileiras, já que a riqueza, no Brasil, não permanecia nas mesmas mãos por duas gerações: à primeira, sucedia uma geração ociosa, criada nos grandes centros dissolventes, geração de simples herdeiros deslumbrados que punham tudo a perder, transferindo suas riquezas para as mãos de comerciantes e banqueiros, muitas vezes prepostos de empresas estrangeiras.

O Brasil tinha dois caminhos a serem seguidos: ou realizava a consolidação da sua independência social, política e econômica ou se tornava de vez uma “colônia tropical”, controlada pelas companhias e sindicatos estrangeiros. Sendo partidário da primeira opção, Alberto Torres buscava mostrar quais os caminhos que levariam à independência. Para tanto, seria de fundamental importância a ação efetiva do Estado,

que deveria colocar-se acima dos interesses individuais e de grupos para defender o futuro da Nação como um todo. Seria necessário que o Estado defendesse o indivíduo dos exageros do próprio individualismo, responsável pelo avanço dos interesses egoístas no âmbito estatal.

Muito contribuía para esta situação a organização federal brasileira, instituída pela constituição de 1891, que diluiu o poder central, dotando as várias unidades da federação de amplos poderes: eram os estados da União que contratavam diretamente empréstimos estrangeiros, davam concessões de terras e serviços, fomentavam empreendimentos agropecuários através da isenção de impostos e taxas etc. Com isso, endividavam-se cada vez mais, com a União funcionando como fiadora, e atrelavam o país ao domínio do capital estrangeiro.

E, afinal, o que trazia o capital estrangeiro ao país? Basicamente luxo, ostentação, banalidades que não serviam para nada, a não ser para desviar ainda mais a nação de seus rumos *naturais*. A pretensa civilização trazia as luzes das cidades, a vida urbana desvinculada da terra, a cultura de sotaque inglês ou francês e o crescimento da atividade industrial e comercial, responsável pela introdução da *questão social* no país, já que Alberto Torres vinculava o surgimento do antagonismo entre as classes ao surgimento do operariado moderno. Numa civilização agrária já não haveria tal perturbação do corpo social, um dos maiores problemas do mundo moderno. As cidades eram as verdadeiras portas do país, por onde entravam todas estas influências nefastas e corruptoras da Nação: tanto o capital, quanto os imigrantes e as ideias alienígenas.

Mesmo lutando contra a *artificialidade* das ideias estrangeiras, Alberto Torres não se transformara num xenófobo avesso a qualquer influência externa. Apenas não aceitava as ideias como dogmas irreversíveis. Acreditava que estas deveriam ser estudadas e adaptadas à realidade brasileira e, mais ainda, que na solução dos problemas brasileiros, nada substituiria o conhecimento dos problemas reais do país.

O ataque de Alberto Torres ao imperialismo se restringia, no início, apenas à Europa, notadamente à Inglaterra e à França. A postura frente aos Estados Unidos era de amizade e cooperação. Era reconhecido o papel deste país numa espécie de *comando informal* do continente, devido à sua pujança econômica e social. A Doutrina Monroe era encarada como positiva, como uma defesa consciente do continente frente às pretensões europeias. Ao mesmo tempo, negava qualquer possibilidade de se construir uma pretensa unidade da América como um todo, principalmente por conta das diferenças imensas entre os países e pela própria posição norte-americana, muito mais forte que a dos outros, o que geraria um desequilíbrio muito grande na relação do continente. A defesa da Doutrina Monroe era também a tônica da ação do Barão do Rio Branco, chefe da diplomacia brasileira no início do século, que foi auxiliado por Torres em inúmeras vezes. Assim como Rio Branco, Alberto Torres acreditava no caráter defensivo da Doutrina Monroe e via com bons olhos a aproximação do Brasil com os Estados Unidos como forma de barrar as pretensões argentinas de hegemonia na América do Sul.¹⁷

A mudança de postura em relação à Doutrina Monroe veio como uma grande decepção para Alberto Torres. Ainda acreditando em Woodrow Wilson, via a transmutação da Doutrina em instrumento do novo imperialismo ianque como sendo obra de Theodore Roosevelt. A decepção em relação à postura norte-americana aumentou quando alcançou Wilson, tido como modelo de estadista por Torres, devido às suas críticas ao avanço desmedido do capital sobre os países da América Latina e à sua postura pacifista. A defesa de Wilson à entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial selou, de uma vez por todas, a decepção de Torres com o Presidente norte-americano e com o papel dos Estados Unidos frente ao continente americano.

A defesa do agrarismo

O segundo aspecto do nacionalismo de Alberto Torres que pretendemos analisar neste texto é a defesa do chamado agrarismo. “O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos.”¹⁸ Este veredicto de Alberto Torres encontra-se em meio ao ensaio *A soberania real*, que compõe o livro *O Problema Nacional Brasileiro*.

Como já foi citado anteriormente, a ideia de Pátria em Alberto Torres está intimamente ligada à ideia da terra. Esta é a base da nacionalidade e deveria ser a base da economia. Só seria encarado como produção aquilo que viesse do trabalho na terra. Seria o vínculo dos homens em torno da terra que reforçaria a união nacional, o sentimento de pertencer à Pátria por parte dos brasileiros: “é a terra que consolida o espírito da nação. A pátria é a terra; a terra, por sua vez, é o território da nação no sentido de solo, de meios de produção e de fonte de prosperidade.”¹⁹

O incremento das atividades industriais e mercantis trazia consigo a desarticulação da sociedade, a instabilidade social. A própria atividade industrial seria responsável pela introdução da chamada *questão social*, com a criação de uma massa de proletários potencialmente perigosa nos grandes centros. O comércio, por sua vez, seria responsável pela introdução do luxo e da futilidade na sociedade, o que era mais grave no caso do Brasil, uma nação nova onde a solidariedade do povo ainda não havia sido completada.

As áreas urbanas seriam identificadas como *antros*, locais de desagregação, por excelência, contrários ao campo, este sim, um local privilegiado para a criação de uma teia de solidariedade social entre o povo. Os exemplos históricos eram muitos e, mesmo no início do século, Torres mostrava como a pretensa civilização estava deteriorando o povo europeu, principalmente aqueles que viviam nos grandes centros, debilitados física e moralmente.

Ao mesmo tempo, ter a agricultura como norte organizador da economia brasileira não implicava em valorizar o modelo de agricultura que o país possuía: a grande propriedade voltada à monocultura de exportação não era o ideal, a despeito de ser considerada fundamental para a saúde financeira do país. Torres sabia que, ainda no início do século, esta era a grande fonte de divisas para o país, mas também acreditava

na falência do modelo, o que via particularmente de maneira muito clara no Rio de Janeiro. A defesa da grande lavoura em Alberto Torres só pode ser entendida como temporária, transitória: se era necessário preservá-la, era ainda mais necessário *reformá-la*. Os grandes produtores deveriam ser estimulados a parcelar suas terras, a produzir vários gêneros e não apenas um voltado à exportação. A grande propriedade produtiva, por outro lado, onde a monocultura de exportação fosse bem trabalhada, deveria permanecer e ser estimulada pelo governo, inclusive com um sistema de isenção de impostos e facilitação do pagamento destes.²⁰ O fato é que, independente do estímulo e da ajuda que deveria ser dada ao grande proprietário, esta não era a ideia central de Torres. Para ele, era necessário estimular o parcelamento de propriedades e a diversificação agrícola. É nisso que reside o cerne do agrarismo de Alberto Torres. Apenas com o estímulo à pequena propriedade que o Brasil entraria no caminho correto do desenvolvimento e da formação da nação.

Quando esteve à frente do executivo estadual no Rio de Janeiro, Torres empreendeu, ao lado da reforma tributária, uma tentativa (malograda) de colonização em Barra do Piraí, com a cessão de lotes a trabalhadores interessados em produzir no regime de pequena propriedade. Poucos foram os que ingressaram no programa para adquirir terras, e menor número ainda foi feliz na empreitada. Também a reforma tributária não surtiu o efeito desejado e, mesmo entre os defensores da *causa da agricultura*, as ideias de Torres não foram bem acolhidas, já que a maioria entendia defesa da agricultura como defesa do latifúndio agroexportador.

O latifúndio, embora fosse a grande fonte de divisas da economia brasileira, era considerado por Alberto Torres o grande responsável pelo esgotamento do solo brasileiro e um entrave à construção de uma solidariedade nacional, já que inibia o relacionamento entre o povo, dispersando-o, ao invés de congregá-lo. Mais do que isso, a estrutura agrária brasileira, com seus latifúndios decadentes, expulsava o trabalhador do campo, engrossando as fileiras de trabalhadores e vagabundos das cidades. O êxodo rural estimulava o incremento da indústria no país e o crescimento das cidades, contribuindo ainda mais para a desagregação social e para o empobrecimento da nação. Além de possuir uma lógica excludente, a economia brasileira, voltada para a produção nos latifúndios, estimulava também as trocas internacionais no pior de seus sentidos. O dinheiro vindo com a exportação de produtos brasileiros servia basicamente para sustentar o luxo e a ostentação de uma elite deslumbrada e decadente, que era incapaz de manter seu patrimônio pelo menos no espaço de duas gerações.

Os latifúndios trouxeram também as ferrovias e, com elas, pretensamente, o progresso. No entanto, estas apenas reforçavam o esquema de dependência do país em relação ao exterior. Ligavam os latifúndios às cidades e portos, por onde nossa riqueza era escoada e o lixo cosmopolita entrava. A viação e o comércio, sem a devida educação da população também de nada adiantavam para o desenvolvimento do país, pelo contrário, funcionavam como mais um ingrediente da desagregação social. O comércio criado pela riqueza do latifúndio era o comércio enganoso, dos artigos supérfluos, que

gerava ambição e ganância nos indivíduos, afastando-os do trabalho verdadeiro (no campo) e ludibriando-os com o falso brilho dos produtos estrangeiros.

A indústria nacional, por outro lado, também contribuía para a desagregação nacional ao manter o trabalhador na cidade, impedindo sua volta ao campo. A crítica aqui se voltava não à indústria como um todo, mas sim à indústria que não operava com produtos nacionais, a indústria que não é considerada *natural*.²¹ É a indústria que só existia por conta do protecionismo governamental que Torres criticava: ela sobrevivia graças aos esforços de todo o país, que *pagava a conta* de uma produção nacional artificial e prejudicial ao povo brasileiro. “O protecionismo forja uma prosperidade mentirosa, que acaba no empobrecimento geral”, afirma.²² Toda a nação era chamada a contribuir para a causa do “desenvolvimento nacional”, só que este desenvolvimento era enganoso e artificial, fadado ao fracasso.

A indústria contribuía também para o *inchaço* das cidades e, conseqüentemente, para o agravamento da chamada “questão social”, praticamente desconhecida dos brasileiros, introduzida aqui graças ao protecionismo. A *questão social* não existiria numa sociedade organizada em torno da atividade agrária. Para Alberto Torres, esta atividade estimularia a cooperação entre os setores da sociedade e os indivíduos e levaria à solidariedade social. A atividade industrial, por outro lado, ao concentrar massas famélicas nas cidades, agravava a sensação de exploração desse grupo por parte dos donos do capital e gerava “certas atitudes extremas do proletariado, como a pretensão de dominar a sociedade, a guerra à burguesia e às classes letradas.”²³ Obra do protecionismo exagerado, as massas urbanas se avolumaram no país e se tornava difícil uma *volta à terra*, como a que acreditava ser necessária para o desenvolvimento da própria nacionalidade brasileira.

Havia ainda um outro fator de desagregação da sociedade vinculado ao processo de urbanização do país. Ao lado do protecionismo industrial e do comércio predatório, aliado do latifúndio monocultor, a própria postura da elite brasileira, com suas afetações afrancesadas e seu cosmopolitismo de boutique levavam a uma postura de negação do país, de *dar as costas* ao interior e à realidade brasileira em nome da civilização e do progresso europeus.

A crítica de Torres à *civilização de empréstimo* traduzia-se como crítica à imitação, uma constante em seu pensamento. Assim como no aspecto formal de nossa constituição, na condenação do povo brasileiro como inapto e inferior, também no elogio ao cosmopolitismo, ao progresso e à indústria, estávamos meramente reproduzindo um modelo estrangeiro. A importação de capitais e de braços para o país seguiam essa lógica, a mesma lógica de uma elite cujos membros orgulhavam-se de conversar em francês e não na língua bárbara da patuleia.²⁴

As críticas de Torres não podem ser vistas como uma recusa frontal às influências estrangeiras. O que ele parece se negar a aceitar é a inserção do Brasil na economia mundial de maneira periférica e dependente. É com esta dependência, que vem desde os tempos coloniais, que ele deseja romper. Para tanto, seria necessário encontrar um projeto nacional que pudesse criar não só um povo, mas uma economia e uma

organização política que alçassem o Brasil à posição de independência que uma nação livre deveria ter. Em termos econômicos, apenas uma organização que enfatizasse a agricultura voltada para o consumo interno poderia garantir essa soberania.

O agrarismo viria aqui como uma consequência lógica da postura nacionalista do autor. A defesa da agricultura confundia-se com a própria defesa do país. O destino do país era esse:

"Nosso país tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola. Fora-lhe ridículo contestar-lhe este destino, diante de seu vasto território. Deve manter, depois, o cultivo dos produtos necessários à vida dos que empregam matéria-prima nacional. É isso que nos impõe a área do nosso território, a falta de hulha, industrialmente explorável, e o isolamento geográfico de quase todo o país. O equívoco dos que pensam de outra forma só pode resultar do prejuízo de que a produção deve constar dos gêneros comuns na Europa, e da ideia, arraigada no espírito de muitos, da necessidade das grandes propriedades, de extensa exploração intensiva. O Brasil, exatamente porque é um país tropical e equatorial, pobre em muitas regiões, e onde a terra e o clima carecem, quase geralmente, de elementos necessários às culturas europeias, deve ser um país agrícola, não no sentido ianque, de país de vastas propriedades e fazendas-modelo, mas no de nação de pequenos proprietários remediados, vivendo na intimidade de produtos da nossa terra, de excelente valor nutritivo para seu clima, sendo reservada as regiões temperadas para algumas culturas europeias e confiado o suprimento de outros produtos, absolutamente inaclimáveis, assim como o dos produtos industriais que não têm aqui matéria-prima, às trocas com o estrangeiro."²⁵

Agrário sim, mas com um modelo diferenciado em relação àquele europeu e norteamericano. Este era o destino do Brasil, inserido em uma divisão internacional do trabalho.

* * *

No esclarecimento que apresenta logo no início de *As fontes da vida no Brasil*, Alberto Torres afirma que “a restauração das forças da vida, nas terras e nas gentes do Brasil, impõe-se-nos como um problema imediato e urgente”.²⁶ Seja na vida política – principalmente quando foi presidente do estado do Rio de Janeiro, seja nos artigos e livros produzidos ao longo da vida, a preocupação com os rumos do país sempre estiveram no horizonte de Alberto Torres e, para ele, esses rumos eram indissociáveis de uma reorganização econômica do país.

A agricultura, a preservação e utilização racional das riquezas nacionais, estavam no centro de seu projeto para o país. A terra ocuparia um lugar central, até porque ela seria responsável pelo laço afetivo entre os nacionais, expressão concreta da nacionalidade de um povo: a defesa da terra e de suas riquezas era a defesa da própria Nação, ainda em formação. Apegado a uma ideia de indústria natural, via com desconfiança as atividades industriais que cresciam no país, bem como o comércio, responsáveis pela

desarticulação da sociedade e pela instabilidade social. Isso era particularmente grave para o Brasil, um país ainda *sem história e que* padecia de insolidarismo social.²⁷

Junto com a defesa da agricultura e das riquezas nacionais, aparecia também o ataque ao imperialismo e ao *estrangeirismo*. Porém, as críticas não podem ser entendidas como uma defesa do isolamento, mas sim como uma recusa à dependência que o país sofria do estrangeiro desde os tempos coloniais. Para romper com isso, seria necessário encontrar um projeto nacional que pudesse criar não só um povo, mas uma economia e uma organização política que alçassem o Brasil à posição de independência que uma nação livre deveria ter. Em termos econômicos, apenas uma organização que enfatizasse a agricultura voltada para o consumo interno poderia garantir essa soberania. O agrarismo foi uma consequência lógica da postura nacionalista do autor. A defesa da agricultura confundiu-se com a própria defesa do país.

Notas e referências

¹ O texto aqui apresentado é parte de minha dissertação de mestrado, *Crise e Reorganização Nacional: o pensamento de Alberto Torres*, São Paulo, FFLCH/USP, Departamento de Ciência Política, dissertação de mestrado, 1997, em preparação para a edição em livro pela editora Hucitec.

² É o caso, por exemplo, de B. LAMOUNIER, “A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”, B. FAUSTO, (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: o Brasil republicano - Volume 2: sociedade e instituições*, 5ª ed., São Paulo, Difel, 1985.

³ Sob a direção de Vicente L. Cardoso, colaboraram A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jônathas Serrano, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira e Alceu Amoroso Lima, muitos dos quais veremos como membros da Sociedade de Amigos de Alberto Torres. Ver V. L. CARDOSO (org), *À Margem da História da República*. (2 volumes), Brasília, Ed. da UNB, 1981 (1ª. ed., 1924).

⁴ Ver Alberto TORRES, *O Problema Nacional Brasileiro*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978b (1ª ed., 1914), em especial o ensaio “Senso, consciência e caráter nacional.”

⁵ *Ibid.*, *Vers la Paix*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909 e *Le problème mondial*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913.

⁶ Mesmo *Le problème mondial*, publicado em 1913, era composto de artigos datados de antes de 1909, o que pode explicar o “otimismo” do autor em relação à não ocorrência de uma guerra. Isso não impediu Alberto Torres de alertar para os perigos das rivalidades econômicas entre as potências europeias e de ressaltar a necessidade de se estabelecer uma paz “desarmada” entre as nações.

⁷ A este respeito, ver, entre outros, Lúcia Lippi de Oliveira: “Em 1915, Olavo Bilac iniciou uma jornada patriótica para despertar a nação falando aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Sua proposta de Salvação nacional passava pelo serviço militar obrigatório, visto como instrumento de formação de brasileiros conscientes e dignos que conduziria ao triunfo da democracia. [...] O pensamento de Bilac teve em Alberto Torres um de seus principais opositores. [...] Alberto Torres opunha-se aos movimentos de regeneração patriótica, pois, para ele, o problema do Brasil não era a ausência de afetividade patriótica.” Cf. Lucia L. de OLIVEIRA, *A Questão Nacional na Primeira República*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1990, pp. 120 -122.

⁸ TORRES apud GENTIL, A. *As Ideias de Alberto Torres*, (2ª ed.) São Paulo, Cia Editora Nacional, 1938, p. 170.

⁹ A maior parte da intelectualidade brasileira adotou uma postura claramente pró Inglaterra e França, logo no início da guerra. Alguns, entretanto, como Dunshee de Abranches, Capistrano de Abreu e Lima Barreto, eram francamente germanófilos. Ver Lúcia L. de OLIVEIRA, *A Questão Nacional na Primeira República*, cit. Tal não era o caso de Alberto Torres. Este se encontrava numa posição de *neutralidade*, o que não impediu a recusa do jornal *A Noite* em publicar um artigo seu, considerado favorável à Alemanha, o que contrariava a linha política do jornal. Frente à negativa, Torres criticou a opção do jornal (e da maior parte

- da imprensa brasileira) pelos “dominadores antigos” em detrimento dos “dominadores do futuro”, demonstrando mais uma vez que acreditava na semelhança entre os dois “imperialismos”. Cf. GENTIL, *As ideias de Alberto Torres*, p. 502, cit.
- ¹⁰ Alberto TORRES, *O problema nacional brasileiro*, cit., p.27.
- ¹¹ *Ibid.*, p.28.
- ¹² Torres apud A. GENTIL, *As ideias de ...*, cit., p.94.
- ¹³ Torres apud A. Sabóia LIMA, *Alberto Torres e Sua Obra*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1935, p. 184.
- ¹⁴ Publicado em 1915, o opúsculo *As fontes da vida no Brasil*, de certa maneira complementa e enfatiza a defesa das riquezas nacionais empreendida pelo autor em outras obras, ao mesmo tempo que vincula diretamente o que ele denomina de “crise de natureza” à “crise do trabalho”. Alberto TORRES, *As fontes da vida no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1990.
- ¹⁵ Torres apud A. GENTIL, *As ideias de ...*, cit., p.382.
- ¹⁶ Dentre os vários sindicatos atuantes destaca-se o *Sindicato Farquhar*, conjunto de empresas controladas por Percival Farquhar e seu grupo. É importante notar que Alberto Torres inclui no *Sindicato Farquhar* empresas que não eram controladas pelo grupo. A própria denominação *sindicato* era criação dos nacionalistas e, segundo eles, o grupo agia nos mais variados setores: eletricidade, ferrovias, portos, terras (projetos de colonização).
- ¹⁷ Melhor seria dizer *pretensa hegemonia*, ideia fixa da diplomacia brasileira no período. Nem mesmo Alberto Torres, com toda a pregação pacifista, escapou de manifestá-la.
- ¹⁸ Alberto TORRES, *O problema nacional ...*, cit., p.101.
- ¹⁹ Lúcia L. de OLIVEIRA, *A Questão Nacional ...*, cit., p. 123.
- ²⁰ Quando presidente do Estado do Rio de Janeiro, Torres tentou mudar a estrutura fundiária do estado por meio da instituição do ITR: este imposto seria responsável pela facilitação do parcelamento da grande propriedade, notadamente a improdutiva. Ao mesmo tempo, a redução do imposto sobre exportação de café viria ajudar os grandes fazendeiros em crise.
- ²¹ Segundo Nícia V. Luz, o conceito de indústria natural surgiu no Império, para designar aquelas atividades manufatureiras cujas matérias-primas eram produzidas no Brasil. Muitos defensores da industrialização no período eram adeptos do protecionismo apenas para essas atividades. No início da República, Joaquim Murinho foi um grande divulgador dos conceitos de *indústria natural* e *indústria artificial* ao defender a primeira e condenar a segunda, bradando contra o protecionismo e pregando o “desenvolvimento natural” da indústria no país. Nícia V. LUZ, *A luta pela industrialização no Brasil*, 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, pp. 84-85)
- ²² Torres apud A. GENTIL, *As ideias de ...*, cit., p. 188.
- ²³ Alberto TORRES *Organização Nacional*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978a, p. 228 (1ª ed., 1914).
- ²⁴ Um bom retrato da elite brasileira, em especial a carioca, na chamada *Belle Époque* é o romance *A esfinge*, de Afrânio Peixoto, escrito na época. O romance apresenta um retrato fútil da elite, reforçando a “imitação” e a afetação desse grupo social: “...falavam francês os nacionais, por chic e civilidade, porque havia diplomatas estrangeiros na roda...”. Afrânio PEIXOTO, *A Esfinge*. Rio de Janeiro; São Paulo e Porto Alegre, W.M. Jackson Inc. Editores, 1947, p. 27 (1ª ed., 1911).
- ²⁵ Alberto TORRES, *Organização Nacional*, cit., p. 207.
- ²⁶ *Ibid.*, *As fontes da vida no Brasil*, cit., p. XV.
- ²⁷ Cara a Oliveira Vianna, a noção de insolidarismo já aparece – não definida dessa maneira – nas reflexões de Alberto Torres.

Nelson Werneck Sodré e a Revolução Brasileira

*Alex Conceição Vasconcelos da Silva**

Introdução

Para a feitura deste artigo, analisamos a dimensão teórica da obra de Nelson Werneck Sodré, expoente da expressão militar na formulação de um projeto para o Brasil. De formação institucional militar desde os treze anos de idade (nasceu no Rio de Janeiro em 27/04/1911 e entrou no colégio militar em 1924), situou-se, enquanto oficial, como uma ponte, um elo entre as Forças Armadas, ou melhor, o Exército e os diferentes vieses teóricos enquanto lócus civil de elaboração de conhecimento. Atuando como professor, tanto da ECEME (Escola de Comando e Estado Maior do Exército), como do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), estabeleceu através da imprensa e de extensa obra de Crítica Literária, História, Memória, Economia e arguta crítica política, um diálogo, um debate intelectual que versou sobre todos os problemas que atingem a sociedade brasileira. Militar de carreira, Werneck Sodré ultrapassa os limites corporativos falando sobre o Brasil do mesmo lugar que os denominados *intelectuais progressistas* ocuparam, defendendo conceitos de nação e cultura brasileira.

A questão central de sua extensa obra está consagrada naquilo que ele denominara como *Revolução Brasileira* – processo histórico que o Brasil vivera, em sua ótica, entre 1930 à 1964 – Sodré, em sua obra, utilizou-se do materialismo histórico para analisar a longa-duração da formação histórica do Brasil, cujo objetivo era utilizar-se da história como uma relação entre o presente e o passado, em que era necessário entender o passado para que possamos compreender o presente. Em suma, compreendeu a história como um processo, e no caso brasileiro, como um processo iniciado desde os tempos coloniais, transpassando o Império, cujas consequências se faziam sentir na República.

Na obra de Werneck Sodré, observa-se que a história política brasileira tem três grandes fases: Colônia, Império e República. Porém, analisando-a com profundidade, percebe-se que a história social brasileira possui apenas duas fases: o Brasil Velho (Colônia, Império e República Oligárquica), e o Brasil Novo (A Revolução Brasileira). Para compreensão dessa revolução que ele teorizou, temos que analisar como o

* Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Pesquisador do Núcleo de Identidade Brasileira e História Contemporânea (NIBRAHC-UERJ).

marxismo foi utilizado como fundamentação teórica em sua obra, tanto para justificar essa divisão, quanto para teorizar sobre o choque dialético entre o *Velho* e o *Novo*.

No início do século XX, o marxismo já estava bem consolidado na Europa, disseminando-se cada vez mais para regiões periféricas do continente, como a Rússia czarista, que veio a ser o grande palco da primeira revolução da história baseada no marxismo, servindo de inspiração não somente para os socialistas europeus, como para a disseminação do marxismo para fora da Europa, ganhando novos contornos, como na América Latina, em especial o Brasil, através do advento da III Internacional. Podemos afirmar, em princípio que a obra de Sodré é baseada teoricamente no marxismo, sobretudo o da vertente leninista. Segundo José Carlos Reis,

“N. W. Sodré desenvolve uma análise do Brasil estreitamente ligada à análise do PCB, que estava ligado à III Internacional, ao comunismo soviético. [...] A III Internacional esteve dominada pelas questões nacional e colonial. A luta era contra o imperialismo e pela integração capitalista nacional, que abria o horizonte socialista.”¹

A III Internacional representou uma grande guinada no marxismo, pois desenvolveu novas diretrizes teóricas, guiadas pela obra de Lenin (que é marcada pela estratégia de como se deve fazer a revolução retratando a conjuntura russa, servindo de modelo para os movimentos socialistas do século XX, além de ter sido basilar na organização dos PCs ao redor do mundo, devido às diretrizes elaboradas no livro *O que fazer?* A sua obra é fundamental no tocante a questão da aliança entre os socialistas e a burguesia na luta contra a grande propriedade agrária, no livro intitulado *Dois táticas da social democracia na revolução democrática*), o marxismo passou a abranger a luta nacionalista, contra o imperialismo, obtendo uma enorme perenidade nos países ditos atrasados, dentre os quais o Brasil, pois atendia a demanda dos movimentos sociais desses países, diferentemente daquilo que fora desenvolvido por Marx, que compreendia o nacionalismo como um conceito alienador, utilizado pela burguesia contra o proletariado.

Para analisarmos os ecos da III Internacional na América Latina, temos que demonstrar a perenidade da obra de um dos principais expoentes do marxismo Latino-Americano, que marcaria o pensamento de Werneck Sodré. No caso, a obra de José Carlos Mariátegui, cujo pensamento foi conflitante das diretrizes da Internacional, polarizada pela URSS, já que fora contrário às diretrizes assumidas pelo Partido Comunista Soviético (que já estava tomando uma nova fisionomia, posteriormente denominada de stalinismo), sendo expulso do mesmo. Em seu pensamento, a grande marca da colonização espanhola fora a introdução das relações *feudais* no Peru, pois:

“A aristocracia latifundiária da colônia, dona do poder, conservou intactos seus direitos feudais sobre a terra e, por consequência, sobre o índio. Todas as disposições aparentemente dirigidas para protegê-lo nada puderam contra o feudalismo subsistente até hoje.

O feudalismo *criollo* se comportou, a esse respeito, de forma mais ávida e dura

que o feudalismo espanhol. No geral, o *encomiendero criollo* tem todos os defeitos do plebeu e nenhuma das virtudes do fidalgo.²

Mariátegui em sua obra deixa claro que o principal obstáculo para o desenvolvimento peruano era o *feudalismo*, e que a sua superação era fundamental para que o Peru alcançasse a modernidade e, principalmente, a inclusão social do índio peruano. Podemos elucidar que a grande contribuição teórica de Mariátegui foi a de ter identificado a questão da grande propriedade rural como grande herança da colonização, denominando-a de feudalismo, conferindo um grande suporte as reflexões marxistas latino-americanas, como no caso de Werneck Sodré em sua obra historiográfica.

O marxismo chegou ao Brasil nos primeiros decênios do século XX, encontrando grande vigor nas greves da década de 1920, que inspirou a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, que em seus primeiros anos esteve sob liderança de nomes como Octávio Brandão e Astrogildo Pereira, que juntamente com uma pequena missão, fora enviada a recém-fundada União Soviética para um curso de marxismo-leninismo.

Nos seus primeiros anos de vida, o PCB esteve bastante ligado ao Partido Comunista Soviético, que influenciara a grande maioria dos partidos comunistas que estavam surgindo ao redor do mundo, dando-lhe uma faceta extremamente burocratizada e autocrática. Porém, o marxismo fora utilizada por intelectuais, na América Latina, como ferramenta teórica para denunciar as consequências da formação histórica marcada pela persistência colonial, cujo grande símbolo era o predomínio do latifúndio, além da condição dos países latinoamericanos no que tange ao papel que ocupavam na Divisão Internacional do Trabalho, assim como também a contradição social existente na sociedade desses países.

Caio Prado Junior foi o grande introdutor da perspectiva marxista na historiografia brasileira, em duas publicações: *Evolução Política do Brasil* e a *Formação do Brasil Contemporâneo*, na qual analisou o Brasil colonial utilizando-se da concepção materialista da história, demonstrando a dialética entre a colônia e a metrópole, fundamentando assim o *sistema colonial* mercantilista, cuja empresa foi essencial para a formação da Divisão Internacional do Trabalho, na qual a colônia de exploração serviu para o enriquecimento da metrópole.

Werneck Sodré, que fora contemporâneo de Caio Prado Junior, utilizou-se do marxismo para analisar o Brasil, notabilizando-se pela utilização da concepção marxista de viés ortodoxo, resultando na sua obra, uma análise profunda da história social, política e econômica do Brasil, ressaltou o protagonismo das forças internas, no período colonial e na feitura da independência; essa elite latifundiária, que geralmente tem o seu papel ofuscado pelo seu sócio internacional, seja a antiga metrópole, ou então a nação hegemônica. Para Werneck Sodré, a força motriz da história social, política e econômica do Brasil sempre foi às classes dominantes, que estão associadas a forças externas, beneficiando-se dessa associação, a diferença é que na época colonial, as elites estavam associadas a Portugal, já no Império, as elites estavam associadas à Inglaterra, e desde a República Velha, as elites estão associadas não somente a Inglaterra, como também aos

Estados Unidos, que desde o último decênio dos oitocentos se tornou o maior mercado consumidor do café brasileiro, além de se constituir como um fornecedor alternativo de crédito, em oposição à Inglaterra que já estava a entrar em decadência.

Com o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918 os Estados Unidos substituíram a Inglaterra como principal parceiro comercial do Brasil, evidenciando no estreitamento das relações EUA-Brasil, como por exemplo, a vinda da Ford em 1917, além de outras empresas daquele país. A crise de 1929 privou o café brasileiro do seu principal mercado, enfraquecendo consideravelmente as elites que detinham o poder, impedindo-as de evitarem a série de acontecimentos no ano de 1930, que acabou conflagrando na queda da República Velha.

A dialética de Werneck Sodré

No tópico anterior analisamos brevemente as elites provenientes ao longo da formação histórica do Brasil, baseadas no latifúndio, que em sua concepção, foi à grande responsável pelos rumos tomados pelo Brasil ao longo de sua história, como a edificação do Estado brasileiro em 1822, para Sodré, “na época da Independência, qualquer transformação dependia do apoio da classe dominante de senhores e terras de escravos. A composição social e os interesses eram outros – mas a classe dominante permanecia a mesma.”,³ e conseqüentemente, apoiando a frente que proclamara a República em 1889, na visão de Sodré, “a República decorre justamente da composição de forças entre uma classe média que disputava a participação no poder e de uma fração da classe dominante cindida, aquela que se emancipara do que o Império era a representação característica, a lavoura nova do café.”,⁴ assumindo a hegemonia da mesma em 1894, quando se instaurou a República Velha.

A economia do café suportou o fim da escravidão, porém a elite que sustentava o Império não, no caso a elite cafeeira do decadente Vale do Paraíba, que ao contrário da elite cafeeira do Oeste Paulista, não acompanhou a expansão do café, tendo que sustentar-se cada vez mais na escravidão, que estava em franca decadência.

Ao contrário dos decadentes barões do Vale do Paraíba, os cafeicultores do Oeste Paulista, sendo os principais beneficiários da expansão cafeeira, além da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850. Investiram o capital excedente nas cidades, especialmente na capital do estado de São Paulo, incentivando assim o início do processo de urbanização, fortalecendo a atividade comercial, de pequenas empresas que viviam dos excedentes do café, dando condições para o fortalecimento de uma classe tipicamente urbana: a classe média. Com a Abolição da Escravatura em 1888, o Império ficou isolado no poder, sendo ferido mortalmente em 15 de novembro de 1889, pela Proclamação da República, encerrando-se assim a fase monárquica da História do Brasil.

Nos anos iniciais da República, o Brasil foi governado pelos militares que, segundo Werneck Sodré, representavam a classe média, havendo choque com as elites durante os anos da República da Espada, pois a elite cafeeira não precisava mais da classe média, despejando-a do poder. O choque foi finalizado com a ascensão de Prudente de Moraes a presidência, representando o advento da República Café-com-leite, que foi consolidada

pela Política dos Governadores em 1898, já na presidência de Campos Sales.

Para Werneck Sodré, a Proclamação da República foi fruto da união de duas classes sociais, porém, segundo o autor, ela só foi possível graças ao apoio concedido pela elite paulista, com isso ele quis demonstrar que no Brasil não havia como realizar grandes mudanças sem o apoio das elites. E, logo depois do acontecimento, as duas classes cindiram, mostrando que a classe média urbana ficou encurralada até ceder às elites rurais, que governaram até 1930.

Os acontecimentos de 1930 para Sodré significaram muito mais do que uma simples troca de governo, significou a queda de uma velha estrutura, ascendendo uma nova, em outras palavras, significou a emergência da classe média urbana ao poder, representando um novo paradigma, a ascensão de uma nova perspectiva, comprometida com o fortalecimento do Estado e do mercado interno.

Os intelectuais provenientes da conjuntura erigida sob a Revolução de 1930, como Werneck Sodré, foram em sua maioria reconhecidos como membros do Pensamento Social Brasileiro, por defenderem a ruptura com o longo processo de construção do Brasil, desde a época colonial, baseado no predomínio do ruralismo, da escravidão, da monocultura, da economia voltada essencialmente para a exportação, em outras palavras, da *plantation* (designação proporcionada a sistemas econômicos baseados na grande propriedade rural, no caso, latifúndios, cuja produção se baseia na monocultura, voltada exclusivamente para a exportação. É utilizada para definir as economias coloniais da época moderna), cujo resultado foi à edificação de uma sociedade autoritária e escravocrata.

Para Werneck Sodré, a essência da Revolução Brasileira, era a emergência da concepção nacionalista, que representava a superação da condição colonial, da velha ordem, edificando assim a nova ordem, no caso, a edificação da nação brasileira, marcada pela fraternidade, pela cidadania, pela independência política, cultural e econômica, em outras palavras, através da concepção dialética, do confronto entre a tese, que no caso vem o novo, a brasilidade e a antítese, que no caso vem a ser o velho, a ordem colonial (o latifúndio e sua aliança a potência estrangeira metropolitana), cuja síntese seria o surgimento da nação brasileira. Conforme podemos observar ao longo da conferência intitulada *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, especificamente nesta seguinte passagem:

“Ora, o que é velho e que é novo, esta fase? E velho, sem dúvida, o quadro do campo, em que as relações semifeudais impedem a ampliação do mercado interno; e velha a política de socializar os prejuízos, reduzindo o poder aquisitivo da massa demográfica ascendente; e velha a orientação de relegar o Estado à inércia; e velho o mercantilismo que se traduz numa curva ascensional em volume e decrescente em valor; e velha uma norma que nos aprisiona nos moldes da fazenda tropical produtora de matérias-primas para industrialização externa; e velha que nos subordina a razões externas, por legítima que sejam no exterior; e velha, particularmente, a idéia de que o Brasil só se pode desenvolver com ajuda alheia e, principalmente, com capitais estrangeiros.

E que é novo? Nova é a composição social que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que a sua oportunidade é agora ou nunca, e que apresenta a classe média atenta e ideologicamente receptiva, pela maior parte de seus elementos, ao clamor que se levanta do fundo da história no sentido de que nos organizemos para a tarefa que nos cabe realizar, e uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza, a fim de partilhar do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas ao seu papel histórico. Novo é, pois, o povo. Nada ocorrera mais sem a sua participação. Nova é a indústria nacional, superada a etapa de bens de consumo e iniciada a de bens de produção, limitada embora pelo atraso na capacidade aquisitiva do mercado interno e onerada por uma política de obstáculos e de dúvidas. Volta Redonda é o novo que altera a paisagem brasileira e a Petrobras é o novo que afirma a nossa capacidade de realização sem interferências. Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para frente e rompe com que nos entrava e entorpece.”⁵

É na defesa do nacionalismo que Werneck Sodré dedicou a sua militância intelectual orgânica, que correspondeu dialeticamente às tensões experimentadas na prática de um homem que viveu eticamente dois mundos, o civil e o militar, sem transição.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi, para Sodré, um *locus* de intensa discussão sobre a conjuntura brasileira, juntamente com intelectuais progressistas, cujo objetivo era assegurar o desenvolvimento político, social e econômico brasileiro, porém de forma independente do capital internacional, reconhecido pela maioria dessa *intelligentsia* como imperialista, drenando assim as reservas financeiras do país, sob forma de remessas de lucros. Portanto, para edificar esse projeto de nação, Sodré, assim como os intelectuais isebianos adotaram a ótica nacional-desenvolvimentista, em outras palavras, adotaram o conceito de desenvolvimento como forma de representar o “sentido de mudança, refletindo os interesses da burguesia nacional e da pequena burguesia urbana”.⁶

Em suma, após a esta breve demonstração da conjuntura histórica brasileira, sobretudo daquela época, não podemos deixar de relacionar como essa conjuntura influenciou na obra de Werneck Sodré, profundamente marcada pelas tensões políticas da época, em que se confrontaram as forças progressistas com as forças conservadoras na luta pelo poder, demonstrando assim que o período foi marcado por um intenso choque dialético entre o *velho* e o *novo*, acerca do destino do país.

O panorama brasileiro

Desenvolvimento e Nacionalismo: conceitos centrais em nosso artigo. Primeiro, no tocante à *Revolução Brasileira* temos por meta compreender o pensamento de Nelson Werneck Sodré, cuja ideia é central em sua obra, no caso, um projeto para o Brasil, estando intrinsecamente interligado com o nacionalismo. Segundo, no que concerne a crise, objetivamos compreender o período a ser investigado, marcado pelo choque de vertentes no tocante ao Brasil daquela época: de um lado, os nacionalistas, que

priorizavam o desenvolvimento independente do estado brasileiro, baseado na liderança de uma fração da burguesia, na semântica de Werneck Sodré, a burguesia nacional, aliada com a classe média e as classes populares; de outro lado, os desenvolvimentistas, que focavam apenas no desenvolvimento econômico brasileiro, porém associado ao capital internacional. Ambas vertentes tinham um objetivo em comum: o desenvolvimento brasileiro, o que as diferenciava era o nacionalismo econômico dos primeiros e o cosmopolitismo dos segundos. Portanto, iremos analisar dois conceitos: desenvolvimento e nacionalismo.

Desenvolvimento: Esse conceito tão utilizado no léxico dos economistas, mais especificamente na macroeconomia, para designar o processo de crescimento, no caso de uma economia, através do aumento de superávit, fruto do aumento das exportações, cuja arrecadação consiga superar os gastos das importações, ocasionando uma balança comercial favorável. Quando essa balança comercial se torna favorável nos anos seguintes, conferindo mais riquezas ao país superavitário, costuma-se afirmar que sua economia esta em desenvolvimento, ou crescimento. Porém, a utilização desse conceito extrapola os limites da ciência econômica. Pois se observarmos, desenvolvimento é utilizado em vários contextos, mas sempre possuindo mesmo significado, ou ideia, a de crescer. Na historiografia, sobretudo a econômica, tem usado esse termo para analisar o processo de crescimento econômico de países num determinado período, cujo resultado é o seu enriquecimento. Logo, a tendência é que tratemos “desenvolvimento” como enriquecimento de um país.

Durante a década de 1950, Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, lançava as diretrizes para o desenvolvimento brasileiro, na esfera econômica, tendo como eixo a crise da economia cafeeira e, conseqüentemente a mudança do centro dinâmico da economia interna: do café para a indústria; na qual a decadência do primeiro estava ligada a sua dependência ao mercado externo, em retraimento devido à grande depressão enquanto que o segundo era voltada estritamente ao mercado interno, crescendo devido ao seu desenvolvimento. Em 1949, ano da publicação do livro de Furtado, acima citado, assim como fora o da sua nomeação para a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), concentrando-se na tentativa de demonstrar as novas diretrizes do desenvolvimento, baseado na “rutura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões, por outro requererá uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país”.⁷ A antiga concepção de que desenvolvimento ocorreria em estrita associação do Brasil “aos países mais avançados, trocando de hegemonia, quando o país para o qual se vinha orientando se deixa retardar da vanguarda”.⁸

Sabemos que não existe apenas uma formula para *desenvolvimento*. Sem caracterizá-lo, não podemos prosseguir em nossa análise histórica. No Brasil do período que estamos retratando, houve vertentes acerca do desenvolvimento que o país deveria adotar. Desenvolvimentistas, naquele período, eram todos aqueles que propunham em industrializar o Brasil. Portanto, o conceito de desenvolvimento, aplicado ao período investigado em nosso artigo, ganha uma significação muito ampla, nos pondo a tarefa de delimitar a principal característica do tipo de desenvolvimento advogado pelos

intelectuais progressistas, dentre os quais Nelson Werneck Sodré.

Mesmo com as diferenças entre as vertentes, ambos tinham em plena compreensão que o grande 'protagonista' desenvolvimento econômico brasileiro era a alta burguesia, uma classe nova, emergida inicialmente logo após a Primeira Guerra Mundial, em que apareceram as primeiras indústrias no Brasil, porém essa classe só iria despontar no cenário político após a Revolução de 1930, quando ela alcança o poder, representada pelo novo presidente que, para Werneck Sodré, “Vargas afirmava-se, assim, o dirigente político da burguesia brasileira e definia, com absoluta clareza, a orientação do estado que presidia e que se colocava, agora, a serviço daquela classe”.⁹

Essa transformação, ocorrida na década de 1930, a burguesia ao assumir o poder, impondo as suas diretrizes, que se baseava em “adaptar o aparelho de Estado, provavelmente obsoleto, as necessidades da expansão burguesa”,¹⁰ intensificando o desenvolvimento econômico brasileiro, marcou para Sodré um novo processo histórico, que ele denominava de *Revolução Brasileira*.

Para que possamos compreender a dinâmica deste novo processo histórico, é necessário que compreendamos as tensões que marcaram o desenvolvimento brasileiro. Portanto, é o momento, de abordarmos, de maneira bem cuidadosa, a conjuntura brasileira daqueles tempos.

A emergência da burguesia como classe hegemônica do Estado não representou a queda da classe latifundiária. Com o ocaso da República Oligárquica, as elites agrárias perderam o total poder do estado, porém a burguesia não conseguiu assumir o controle sozinho. Pois a classe latifundiária, mesmo em decadência, tinha para si o fato de ser a grande conquistadora de divisas para o Brasil junto ao mercado internacional, conseguindo dessa forma garantir a sua influência. Com o término da Segunda Guerra Mundial, a economia mundial recuperou-se, representando a normatização das exportações brasileiras, além da elevação dos Estados Unidos à condição de superpotência mundial, ávida por mercado consumidor de seus produtos industrializados. A recomposição da economia mundial representou a reconstituição da velha aliança entre o latifúndio e o novo centro hegemônico mundial que, para Werneck Sodré: “O restabelecimento da normalidade das exportações e, em consequência, a retomada da ascendência da economia exportadora, obrigava a burguesia a considerar, sob novo ângulo a sua luta, conciliando com o imperialismo, que retornava mais virulento, e com o latifúndio, que voltava a levantar a cabeça.”¹¹

O fim da Segunda Guerra Mundial, na obra de Werneck Sodré, representou a recomposição das forças conservadoras na luta pelo poder, porém a burguesia saía do Estado Novo fortalecida, devido à consolidação da indústria brasileira e, principalmente, do mercado interno, atraindo a iniciativa internacional a participar do processo de industrialização brasileira, porém, como sócio majoritário, provocando reações dos intelectuais compromissados com o desenvolvimento autônomo do Brasil, provocando um choque de vertentes que marcou o período democrático (1945-64), influenciando sensivelmente nos governos daquela época. Para que possamos compreender essa repulsa a penetração do capital internacional na economia brasileira, temos que analisar uma das principais marcas dos progressistas: o nacionalismo.

Nacionalismo: “Em seu sentido mais abrangente o termo nacionalismo designa a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional que se sobrepõe as ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectivas”.¹² A significação desse conceito é fundamental para podermos traçar o quadro da *Revolução Brasileira*, porque, como foi dito, a geração de intelectuais que emerge após a Revolução de 1930 será entusiasta da industrialização, do desenvolvimento brasileiro, na sua transformação em país industrializado. Durante o longo governo Vargas (1930-45), desenvolve-se uma política aparentemente ambígua: da mesma forma que o governo incentiva a industrialização, através do fenômeno conhecido como substituição de importações, além de construir um parque industrial ancorado na indústria de base, também incentiva a classe cafeeira, comprando a produção excedente, buscando influir na cotação internacional do café, incentivando a exportação, em suma, faz um pacto de compromisso com o latifúndio, que será o principal sustentáculo do Estado Novo.

Em 1945, porém, Vargas encontra-se desgastado na Presidência da República, sendo pressionado pela exigência de reabertura política, no caso, a redemocratização. O presidente em seus atos buscou aproximar-se da classe trabalhadora, através de seu enorme carisma, causando inquietação perante as classes dominantes, que segundo Werneck Sodré, eram desejosas de manterem a estrutura estadonovista, porém sem Vargas. Os seus atos políticos, visando à consolidação de uma base política progressista, que influenciasse a feitura da nova Constituição, mas:

“O fim da segunda guerra mundial, com a correlação externa de forças, impunha a liquidação da solução de emergência que fora o Estado Novo. [...] Vargas tentou recompor a situação, buscando reencontrar as bases populares em que poderia assentar uma nova política. Mas era tarde. Aos primeiros prenúncios de sua atitude, latifúndio e imperialismo decretaram sua liquidação. Foi deposto, em outubro de 1945, por golpe militar branco, abrindo novo período da história brasileira.”¹³

Ou seja,

“A verdadeira razão, entretanto, [da queda de Vargas] estava na sua política de aproximação com as forças populares, iniciativas como a lei antitrustes e de uma política externa independente. Tratava-se, em suma, de mais uma política da guerra fria”.¹⁴

O que nos interessa aqui são as circunstâncias com que os progressistas se depararam naquele período, marcado pelo choque entre as vertentes do desenvolvimento, polarizando a sociedade. O endurecimento do governo Dutra (1946-50), com a cassação do Partido Comunista, o alinhamento irrestrito as posições norte-americanas e o clima de perseguição ideológica a políticos e sindicatos, fez com que, entre os militares os embates fossem mais reprimidos, explicitando-se, no campo das práticas, posições de neutralidade, combate ou alinhamento a potência hegemônica: os Estados Unidos. Frequentando o Clube Militar e as reuniões de cúpula intelectual do exército, Werneck Sodré se aliou ao oficialato orgânico progressista, como o episódio da campanha *O Petróleo é Nosso*. Opondo-se ao oficialato orgânico conservador das

Forças Armadas, que combatiam o monopólio estatal do petróleo e defendiam a participação de capital estrangeiro na empresa petrolífera, Nelson Werneck Sodré receberá a classificação de comunista, a qual ele acrescentara sempre – nacionalista.

Os grupos progressistas que lutam pela autonomia econômica, política e militar do Brasil proclamam-se nacionalistas, em oposição aos que eles classificam como *entreguistas*. A ideia de nacionalismo, conseqüentemente de nação, não é a mesma entre todos os nacionalistas. Identificando-se como marxista-nacionalista, Sodré procura explicar a categoria:

“Partimos desde logo, de definição do que é nacional, para que não haja dúvidas: só é nacional o que é popular. A nação para nós é o povo e não apenas o território. Ela foi construída, em processo histórico, isto é, pela acumulação, ano a ano, século a século, de tudo aquilo que, em nós, representou trabalho e sacrifício, tudo aquilo que foi resultado do esforço coletivo, tudo aquilo que, depois de quatro séculos, aproximando-se do quinto, chegou a moldar a fisionomia atual do país: a sua grandeza geográfica, as suas tradições, o seu povo.”¹⁵

No ISEB, por sua vez, houve nítidas diferenças de concepção sobre o desenvolvimento brasileiro, sendo Werneck Sodré considerado, pela chamada esquerda radical, um moderado. O ISEB teve duas fases: a primeira conhecida como desenvolvimentista (1956-60), quando se distinguia, o nacionalismo progressista, com o liberalismo, em que agregou desde Nelson Werneck Sodré até Roberto Campos; e a segunda fase, a do período das reformas sociais (1961-64), em que se destacou a militância política do ISEB em defesa das reformas de base e da legalidade democrática, apoiando abertamente o governo Goulart. Sendo um período de politização e esquerdização da instituição e crítica ao nacional-desenvolvimentismo. O ISEB no período Goulart se destacou empunhando a bandeira do nacionalismo como ideologia.

A Burguesia nacional

Nelson Werneck Sodré em sua obra historiográfica teorizou acerca da burguesia nacional como força motriz para o desenvolvimento brasileiro independente, livre do imperialismo. Para compreender essa tese temos que retomar as diretrizes da teoria da *Revolução Brasileira*. Para Sodré, esse período fora iniciado com a Revolução de 1930; com o advento de Vargas, inicia-se uma política econômica visando à industrialização do país, tendo como base o modelo de Substituição de Importações, além do investimento em indústrias de base.

Durante a era Vargas, o mercado interno desenvolveu-se, incentivando a atividade industrial, proporcionando o desenvolvimento de uma nova classe social: a alta burguesia. Para Werneck Sodré, esta classe era inexistente em épocas anteriores da História do Brasil, porque a nossa sociedade sempre fora dividida em três classes: os grandes proprietários rurais, a classe média e o povo. Em muitos momentos de crise, ao longo da história do país, a classe média ocupou o lugar que seria protagonizado pela alta burguesia, como a Proclamação da República e a Revolução de 1930.

Na década de 1940, porém, a alta burguesia havia despontado no cenário nacional, em 1945, com a deposição de Vargas da Presidência da República, além do término da Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, do advento da Guerra Fria no cenário internacional. Mas, ao contrário do cenário da década de 1930, em que o mundo, principalmente a economia norte-americana estava sob a atmosfera da Grande Depressão, em 1945, os Estados Unidos emergiram como a grande superpotência do mundo capitalista, ávidos por mercado externo, portanto, estavam a pressionar os países que estavam em sua órbita para abrirem os seus mercados, dentre os quais o Brasil.

A burguesia brasileira formou-se tardiamente, da mesma forma que o país industrializara-se, enquanto que a economia internacional estava em sua fase imperialista, recuperada dos impactos da crise de 1929, pressionando diversas economias em desenvolvimento, como a brasileira e, conseqüentemente, a burguesia recém-consolidada. Para Werneck Sodré, a necessidade da defesa do mercado interno compelia a burguesia a se aliar com as demais forças progressistas.

Em sua perspectiva, o capitalismo e a burguesia nascem do desenvolvimento mercantil, em uma fase determinada deste desenvolvimento. Quando, ocorre, principalmente, a retirada dos antigos proprietários seus meios de produção, fazendo com que passem a vender a sua força de trabalho, tornando-se este uma mercadoria, sendo da soma dos valores gerados por esta força de trabalho que surge o capital. Segundo Werneck Sodré, a burguesia brasileira, diferente da francesa, da inglesa e da norte-americana, surge na fase imperialista. Em seu nascimento, a burguesia brasileira enfrentou obstáculos, como a estrutura colonial de produção traduzida no latifúndio, que se agravou ainda mais com a queda da renda, que teve efeitos projetados no tempo e nas condições conseqüentes da etapa imperialista do capitalismo.

Para o autor há uma contradição entre a burguesia e o imperialismo, já que uma luta entre estes pelo mercado interno, havendo disputas cada vez mais acirradas em meados do século XX. Sendo assim, a posição da burguesia depende das classes que enfrentam o imperialismo, pois apenas tem a perder com ele, e colocar-se em risco como classe. O problema democrático, para Werneck Sodré, estaria no centro das ações políticas da burguesia, que no caso brasileiro especificamente, necessita do apoio de outras classes e camadas sociais para alcançar objetivos pendentes, porém, na contramão disso, desejam que estas classes (em especial o proletário) mantenham-se sempre subordinadas a ela, seguindo seus rumos e desígnios. Sendo assim, para o historiador, o curso revolucionário dependia da burguesia, e é esta que tinha em jogo a sua classe e que estava decidindo o seu destino e o do país.

Conclusão

A ascensão do Regime Militar em 1964 demonstrou que ao invés do desenvolvimento democrático-burguês, com a burguesia aliada ao proletariado e ao campesinato contra o imperialismo e o latifúndio, conforme orientação do PCB; foi à perspectiva do desenvolvimento associado entre a burguesia local e a burguesia internacional, sobretudo a norte-americana e a europeia que prevaleceu, desencadeando num regime autoritário, sustentado pela aliança entre as novas e velhas elites, ou seja,

pela aliança entre a burguesia e o latifúndio, demonstrando que a realidade fora ao contrário daquilo que Nelson Werneck Sodré havia teorizado, já que durante o Período Democrático (1945-64) a burguesia vivera num dilema: ou convivia com o latifúndio, livrando-se da ameaça socialista; ou prefere enfrentar essa ameaça, livrando-se do latifúndio.

Werneck Sodré concluiu, sob a euforia do momento (no calor de suas atividades como intelectual engajado no ISEB e quadro orgânico do PCB), que a burguesia tinha menos medo do proletariado do que do latifúndio. Porém viu-se que era o contrário: a burguesia age racionalmente e não moralmente – a presença do latifúndio não é incompatível com sua ascensão, enquanto que a vitória do proletariado-camponato significaria o seu fim.

A burguesia nacional, ou melhor, o empresariado brasileiro, pode ser melhor compreendido se observamos a perspectiva de Fernando Henrique Cardoso, em seu livro intitulado *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* analisa o comportamento da burguesia industrial brasileira, apontando para o seu caráter *acanhado*, no caso, tímida, sem espírito empreendedor, sendo totalmente submissa ao Estado, que em sua ótica é o grande empreendedor no Brasil, não possuindo uma característica primordial da burguesia norte-americana: a cultura *Self-made-man*, relegando-se a política clientelista do Estado: “pois, na situação brasileira, qualquer empreendimento de certo vulto depende efetivamente do amparo do Estado”.¹⁶

A burguesia brasileira *acanhada*, ou melhor, vacilante, portanto, só avançaria tendo o pleno controle do aparelho estatal, o que não fora possível durante a República Democrática e, sobretudo, com as diretrizes propostas por Werneck Sodré, que culminaria na transferência do controle do Estado para os setores sindicalistas, notadamente o PCB, configurando-se o pesadelo dessa nova classe dominante representada pelo empresariado.

Notas e referências

¹ J. C. REIS, *As Identidades do Brasil 1: de Varnhagen à FHC*, Rio de Janeiro, FGV, 2007, p. 152.

² J. C. MARIÁTEGUI, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, 2ª ed., São Paulo, Expressão Popular, 2012, pp. 62-63.

³ N. W. SODRÉ, *As raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, Rio de Janeiro, ISEB, p. 26.

⁴ In: N. W. SODRÉ, *Ibid.*, p. 26.

⁵ N. W. SODRÉ, *As raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, Rio de Janeiro, MEC, 1959, pp. 48-49.

⁶ N. W. SODRÉ, *Memórias de um soldado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 532.

⁷ C. FURTADO, *A Formação Econômica do Brasil*, 23ª ed., São Paulo, Biblioteca Nacional, 1980, p. 242.

⁸ *Ibid.*, p. 130.

⁹ N. W. SODRÉ, *Introdução à Revolução Brasileira*, 3ª ed., R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 296.

¹⁰ *Ibid.*, p. 264.

¹¹ *Ibid.*, p. 303.

¹² N. BOBBIO, N. *Dicionário de Política*, 13ª. ed., Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2010, p. 799.

¹³ N. W. SODRÉ, *Introdução...*, cit., p. 308.

¹⁴ *Ibid.*, p. 255.

¹⁵ N. W. SODRÉ, *Tudo é política*, Rio de Janeiro, Mauad, 1998, p. 88.

¹⁶ F. H. CARDOSO, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964, p. 173.

Octavio Paz y la estética de la historia

Javier Rico Moreno*

Introducción

Contar algo que aconteció es un acto que parece acompañar la vida del hombre. El ser humano siempre está contando algo, incluso cuando se relata a sí mismo su pasado inmediato personal como un proceso de toma de conciencia de su aquí y su ahora, acción que lo lleva a reconocer que *antes* estuvo en *otro lugar*. Luego de muchos siglos de practicarse como relato entre los márgenes del arte y la literatura, la historiografía quedó sujeta a la pretensión de convertirla en una ciencia que fuera capaz de elaborar un conocimiento objetivo (curiosa paradoja, pues con ello se buscaba liberarla de las limitaciones y deformaciones impuestas por la subjetividad propias del arte y la literatura). No tuvo que pasar mucho tiempo para que algunas voces advirtieran que aquella aspiración era una quimera.

A pesar de las aportaciones de la historia cuantitativa o de la historia de las estructuras económicas y sociales, por citar dos ejemplos, había que reconocer que la historiografía no podía proceder conforme al modelo nomológico deductivo de las ciencias naturales ni prescindir del relato; de una forma u otra, seguía implicando un ejercicio literario. Investigaciones como la de Hayden White sobre la imaginación histórica europea en el siglo XIX, han evidenciado la estrecha relación de la historiografía con la literatura. White, incluso, ha tratado de mostrar que el trabajo del historiador incluye una operación de índole poética.¹

Sin menospreciar los aspectos de teoría, heurística y metodología que debe contemplar un estudio historiográfico, la atención a las formas del relato histórico parece cobrar cada vez más adeptos entre quienes se interesan por desentrañar la interrelación de elementos compositivos por medio de los cuales el historiador elabora una representación del pasado. Se trata de observar a las obras que hablan sobre el pasado desde una perspectiva estética, para encontrar la manera en que aquellas articulan una imagen o conjunto de imágenes del pasado, de la historia o del devenir.

* Profesor titular A, tiempo completo; Investigador Nacional, nivel I (Sistema Nacional de Investigadores, CONACYT) de la Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Filosofía y Letras, Colegio de Historia.

El presente artículo expone algunos de los resultados de un estudio historiográfico de *El laberinto de la soledad*, el célebre ensayo que Octavio Paz publicó en 1950, en términos de la relación entre historia y poesía, así como de la configuración en esa obra de una estética del devenir.

El horizonte

Al arribar a la primera mitad del siglo XX, los mexicanos podían respirar el aire de un tiempo nuevo. Quedaba atrás una etapa de convulsiones violentas e inestabilidad política propias de un movimiento revolucionario que derivó en guerra civil e incluyó el asesinato de tres presidentes (dos en funciones y uno electo) y millares de muertos entre combatientes de distintas facciones. En 1919 tuvo lugar la última rebelión militar exitosa (a cargo del general Álvaro Obregón) y se abrió un periodo de caudillismo y gobierno populista como medios para facilitar la pacificación del país y la centralización del poder político. Luego, tras la muerte de Obregón, Plutarco Elías Calles impulsó la construcción uno de los partidos políticos de más larga permanencia en el poder a lo largo del siglo XX, gracias, entre otros factores, a una alianza corporativa con los sectores populares. Si bien la guerra civil no provocó una devastación económica, se emprendió la reorganización de las bases del crecimiento, optando por una vía nacionalista. Entre 1920 y 1940, el nuevo Estado emanado de la revolución se erigió no sólo como protagonista central, sino también como la única entidad capaz de garantizar el adecuado usufructo de los bienes nacionales, la justicia social y el desarrollo del país. En forma paralela, se elaboró un discurso que marcaba un contraste entre el porfiriato como un tiempo histórico caracterizado por la dictadura, el desequilibrio social y la entrega hacia el extranjero, y la inauguración de una nueva época (la revolucionaria) con características opuestas.

Para 1940 llegó a su fin el cardenismo, un sexenio que algunos historiadores consideran la etapa culminante de la revolución en virtud del reparto agrario, la política de nacionalizaciones y expropiaciones, así como el apoyo a la organización de los trabajadores. Fueron seis años de un gobierno que, al margen de su retórica con tintes de socialismo, no estuvieron exentos de contradicciones y limitaciones; los dos últimos fueron críticos: a la inflación se sumó la reacción de algunos sectores de la clase media que vieron en la imposición de una confusa educación socialista, la recepción del exilio español, y el asilo a León Trotsky, un agravio a las libertades individuales y una amenaza comunista. Además, una carrera anticipada por la sucesión presidencial provocó una polarización política (entre izquierda y derecha oficiales) que de nuevo puso al país al borde de la guerra civil; el riesgo se conjuró cuando el presidente Lázaro Cárdenas apoyó como su sucesor a un personaje moderado y conciliador.² No sin tropiezos ni dificultades, aunque sí en la coyuntura favorable de la segunda guerra mundial, se inició un proceso de crecimiento económico que, por sus altos índices, se conoce como el *milagro mexicano*.³

Pero el nuevo escenario estaba lejos de la plena armonía. Ya al final de la etapa armada se evidenciaba una disputa historiográfica: antiguos partidarios villistas, carrancistas, zapatistas y obregonistas trataron de hacer valer su visión de los

acontecimientos, siempre en el marco de la autodefensa. Más profunda, sin embargo, fue la confrontación cultural que la revolución dejó como tarea pendiente a un grupo de artistas, escritores e intelectuales. Como ha señalado el crítico literario Guillermo Sheridan, la revolución mexicana fue un espectáculo que mostró realidades políticas, sociales y culturales que la geografía, el tiempo o la indiferencia habían mantenido ocultas. El asombro que generó la constatación de la diversidad implicó la necesidad de una *redefinición de la patria*. De ahí que, una vez más, como había sucedido en el siglo XIX, se debió afrontar el tema de la identidad y la cultura nacional.⁴

Indigenistas e hispanistas en un plano, nacionalistas y cosmopolitas en otro, protagonizaron una confrontación en la que cada grupo trataba de fijar un pasado fundacional de la nación y una médula cultural de la identidad. Fue una lucha desigual porque el Estado se apropió una de las posiciones en pugna y le brindó todo su respaldo. Nacionalismo e indigenismo defendían una visión de la historia que partía de la grandiosidad de un pasado prehispánico idílico roto por la conquista; seguía luego la imposición de un orden colonial como mecanismo de injusticia y opresión que la independencia no había logrado abolir del todo. Al enarbolar un discurso a favor de los grupos oprimidos (campesinos, trabajadores e indígenas) y de una justicia social que las revoluciones del siglo anterior no habían alcanzado, y al defender un arte y una literatura que dieran cuenta de las luchas del pueblo mexicano, nacionalismo e indigenismo integraron un imaginario histórico y cultural que respondía plenamente a los requerimientos de legitimidad del Estado mexicano, que se autodefinía como nacionalista revolucionario.

Un grupo de intelectuales mexicanos, conscientes de la misión histórica que les asignaba la Revolución (aunque no hubieran participado en ella) encaminaron sus mejores esfuerzos a la construcción de instituciones económicas, educativas o culturales que contribuyeron a la construcción del México posrevolucionario.⁵ La mayoría se había formado en los cauces de una educación positivista de la que fueron críticos y, siguiendo una tradición que venía de finales de la colonia y se fortaleció durante el siglo XIX, fueron receptores de la cultura francesa (la literatura y el arte, pero también la filosofía y otras expresiones del pensamiento).⁶ Por distintas vías, sobre todo con la llegada de los transterrados españoles y la difusión de publicaciones como la *Revista de Occidente*, dirigida por José Ortega y Gasset, algunos miembros de la intelectualidad mexicana entraron en contacto con la filosofía alemana.

A finales de los años cuarenta, el nacionalismo cultural que había extendido su hegemonía a la literatura, la música, la artes plásticas y la danza, mostraba signos de agotamiento.⁷ Nuevas generaciones de artistas y escritores buscaron, como antes lo habían hecho los miembros del grupo Contemporáneos, nuevos cauces para la expresión en las artes y la literatura. Un ejemplo fue Hiperión, un grupo de jóvenes intelectuales que proyectaron hacer de la realidad mexicana y del ser del mexicano objeto de la reflexión filosófica. Entusiastas estudiosos del existencialismo, el historicismo y la fenomenología, trataron de seguir las orientaciones de Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre y José Ortega y Gasset.

En ese horizonte, justo a la mitad del siglo XX, la prestigiada revista *Cuadernos Americanos* publicó *El laberinto de la soledad* de Octavio Paz, quien había enviado el manuscrito desde París, aunque sin grandes expectativas para su publicación. Al paso del tiempo, sobre todo tras la segunda edición por el Fondo de Cultura Económica en 1959, el libro ha tenido una vida editorial intensa, manteniendo una presencia constante en comunidades de lectores de varias partes del mundo.⁸ Por su carácter polémico y polifacético, lo mismo que por la agudeza de las reflexiones que ahí se exponen, es un libro que marca un hito en la historia intelectual de México y de América Latina.

En ocasiones – desafortunadamente – se ha hecho una lectura del *El laberinto de la soledad* como un ensayo sobre de la identidad del mexicano. En el texto que publicó a manera de complemento veinte años después, Paz aludió a esa interpretación: “Tal vez valga la pena aclarar (una vez más) que *El laberinto de la soledad* fue un ejercicio de la imaginación crítica: una visión y, simultáneamente, una revisión. Algo muy distinto a un ensayo sobre filosofía de lo mexicano o a una búsqueda de nuestro pretendido ser. El mexicano no es una esencia sino una historia.”⁹ Es cierto que el carácter del mexicano es objeto de los cuatro primeros capítulos, pero más que a la descripción de un ente inmutable, el estudio se orienta a la interrelación entre la historia y la forma de ser, no sólo en la dimensión de un individuo, sino también en la de una nación. Desde esta perspectiva, se puede distinguir en la construcción de *El laberinto...* dos planos claramente visibles y otro que se localiza en la estructura profunda del texto, en el cual se aprecian los trazos de una estética de la historia.

La forma de ser

Para la indagación de la forma del ser del mexicano Paz tomó como punto de partida la analogía entre México y el mexicano y el adolescente, figuras en las que advierte un estado de interrogación, de búsqueda de sí mismo. Luego se propuso descubrir los rasgos del carácter mediante las actitudes vitales del mexicano que expresan su relación con el mundo, con el trasmundo, con el otro, y consigo mismo (que equivale a la relación con su origen). En esa analogía supone que tanto un individuo como un pueblo contienen una estructura que se despliega en tres niveles: mítico, psíquico e histórico, lo cual explica la convergencia en su estudio de la antropología, el psicoanálisis y la historia.

Para dilucidar la relación con el mundo, eligió el examen de una forma extrema a la que puede llegar el mexicano: la del pachuco (personaje arquetípico de los migrantes mexicanos en Estados Unidos a mediados del siglo XX). Alejado de su herencia cultural (lengua, religión, costumbres), al pachuco “Sólo le queda un cuerpo y un alma a la intemperie, inerme ante todas las miradas. Su disfraz lo protege y, al mismo tiempo, lo destaca y lo aísla.”¹⁰ Se trata de un momento de ocultamiento de su ser. Y cuando trata de salir de sí mismo y lanzarse al exterior, no pretende integrarse a la sociedad estadounidense, la desafía, y tras el desafío viene la persecución que lo convierte en víctima, condición con la que cura su orfandad. La oscilación entre ocultamiento y revelación pone al descubierto su sentimiento de soledad.

Al explorar la relación del mexicano con el otro, Paz pondrá en juego la dialéctica de lo abierto y lo cerrado (que es también uno de los ejes de su interpretación de la historia). Advierte entonces una recurrencia a mecanismos de defensa, máscaras hechas de palabras, silencios y actitudes, que expresan una preferencia por lo cerrado. Es un catálogo que incluye la impasibilidad, la desconfianza, la ironía o el recelo, pero también el hermetismo, el machismo y la predilección por las formas (en lo jurídico, lo social, la religión y el arte) y los formulismos (sociales, morales, burocráticos) y por último, la mentira, la simulación y el disimulo. Si el mexicano se niega a la apertura de su ser –señala– es porque abrirse significa un acto de entrega, de abdicación ante el otro.

Pero no siempre mexicano se mantiene cerrado al exterior; vive momentos de apertura, de renuncia al ocultamiento y a la soledad, una “... ocasión de rebelarse y dialogar con la patria, los amigos, los parientes. Durante esos días el silencioso mexicano silba, grita, canta, arroja petardos, descarga su pistola al aire. Descarga su alma.”¹¹ Son los momentos de la fiesta, civil o religiosa: una interrupción de la marcha del tiempo, que equivale a la fusión de pasado y futuro en el presente. Para el mexicano las fiestas son ante todo un momento de apertura, de salida de sí, de comunión y terapéutica: “Ellas nos liberan, así sea momentáneamente, de todos esos impulsos sin salida y de todas esas materias inflamables ...”¹² Como en las revueltas sociales, la fiesta es ruptura violenta con el mundo establecido, pero más que apertura que lleva al diálogo con el otro, es desgarramiento que se expresa en delirio, canción, aullido o monólogo. La fiesta mexicana es una explosión, violenta, pero efímera: “Ella nos lanza al vacío, embriaguez que se quema a sí misma, disparo en el aire, fuego de artificio.”¹³ Al extinguirse, el mexicano retorna al ensimismamiento, a la soledad, al ocultamiento, al centro de su laberinto.

Para indagar la relación del mexicano con su origen, Paz siguió un procedimiento inusual a partir del análisis semántico de la palabra maldita: *La Chingada*. Tras revisar varios de sus significados, señala que si como entidad espacial *la Chingada* es un lugar vago e indeterminado, en su forma subjetivada tiene un referente preciso: es “... la Madre abierta, violada o burlada por la fuerza”,¹⁴ lo que no depende estrictamente de la violencia, pues se considera que la mujer queda desgarrada o *chingada por el hombre*, aun si su entrega es voluntaria. La representación del conflicto oculto en el origen del mexicano se expresará en una fórmula trinitaria.

El primer elemento de la triada es la figura de Dios Padre, el cual representa la creación, el origen de todas las cosas y la figura patriarcal, pero también la ira, el castigo y el poder arbitrario, atributos que coinciden con la representación mexicana del poder viril encarnado en el macho o *chingón*. De ahí su semejanza a con la figura del conquistador español y el modelo mítico con que los mexicanos representan a los poderosos (caciques, señores feudales, hacendados, políticos, generales y capitanes de industria).

El segundo es el hijo. Frente a la representación de Dios Padre – una figura más bien borrosa –, el mexicano muestra una predilección por la veneración de Dios Hijo, en tanto que víctima redentora e imagen transfigurada de su propio destino. Si la encarnación de los atributos del macho se asocia a la figura de Hernán Cortés, la imagen

de Cristo, “sangrante y humillado, golpeado por los soldados, condenado por los jueces”¹⁵, lleva al mexicano a reconocerse en la imagen de Cuauhtémoc, “...el joven emperador azteca destronado, torturado y asesinado por Cortés...”, en el cual el pueblo de México identifica su propio origen.

La figura de la madre también tiene una representación doble: la imagen protectora de la Virgen de Guadalupe, cuyo culto refleja una situación histórica concreta, material y espiritual; su contraparte es la madre violada, cuya figura se asocia a la Conquista, pues – afirma Paz – ésta “...fue también una violación, no solamente en el sentido histórico, sino en la carne misma de las indias.”¹⁶ Así, el símbolo de la madre violada es la Malinche. Madre (doña Marina) e hijo (Cuauhtémoc) terminan siendo dos símbolos antagónicos y complementarios. En esta triada originaria Cortés y la Malinche, más que figuras históricas, son el símbolo de un conflicto aún no resuelto por los mexicanos. El cuarto capítulo en torno al carácter del mexicano devela la relación consigo mismo y con su origen como ruptura y negación.

La primera parte cierra así con tres proposiciones: el sentimiento de orfandad como fondo constante de las tentativas políticas y los conflictos personales, la dinámica de lo abierto y lo cerrado en la relación con el otro y con el trasmundo, y la definición del mexicano y de la mexicanidad como ruptura y como negación. Descubierta el conflicto que se encuentra en el origen, resulta imprescindible acudir a la historia para ver “...cómo se realizó la ruptura y cuáles han sido nuestras tentativas para trascender la soledad.”¹⁷

La historia

Aunque la referencia a las circunstancias históricas no está ausente en la primera parte del ensayo, en los capítulos quinto a octavo se despliega plenamente una interpretación de la historia de México. En ella, las actitudes vitales que Paz reconoció en el mexicano corresponderán ahora a las oscilaciones de una nación en búsqueda de su filiación. Ubica el origen de esa historia en el periodo de sucesivas etapas de creación, desgaste, recreación y combinación cultural que va de la singularidad de las culturas madres al encuentro con los grupos nómadas de Aridoamérica. Hacia el final, la dominación y la síntesis religiosa y cultural emprendida por los aztecas, configuran los antecedentes sin los cuales la Conquista de México resulta inexplicable. La caída del imperio azteca sólo se comprende al reconocer que éste experimentó “...un desfallecimiento, una duda íntima, que lo hizo vacilar y ceder.”¹⁸ Ese desfallecimiento, al que suceden los estados de abandono y de desamparo, cobra sentido en el marco de una concepción cíclica del tiempo:

“...el tiempo no era una medida abstracta, sino algo concreto, una fuerza, substancia o fluido que se gasta y consume. De ahí la necesidad de los ritos y sacrificios destinados a revigorizar el año o el siglo. Pero el tiempo – o más exactamente: los tiempos– además de constituir algo nuevo que nace, crece, decae, renace, era una sucesión que regresa. Un tiempo se acaba; otro vuelve. La llegada de los españoles fue interpretada por Moctezuma –al menos al principio–

no tanto como un peligro “exterior” sino como el acabamiento interno de una era cósmica y el principio de otra. Los dioses se van porque su tiempo se ha acabado; pero regresa otro tiempo y con él otros dioses, otra era.”¹⁹

El abandono resulta más dramático en tanto que los dioses aztecas no eran sólo representaciones de la naturaleza, sino también encarnación de los deseos y de la voluntad de la sociedad. Al final de su historia, los aztecas experimentan el escalofrío de la muerte en plena juventud. De la relación de estas ideas con las del primer plano, Paz infiere que el desamparo y la orfandad configuran uno de los vértices de los que se desprenden la historia de México y el carácter dramático que la preside.

A la conquista siguió la edificación de un orden colonial con la impronta de la nación conquistadora. España – advierte – fue medieval al erigirse en defensora de la fe y al hacer de sus soldados los guerreros de Cristo; lo fue en varias de las instituciones que creó en la Colonia y en virtud de muchos de los hombres que las establecieron. Pero, al mismo tiempo, el espíritu que anima los descubrimientos y aun la conquista misma era tan renacentista como los gustos literarios de los conquistadores. A fin de cuentas, la Nueva España se erigirá como un sólido edificio social a imagen y semejanza de la metrópoli y fundado en la coherencia de los principios jurídicos, económicos y religiosos que articula una relación viva y armoniosa de las partes con el todo. De ese orden resultó *un mundo suficiente*, cerrado al exterior pero abierto a lo ultraterreno, cualidad que lo distingue de otras experiencias de dominación en las que la imposición de un nuevo orden cerró toda forma de participación a los dominados (como sucedió en Norteamérica). Al paso del tiempo la Colonia, y España misma, perderían su impulso creador para convertirse en un cuerpo deshabitado.

Al pasar al siguiente periodo histórico, Paz señala que independencia inauguró un nuevo tiempo, pero la novedad es aparente porque la adopción de una legislación constitucional, más o menos liberal y democrática, se convirtió en manifestación de una inautenticidad histórica. Mientras que en Estados Unidos y en Europa la legislación corresponde a una realidad histórica (el ascenso de la burguesía, consecuente con la Revolución Industrial y con la destrucción del viejo orden), en Hispanoamérica fue una máscara de modernidad que ocultó las supervivencias del orden colonial.

Sólo la Reforma consumará la ruptura con el orden colonial por la vía de una triple negación: de la herencia española, del pasado indígena y del catolicismo colonial. En esta interpretación histórica del siglo XIX mexicano, Paz extiende el procedimiento que ya había puesto en juego en el capítulo anterior. Destaca, sobre todo, el recurso a la analogía, la paradoja y la comparación. Por otra parte, ha introducido algunos elementos básicos que modelan su visión de la historia: la relación de correspondencia o no correspondencia entre las ideas y la realidad, la referencia a la lógica de la historia y la doble significación de los hechos históricos.

Si la Conquista significó una ruptura profunda con el mundo histórico mesoamericano, también representa el origen de México en tanto que acto fundacional de un orden y una tradición. En la historia subsecuente Paz descubre una sucesión de tentativas de ruptura que casi siempre terminan en la continuidad del orden colonial y en

la adopción de sustituciones y superposiciones históricas que tienden a ocultar o negar la realidad mexicana. Al llegar al momento previo a la Revolución Mexicana, se advierte de nuevo el procedimiento analógico con relación al primer plano: la situación que expresan las relaciones del mexicano con el otro, con el mundo y el trasmundo y consigo mismo, así como algunas de sus actitudes (la mentira, la simulación y la negación de sí mismo), es también la situación y los rasgos de ese otro sujeto histórico que es México:

“Vivíamos una vida envenenada por la mentira y la esterilidad. Cortados los lazos con el pasado, imposible el diálogo con los Estados Unidos - que sólo hablaban con nosotros el lenguaje de la fuerza o el de los negocios -, inútil la relación con los pueblos de lengua española, encerrados en formas muertas, estábamos reducidos a una imitación unilateral de Francia, que siempre nos ignoró. ¿Qué nos quedaba? Asfixia y soledad.”²⁰

Desde esta perspectiva, la Revolución Mexicana constituye, un momento álgido en la dialéctica de lo abierto y lo cerrado: voluntad de regreso a la madre, búsqueda lenta y pródiga en confusiones, súbita inmersión de México en su propio ser, fiesta, negación del formulismo y de las formas, del disimulo y de la mentira. La Revolución devela la otra cara de México, aquella que fuera ignorada por la Reforma y humillada por la dictadura de Díaz. La Revolución Mexicana fue revuelta y comunión.

La estética de la historia

El modelo antropológico

El mexicano, el personaje que transita por *El laberinto de la soledad*, es al mismo tiempo todos los hombres: posee una estructura compleja e irreductible. Puede oscilar entre la soledad y la comunión porque es un ser social; su forma de ser se configura por medio de su relación con el mundo y con el trasmundo, con lo sagrado y consigo mismo. Por tanto, su condición vital e histórica resulta inseparable de los sistemas simbólicos que expresan esos vínculos. Posee una estructura psíquica en la que destaca “...la existencia de un psiquismo inconsciente - tan inconsciente como fundamental - en el cual permanecen ‘enterradas’, pero no por completo destruidas, las distintas edades psíquicas, sobre todo las más arcaicas.”²¹ Paz ve en él un trasfondo mítico del que destacan, básicamente, los mitos de la unidad original y del ser caído que los románticos alemanes pensaron en términos del hombre en general y que el autor de *El laberinto...* singulariza en la experiencia histórica del mexicano que parece ir en busca de su origen: “Va detrás de su catástrofe: quiere volver a ser sol, volver al centro de la vida de donde un día - ¿en la Conquista o en la Independencia? - fue desprendido. Nuestra soledad tiene las mismas raíces que el sentimiento religioso. Es una orfandad, una oscura conciencia de que hemos sido arrancados del Todo y una ardiente búsqueda...”²²

Este modelo antropológico se completa con la dimensión histórica. Pero es una historicidad radical, porque hombre e historia no son dos realidades distintas; como si una de ellas produjera unilateralmente a la otra: “El hombre no sólo es fruto de la

historia y de las fuerzas que la mueven, como se pretende ahora; tampoco la historia es resultado de la sola voluntad humana - pretensión en que se funda, implícitamente, el sistema de vida norteamericano. El hombre, me parece, no está en la historia: es historia.”²³ La historia no es aquí un continuo temporal que antecede siempre al presente del hombre; no es el pasado la fuerza o el ímpetu y el presente el movimiento resultante. Historia es pasado, presente y futuro encarnados, por así decirlo, en el ser humano. Si no posee una naturaleza inmutable, porque el cambio y la indeterminación son la única constante de sus actitudes vitales, entonces el ser humano se define como posibilidad.

El sustrato historiográfico

En la visión de Paz, los hechos son históricos por ser hechos humanos: problemáticos, singulares y de interacción recíproca. En el capítulo tercero, al preguntarse por la razón del carácter de los mexicanos, sugiere que podría responderse que aquél es resultado de las circunstancias históricas. Pero - objeto él mismo - se trata de una explicación cuyo defecto es la simplicidad, pues “Nuestra actitud ante la vida no está condicionada por los hechos históricos, al menos de la manera rigurosa con que en el mundo de la mecánica la velocidad o la trayectoria de un proyectil se encuentra determinada por el conjunto de factores conocidos.”²⁴ En este aspecto, sustituye la relación causa - efecto por una relación de acción recíproca, al subrayar que “Las circunstancias históricas explican nuestro carácter en la medida que nuestro carácter también las explica a ellas. Ambas son lo mismo.”²⁵ También introduce el tema - que desafortunadamente sólo enuncia - del conflicto entre libertad y fatalidad: “...los hechos históricos no son nada más hechos, sino que están teñidos de humanidad, esto es, de problematicidad. Tampoco son el resultado de otros hechos, que los causan, sino de una voluntad singular capaz de regir dentro de ciertos límites su fatalidad.”²⁶

El laberinto de la soledad devela otra característica de los hechos históricos: su doble significación. Un mismo hecho muestra a la vez dos facetas o aspectos, en ocasiones opuestos: el mundo mesoamericano es diverso y homogéneo; la Conquista, ruptura y fundación; la Colonia, orden cerrado y abierto; la Independencia, disgregación del imperio español y surgimiento de una pluralidad de Estados; la Reforma liberal, negación del pasado y afirmación del futuro; el porfiriato, modernidad y feudalismo, la Revolución, revuelta y comunión, desesperación y redención.

Además de la sucesión lineal de acontecimientos o periodos, Paz sugiere un fenómeno de superposición de épocas, tiempos o niveles históricos, que puede percibirse - señala - tanto en una sola alma como en el plano de la nación, de una región o una ciudad. Su percepción parece una resonancia de las imágenes que otro poeta describiera en 1921: “Hijos pródigos de una Patria que ni siquiera sabemos definir, empezamos a observarla. Castellana y morisca, rayada de azteca, una vez que raspamos de su cuerpo la pintura de olla de silicato, ofrece -digámoslo con una de esas locuciones pícaras de la vida airada- el café con leche de su piel.”²⁷ Pero en Paz se trata más bien de una especie de extensión del tiempo histórico que emerge por medio de la expresión, de manera que en ocasiones “...como las pirámides precortesianas que

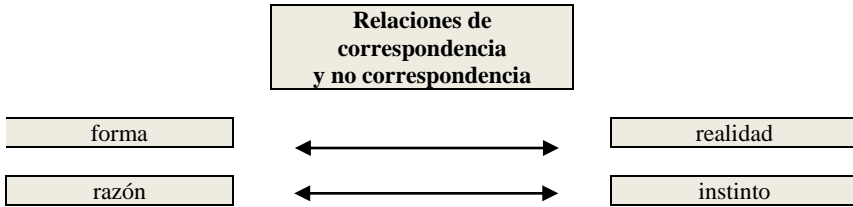
ocultan casi siempre otras, en una sola ciudad o en una sola alma se mezclan y superponen nociones y sensibilidades enemigas o distantes.”²⁸

Los opuestos y el ritmo histórico

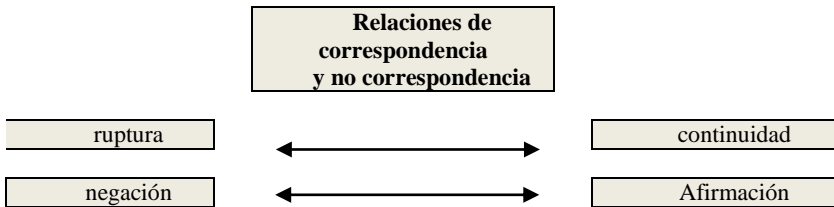
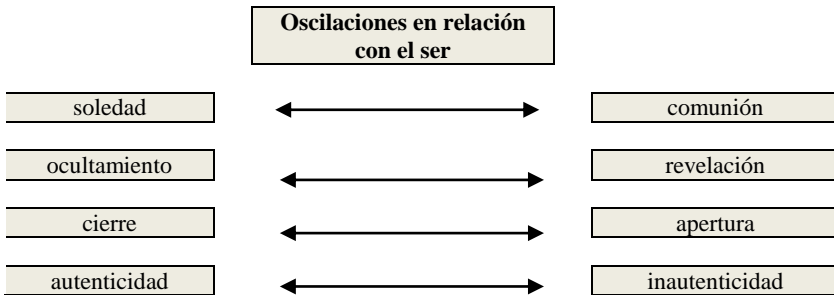
En tanto que la historia de México es análoga al devenir del mexicano, un aspecto central de los conflictos de aquella radica en los vínculos entre la realidad y las formas, uno de los planos en que se manifiesta la lucha entre la razón y el instinto: “En cierto sentido la historia de México, como la de todo mexicano, consiste en una lucha entre las formas y las fórmulas en que se pretende encerrar a nuestro ser y las explosiones con las que nuestra espontaneidad se venga.”²⁹ A su vez, esa falta de correspondencia, se relaciona con la “imitación extralógica” y la inautenticidad histórica: “Entre el sistema y el que lo adopta se abre así un abismo, muy sutil si se quiere, pero que hace imposible toda relación auténtica con las ideas, que se convierten a veces en máscaras.”³⁰ La inautenticidad, en este sentido, se traduce no sólo en el ocultamiento, negación o mutilación del ser propio, sino también en una pérdida de la filiación histórica. En varias ocasiones Paz alude a las *formas* como esquemas de la razón a los que se ha querido someter la realidad: “A veces las formas nos ahogan. Durante el siglo pasado los liberales vanamente intentaron someter la realidad del país a la camisa de fuerza de la Constitución de 1857. Los resultados fueron la Dictadura de Díaz y la Revolución de 1910.”³¹ La estética de las correspondencias del romanticismo se convierte aquí en una especie de lógica de las correspondencias entre una realidad histórica y los esquemas de la razón.

Continuidad y ruptura, forma y realidad, razón e instinto son modalidades históricas que se proyectan sobre el fondo de la dialéctica de lo abierto y lo cerrado: “Nuestro grito es una expresión de la voluntad mexicana de vivir cerrados al exterior, sí, pero sobre todo, cerrados frente al pasado.”³² En varios los pasajes de *El laberinto...* el ritmo de la historia es una oscilación entre lo abierto y lo cerrado, como en la descripción del orden colonial: abierto a la participación, será también un mundo “implacablemente cerrado a toda expresión personal. Mundo cerrado al futuro.”³³ La Reforma, a su vez, será un nuevo intento por insertar a México en un orden abierto y universal, sólo que la inautenticidad de sus ideas conducirá a la dictadura, primero, y a la Revolución después. El México contemporáneo se encuentra, a los ojos de Paz, ante el reto de insertarse auténticamente en la universalidad, lo cual equivale a abandonar el estado de soledad para acceder a la comunión.

La imagen de ritmo histórico se conforma en *El laberinto...* a partir del juego a que da lugar una abundante construcción de analogías, comparaciones y paradojas. De ellas resulta –como pretendían los románticos alemanes– una estética de las correspondencias. Hay así dos estructuras binarias cuya oposición se resuelve históricamente como correspondencia o no correspondencia:



Pero estas dos oposiciones -aun siendo primordiales- no son las únicas. A lo largo del ensayo aparecen otros elementos binarios que ya no se resuelven sólo en términos de correspondencia, sino que marcan los extremos de una oscilación en dos niveles distintos: el del ser y el de la relación presente-pasado.



Con este segundo nivel de oposiciones se completa la imagen del ritmo histórico como un movimiento oscilatorio, que no equivale al eterno retorno, pues el regreso a un estado de soledad, de negación o de cierre no implica la repetición de la historia, sino una nueva circunstancia, una nueva posibilidad de trascendencia (hacia la comunión con el otro, la afirmación y la apertura del ser). Esta visión de la historia es teleológica: el sentido del movimiento oscilatorio es la aspiración a la síntesis de los contrarios, la restauración de la unidad perdida y, por tanto, la comunión. Ese *telos* - que equivale a la salida del laberinto luego de haber encontrado el centro - constituye una de las aspiraciones de la poética de los románticos alemanes que se expresa en el marco de la tradición simbólica:

“La aspiración a la síntesis de los contrarios permanece con todo llena de agitación y sufrimiento, en tanto no se resuelve de modo sobrenatural. Por eso el paso de la tesis a la ambivalencia es doloroso, y el de la ambivalencia al éxtasis, difícil de alcanzar. El símbolo del ‘centro’, de la rosa azul, la flor de oro, la salida del laberinto, pueden aludir a ese encuentro de la conjunción de conciencia e inconsciente, como de amado y amada.”³⁴

La soledad tiene en el ensayo la connotación de diferencia, de desamparo y de orfandad. No se refiere a una situación física de aislamiento, sino a una condición de la conciencia o del alma. Así, el *laberinto de la soledad* es una metáfora que designa la situación del mexicano en el mundo y la forma del devenir. La historia se desenvuelve a través de un movimiento particular, no estrictamente lineal, sino laberíntico. Un movimiento, como se ha visto, que oscila entre momentos de cierre y apertura, de negación y afirmación, de continuidad y ruptura, de ocultamiento y revelación; cada uno de los polos opuestos va configurando lo intrincado, lo propiamente laberíntico, del devenir. El sentido de ese movimiento, su *telos*, es la llegada al centro del laberinto (conocimiento de sí mismo) y la posterior salida (trascendencia de la soledad) hacia la comunión.

El laberinto... es producto de un reencuentro de la historia con la poesía y, en este sentido, la interpretación histórica de Paz equivale a una estética del devenir: una manera de mirar, captar y pensar la tensión que marca el pulso del estar siendo. Y es que la constante que se aprecia en esa interpretación es el estrecho vínculo que establece entre historia, creación y expresión. Más que a través de la sucesión lineal de acontecimientos - o en forma paralela a ella -, la historia se realiza como un proceso creativo de formas. Formas de hacer y producir, de organización social y política; de relacionarse con el mundo, con el otro, con el trasmundo y consigo mismo; en síntesis, con todo cuanto abarca el concepto de cultura. La historia que fluye por *El laberinto de la soledad* es un relato que se configura mediante el despliegue de la capacidad creativa de una sociedad para producir formas; de ahí que guarda elementos interpretativos que la acercan a la visión de la historia de Vico, Hegel, Marx, Toynbee y Cassirer. La creación de formas que expresan al ser (o a la realidad) se convierte así en el núcleo del dinamismo de la historia; si bien aquello que genera el movimiento es también su contenido: por eso el hombre no tiene historia, es historia; por eso el carácter explica la historia, sólo en la medida que la historia explica al carácter.

En la estética del devenir que se advierte en *El laberinto de la soledad* la correspondencia entre historia, creación y formas de expresión del ser es un ideal, pues no siempre las formas corresponden al ser o a su realidad (en algunas ocasiones lo ocultan y en otras lo niegan); y la creatividad, por su parte, no describe un continuo inalterable (hay momentos de desgaste, de imitación, de pérdida de libertades o del ímpetu para crear). Por eso el fluir de los hechos constituye un proceso que implica despliegue y repliegue, soledad y comunión, continuidad y ruptura, cierre y apertura; linealidad y oscilación.

La indagación acerca de la poética de la historia en *El laberinto de la soledad* me ha conducido, al final, a identificar en ese ensayo una estética del devenir que recoge la aspiración de Friedrich von Schlegel de enlazar el mundo fenoménico con el mundo nouménico, la poesía con la prosa, el conocimiento por vía racional con el que entrega la intuición poética. Aspiración que encaja bastante bien con la forma en que Paz concibe a la historia (historiografía): arte y ciencia a la vez. En su ensayo de interpretación histórica se integran, sin contradicción aparente y con una carga de significación semejante, lo mismo el modelo para el estudio de las sociedades humanas de Toynbee que las imágenes poéticas de Ramón López Velarde. Es esa tendencia a la unidad la que permite conjugar los trazos de una historia que aborda lo social y lo político con los estados del alma: en la medida que los hechos históricos están teñidos de humanidad, desfallecimiento, soledad, desamparo, orfandad y desnudez son imágenes que transitan de la poesía a la historia para formar parte de una peculiar representación del devenir histórico.

Notas e referências

- ¹ *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*, trad. de Stella Mastrangelo, México, FCE, 1992.
- ² La decisión recayó en el general Manuel Ávila Camacho, haciendo a un lado a Francisco J. Múgica, más ligado a la izquierda y quien, se pensaba, daría continuidad al proyecto cardenista, pero cuyo radicalismo habría ahondado la confrontación política.
- ³ R. HANSEN, *La política del desarrollo mexicano*, trad. de Clementina Zamora, México, Siglo XXI Editores, 1971. En su estudio, ya clásico, Hansen puso énfasis en que la política económica tuvo éxito en cuanto a los mecanismos de crecimiento, el cual contrastó con los mecanismos de distribución de la riqueza (aumentaron los ingresos de las clases más altas y los de la más bajas disminuyeron).
- ⁴ *México en 1932: La polémica nacionalista*, México, FCE, 1999.
- ⁵ Alfonso Reyes, José Vasconcelos, Daniel Cosío Villegas, Jesús Silva Herzog, Manuel Gómez Morín, entre otros, tuvieron una participación decisiva en la creación instituciones como la Secretaría de Educación Pública, el Fondo de Cultura Económica, El Banco de México y El Colegio de México.
- ⁶ La lengua extranjera predominante fue durante mucho tiempo el francés; a partir de la posguerra su predominio fue sustituido por el inglés.
- ⁷ En realidad no desapareció, pero se mantuvo como elemento central del discurso cultural oficial.
- ⁸ Hasta el año 2000, cuando tuve oportunidad de consultar el archivo histórico del Fondo de Cultura Económica, una aproximación a partir de los tirajes de las distintas ediciones hacía suponer la circulación de un millón de ejemplares.
- ⁹ *Posdata*, México, Siglo XXI Editores, 1979, p. 10.
- ¹⁰ *El laberinto de la soledad*, p. 17. En todos los casos, en este artículo se cita la edición que forma parte del volumen 8 de las *Obras completas de Octavio Paz*, 2ª edición, México, FCE/Círculo de Lectores, 1994.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 74. Estas consideraciones exigirían una precisión, pues Paz deja de lado que la fiesta, civil o religiosa, implica también cumplir con una serie de formulismos.
- ¹² *Ibid.*, p. 77.
- ¹³ *Ibid.*, p. 78.
- ¹⁴ *Ibid.*, p. 97.
- ¹⁵ *Ibid.*, p. 100.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 101.
- ¹⁷ *Ibid.*, p. 103.
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 107.

-
- ¹⁹ Ibid. La cita, además de mostrar el grado de comprensión con el que Paz se acerca al México prehispánico, indica el que será un tema recurrente tanto de su obra poética como de las obras de interpretación histórica: el tiempo y lo sagrado. Entrecorillado del autor.
- ²⁰ Ibid., p. 135.
- ²¹ Juliana GONZÁLEZ, “Una lectura filosófica de El laberinto de la soledad”, *Memoria del coloquio internacional “Por El laberinto de la soledad, a 50 años de su publicación”*, México, Fundación Octavio Paz, 20001, p. 59. Entrecorillado de la autora.
- ²² Ibid., *El laberinto de la soledad*, p. 55.
- ²³ Ibid., p. 58.
- ²⁴ Ibid., p. 91.
- ²⁵ Ibid., p. 92.
- ²⁶ Ibid., p. 91.
- ²⁷ Ramón López VELARDE, “Novedad de la patria”, *Obras*, comp. de José Luis Martínez, México, FCE, 1990, p. 283.
- ²⁸ Juliana GONZÁLEZ, *El laberinto de la soledad*, cit., pp. 48–49.
- ²⁹ Ibid., p. 63.
- ³⁰ Ibid., p. 134.
- ³¹ Ibid., p. 63.
- ³² Ibid., p. 102.
- ³³ Ibid., p. 123.
- ³⁴ J. E. CIRLOT, *Diccionario de los símbolos*, Madrid, Ediciones Siruela, 19997, p. 110.

O intelectual Paulo Freire e a alfabetização dos anos de 1960

Nathalia Rodrigues Faria*

Introdução

Assim como fora dito por Fávero a década de 1960 foi um período da história extremamente *crítico e criativo*¹, marcado por agitações políticas, conflitos nacionais e internacionais. A *retórica apocalíptica*² da Guerra Fria, a Revolução Cubana – e a sua consequente definição de um sistema socialista de governo – a Guerra do Vietnã, a Revolta Argelina, são apenas alguns exemplos das incertezas que permeavam o pensamento mundial. No Brasil, os acontecimentos do começo da década³ já apontavam para a especificidade daquele momento na história política do nosso país, além disso, novas possibilidades, como as reformas de base⁴, suscitavam discussões, reflexões e conflitos.

No que diz respeito à educação, o panorama sociopolítico do Brasil, em 1961, era alarmante: dos 70.779.352 de habitantes, 39,5% eram analfabetos, “distribuídos nas faixas de 15 a 69 anos. Da população estudantil, 5.775.246 de alunos estavam matriculados na rede do ensino primário, 868.178 no ensino médio, 93.202 no ensino superior e 2.489 nos cursos de pós-graduação.”⁵ Os dados apontados demonstram que o Brasil era um país com um enorme contingente de analfabetos, e que aqueles que eram alfabetizados passavam por um afunilamento no processo educacional, “menos de 15% da população estudantil do ensino primário passava para o ensino médio”⁶. Se considerarmos, o fato de que a Constituição em vigor (1946) tinha como condição primária para a participação nas eleições, ser alfabetizado, veremos que, quase 40% da população do Brasil – o equivalente a 16 milhões de pessoas – estava excluída da eleição de seus representantes.

Envoltos por esse clima de incertezas e possibilidades, “crítico e criativo”, algumas pessoas e movimentos despertaram para um debate denso acerca da

* Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ.

realidade brasileira, seus limites e desafios, em especial para a problematização da cultura (popular) e da educação(popular), como o professor Paulo Freire.

Cultura e Educação Popular

Inúmeras reflexões já foram feitas a respeito da conceitualização de cultura. A rigor, são relacionadas à distinção entre algo que não é exclusivamente da natureza. De forma geral, as principais definições consideram: o *aspecto subjetivo*, exprimindo a cultura como “processo de desenvolvimento do sujeito que edifica o mundo cultural” e o *aspecto objetivo*, que exprime a cultura “como processo de desenvolvimento do mundo a ser transformado pelo homem: são as obras culturais.”⁷ O que para Osmar Favero⁸ poderia ser resumido na seguinte afirmação:

“... a cultura é o processo histórico (e portanto de natureza dialética) pelo qual o homem, em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e com os outros homens, transforma a natureza e se transforma a si mesmo, construindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas e realizando-se como homem neste mundo humano”

Sendo assim, àquele momento, questionava-se o que seria cultura popular, se toda cultura era eminentemente popular, se existiria alguma cultura que não fosse popular. Questionamentos esses que não iniciaram nos anos de 1960, tampouco se originaram no Brasil, mas que refletiam um debate feito em vários países da Europa e nos países socialistas da época, como a China, onde “discutia-se a elitização da cultura e o acesso do povo aos bens culturais”⁹.

Para Carlos Estevam, “a cultura popular, essencialmente, diz respeito a uma forma particularíssima de consciência: a consciência política, a consciência que imediatamente deságua na ação política. Ainda assim, não na ação política em geral, mas a ação política do povo”.¹⁰ Para esse autor, a cultura popular poderia estabelecer-se de varias maneiras, entretanto, todas serviriam ao mesmo propósito, “que é a educação revolucionária das massas”.¹¹

Sendo assim, percebemos a relação necessária entre cultura popular e educação popular. Para Favero, a educação popular, estaria subordinada a cultura popular, e assim como ela seria uma das formas de luta popular que surgiram no Brasil nos anos de 1960, onde “tudo se refez e tudo se imaginou criar ou recriar, a partir da conscientização e da politização – ou seja, da organização das classes populares”,¹² tendo como instrumentos os núcleos populares, o teatro, as praças de cultura, a alfabetização, entre outros.¹³

A alfabetização de jovens e adultos e o método anterior a Freire

Uma das principais características remanescentes da formação – desigual e elitista – do nosso país é o analfabetismo. As classes populares foram, ao longo

dos anos, excluídas da participação e das benesses proporcionadas pelas esferas políticas, sociais e econômicas.

Analfabetismo na faixa da população de 15 anos ou mais				
Ano	Total*	Analfabeta*	Taxa de analfabetismo	Taxa de Queda do Analfabetismo
1900	9,728	6,348	65,3	-
1920	17,564	11,409	65,0	0,3
1940	23,648	13,269	56,1	8,9
1950	30,188	15,272	50,6	5,5
1960	40,233	15,964	39,7	10,9
1970	53,633	18,100	33,7	6,0
1980	74,600	19,356	25,9	7,8
1991	94,891	18,682	19,7	6,2
2000	119,533	16,295	13,6	6,1

*Em milhares
Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Nos anos anteriores a 1950, os analfabetos eram mais da metade da população; é somente a partir desse período que podemos observar um maior número de alfabetizados em nosso país, e em especial, é a partir dos anos de 1960 que observamos haver uma redução ainda mais significativa nesse número: mais de 10%.

Entre 1947 e final dos anos de 1950, o governo federal investiu em campanhas de alfabetização de jovens e adultos para responder a esse déficit educacional do país, visando, em especial, a população mais pobre que não havia tido acesso aos bancos escolares em *idade apropriada*. Foram elas: *Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos* (CEAA), *Campanha Nacional de Educação Rural* (CNER), *Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo* (MNEA). Simultaneamente a essa última, foi organizado também o *Sistema Rádio Educativo Nacional* (SIRENA). Interessa-nos aqui, a orientação metodológica que seguiam: o *Método Laubach*.

A primeira grande campanha nacional, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi lançada em 1947, no governo Dutra, como consequência do Decreto nº 19.513 de 25 de agosto de 1945, instituído no governo Vargas, que dispunha a respeito da concessão de auxílios ao Fundo Nacional do Ensino Primário. Iniciou-se sob a coordenação do Professor Lourenço Filho, nos anos de 1947-1950, período onde residem os principais avanços do projeto. Com autorização do Ministério da Educação e Saúde foi instalado a entidade responsável pela orientação e coordenação da Campanha: o

Serviço de Educação de Adultos (SEA). O SEA trabalhou na preparação de planos anuais para o ensino supletivo, mobilização junto a opinião pública em favor da educação de adultos e ainda em 1947, o setor pedagógico do SEA concluiu a elaboração de cartilhas e textos que serviriam na alfabetização dos jovens e adultos, e investia na sua distribuição para as unidades de ensino instaladas.¹⁴

As cartilhas do SEA tinham como base o *Método Laubach*. O missionário, norte-americano, Frank Charles Laubach (1884-1970) criou um método de alfabetização de adultos inicialmente para ser empregado nas Filipinas, em 1915, sendo posteriormente estendido para vários países da América, inclusive o Brasil, onde esteve em meados dos anos de 1940, desenvolvendo palestras em Recife e divulgando seu método.

A proposta do *Método Laubach* era baseada essencialmente, na divisão silábica, na oralidade e nas imagens correspondentes. A partir da imagem de uma determinada figurava, demonstrava-se a divisão de suas sílabas, reforçando em cada uma delas o seu *som*, para a formação de novas palavras e pequenas frases.

O ensino, teoricamente, neutro, não se apropriava da realidade do educando, não se relacionava ao contexto familiar, social, econômico e/ou político de cada um, seu objetivo era estritamente, inculcar habilidades de leitura e escrita. Assim deu-se o *Primeiro Guia de Leitura – LER*, distribuído amplamente pelo Ministério da Educação, em todo o país. Ainda em consonância com as orientações de Laubach, foi também produzido pelo SEA um *Segundo livro de leitura – Saber*, com a finalidade de avançar nos estudos iniciados com o Primeiro livro. Com lições simples, seu objetivo era desenvolver a leitura aliada a noções básicas nos campos da saúde, da higiene, da alimentação, das técnicas de trabalho cooperativo e da educação moral e cívica. Além dos dois livros iniciais, foram distribuídos o *Caderno de Aritmética* e o *Alfabeto de Saúde*, assim como os livros de orientação para professores: *Guia de Leitura*, *Guia de Linguagem*, *Guia de Matemática* e *Guia de Alimentação*. Houve ainda outras publicações sobre temas diversos, como: *Malária*, *Tuberculose*, *Maria Pernilonga*, *Tirar leite com ciência*, *Uma das melhores frutas do mundo*, *Lindaura vai fazer manteiga*, *O grão de ouro*, *Guerra à saúde*, *Terra cansada*, etc.¹⁵

Dentre as características do *método Laubach*, destacamos¹⁶:

“1-Ensina o estudante a pronunciar as sílabas e as letras de maneira rápida, fácil, e tão agradável quanto seja possível, após o que ele poderá pronunciar todas as palavras do seu próprio idioma.

2-Como auxiliar para a memória se empregam três ou quatro palavras-chaves, as quais contem as consoantes empregadas na linguagem, seguidas por uma vogal. Cada sílaba aparece cinco vezes em palavras ou frases curtas, de maneira que possa ser reconhecida cada vez que apareça.

3-Depois que os alunos tiverem aprendido os primeiros diagramas, introduz-se uma canção bem conhecida. [...]

11- Gravam-se discos com canções, contos populares etc. Isto ajuda o alfabetizado a apreciar sua própria literatura.”

A partir de final dos anos de 1950, outro método de alfabetização passou a ganhar destaque e importância se contrapondo ao método e as cartilhas anteriores.

Paulo Freire e o método de alfabetização

A elaboração de um novo método de educação que propiciasse a alfabetização de jovens e adultos trabalhadores de forma rápida e consciente se contrapunha aos métodos empregados anteriormente porque considerava as experiências dos educandos, e não impunha conceitos, ou metodologias prontas, alheias a eles, que eram empregadas na alfabetização de crianças.

O Método Paulo Freire, como ficou conhecido, fora formulado a partir das experiências do educador pernambucano Paulo Reglus Neves Freire (1921-1992). Freire se destacou, inicialmente, por seus projetos na educação. Foi relator da Comissão Regional de Pernambuco e autor do relatório *A educação de Adultos e as Populações Marginais: O Problema dos Mocambos*, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958), onde propunha fundamentar a educação na consciência e na realidade dos alfabetizandos. Colaborou para a fundação do *Movimento de Cultura Popular* (MCP) e influenciou a *Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Em um de seus trabalhos mais conhecidos, na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte, foram alfabetizados, com o seu método de alfabetização, 300 trabalhadores em 45 dias¹⁷.

Quanto às fases do Método, iniciar-se-ia com um “levantamento do universo vocabular dos grupos”¹⁸ com o qual seriam alfabetizados, feito de forma informal com os moradores da área. A partir desse levantamento, seriam escolhidas as palavras geradoras¹⁹ utilizadas com cada grupo específico. Em um terceiro momento, seriam criadas situações típicas da realidade daqueles educandos, que proporcionariam o debate, “levando aos grupos a se conscientizarem para que concomitantemente se alfabetizem”²⁰. Posteriormente, seriam elaboradas fichas-roteiro, fichas de cultura, para auxiliar os coordenadores no debate. Por fim, a preparação de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas.

O Método Paulo Freire deveria ser “ativo, dialógico, crítico e criticizador”²¹. Palavras como: casa, pobreza e trabalho possuiriam mais significância na vida daqueles alunos-trabalhadores do que “Eva viu a uva”²² das cartilhas empregadas anteriormente. O objetivo era ressignificar a alfabetização de jovens e adultos, respeitando a sua cultura e história, trazendo para os *Círculos de Cultura*²³ todo o

universo social de *leitura de mundo* desses educandos. Um método de alfabetização sem leituras *infantilizadas* e/ou alienadas, mas construído por experiências vividas.

As fichas de cultura suscitariam o debate e evidenciariam as palavras geradoras, iniciando o processo educacional. É importante destacar que para Freire a alfabetização não precederia a tomada de consciência crítica da realidade, ou vice-versa, ambas deveriam caminhar juntas no processo educacional, por isso as palavras geradoras não deveriam ser descontextualizadas da realidade de cada educando.

Mais que aprender a ler as palavras, o método levaria a “ler o mundo e o seu contexto”²⁴, por isso a importância das imagens passadas em *slides* (os *filminhos* como eram chamados pelos educandos), que demonstrassem a realidade, que possibilitassem *enxergar o mundo*. É importante destacar essa perspectiva identificada entre as expressões utilizadas por educandos e educadores de: “Ver o mundo, Ler o mundo” relacionando-os a conscientização, pois cremos que o diferencial desse método residia justamente nos seus objetivos (não só de alfabetização, como também de conscientização) decorrente do pensamento do seu principal idealizador: o intelectual Paulo Freire.

Um “perturbador do *status quo*”, é assim que deve se comportar o intelectual para Edward Said. A principal questão para Said, é que o intelectual não deve estar a favor do governo ou de uma corporação, mas sim das pessoas e problemas esquecidos por eles.²⁵ Pessoas esquecidas como eram os trabalhadores rurais do sertão do Rio Grande do Norte. Problema esquecido – e de difícil resolução – como o analfabetismo. Um intelectual questionador, como Paulo Freire, que nos anos de 1960, trouxe a tona problemas e pessoas negligenciadas e uma solução revolucionária.

Em 1960, 75% da população com mais de quatorze anos era analfabeta ou semianalfabeta em Angicos, município localizado na zona do sertão norte-riograndense. No mesmo período, das mil crianças que nasciam, apenas quatrocentas sobreviviam. A cidade com 1551 pessoas possuía trezentas ligações elétricas e nenhum abastecimento de água. Apenas um médico, um farmacêutico, uma escola pública e quatro particulares atendiam a todo o município de 9542 habitantes. Dessa forma, para Antonio Terra, “Angicos adequava-se às exigências necessárias para ser uma região disparadora do processo de sistematização da pedagogia de alfabetização de adultos em 40 horas, pois apresentava as piores condições possíveis.”²⁶

Antonio Gramsci, ao afirmar que “todos os homens são intelectuais” nos leva a perceber que todos possuem uma *concepção de mundo*, contribuindo, assim, para manter ou modificar a concepção da realidade em que vivem²⁷. Sendo assim, somos levados a crer que o povo (mesmo, ou talvez justamente, os mais humildes) possuía a percepção da conjuntura social que vivia, precisando apenas, de algo, ou alguém, que o despertasse para reivindicação de sua transformação.

Em consonância com Gramsci, entretanto, ressaltamos que, embora todos sejam intelectuais, nem todos desempenham essa função. Nos escritos de Freire, podemos perceber que cabia a ele a função social de intelectual referida por Gramsci, agindo na incitação de seus educandos a participarem ativamente, como *sujeitos da história*²⁸, nessa busca por mudanças. Compreendemos ainda, a ação de Freire em seu método de alfabetização crítica e consciente, como uma das tarefas colocadas para o intelectual de Said, em um “esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação”²⁹.

Considerações finais

A partir da segunda metade do século XX, Paulo Freire passou a ser reconhecido como o principal idealizador do Método de Alfabetização que levava o seu nome. Sua percepção da alfabetização como um instrumento de luta popular, no viés da educação popular, fez com que o Método se diferenciasse dos métodos empregados anteriormente.

Não desconsideramos a importância do Método Laubach naquele momento histórico, entretanto, sua metodologia educacional era descontextualizada, não considerando a realidade de cada turma, tampouco do próprio país. Seu objetivo final era a alfabetização. Para Freire a alfabetização não era um fim, e sim, um meio, ainda que fundamental, para a transformação da sociedade.

Ao considerarmos Paulo Freire um intelectual, podemos analisar com maior precisão suas ações desenvolvidas na década de 1960. Seu método de alfabetização oferecia subsídios para sua grande preocupação e inquietação: a emancipação política e social dos educandos; em consonância ao exposto por Said, de que “o objetivo da atividade intelectual é promover a liberdade humana e o conhecimento”³⁰.

Creemos que as reflexões e atos de Freire inseriam-se no contexto das ponderações acerca da cultura popular e educação popular e que a alfabetização no viés freiriano pode ser observada como um instrumento de luta popular em decorrência do idealizador do método, que representava “aos fracos e aos que não [tinham] representação”³¹, o intelectual Paulo Freire.

Notas e referências

¹ Osmar FAVERO (org), *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*, Rio de Janeiro, Edições Gerais, 1983, p. 8

² Eric HOBBSBAWN, *Era dos Extremos: Breve Século XX, 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.224

³ Somente no ano de 1961, o Brasil foi estremecido com a vacância presidencial decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros, o impedimento na posse do vice-presidente João Goulart, uma Campanha da Legalidade para que se cumprisse a Constituição e João Goulart pudesse assumir e a instalação de um sistema parlamentarista de governo limitando os poderes do novo presidente.

-
- ⁴ As reformas de base eram: eleitoral, administrativa, tributária, agrária, urbana, bancária, cambial e educacional.
- ⁵ Helena BOMENY. *O sentido político da educação de Jango*. Disponível em: www.institutojoagoulart.org.br
- ⁶ Ibid.
- ⁷ AP/Cultura Popular In Osmar FAVERO, cit., p.16.
- ⁸ Ibid., p. 6.
- ⁹ Ibid., p. 7.
- ¹⁰ Carlos Estevam MARTINS. “A questão da Cultura Popular”, Osmar FAVERO, cit., p. 39.
- ¹¹ Ibid., p. 40.
- ¹² Osmar FAVERO, cit., p. 9.
- ¹³ Foram listados pela AP os principais instrumentos: alfabetização, núcleos populares, teatro, praças de cultura, arte, publicações, festas populares e festivais de cultura popular. (AP/Cultura Popular. In Osmar FAVERO, cit., pp. 25-28.
- ¹⁴ Celso Rui BEISIEGEL, *Estado e Educação Popular: Um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo, Pioneira, 1974, p.90.
- ¹⁵ Ibid., pp.94-96
- ¹⁶ Ibid., p.95
- ¹⁷ Paulo, FREIRE, *Educação como Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005, p.19.
- ¹⁸ Id., *Educação e Atualidade Brasileira*, São Paulo, Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2003, p.120.
- ¹⁹ Palavras geradoras são palavras-chaves que, decompostas silabicamente, propiciam o surgimento de novas palavras pela combinação daquelas. Assim, por exemplo, a palavra FAVELA poderia gerar: favo, fivela, luva, leva, vovó, fala, lavava, fila, etc
- ²⁰ Paulo FREIRE, *Educação como prática da Liberdade*, cit., p.122
- ²¹ Ibid., p. 115
- ²² Freire questionava como alfabetizar com exemplos como esse, de “Eva viu a uva” a pessoas que muitas vezes não conhecem ‘Evas’, e mais, nunca comeram uvas. ”. Cf. Paulo FREIRE, *Educação como prática da Liberdade*, p.112.
- ²³ Círculos de Cultura substituiria o conceito de “escola”, por parecer ser esse um conceito “demasiado carregado de passividade”. Cf. Paulo FREIRE, *Educação como prática da Liberdade*, p.111.
- ²⁴ Carlos LYRA. *As quarenta horas de Angicos: Uma experiência pioneira de educação*, São Paulo, Cortez, 1996, p.45.
- ²⁵ Edward SAID, *Representações do intelectual: As Conferências de Reith 1993*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p.10.
- ²⁶ Calazans FERNANDES e Antonia TERRA, *40 horas de esperança. O método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos*, São Paulo, Ática, 1994, pp.147-148.
- ²⁷ Antonio GRAMSCI, *Os intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982, pp.07-08.
- ²⁸ Paulo FREIRE, *Educação como prática da Liberdade*, p.51.
- ²⁹ Edward SAID, cit., p. 10.
- ³⁰ Ibid., p.31.
- ³¹ Ibid., p.35.

*Uma guardiã da tradição: Geralda Armond e as ações
educativas no Museu Mariano Procópio
(Minas Gerais- Brasil)*

*Carina Martins Costa**

“Venho hoje conversar contigo, minha
criancinha brasileira. Sabes bem, minha
amiguinha, como os grandes se
interessam por ti [...]. Tu és a bonequinha
viva e querida do Brasil [...], a
chavezinha dourada que abre o edifício do
futuro”

Estas palavras foram escritas por Geralda Armond em 1941, em um jornal diário da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. O tom cordial evoca representações sobre o que é ser criança e, principalmente, patriota, na metade do século XX no Brasil. A autora indica, em seu diálogo imaginado, os principais conselhos para sua amiguinha: “Seja sempre boazinha, obediente e meiga. Inimiga da raiva e da preguiça, seja estudiosa e lembra-te sempre de Deus, rezando todos os dias. O Brasil espera tudo de ti, criancinha colegial ...”¹

Em plena vigência do Estado Novo brasileiro, a autora apropria-se do discurso patriótico difundido pelos órgãos educativos e de comunicação da época. A propaganda política varguista enfatizava as dimensões do trabalho, da harmonia e da religiosidade como pontos determinantes para a construção de uma nação de futuro. Assim, a conexão entre política e cultura foi reforçada em inúmeras ações que envolviam desde projetos educativos formais até campanhas de puericultura com a intenção de angariar legitimação do regime em setores amplos da sociedade. Armond retoma, a seu modo, alguns eixos da cultura política do Estado Novo, compreendido como “... o regime que nasceu para a salvação do Brasil”.² Seu texto revela um importante aspecto do

* Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História.

arcabouço político do governo Vargas, comprometido com a formação de uma nova cidadania, disciplinada e nacionalista: as crianças eram uma das chaves para o futuro do país. Ao projetar como principal interlocutora a menina, a *chavezinha dourada*, a autora reforça as qualidades do gênero feminino, que seriam a obediência e meiguice frente aos *grandes*, leia-se, homens e governantes que se interessariam e zelariam por ela. O lugar da menina patriótica era a escola, responsável por salvá-la da raiva e da preguiça e, portanto, dos conflitos sociais e da ausência de trabalho.

Geralda Armond foi uma intelectual que *conversou* com as meninas e os meninos brasileiros por meio de diferentes estratégias. Como cronista, poeta, educadora e, principalmente, diretora do Museu Mariano Procópio, atuou decisivamente na consolidação de valores cívicos e patrióticos. Importa, portanto, analisar a trajetória de uma intelectual relegada ao ostracismo, mas que teve uma atuação relevante em seu tempo.

A guardiã da tradição

A historiografia brasileira tem avançado na pesquisa sobre intelectuais e educação, com a apropriação de conceitos como redes de sociabilidades, trajetórias e projetos. Pensar a história da educação nos museus envolve, ainda, inserir a questão do gênero, tendo em vista que a maior parte das ações foi proposta, dirigida e executada pelas museólogas. conhecidas como *donas*, dentre as quais podemos destacar Heloísa Alberto Torres (diretora do Museu Nacional) e Nair Moraes de Carvalho (coordenadora do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional), ambas atuantes no Rio de Janeiro, então capital federal.

Geralda Armond (1913-1980), ou Dona Geralda, como era conhecida, foi diretora do Museu Mariano Procópio e, por meio de suas ações educativas, mobilizou em sua *práxis* noções de educação, História e cultura. Integrava, portanto, o campo intelectual que projetava o museu como espaço científico e educativo. Foi a primeira diretora após a morte de Alfredo Lage, o fundador do museu, e teve intensa atuação nas redes de sociabilidade que envolveram os intelectuais na busca da consolidação de uma pedagogia da nacionalidade. Sua gestão foi longa, de 1944 a 1980, e perpassou em um importante momento de construção de narrativas sobre o passado nacional, no qual os museus históricos foram palco de iniciativas pedagógicas centradas na comemoração e no culto dos heróis.

De acordo com os estudos de Bastos,³ o ramo brasileiro da família Armond teria vindo da Ilha da Madeira e se instalado em Barbacena no século XVIII. Uma família importante, já que três de seus membros foram agraciados com títulos da nobreza no Império, como o 1º e 2º Barões de Pitangui e o Conde de Prados. Geralda Ferreira Armond Marques foi a décima filha do casal Adalberto Ferreira Armond e Marinha Barbosa Armond. Consta que seu pai estudou no Colégio do Caraça, importante instituição para a formação da elite cultural e política de Minas Gerais, a exemplo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de quem fora colega. Não há dados sobre sua mãe, mas seu avô foi o 2º Barão de Pitangui, Honório Augusto José Ferreira Armond (1819-

1874), que possuía erudita formação eclesiástica, embora não tenha exercido o sacerdócio.

Geralda Armond é apresentada na obra de seu amigo Wilson Bastos como

“... professora, escritora, poetisa, antiga secretária do Museu Mariano Procópio, a quem coube substituir, por longos anos, o Dr. Alfredo Ferreira Lage, desde o falecimento deste, na direção do Museu. Foi casada com o funcionário do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, e tenor lírico do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Zacharias Cirilo Marques.”⁴

O resumo, na verdade, pouco esclarece sobre a trajetória de vida da própria Geralda, o que não é raro no caso de mulheres do período, identificadas como filhas de, mulheres de ou mães de, no traçado de uma identidade cujo sentido é apenas relacional. A identificação como secretária é incorreta, pois a nomeação pela Prefeitura se deu para o cargo de bibliotecária do Museu, em 1939, conforme publicado na imprensa.⁵ De certa forma, o texto de Bastos também revela uma concepção sobre o papel da mulher na sociedade, na qual certas posições seriam permitidas e valorizadas, como o magistério e a escrita ficcional, mas outras seriam inadequadas, como o comando de uma instituição. Assim, Geralda seria identificada como uma substituta e antiga secretária do Dr. Alfredo, ou seja, uma continuadora de sua gestão e vontade. O maior destaque é dado ao seu casamento com Zacharias Cirilo Marques, valorizado duplamente como tenor e funcionário público.

Se Bastos não esclarece muito sobre a trajetória biográfica de Geralda Armond, é possível reconstituir, com proveito e cuidado, por meio da imprensa, alguns elementos de sua vida, para além da genealogia. Para tal objetivo, o *Diário Mercantil* é fonte privilegiada de consulta por sua importância e circulação contínua no período em que viveu. Além disso, Armond escrevia para o jornal regularmente, tendo tido duas colunas fixas: *Cartão Postal*, com poesias, crônicas e narrativas históricas e *Museu em Coluna*, com assuntos diversificados sobre o cenário cultural local e nacional.

Em estudo sobre as representações do gênero feminino na imprensa de Juiz de Fora, Rita de Cássia Vianna Rosa⁶ destaca o papel dos jornais na demarcação de espaços para a mulher, em consonância com o que a literatura especializada chama de ideal feminino de *parecer direita*. Remetendo ao famoso dito grego de que não basta uma mulher *ser* direita, mas também é preciso que *pareça* direita, tal ideal remete às possibilidades reconhecidas socialmente, em determinado tempo e lugar, de participação da mulher no espaço público, já que, a ela, em princípio, caberia apenas o espaço privado da casa. Armond, nesse sentido, era considerada uma *mulher direita* com visibilidade pública, pois, como colaboradora de destaque na imprensa, detinha uma posição valorizada e aceita de expressão de virtudes femininas. Pelas notícias do periódico, é possível observar, inclusive, como ela vai ganhando e estendendo esse *lugar*, uma vez que, no início de sua gestão, ocupa apenas um pequeno espaço no jornal, inclusive havendo um período, nos anos 50, em que não se encontrou nenhuma notícia sobre ela ou sobre o MMP. Mas sua presença vai se afirmando e crescendo, e a década de 1960 representa o ápice de sua participação na imprensa e de divulgação das atividades do Museu,

coincidindo com a manutenção de suas colunas. Uma visibilidade que se explica pela posição política de Geralda Armond, uma opositora do governo de João Goulart e aliada dos militares que tomam o poder em 1964. Nesse sentido, é bom lembrar que foi de Juiz de Fora e do Comando da Quarta Região, através da figura do general Mourão Filho, que partiu o movimento que acabou por derrubar Goulart, o que tornou essa cidade um local singular na geografia do poder do pós-64.

Em 1962⁷, ela publicou uma mensagem divulgando o aceite ao convite do Partido Social Democrático (PSD), o maior do sistema partidário de então, para o lançamento de sua candidatura como vereadora do município. O convite demonstra bem seu papel de destaque nas interlocuções políticas e culturais da cidade, bem como as novas possibilidades que se abriam à sua atuação pública, até porque eram muito poucas as mulheres que se lançavam no mundo político-partidário. Na mensagem de aceite, ela propunha à mulher juizforana a formação de um bloco de resistência, assentado na partilha de ideais cristãos, frente às ameaçadoras transformações políticas vivenciadas pelo país. De acordo com Geralda Armond, “meu programa é aquele que sai do coração da Mulher cristã [...]”⁸, ou seja, um programa que apela a ideais religiosos, em especial católicos, e à mobilização política da condição feminina, algo que, como se sabe, só cresceria nos anos vindouros. Apesar da candidatura não ter tido êxito eleitoral, demonstra a posição de liderança assumida por ela no movimento de mulheres em Juiz de Fora, na medida em que fica clara que essa é a interlocução que ela se aplica em estabelecer.

Nesse sentido, o episódio é igualmente revelador da penetração da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), criada no Rio de Janeiro, em Juiz de Fora. Diversas ações foram encetadas pelo grupo de mulheres da cidade, vinculado à CAMDE, entre elas palestras anticomunistas em colégios, publicação de artigos em periódicos, jantares de adesão, abaixo-assinados, indicação de nomes de candidatos às eleições de 1962 e, por fim, grandes comícios. O grupo, embora mantido em anonimato, como precaução frente a uma derrota política, era composto por mulheres de prestígio social, como esposas de militares, prefeitos e empresários.⁹ O envolvimento de Armond com a CAMDE foi profundo e ocorreu por meio da publicação de textos e da realização de palestras, reforçando um ideário místico da mulher como guardiã dos valores da família, célula básica de uma sociedade *sadia*, dentro das tradições brasileiras e, mais ainda, mineiras. Assim, a CAMDE, em Juiz de Fora, reforçava a mística feminina ao associá-la aos símbolos da mineiridade, frutos de um passado de luta pela liberdade, em que as mulheres tiveram destaque. A escrita de Armond ressalta o heroísmo das mulheres e o seu protagonismo na luta contra os *perigos comunistas*, identificados como uma autêntica representação do *mal* contra o qual o *bem* se batia.

Dessa forma, com a instauração do regime civil e militar, Geralda logrou muitas homenagens e uma posição privilegiada de interlocução política na cidade. Não obstante sua projeção pessoal, as ações da CAMDE foram arrefecidas diante da chamada *revolução democrática* e as mulheres do grupo deixaram seu protagonismo para assumir uma posição de bastidores, de apoio e vigilância dos ideais difundidos. Segundo o estudo de Rita Rosa,¹⁰ apesar de a CAMDE perder, paulatinamente, espaço na imprensa,

Geralda Armond continuou em evidência, desempenhando papel de porta-voz do grupo, o que foi reforçado por suas ações de rememoração no Museu. Nesse ponto, especialmente, sua biografia e a história institucional do MMP convergem fortemente, alcançando momento de destaque.

A sua morte, duas décadas depois, foi outro momento importante para se compreender a percepção que setores da sociedade local construíram a seu respeito. Ocorrida em 10 de agosto de 1980, mereceu grande atenção da imprensa, ganhando um necrológico de Almir de Oliveira, reconhecido historiador da cidade. Em seu texto, Almir de Oliveira,¹¹ em tom bastante emocionado, ressaltou a sua longa amizade com Geralda, mas, sobretudo, a relação de amor estabelecida com a instituição, que sofria grande perda. O autor assinalava que “a Geralda Armond dos discursos cívicos, iluminados de sol, vibrantes de entusiasmo, muitas vezes carregados de certa ingenuidade e de pureza, não falará mais”. Em suas palavras, “morreu a grande amorosa da cidade, de sua gente, de suas tradições, de seu relicário – o Museu Mariano Procópio”. Segundo Oliveira, ela havia sido vítima exatamente deste amor ao Museu e de seu incomensurável sacrifício, em um momento no qual suas aspirações de melhorias pareciam se concretizar com a reforma empreendida por Mello Reis. Ressaltava então as dificuldades enfrentadas ao longo de sua gestão, bem como as críticas severas e injustas que vinha recebendo, além da pouca atenção dos prefeitos. De acordo com ele, Armond doou-se integralmente à instituição, valorizando “o mínimo, na esperança de novos mínimos”. Nesse momento tão especial, não é de se estranhar o destaque dado à sua luta pela defesa do Museu, atravessando sucessivas administrações municipais, pouco atentas às demandas orçamentárias de um empreendimento de tamanha envergadura, como era o MMP.

Em um longo período de gestão, com transformações no cenário cultural e político da cidade, do estado e do país, é previsível um deslocamento na construção da figura pública de Geralda Armond pela imprensa. O tom com que é tratada vai se alterando ao longo do tempo: se no início de sua gestão era considerada uma mestra no Museu, empenhada em divulgar seu acervo e história já, ao final, passa a ser apresentada, ainda que subliminarmente, como um empecilho para a instituição, quer pela desorganização e/ou fechamento de parte do acervo, quer pelos assaltos e roubos sofridos por falta de segurança. Frente a esses problemas, sua figura é a de uma mulher frágil, idosa e sem poder para enfrentá-los ou geri-los. Assim, ainda era possível valorizá-la como educadora; papel facilmente atribuído a uma mulher com larga experiência, mas não mais como a gestora eficiente da mais importante instituição cultural da cidade, com potencial de trânsito nacional.

Mas as mudanças no tratamento à diretora podem se dever, também, a um processo de reposicionamento político do jornal, com o início da transição democrática no país. É nesse período, segundo Rosa,¹² que as chamadas *mulheres democratistas* são esquecidas e mesmo silenciadas, sendo que muitas haviam se afastado da arena pública. Além disso, outros sentidos já eram atribuídos aos museus, havendo críticas contundentes a um mero papel de legitimador de elites, ainda mais quando relacionadas ao regime civil e militar,

conforme o ocorrido no caso do Museu Mariano Procópio, sob a gestão de Geralda Armond.

Com sua morte, fica claro que um ciclo se fechava para a instituição, que, mesmo após três décadas, ainda conhece pouco sobre a mais longa administração de sua história. Isso somado ao fato, muito sintomático em termos de construção de memória, de, até hoje, nenhuma homenagem ter sido feita a Armond⁶⁸, nem seus projetos pendentes terem sido retomados ou rediscutidos. Ao contrário, o que se assiste é um silenciamento sobre sua figura, acompanhado de um desmanche gradual da estrutura construída por ela. O Museu Mariano Procópio, em nome da profissionalização de suas atividades e de uma nova fase de sua vida institucional, foi criando, como é fácil perceber, uma barreira de esquecimento em relação à sua principal gestora.

Ações educativas no “ninho das relíquias”

“[O Museu] onde os quadros fremem,
as esculturas [...] palpitam, os livros
falam, as cartas sangram, as armaduras
cantam hinos de glória [...]”.

Geralda ARMOND, 1955

A análise das ativações memoriais engendradas por D. Geralda exige, de saída, compreender as noções de passado e tradição que mobilizava em suas ações educativas, forjadas ao longo de sua trajetória. É interessante, em primeiro lugar, analisar a sua compreensão do uso das fontes nos museus. Elas falam por si e “cantam hinos de glória”. São utilizadas para o resgate do passado, como se essa operação fosse possível. Caberia ao historiador, portanto, apenas escutá-las. Igual concepção ela apresenta sobre o *palacete descorado e triste*, onde “o nosso Brasil de ontem está guardado, inteirinho, nos salões silenciosos do Museu Mariano Procópio”.¹³ O passado inerte é convocado para suas ações pedagógicas como fonte de aprendizado cívico e legitimidade.

A ideia de tradição, fundamental em seu discurso, tinha profundas relações com o pensamento museológico de Gustavo Barroso, fundador do Museu Histórico Nacional, que também advogava em favor do museu como casa de cultura e tradição. Uma indicação de que as relações entre as instituições foram mantidas e aprofundadas durante toda a sua gestão, quer mais institucionalmente, quer na defesa de concepções de história e de museus. De acordo com o depoimento de Nair de Carvalho,¹⁴ ex-coordenadora do Curso de Museus, Gustavo Barroso chegou a pronunciar uma conferência no MMP e, ao menos uma vez, os alunos visitaram a instituição no programa de excursões anuais, conforme relatório de 1944, o que evidencia a formação de uma rede de sociabilidade importante no campo museológico.

A gestão de Geralda Armond aponta ainda para a maior participação do Museu Mariano Procópio no cenário museológico brasileiro. De acordo com Henrique Cruz,¹⁵ ela era membro do primeiro Comitê Nacional do ICOM, formado em 1948 por quinze membros. Destes, treze participantes eram diretores de museus, a maioria do Rio de Janeiro. A presença de Geralda parece ter sido mais simbólica, pois seu nome não

consta nas atas pesquisadas por Cruz. Não obstante, Lygia Martins Costa,¹⁶ museóloga do IPHAN, assinalou em suas memórias que conviveu com a diretora nos “vários congressos nacionais de museus realizados pela organização nacional do ICOM”. De qualquer forma, o fato demonstra a inserção do Museu em um importante projeto para a consolidação da museologia no Brasil.

Outras iniciativas da direção permitem reforçar essa ideia de inserção do MMP e, portanto, de Geralda Armond, no campo intelectual. Em julho de 1973, por exemplo, Armond coordena o *II Encontro de Museus Mineiros*, com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais e do IPHAN. De acordo com o *Diário Mercantil*, os seminários foram dirigidos por assessores do IPHAN, abordando temas comuns aos museus mineiros, com ênfase na relação com a comunidade local e o potencial turístico de cada instituição. Os temas das palestras eram claros e imperativos: “Pôr a casa em ordem para receber o público”, “O que o Museu deve e pode realizar em benefício do público” e “Atividades culturais em benefício do público”. Essa é uma oportunidade rara para se acessar o pensamento de Geralda Armond, que então expõe suas concepções pedagógicas e museológicas, em fala de apresentação, situando também o Museu Mariano Procópio no cenário museológico:

“Os Museus do Brasil contam a História Pátria, na sua linguagem expressiva, vestidos de Tradição e de Beleza coeterna (sic). Os de Minas Gerais, sobretudo, exaltam a nossa Independência, desde os remotos tempos da Inconfidência. [...]” Em Juiz de Fora, se ergue o ‘Mariano Procópio’, sentinela das relíquias históricas do Brasil Colônia, do Brasil Império. Hoje suas portas se abrem num abraço de conagração a todos os seus coirmãos [...]. Os Museus são verdadeiras Escolas de Cultura. Neles, todos os estilos se cruzam. São arautos da Verdade. [...] falam a linguagem do Passado e do Presente, numa dinâmica de História, de Tradição e de Arte.”¹⁷

A citação evidencia como Armond situa o lugar específico dos museus mineiros no cenário nacional, evocando o mito das Minas Gerais como terra da liberdade. A Inconfidência é assim interpretada como a origem do sentido da independência, conseguida, afinal, pela família imperial, o que tornava o MMP exemplar como guardião dessa tradição de liberdade tão cara aos mineiros: o Museu era uma *sentinela* do passado da Colônia e Império.

Vale notar que, mesmo vivendo o período do regime civil e militar, a diretora exclui a República como período a ser destacado como alvo de atenção do Museu, apesar de defender a *revolução democrática* em vários de seus pronunciamentos e escritos, percebida como uma consagração dos ideais de liberdade e independência mineiros. Ou seja, no momento de um encontro de museus a representação do tempo presente no espaço museal era algo ainda muito difícil, sendo mais adequado estabelecer laços com um passado efetivamente distante e, também, conforme a trajetória *original* do Museu e de seu acervo.

Foi, portanto, principalmente a partir do modelo barroseano que Geralda Armond procurou encontrar subsídios para a construção de projeto educativo que dialogasse com

as discussões museológicas mais modernas de seu tempo. Tendo enfrentado, em toda sua gestão, o desafio, anunciado por ela mesma, de conciliar o dinamismo pretendido com o respeito ao *sagrado* desejo do doador, ou, em outros termos, entre ação e reação, ela procurou ressignificar o Museu, realizando escolhas, conseguindo verbas e, certamente, aceitando algumas imposições.

Nesse paradigma, *ver* é um sentido fundamental, o que remete a uma noção de patrimônio substancialista, na qual a essência do objeto está encerrada nele mesmo.¹⁸ Assim, a primazia do estético reforça uma concepção de História como *magistrae vitae*: é preciso visualizar os exemplos do passado nacional para atuar no presente. Os objetos funcionam como comprovações autênticas do discurso museal, precisando, por isso, serem devidamente etiquetados pelos conservadores da memória. O papel dos museus seria, por conseguinte, dinamizar essas lições do passado, o que foi consecutado por meio de diferenciadas estratégias, como a produção de materiais informativos, de visitas guiadas, de exposições e de eventos comemorativos.

Apesar de todas as dificuldades políticas e financeiras, a gestão de Geralda Armond seria marcada por uma intensa atividade cultural e educativa, além de um aumento da visitação ao Museu. É possível que essa maior visibilidade e reconhecimento público possibilitassem também um maior poder de pressão nas negociações políticas por concessões e verbas orçamentárias, embora seja difícil demonstrar uma conexão entre ambas. Ademais, Geralda, atenta aos mecanismos de difusão e legitimação do MMP, ressalta, nesses relatórios, a publicação de seus artigos na imprensa, considerando-os um meio de divulgação institucional importante. Porém, sem dúvida, seria sua aproximação com os ideais da “revolução de 1964” e, mais objetivamente, com o alto-comando da IV Região Militar, que lhe proporcionaria as condições de barganha para um maior fortalecimento da instituição que dirigia, razão pela qual os anos 1970 representam o ápice do prestígio tanto da diretora como do Museu. É neste momento que o projeto comemorativo no Museu ganha visibilidade.

Olhar para o passado, realizando o trabalho de representá-lo por meio de objetos que têm aura, como semióforos que ligam o visível ao invisível, atravessando tempos e despertando emoções, implica igualmente a produção e a escolha de heróis, capazes de encarnar seus valores.¹⁹ Dessa forma, se podem entender as ações que os museus exercem por meio de suas atividades educativas, de suas publicações, de suas exposições temporárias ou das alterações na exposição *principal* que, deste ponto de vista, não é *permanente*, ainda mais quando se consideram as múltiplas apropriações realizadas pelo público visitante e/ou leitor.

Os rituais são práticas culturais cujos sentidos são sempre polissêmicos pelas variadas formas de apropriação que sofrem, embora sejam organizados com determinadas intenções pelos que se encarregam de encená-los. No caso do MMP, os rituais de comemoração da cidade e da pátria foram um dos meios mais utilizados e efetivos para promover a sua inserção no cenário museológico e no circuito político municipal, regional e nacional. Mais do que isso, tais rituais se constituíram em momentos para reforçar o seu projeto pedagógico, calcado em um sentido de história cívico-patriótica e direcionado a um futuro, definido como progresso/desenvolvimento,

bem nos termos de uma história memória da nação, segundo paradigma construído no século XIX.

A celebração de um calendário cívico pelo Museu dialogava, ainda, com as práticas escolares que geravam demandas em relação ao espaço museal. As datas cívicas são e permanecem sendo uma referência importante para a construção e a celebração do passado comum de um *povo*, tendo forte tradição no circuito escolar, onde as crianças, sobretudo nos primeiros anos de vida, devem ser socializadas com a narrativa histórica que fale dos grandes fatos e heróis nacionais. Não por acaso, em alguns momentos, ensinar História foi compreendido justamente como comemorar as suas principais datas cívicas. De qualquer forma, o que se deseja assinalar é a importância de uma demanda social por datas cívicas, capazes de oferecer um sentido para eventos e para o *tempo* da história de país. Um conjunto de eventos e significados que vai sendo selecionado e naturalizado, inclusive e destacadamente, pela repetição ritual. Mais uma vez, importa assinalar que as datas cívicas resultam de um longo trabalho político de seleção, que não sendo arbitrário nem tendo sentido instrumental, envolve lembrança e esquecimento.

Ao estabelecer um verdadeiro culto à memória do colecionador e fundador Alfredo Ferreira Lage, a diretora criava uma diretriz para a política de crescimento do acervo e de fortalecimento da visibilidade do Museu, que deveria se reconhecer e ser reconhecido como a *casa da família Lage*. Nessa chave, que combinava, sem estabelecer fronteiras, o privado e o público, ela explorava quer os desdobramentos simbólicos que tal identidade guardava com um passado ligado à nobreza brasileira do século XIX, quer com um *empresariado* modernizador, amalgamando representações bem conforme à construção identitária da própria cidade de Juiz de Fora.

O MMP ampliou, ainda, suas negociações memoriais para angariar recursos e prestígio, o que culminou na adoção de uma estratégia de multiplicação de projetos – museu da cidade, museu de ciências, além de histórico e artístico. O Museu foi transformado em palco de consagração da história recente, através do uso do passado da Inconfidência e de Tiradentes, que conciliava o discurso dos heróis da liberdade e a imagem de Mourão. Nesse momento, o espaço de consagração da “Revolução” foi garantido por meio da doação e exibição de objetos de um de seus principais líderes. Logo, o MMP atuou como importante memorial da *revolução de 64*, o que lhe garantiu, sem dúvida, ampla divulgação e apoio, mas também gerou uma herança difícil de ser enfrentada após a redemocratização.

Os personagens e as efemérides poderiam sofrer algumas mudanças, conforme a política do presente, porém, como ocorre no caso de memórias nacionais consolidadas, certo repertório de nomes e datas passa a integrar o calendário do MMP por décadas, variando, é bom reforçar, os sentidos que o público lhe pudesse atribuir.

Cinco datas se destacaram no calendário cívico da instituição durante a longa gestão de Armond. A primeira era o dia 10 de janeiro, nascimento de Alfredo, posteriormente transformada em *Dia do Museu Mariano Procópio*. Ela foi comemorada, com poucos intervalos, de 1943 a 1981, segundo um ritual que tinha uma parte fixa, mas podia sofrer acréscimos que lhe aumentassem o valor simbólico da maior data da história da instituição. Assim, anualmente, celebrava-se uma missa e organizava-se a reunião do

Conselho de Amigos, com a apresentação do relatório pela diretora, o que tinha o claro sentido de estabelecer um momento solene, no qual se fazia o diagnóstico e o prognóstico das dificuldades e possibilidades da instituição. A parte móvel do ritual pode ser ilustrada pelo que ocorreu, em 1970, quando a data foi escolhida para a transladação dos restos mortais do casal Frederico e Alice Lage, irmão e cunhada de Alfredo.

Tiradentes, o maior herói cívico do regime republicano e da história das Minas Gerais era reverenciado, também anualmente, em 21 de abril, pelo menos a partir de 1947, já na gestão de Armond. Na ocasião, ocorriam palestras, publicações de diversos textos sobre a comemoração nos jornais, além de se realizarem teatralizações sobre o evento com escolares. Importa ressaltar que comemorar Tiradentes, além de todo o significado que o herói guarda para a História do Brasil e das Minas, no caso do MMP, envolvia consagrar a própria política de aquisição de acervo do Museu e a sua importância no campo museológico²⁰.

Outro marco importante para o Museu era o dia 13 de maio, data da abolição da escravidão no Brasil. Banhada em simbolismo, que ainda uma vez comemora o valor e ideal de liberdade, havia uma missa matinal, conferências e eventos artísticos. Comemorada anualmente, talvez o maior evento, pelo que significou, tenha ocorrido justamente em 1922, quando da abertura do prédio Mariano Procópio ao público. No caso do dia 13 de maio, o Museu procurava dialogar com a memória da abolição dos escravos e da Princesa Isabel, para promover a instituição, cuja história era marcada por laços de amizade com a família Orleans e Bragança, selados por visitas de herdeiros de Isabel e do próprio Conde d'Eu à *Villa*. Além disso, em seu acervo havia peças que remetiam à figura da *princesa redentora* de grande sentido simbólico, como é o caso de uma estatueta de prata, doada pelo Jôquei Clube do Brasil.

No mesmo registro de efemérides, no dia 25 de agosto, o Museu se integrava às festas do Dia do Soldado, celebrado com homenagens ao Duque de Caxias, apresentações de banda militar do Exército, inaugurações de salas com doações provenientes do Exército e discursos patrióticos de Geralda Armond aos estudantes. Por fim, a partir do segundo aniversário da *revolução gloriosa de 1964*, nas palavras de Geralda Armond, o dia 31 de março entrou definitivamente para o calendário comemorativo do Museu Mariano Procópio, tornando-se o local de excelência para a celebração do fato na cidade.

Uma data flutuante era o dia 31 de maio, comemorativo do aniversário de Juiz de Fora. Como é compreensível, a participação do MMP nessa festa torna-se mais marcante na década de 1970, um fato decorrente da maior aproximação da instituição da política local, que se reflete em um melhor diálogo com os prefeitos.

Além dessas datas que integram um calendário cívico fixo, pois festejado anualmente, grande destaque era dado às comemorações de centenários pelo seu significado e pelo óbvio fato de assinalarem momentos raros e altamente propícios ao estabelecimento de laços de continuidade histórica entre passado, presente e futuro.

Lições móveis da História, nas palavras de Fernando Catroga²¹ ou *lições vivas para o presente*, na acepção de Geralda Armond, as comemorações também estabelecem

relações fulcrais com a construção de projetos de ensino de História, sinalizando para o cumprimento de gestuais e narrativas cívicas, que repetidas sistematicamente, embora não com o mesmo conteúdo, são internalizadas e naturalizadas. Por isso, importa refletir sobre as atualizações memoriais presentes nos rituais dos museus, pois permitem vislumbrar as dinâmicas tecidas entre história e memória.

Considerações finais

Muito pouco destaque tem sido dado à Geralda Armond, embora ela tenha desempenhado o papel de memorialista do MMP, além de atuar na imprensa, na organização de movimentos de apoio ao regime civil e militar e na promoção de atividades educativas. A gestão Armond foi marcada pela defesa da continuidade institucional e do enquadramento da memória do fundador e colecionador; pela luta pela sustentação material do Museu, inclusive com uma forte aproximação com o regime civil e militar; e pela busca da profissionalização de quadros e do dinamismo das ações. Assim, a análise das comemorações cívicas, dos guias de divulgação e das exposições permite uma aproximação das ativações memoriais ensejadas por Armond, com atenção para as continuidades, as negociações e as transformações dos projetos, especialmente em sua dimensão pedagógica.

A dinâmica entre lembrar e esquecer envolve a trajetória de Armond. Hoje, mesmo após três décadas de sua morte, ainda se conhece pouco sobre o pensamento e a ação dessa intelectual. O que se assiste é um silenciamento sobre sua figura, acompanhado de um desmanche gradual da estrutura construída por ela no MMP. Figura ligada aos tempos de autoritarismo, centralizadora e, certamente, polêmica, Geralda Armond não se tornaria um bom material para um trabalho de memória que tinha, como seu objeto, glorificar o próprio Museu. Mas quando a memória esquece, cabe aos historiadores lembrar e entender as razões desse esquecimento, até porque como a memória é obra do presente, o passado continua em aberto, podendo ser mobilizado com novos significados.

Notas e referências

- ¹ Geralda ARMOND, “Cartão Postal”, *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 05.03.1941.
- ² ARMOND, Geralda. Cartão Postal. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 10 nov. 1941.
- ³ Wilson de Lima BASTOS, *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia*, Juiz de Fora, Edições Paraibuna, 1961.
- ⁴ *Ibid.*, pp.197-198.
- ⁵ ATOS administrativos, *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 12.01.1940, p. 2.
- ⁶ Rita Vianna ROSA, *As mulheres de “Paraiburgo”*: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964-1975), Dissertação (Mestrado em História), Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- ⁷ Geralda ARMOND. Minha mensagem à mulher de Juiz de Fora no Dia das Mães. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 13/14 mai, 1962. No arquivo histórico do Museu, encontram-se santinhos de sua campanha.
- ⁸ Geralda ARMOND. Minha mensagem à mulher de Juiz de Fora no Dia das Mães. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 13/14 mai, 1962.
- ⁹ Rita Vianna ROSA, cit., p.17.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 36.
- ¹¹ Almir. Geralda Armond OLIVEIRA, *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 15.08.1980.
- ¹² Rito Viana ROSA, cit.

-
- ¹³ O MUSEU e o Parque Mariano Procópio, *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 22.11.1939.
- ¹⁴ Depoimento de Nair de Moraes Carvalho, concedido à pesquisadora no dia 15 de outubro de 2008.
- ¹⁵ Henrique Vasconcelos CRUZ, *Do horizonte do passado ao horizonte do futuro*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.
- ¹⁶ Lygia Martins COSTA, *De museologia, arte e patrimônio*, Brasília, IPHAN, 2002, p. 49.
- ¹⁷ Geralda ARMOND, II Encontro Mineiro de Museus. Caderno de Domingo. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 01/02. 07.1973.
- ¹⁸ Ulpiano Bezerra MENESES, Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v.2, 1994.
- ¹⁹ Krystopher POMIAN, “Coleção”, Ruggiero ROMANO, *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 1, 1984.
- ²⁰ O Museu Mariano Procópio possui a tela *Tiradentes Supliciado*, de Pedro Américo, um dos principais pintores nacionais do século XIX. A imagem é amplamente difundida em livros didáticos e exposições, inclusive internacionais.
- ²¹ Fernando CATROGA, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001.

Venerando da Graça: a sombra de um intelectual à luz do Projeto Cinema Escolar

*Maria Adalgisa Pereira Pinheiro**
*Juçara Luzia Leite***

Introdução

Este trabalho visa analisar o *Projeto Cinema Escolar*, impresso que relatou a experiência produzida e desenvolvida, entre os anos de 1916-1918, por Venerando da Graça, Inspetor Escolar do Distrito Federal (RJ), em diálogo com as representações sobre a experiência que circularam na imprensa local.

O impresso que relata o *Projeto* foi publicado e distribuído em agosto de 1918, conforme algumas notícias divulgadas na imprensa.¹ A distribuição foi realizada pelo próprio autor.

A experiência narrada e a narração sobre a experiência se somam, portanto, neste estudo, cuja questão norteadora nasceu do estranhamento sobre o silenciamento que a história da educação no Brasil produziu sobre Venerando da Graça e sua obra. Consideraremos aqui o autor na acepção do conceito de intelectuais como “criadores e ‘mediadores’ culturais”, apontada por Sirinelli.²

Venerando da Graça foi um intelectual que comungava dos ideais de sua época de construção de uma nação moderna, civilizada e higiênica. Idealizou e produziu o que chamou de “fitas pedagógicas”, cujos fins, segundo o autor, eram: educar, instruir, recrear e proteger a criança.

Este trabalho se inscreve, portanto, no âmbito dos estudos destinados a desfazer o silêncio, historicamente sintomático, que relega ao esquecimento personagens e fatos destoantes de uma pretensa história única tornada hegemônica ao longo de um processo de disputas por representações.

No impresso brochura/folheto *Cinema Escolar* (1918),³ o autor buscou realçar a importância do *Projeto Cinema Escolar*, de sua autoria, realizado no período de 1916-

* Universidade Federal do Espírito Santo/ Programa de Pós-Graduação em Educação/ Linha História, Sociedade e Educação

** Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil, Programa de Pós-Graduação em História e em Educação.

1918 e voltado para a aplicação do cinema no ensino. Na visão do autor, o cinema se configurava como “o melhor auxiliar da educação”, e as “fitas pedagógicas” eram instrumentos que portavam “preciosos ensinamentos de moral e instrução”.

Venerando da Graça destacou também, nessa mesma publicação, as impressões sobre o seu *Projeto* que foram veiculadas nos jornais da época e também opiniões de algumas personalidades, principalmente ligadas à educação, que se manifestaram não só sobre o *Projeto*, mas sobre a importância do uso do cinema como instrumento na educação. Compreendemos que o autor pretendeu, com essa ação, se valer do respaldo das opiniões favoráveis, tanto da imprensa quanto das autoridades ligadas à educação, como estratégia para conseguir o apoio necessário para continuar desenvolvendo o *Projeto*.

Quem foi esse inspetor escolar que ousou, aparentemente sem nenhum incentivo econômico ou de qualquer outra ordem, pública ou privada, produzir um projeto de educação pelo cinema, que, para os moldes da época, poderia ser classificado no mínimo como inovador? Venerando da Graça ainda é um intelectual pouco estudado na história da educação brasileira, e o seu *Projeto Cinema Escolar*, que foi produzido e exibido nas salas de cinema da cidade do Rio de Janeiro entre 1916-1918, vem sendo, de certa forma, negligenciado nas pesquisas sobre a educação do período, mesmo aquelas que se debruçam sobre a relação entre cinema e educação.⁴

Isto é, nos estudos em história da educação sobre o cinema educativo no Brasil, a referência a esse *Projeto* se reduz a apenas uma informação sobre a participação de Venerando da Graça na prática do cinema escolar no período de 1916-1918. Dessa forma, há uma simplificação do *Projeto Cinema Escolar* e uma redução de sua importância. Ao atentarmos para essa lacuna nas pesquisas, nos aproximamos de Aguiar quando observa sobre uma “hierarquia da relevância” nos estudos sobre intelectuais, e partimos do pressuposto de que Venerando da Graça é mais um “rebelde esquecido” nas cenas da história da educação no Brasil das primeiras décadas do século XX.⁵

Cenário

No Rio de Janeiro do início do século XX, intensificava-se o processo de modernização seguindo os reflexos europeus, observado desde a década de 70 do século precedente. Contextualizando a cidade nesse período, verifica-se um centro político de caráter essencialmente administrativo e, portanto, com larga presença do funcionalismo público; uma sede empresarial e financeira de caráter fundamentalmente comercial (além de incipiente atividade industrial); e um polo cultural receptor de influências externas regionais e internacionais e divulgador da interseção dessas influências com a diversidade dinâmica das estruturas internas.

Presenciava-se a mudança das mentalidades nas principais cidades do país: a predominância das relações sociais burguesas poderia ser verificada no importado estilo *Art Nouveau*. A extensão do poder da imprensa assumira proporções decisivas para uma

relativa homogeneização das mentalidades: os novos tempos exigiam novos ritmos e havia rapidez nas transformações operadas no cotidiano urbano, principalmente porque apenas uma pequena parte da população era alfabetizada.

Algumas questões que permeavam a teia desse Brasil de virada de século podem ser percebidas mais facilmente devido aos diversos trabalhos em que já foram contempladas. Assim, os pares dicotômicos escravidão/império e trabalho assalariado/república associam às noções de antigo/novo e tradição/progresso, misturando-se na mentalidade de uma época em que se buscavam estereótipos definidores em modelos externos, em uma tentativa de localizar elementos formadores de uma identidade nacional.

Muito foi pensado e escrito nessa época a respeito das implicações de diversos níveis que trouxe ao país o advento republicano.⁶ As tendências gerais variavam desde um profundo ceticismo em relação ao futuro, até um grande ufanismo. De um modo geral, a intelectualidade brasileira sabia que era preciso mudar. Divergia-se quanto ao “como” e ao “porquê” da mudança, porém sentia-se que aquela República não estava em seus sonhos.

Como alguns intelectuais que viveram naquele início de século XX brasileiro, Manoel Bomfim não aprovava os caminhos da República:

“A República se limitou a fazer a abolição da monarquia, com a federação das antigas províncias, para uma realização de governo em que, finalmente, todas as misérias da vida interna do país se agravaram: substituiu-se um déspota manso, limpo de origem conhecida, por sucessivos e espalhados tiranos, nem sempre mansos, muitas vezes sujos. Aboliu-se a centralização para entregar as províncias à tirania voraz das oligarquias enfeudadas aos interesses dos grandes estados, numa subordinação mais degradante que a malsinada centralização de antanho.”⁷

Essa visão de descrença nas mudanças que advieram com a República foi manifestada por outros autores do período, como, por exemplo, em Machado de Assis (1904), que observou em seu livro *Esau e Jacó* que “nada mudaria, o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na espera, menos a constituição.”⁸

Os intelectuais do período, como Ronald de Carvalho, Pontes de Miranda e Eduardo Prado, - literários ou políticos, republicanos ou monarquistas, céticos ou ufanistas - tentaram analisar a situação com a finalidade de defini-la. Isso se deveu ao fato de pensarem que as preocupações de ordem político-econômica passavam pela urgência de definir o ser brasileiro e os papéis das elites intelectuais, de modo a conscientizá-las de seu papel educacional e paternal. No entanto, alguns desses escritores escreviam para si próprios, pois eram, eles mesmos, a elite intelectual do país; outros (como Machado de Assis e Lima Barreto), ao contrário, por publicar algumas obras em jornais antes de

condensá-las em livros, atingiam um público mais amplo e integravam sua obra no cotidiano da cidade.

Essa mesma cidade do Rio de Janeiro foi palco das mais recentes modernidades tecnológicas como o fonógrafo, o cinematógrafo e o automóvel. Essas três invenções, segundo,⁹ tinham em comum o poder de encurtar distâncias e, com isso, não perder tempo, pois, a pressa, segundo o mesmo autor, seria a marca desse tempo.¹⁰

A modernização da capital federal no governo Pereira Passos (1902-1906) pode ser resumida por suas obras de engenharia, pelo número crescente de automóveis licenciados e pela proliferação de salas de cinema. Mas tudo isso convivía com uma sociedade que contabilizava quase 80% de analfabetos e o mesmo número percentual de excluídos do direito de voto.¹¹ Médicos, engenheiros e educadores tomaram para si, naquele momento de transformação do país em uma nação moderna, a tarefa de civilizar, educar, higienizar e moralizar o país. Foi no desenvolvimento desse cenário, portanto, que o *Projeto Cinema Escolar*, se inseriu.

A experiência narrada

José Venerando da Graça Sobrinho nasceu em 1870, na cidade do Rio de Janeiro. Foi Inspetor Escolar do 13º Distrito dessa mesma cidade, no bairro Riachuelo, subúrbio carioca, local onde também residia. Produziu e dirigiu os quatro filmes que constituíram a primeira e única série das *Fitas Pedagógicas*.

Sobre a história do *Projeto Cinema Escolar*, observamos a publicação do impresso em 1918, escrito pelo autor, relatando o processo de produção, importância, opinião da imprensa e de personalidades da área e os resultados obtidos. Podemos também conhecer um pouco de sua realização a partir de notícias veiculadas nos jornais da época. Sobre as *Fitas Pedagógicas*, propriamente ditas, não há registros sobre o destino delas.

É sabido, porém, que “a comédia *Façanhas de Lulu* foi identificada pelo Censo Cinematográfico Brasileiro empreendido pela cinemateca brasileira”.¹² O filme está assim registrado: “produzido por: Venerando da Graça; categorias: silencioso; filme desaparecido; material original: preto e branco; 16 quadros; produzido em 1916; cidade: Rio de Janeiro (DF); sinopse: filme pedagógico; gênero: didático e com direção de Venerando da Graça”.¹³ Além desse filme, compõem a primeira série os seguintes títulos: *A prefeitura*, *O livro de Carlinhos* (drama em quatro partes) e *Uma lição de história natural no Jardim Zoológico*.

O impresso *Cinema Escolar*, ao que tudo indica, foi uma publicação cuja finalidade foi defender a sua causa, trazendo elementos que se pretendiam irrefutáveis sobre a utilidade do uso do cinema na educação. Logo na página de abertura, o autor reproduz o que seriam agradecimentos de crianças a todos que têm trabalhado em “nossa causa”, ato que se reverteria em benefício de “nossa Sociedade e de nossa Pátria”. Destacam-se, assim, os temas envolvidos nos intensos debates na época, como pátria e civismo.

Uma carta endereçada “ao colega e amigo Venerando da Graça” é a publicação que segue à abertura, assinada por Arthur Magioli, que também era inspetor escolar. Magioli teceu muitos elogios ao *Projeto*, destacando a coragem do colega “para a consecução de uma obra verdadeiramente patriótica e reconhecidamente útil, como a aplicação do cinematógrafo aos processos educativos e instrutivos da infância”.¹⁴ Por fim, encerra sua carta com palavras de incentivo: “E o teu papel no momento atual, prosseguindo desassombadamente no objetivo que tens em vista, é um poderoso elemento de contribuição para esta obra grandiosa de saneamento moral. Não tenhas vacilações e prossegue resolutivo no bom combate, e serás vencedor”.¹⁵ A metáfora da luta refletia bem o momento da Primeira Guerra Mundial.

Em seguida, Venerando da Graça apresenta um artigo de sua autoria que havia sido publicado n’ *A Escola Primária*, revista mensal sob a direção de inspetores escolares do Distrito Federal. O artigo explica os objetivos do *Projeto*, dando ênfase à importância do cinema para obtenção de “rápidos” e “seguros” resultados na educação, destacando o que se pensava serem as duas virtudes principais do uso do cinema: “prende a atenção do aluno e objetiva todo o assunto da lição dada”. Após vincular o papel da Educação Moral ao cinema escolar, o autor conclui seu artigo destacando a influência da nova tecnologia aplicada à educação sobre o processo de aprendizagem, observando que, por afetar diretamente a “objetiva visual”, os “filmes cinematográficos são um poderoso, ou digamos, o melhor auxiliar da educação e do ensino”.

Observamos que esse artigo foi publicado originalmente em fevereiro de 1917, e que, nesse período, já haviam sido realizadas duas exposições das *Fitas Pedagógicas*, a inaugural em dezembro de 1916 e a segunda em janeiro de 1917.

Foi também selecionado para compor a publicação *O Boletim do Comitê Nacional Brasileiro*, apresentado no Congresso Americano da Criança, evento realizado em 6 de julho de 1916, em Buenos Aires. Consideramos essa publicação como de extrema relevância para os objetivos propostos pelo *Cinema Escolar*, uma vez que vários aspectos abordados pelo Comitê estão em sintonia com o pensamento do autor sobre cinema e educação. Assim sendo, constam do *Boletim*: a defesa do cinema como “veículo de bons ensinamentos, rigoroso elemento de reconstrução do caráter dos povos, pela exibição de cenas patrióticas e romances levantados”; e a sugestão de que o Estado permita a entrada de crianças nas salas de cinemas apenas em exposições de programação destinadas a crianças com “teor moralizador”, ou de “fatos patrióticos” - justamente o tipo de filmes produzidos para o *Projeto Cinema Escolar*.

Outro texto que faz parte do *Projeto Cinema Escolar* é o *Metodologia da história na aula primária*, de Jonathas Serrano, então professor da Escola Normal. Compreendemos que selecionar esse texto para compor o conjunto da obra teve uma função estratégica, uma vez que trata de novos métodos de ensino, mais precisamente do cinema. Serrano defendia que pela “cinematografia, as ressurreições históricas são muito menos difíceis. O ideal fôra um curso feito com projeções luminosas, o cinema a serviço da escola”.

Além disso, publicar a opinião de Jonathas Serrano defendendo as mesmas ideias agregava valor ao *Projeto*, legitimando as ações da experiência narrada.

Em seguida, reúnem-se aos demais textos o artigo *A Escola e o Cinema*, da revista francesa *Le volume* (sem indicação de autor ou do tradutor, mas indica que foi publicado durante a gestão de Painlevé como ministro da instrução, o que nos remete a 1916), que desenvolve argumentos que justificam a relação cinema/escola. Pensamos, entretanto, que outros elementos também justificam a presença desse texto no conjunto: o fato de ser uma revista francesa, e de desenvolver o tema da introdução do cinematógrafo no ensino. Um respaldo como esse poderia trazer a legitimidade desejada pelo autor para que seu *Projeto* fosse não só visto como relevante, mas que, em função disso, angariasse o apoio necessário para viabilizá-lo.

Em seguida, Venerando da Graça anexa carta dirigida aos professores municipais, relatando a intenção de constituir o *Cinema Escolar*. O inspetor defende a ideia de produzir outras fitas para, assim, alcançar seu objetivo, que era “a fundação do *Cinema Escolar*, isto é, do ensino por meio do cinematographo”. Esclarece, todavia, que, para concretizar sua intenção, necessitava de recursos financeiros e que, para tanto, planejava custear a segunda série do *Projeto* com os ganhos alcançados com a exibição da primeira. Conclui com um apelo aos professores: “Compreendereis, porém, que esse número de filmes é insuficiente para constituir o *Cinema Escolar*. Precisamos de outros, e o custo de um é excessivo.”¹⁶

A primeira série de filmes pedagógicos contara com a colaboração do também inspetor escolar Dr. Fábio Luz, responsável pela escrita dos roteiros, e de um cinegrafista/operador francês, Sr. Cyprien Segur. Como a produção da primeira série das *Fitas Pedagógicas* foi toda financiada com recursos do próprio Venerando da Graça, era necessário, naquele momento, que se angariassem fundos para a produção de uma segunda série. Dessa forma, observamos como a carta endereçada aos professores cumpria também o objetivo de convocá-los para fazer parte daquele projeto:

“Como, perguntareis vós, podereis prestar esse auxilio? Como? Muito simplesmente. A grande maioria da população infantil e adulta do nosso meio social frequenta o cinematographo. Não custará, portanto, a ela dar preferência ao Cinema em que as Fitas Pedagógicas forem exibidas.”¹⁷

Venerando da Graça, em sua correspondência ao professorado, ainda enfatizava as finalidades das *Fitas Pedagógicas*, que, em sua visão, eram: “educar, instruir, recrear e proteger a criança”. Defendia, portanto, que a função do cinema na educação seria uma forma mais eficiente de prender a atenção dos alunos, já que as imagens “concretas” do objeto estudado proporcionariam um maior entendimento do aluno e maior interesse também. Outro fator levantado pelo autor era que os filmes pedagógicos seriam “de mais rápidos e seguros resultados”, pois “prendem a atenção do aluno e objetiva todo o assunto da lição dada”. Além disso, reforçava que para uma educação moral, nada

melhor que filmes cinematográficos, pois “desenvolvem a sentimentalidade do indivíduo através de emoções transmitidas nas fitas”.

A fascinação e a crença no poder da máquina/tecnologia, causadas naquele momento, ficam nítidas quando o autor insinua que, a partir das escolhas certas, pode-se “estimular e ativar a circulação cerebral, sendo necessário para isso escolher as emoções certas”. A analogia que o autor faz do ser humano com a máquina, que reproduzimos a seguir, ilustra bem a ideia do fascínio provocado pelas novas invenções tecnológicas, especialmente o cinema:

“E como todas as emoções se dirigem e fazem sentir no cérebro, o educador deve ter todo o cuidado em fazer que o cérebro de seus alunos funcione regular e harmonicamente. Podemos considerar o nosso cérebro como uma verdadeira máquina fotográfica, da qual os órgãos dos sentidos são a objetiva; as células cerebrais, as chapas fotográficas a serem impressionadas; e a memória, o grande revelador e fixador por excelência. É ela que se encarrega de revelar o que se contem nas chapas cerebrais – nas células.”¹⁸

Venerando da Graça, como um homem de seu tempo, não poderia escapar das representações que eram veiculadas e que relacionavam escolarização e educação à civilização, moralização, modernidade, progresso e higienização. Por isso, encontramos essa relação em seus textos sobre a importância dos filmes cinematográficos para a educação. Em vários momentos encontramos passagens que ilustram essa visão: “Educar e instruir a criança é tornar a pátria feliz e respeitada”;¹⁹ “Devemos, portanto, cada um de nós, concorrer com a nossa pedrinha para a construção desse belo edifício de felicidade e de progresso de nossa pátria”;²⁰ e “na educação moral, não menos importante é o valor dos filmes. A educação moral mais útil e de resultados mais prontos é aquela que se dirige diretamente à sentimentalidade do indivíduo, educando-a e desenvolvendo-a para o bem”.²¹

Apesar de sua preocupação em narrar as ações de sua experiência, além da importância em se valer de textos de outros autores para legitimar o seu trabalho, Venerando da Graça termina por dedicar o maior número de páginas à opinião da imprensa sobre o *Cinema Escolar* e as *Fitas Pedagógicas*. As “notícias” reproduzidas são distribuídas em ordem cronológica, começando pelos anúncios dos preparativos para a experiência, em outubro e novembro de 1916, seguindo-se das repercussões sobre a primeira apresentação em sessão especial reservada à imprensa e aos convidados, dentre eles o Diretor de Instrução Pública, Dr. Afrânio Peixoto.

As *Fitas Pedagógicas* foram exibidas em diversas salas de cinema, sendo a maioria delas localizada nos subúrbios. A primeira sessão pública foi realizada em dezembro de 1916, sendo seguida por mais 13, distribuídas ao longo do ano de 1917, mais particularmente até novembro. Ao todo, foram selecionadas 29 “notícias” sobre o *Projeto*.

A narração sobre a experiência

As exposições das *Fitas Pedagógicas* foram divulgadas em jornais de circulação na imprensa da época: *A Cidade*, *A Época*, *A Lanterna*, *A Notícia*, *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *O Imparcial* para citar alguns. A divulgação do projeto, como pudemos perceber, foi feita em jornais de visões e tendências políticas nem sempre alinhadas, tanto conservadoras quanto anarquistas, e em revistas com destinações específicas, como *O Tico-Tico*, dirigida para o público infantil, e *Jornal das Moças*, para o público feminino.

Esse fato talvez seja uma indicação de que a utilização de novos métodos no ensino, com grande destaque para o uso do cinema, de alguma forma, seria de utilidade geral, interessando a grupos que nem sempre compartilhavam da mesma visão de educação. No fundo todos acreditavam no cinema, por sua capacidade de atingir grande número de pessoas e também pela maior facilidade de absorção de ideias, como diz a nota de um jornal da época: “no cinema todos leem, até os analfabetos.”²²

A publicação de 29 notícias veiculadas nos jornais sobre o *Projeto Cinema Escolar*, e que foram publicadas na brochura de mesmo nome, não correspondem ao total de anúncios veiculados sobre o Projeto. Juntando-se a elas, localizamos mais 31 notícias sobre o *Projeto*. Acreditamos que esse número possa ser superior. Podemos inferir com isso que o *Projeto* alcançou uma divulgação maior do que a informada pelo autor.

O que essas informações nos dizem sobre o *Projeto*? À primeira vista, podemos afirmar que era uma iniciativa de grande interesse geral. Qual interesse seria esse? Devemos recordar que estávamos no Brasil dos primeiros anos da República. Alguns temas como civismo, o cultivo de valores morais, o progresso, a pátria e o analfabetismo eram de grande interesse e levantavam intensos debates, representando, portanto, a preocupação da época.

Quais valores vimos divulgados nas páginas do *Cinema Escolar*? Logo na página de agradecimento, o autor destaca que o apoio recebido “se reverterá, diretamente, em benefício de nossa Sociedade e de nossa Pátria”. Ao longo de todo o texto, encontramos passagens que se remeteram às preocupações da época. Qual seria o papel do cinema diante das preocupações daquele período?

O cinema, o educativo ou escolar, seria o veículo de “reconstrução do caráter dos povos, pela exibição de cenas patrióticas” e também “de felicidade e de progresso de nossa pátria”. Suas atribuições abarcariam também a de combater o “mau” cinema, ou seja, o cinema comercial, pois:

“O que nós vemos no cinematographo é o desfilar constante da maldade humana, os assassinatos, adultérios e raptos, traições e roubos, cenas de “cabaret”, o nú na sua expressão antiestética e sensualista, a crapula no seu auge, festins a Ahenobarbo, com mulheres lascivas em posturas provocadoras, homens ébrios, danças equivocadas... A criança vai ao cinematógrafo e vê tudo isso. A princípio

não compreende. Depois, começa a perceber. Afinal, fica senhora dos fatos. Ora, a lei da imitação arrasta o ser humano, com especialidade as crianças, a repetir o que viu e ouviu. Assim sendo, que se há de esperar de uma geração que, ao invés de belos exemplos de moral e de civismo, recebe esses do mal do vício, da corrupção?”²³

O cinematógrafo nesse período se constituía em uma das maiores formas de entretenimento da população. A rapidez com que o cinema foi incorporado ao cotidiano da população fez com que fosse considerado “a única forma de entretenimento da cidade do Rio de Janeiro e demais cidades brasileiras”. Se valendo desse fato, Venerando convocou os professores a apoiarem o *Projeto*. Como as fitas seriam exibidas nos cinemas da cidade, antes das sessões, e como “a grande maioria da população infantil e adulta do nosso meio social frequenta o cinematógrafo”, convocou-os a “dar preferência ao Cinema em que as Fitas Pedagógicas forem exibidas”.²⁴

Quando pensamos nas representações sobre a experiência que circularam na imprensa local sobre o *Projeto Cinema Escolar*, nos remetemos a Chartier quando ele diz que:

“As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à causa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.”²⁵

Nos anúncios publicados na imprensa sobre o *Projeto Cinema Escolar* que analisamos pudemos identificar os seguintes aspectos: alguns eram anúncios curtos e diretos, traziam somente a informação do cinema do dia e da hora das exibições; outros, além dessas informações, emitiam opiniões sobre o *Projeto*. É importante ressaltar que, em todos os anúncios, as opiniões eram favoráveis ao *Projeto*. Os elogios se concentraram na importância desse para as questões importantes da época: progresso, moral, higiene, civilidade. Todo esse apoio, contudo, não foi suficiente para que o *Projeto* conseguisse o apoio almejado, uma vez que a idealizada segunda série das *Fitas Pedagógicas* não foi concretizada.

Considerações finais

O inspetor Venerando da Graça, como sabemos, após a produção da primeira série das *Fitas Pedagógicas* e de suas exibições (quatorze ao todo), não obteve o apoio que pretendia para a produção da série seguinte. Entretanto, segundo informações contidas nos jornais, ele se manteve firme em suas convicções sobre a importância do uso do cinema na educação.

A própria brochura, objeto de nossa análise, foi publicada aproximadamente 10 meses após a última apresentação do *Cinema Escolar*. Constatamos, a partir de alguns anúncios, a sua distribuição para imprensa. Provavelmente esta seria uma forma de não deixar o *Projeto* perecer.

O inspetor escolar, como nos mostra os jornais, ainda manteve a sua “fé” e “esperança” no cinema escolar. Consta nos jornais encontros para tratar sobre o tema com o Diretor de Instrução Pública (Jornal *A Noite*, 26.09.1919) e com o Prefeito do Distrito Federal (Jornal *A Noite*, 17.06.1919); “demonstração prática das vantagens do ensino pelo cinema” na Associação de Imprensa (Jornal *A Noite*, 05.09.1919); criação do *Cinema Escolar* e do *Teatro Infantil*, no 13º Distrito (Jornal *Correio da Manhã* 04.07.1925); e a fundação da *Sociedade dos Amigos da Escola*, da qual era presidente e que pretendia, com o *Cinema Escolar*, arrecadar fundos para os Caixas Escolares (Jornal *Correio da Manhã*, 20.12.1931).

Essas são algumas das evidências de que Venerando da Graça se manteve fiel às suas convicções sobre o *Cinema Escolar*. Outras tantas informações foram veiculadas nos jornais a respeito de Venerando da Graça, que, pelo que parece, teve grande importância na sociedade de sua época, principalmente no que se refere à educação como um todo, não somente à questão do cinema escolar.

Na única pesquisa que encontramos que trata desse intelectual e de seu *Projeto*, há relatos da família dizendo desconhecer o *Projeto Cinema Escolar*, tanto a produção das fitas, quanto a publicação da brochura. Seguindo a lógica de Conde:²⁶

“Em que medida ele mesmo, ao longo da vida, pelas atitudes e posições que assumiu diante dos acontecimentos, ideias e personalidades do seu tempo, não contribuiu, direta ou indiretamente, para que isso acontecesse?”

Ainda não temos essa resposta, mas há muitos indícios a serem investigados.

Notas e referências

¹ Cf. jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, 05.08.1918 e *Revista Tico-Tico*, 21.08.1918.

² Jean-François SIRINELLI, “*Os intelectuais*”, René RÉMOND, *Por uma história política*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

³ Venerando da GRAÇA, *Cinema Escolar. Fins: Educar, Instruir, Recrear e Proteger a Criança*, Rio de Janeiro: Iniciativa do Inspetor Escolar Venerando da Graça, Typ.Baptista de Souza, 1918.

Venerando da Graça: a sombra de um intelectual à luz do Projeto Cinema Escolar
Maria Adalgisa Pereira PINHEIRO/ Juçara Luzia LEITE

- ⁴ João Alves dos REIS, *O livro de imagens luminosas – Jonathas Serrano e a gênese da cinematografia educativa no Brasil [1889-1937]*, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008; Maria Lúcia MORRONE, *Cinema e educação (1920-1945): a participação da imagem em movimento nas diretrizes da educação nacional e nas práticas pedagógicas escolares*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.
- ⁵ Ronaldo Conde AGUIAR, *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2000.
- ⁶ Nicolau SEVCENKO, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 2ªed., São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- ⁷ Manoel BOMFIM, *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, vol.II, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1931.
- ⁸ MACHADO DE ASSIS, *Esau e Jacó*, Rio de Janeiro, Garnier Liv., 2004, p. 202, disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00204600#page/20/mode/1up>.
- ⁹ João do RIO, *Cinematógrafo: crônicas cariocas*, Rio de Janeiro, ABL, 2009, Coleção Afrânio Peixoto.
- ¹⁰ *Ibid.*
- ¹¹ José Murilo de CARVALHO, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- ¹² Amália da M. Mendonça FERREIRA, *O cinema escolar na história da educação brasileira*, A sua ressignificação através da análise do discurso, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2004, p. 24.
- ¹³ *Ibid.*
- ¹⁴ *Ibid.*, p.5.
- ¹⁵ *Ibid.*, p.8.
- ¹⁶ *Ibid.*, p.34.
- ¹⁷ Venerando da GRAÇA, *Cinema Escolar. Fins: Educar, Instruir, Recrear e Proteger a Criança*, Rio de Janeiro, Iniciativa do Inspetor Escolar Venerando da Graça, Typ.Baptista de Souza, Rua Misericórdia, 51, 1918, p. 35.
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 11.
- ¹⁹ *Ibid.*, p.34.
- ²⁰ *Ibid.*
- ²¹ *Ibid.*, p. 10.
- ²² *A Rua*, 11.10.1917.
- ²³ Venerando da GRAÇA, *Cinema ...*, cit., p. 20-21.
- ²⁴ *Ibid.*, p.35.
- ²⁵ Roger CHARTIER, *A história cultural: entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988.
- ²⁶ Ronaldo Conde AGUIAR, cit., p.29.

Sobre o LABIMI e a edição deste E-BOOK

O Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) é um laboratório de pesquisa, com irradiação para o ensino e a extensão, vinculado a Programas de Pós-graduação (História e Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Com ampla área de atuação, atua no desenvolvimento de projetos de investigação; na elaboração de propostas de inovação metodológica e de abordagem; na coleta, catalogação e disponibilização de fontes; na organização de conferências, palestras, *work-shops*, simpósios e congressos; na edição de obras impressas e em meio digital; na formação de grupos de estudo; na articulação com arquivos, bibliotecas, casas étnicas e instituições ligadas à memória da e-imigração; na cooperação com universidades e centros de estudos sobre e-imigração nacionais e estrangeiros. Seu objetivo central é o de constituir-se em espaço referencial de pesquisa, dedicado a desenvolver investigações de ponta e propostas de inovação metodológica no campo dos estudos migratórios. Somam-se a este os objetivos de congregar pesquisadores; de propor novas metodologias no tratamento de fontes quantitativas e qualitativas; de manter diálogos interinstitucionais permanentes; de manter site com disponibilização ao público de produtos e informações acerca das migrações; de manter diálogos com associações, casas étnicas e demais instituições do gênero; de reunir, catalogar e conservar fontes orais e visuais: depoimentos orais, fotografias e documentos pessoais, recebidos em doação por imigrantes e descendentes; de constituir biblioteca e filmoteca especializada; de criar grupos de estudo que se constituam em celeiro de novos pesquisadores; de organizar conferências, palestras, *work-shops*, simpósios e congressos sobre o tema das migrações.

Criado no ano de 2000, o LABIMI tornou-se referência internacional. Diariamente, seu site (www.labimi.uerj.br) recebe visitantes interessados em encontrar pesquisadores; em consultar seu banco de dados; em buscar artigos de referência (disponibilizados no site); em encontrar notícias de eventos e atividades ou em buscar respostas para desafios que a eles se apresentam. Nesse e em outros sentidos, o LABIMI constitui-se em espaço privilegiado de produção e divulgação do conhecimento e de inovação metodológica.

Como unidade editorial no âmbito da UERJ, o LABIMI já editou um (1) livro, em co-edição com a Universidade de Huelva, e dois (2) CD-ROM. Foram, também, disponibilizados vários artigos, de autoria de pesquisadores de renome internacional.

A edição deste E-BOOK sobre História Intelectual explica-se pelo fato de uma das partes da obra contemplar artigos que destacam o tema das ideias e práticas sobre migrações e exílios que, posteriormente, com o consentimento de seus autores, também serão disponibilizados no site do Laboratório.